



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Mestrado

COMUNISTAS E TRABALHADORES URBANOS EM ALAGOAS (1951-1961)

Anderson Vieira Moura

RECIFE
2012

ANDERSON VIEIRA MOURA

**COMUNISTAS E TRABALHADORES URBANOS
EM ALAGOAS (1951-1961)**

Dissertação de Mestrado exigida como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa.

Recife, fevereiro de 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M929c Moura, Anderson Vieira.
Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961) /
Anderson Vieira Moura. – Recife: O autor, 2012.
198 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2012.
Inclui bibliografia e apêndices.

1. História. 2. Partido Comunista Brasileiro. 3. Comunistas - Alagoas.
4. Trabalhadores - Alagoas. 5. Participação política. 6. Participação social.
I. Barbosa, Maria do Socorro Ferraz (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2012-35)



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO ANDERSON VIEIRA MOURA

Às 14h30min. do dia 16 (dezesseis) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Anderson Vieira Moura** intitulada “**COMUNISTAS E TRABALHADORES URBANOS EM ALAGOAS (1951-1961)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Maria do Socorro de Abreu e Lima e Osvaldo Batista Acioly Maciel. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 16 de fevereiro de 2012.

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

*Como posso saber a minha idade
Se meu tempo passado eu não conheço
Como posso me ver desde o começo
Se a lembrança não tem capacidade
Se não olho pra trás com claridade
Um futuro obscuro aguardarei
Mas aquela semente que sonhei
É a chave do tesouro que eu tenho
Como posso saber de onde venho
Se a semente profunda eu não toquei?*

(Mestre Ambrósio)

*It sure rains on our parade
But the wind will change, the clouds will fade
A change will come, eventually
So says Karl Marx and history*

(Randy)

Este é para Dona Vera.
Porque ela foi a primeira pessoa a mostrar-me o significado de “trabalhador”...
(E também porque minha mãe é a mãe mais mãe do mundo.)

AGRADECIMENTOS

Agora sim, chegou ao fim... Vamos começar porque tem muita gente pra agradecer!

Por ter muitos amigos sentimentais, não gosto de fazer as coisas seguindo uma ordem. Ainda assim, acredito que é necessário agradecer a duas pessoas muito especiais primeiramente, antes de todo mundo: Luciana e Airton! (Nesta ordem, tá?!) Se não fosse por estes dois grandes amigos-irmãos jamais estaria aqui e agora, concluindo esta dissertação. Foi Lu quem, desde 2008, insistiu na ideia do mestrado na UFPE. Ela fez tudo (sim, tudo) e se não fosse por ela, dificilmente estaria chegando ao fim. Claro que não foi tão fácil assim como parece, né? Ito comprou a briga, topou, e veio embora comigo, largando tudo. Passamos ótimos momentos, péssimos momentos, momentos tensos, e a amizade só aumentou, as convicções foram se estreitando e agora está ruim de largar. Ótimo! Ainda vamos mais longe...

Se antigos amigos me fizeram ir ao Recife, novos foram criados. Sem Fábio e Ildo 2010 não teria sido o espetacular ano que foi. Kurek foi um irmão perdido que achei longe de casa, ele estando ainda mais longe. As brincadeiras ajudaram a não tornar tudo muito chato e sem cor. Ildinho Puff, com toda a sua chatice crônica, me deu inspiração para estudar, principalmente com sua comida gostosa, excelente estimulante cerebral. Dividir um apartamento com esses dois gaúchos colorados foi uma das melhores coisas que fiz na vida. Saudades do *coffee* e de *Whisky in the Jar* do Metallica! As coisas ficaram ainda melhores em agosto, quando a pequena e doce Vanessa chegou. A vinda da Vanessa foi à melhor coisa que o Ildo fez por nós. Melhor até que sua omelete do mal! Dona Ivone, nossa vizinha, foi um presente longe de casa. Aquela sopinha gostosa me fez lembrar muita coisa passada...

Se o Brasil perdeu a Copa pra Holanda, em compensação me deu uma das melhores e mais chatas amigas que tenho nesse mundo! Lia torrou minha paciência como pôde, acabou meus créditos em questão de minutos, e ainda corrigiu errado vários dos meus trabalhos. Ainda hoje reclama de tudo que faço e deixo de fazer e tem a péssima mania de me esquecer e de ficar com raiva de mim eternamente. A filha da tia Fátima aprendeu a dirigir e nunca me deu uma carona, nunca pagou uma pizza e ainda viajou pra longe e trouxe um presente que não me serve pra nada. Nem pra pano de chão! Não me esperou em Petrolina, não trouxe minha cachaça, pererê, parará. Mas ainda mora no meu coração! Ainda.

Antes de quase ser expulso da pensão (e a culpa nem foi minha), fiz amigos que, em comum, também estavam longe de casa: Bruno (Ceará), Rafael e Geovana (Paraíba), Stanley e David (Peru), Paul e Alex (Equador), Camille (França), João (Palmeira dos Índios) e

Ricardo (Viçosa). Os poucos momentos que passamos juntos na casa foram inesquecíveis. Em muito por conta também da Luciana e do Galego, os melhores dali. Quando tudo isso começou, ainda em Boa Viagem, conheci Juju, Nandinha, Txá e Julinho. Queria tê-los visto mais...

As aulas não teriam sido tão boas como foram se não fosse pela turma de 2010: o super calado Rafael, Lúcio e sua sabedoria sem limites, Felipe e nossa cachaça difícil, o eterno sofredor futebolístico Edmundo, o gênio Zé Marcelo, as lindas Marcela, Jana e Livia, o sumido Hugo e Alexandre, o beato e rei das farmácias. Mais três são especiais em meu coração: meu querido Toff, companheiro inseparável em nossas viagens Brasil afora, ainda aguardo outras visitas; meu nobre amigo Pedrinho, renomado engenheiro, bacharel, praticamente um jurisconsulto, próximo presidente da Mancha Azul e futuro ganhador de um prêmio Nobel; e, claro, o eterno apaixonado Fredinho, que nunca mais me ligou pra reclamar de nada. Correndo por fora, sem ter nada a ver com a história, tem também o Rodrigo (#arapiraka). Vindo sabe Deus de onde, este fã de Limp Bizkit e Black Eyed Peas foi nosso suporte estratégico em Recife durante todo o ano de 2011. Agora não quer largar mais.

Mesmo de longe, os mestres continuaram os mesmos (mas a amizade aumentou). Osvaldo deu valorosos conselhos, indicações, caminhos, estímulo e muito por causa dele estudamos os trabalhadores. Suas dicas foram fundamentais na minha qualificação (e a viagem foi ainda melhor). A ajuda no projeto deu resultados que talvez só ele, minha mãe e minha noiva esperassem. Fernando esteve muito ocupado por todo o tempo (e ainda deve estar), mas sem ele nossa ida à Campinas teria sido inviável e bem chata. As conversas, as caminhadas até a Unicamp e pelo centro da cidade e a notícia da mesa da ANPUH-AL ainda estão vivas em minha memória, sem falar no caminhão de fontes que ele encontrou em suas andanças. O encontro em Salvador foi rápido, mas bem acolhedor, como sempre. Golbery responde tão rápido aos meus e-mails (apelos), que às vezes acho que ele não leu direito o que escrevi. Ainda assim, não erra uma! Meus trabalhos e escrita agradecem. E pensar que tudo isso começou naquela conversa no CSAU, durante o Congresso do DCE/UFAL... Tomara que você goste do resultado final. Alberto, talvez o principal responsável pelos caminhos que tomei, fez uma coletânea sobre os trabalhadores alagoanos e os comunistas que todos deveriam ler. Excelente livro e muito bem escrito e organizado.

Agradeço também aos professores do PPGH com quem tive o prazer de ser aluno: Ana Maria Barros, Carlos Miranda, Rosa Godoy e Severino Vicente. No entanto, correndo o risco de ser injusto, devo citar quatro em especial. A professora Christine Dabat pelas aulas maravilhosas e pelas leituras que muito me serviram, aumentando consideravelmente meu

leque de possibilidades. O bom humor de Marc Hoffnagel e suas excelentes dicas durante a leitura do projeto foram fundamentais. A professora Socorro Abreu aceitou-nos em sua disciplina e talvez nem faça ideia do quanto esta oportunidade foi importante em minha formação. Como se não bastasse, ainda aceitou fazer parte de minha banca, fazendo comentários valiosos. Mas confesso: o que me marcou de verdade foram seu carinho, paciência e apoio, algo raro neste meio. Inesquecível. Por fim, não tenho palavras para agradecer a minha orientadora, professora Socorro Ferraz. Desde o momento em que aceitou nos orientar mostrou-se sempre acolhedora, paciente e com uma competência ímpar na hora de definir os caminhos tomados por este trabalho. Nossos encontros foram mais que fundamentais neste longo caminho. Agradeço por demais a Sandra, a melhor funcionária da UFPE. Sem ela estaríamos fritos!

Ainda dentro deste universo acadêmico, o apoio dentro do Arquivo Público de Alagoas foi fundamental na figura do Gilderto. No Memorial Pontes de Miranda, Gisela e Graciela fizeram mais do que imaginávamos, nos dando novas e fundamentais fontes para esta pesquisa e oferecendo de ótimas tardes no TRT. Quem deseja pesquisar sobre trabalhadores urbanos de Alagoas devem passar por lá e perturbar um pouco o juízo das duas. Não vão se arrepender...

Agradeço ao CNPq pela bolsa de estudos que viabilizou de todas as formas possíveis estes longos dois anos.

Aos amiches do MBB pela distração nossa de cada dia... Se não fosse por isso, já estaria louco! Um agradecimento especial aos amiches do MBB-BA: André, Guilherme, Rafael, Victor, Béus e Cleiton, por terem me proporcionado excelentes momentos durante minha estadia em Salvador; pelas saídas, dicas, ajudas e pelas idas a Pituacives. Muito bom também foi rever os amiches do MBBBH durante o FIQ.

Os amigos nunca estiveram tão longe assim... A saudade foi sempre enorme, mas tenho certeza que muitos entenderam. Não é mesmo? Desta vez em ordem alfabética, para não ferir os mais apaixonados: João Paulo, André, Betão, Bruno, Davi e Ellenzinha, David José, Enéas e Roberta, Gustavo, Kedimo e Sol, Joel e Ramone, Marcel, Markito e Micheline, Mirto, Kaline e Artur, Pablo e Ana, Rodrigo, Williem e Claudiana. De uma forma ou de outra, de um jeito que só vocês sabem, meu sincero: VALEU! De coração...

Por fim, minha família, base de tudo e principal responsável por tudo de bom que eu tenho. Minha querida mamãe, Dona Vera, e meu querido pai, “seu” Augusto (ou Vovô Guga. Ou tio Guga. Ou mestre Guga. Fique a vontade), por tudo feito até hoje, coisas que só uma mãe assim e um pai assado podem fazer. Agradeço muito pelo estímulo, apoio, teimosia

(neste caso, só do meu pai) e todos os ensinamentos me dados até hoje, e pelos que ainda vão vir. Por conta deles, aprendi tudo que sei sobre a vida, o universo e tudo mais. Ao meu irmão Júnior e minha cunhada Luciana, agradeço imensamente por terem me dado meus lindos sobrinhos Vini e Felipichto. E isso é muito mais do que parece. Minha querida vó Dona Prazerinha, exemplo de tudo pra mim e dona do melhor abraço do mundo. Toda minha família em Pão de Açúcar, melhor cidade do mundo e uma das maiores de Alagoas. Principalmente aos queridos irmãos Zé do Miguel pela notícia de última hora (e pelo susto na madrugada. Vou mandar a conta pra você depois, pode esperar) e Maíse (sim, tá escrito certo), mesmo tendo me abandonado sozinho em São Paulo. Agora pegue e não vá lá durante esse ano pra você ver o seu... Agradeço muito também a minha segunda família, mais longe ainda: Dona Jose, Luci e André.

E ficando pro final só pra ela ter o prazer de reclamar (“íngrato”), agradeço-te por tudo, Carol. Pela paciência (e falta de), por ser uma fonte inesgotável de carinho, pelo estímulo diário, pela compreensão nos momentos mais difíceis e principalmente, pelo seu grande amor!

Até mais, e obrigado pelos peixes!

RESUMO

A sessão alagoana do Partido Comunista do Brasil (PCB) quando não era ignorada pela historiografia produzida no estado, era reduzida ao patamar de um partido minúsculo e “inofensivo”. Ao fazer isso, tais escritos também colocavam o operariado urbano de Alagoas em um segundo plano. O objetivo desta dissertação é abordar as relações político-sociais travadas entre os militantes do PCB em Alagoas e a classe trabalhadora urbana do estado durante uma das décadas mais ricas em se tratando de atuações dos operários e efervescência política: 1950. Exploramos a conjuntura político-social do corte temporal (1945 – 1961) em Alagoas, focando nos embates eleitorais travados, buscando inserir o PCB dentro do jogo político alagoano. Em seguida entrelaçamos as ações e militância do partido entre os operários, demonstrando os locais de atuação e a presença dos comunistas nos principais aglomerados urbanos do estado. Por fim, analisamos vários pontos da relação entre comunistas e trabalhadores através de três ângulos diferentes: Justiça do Trabalho, sindicato e imprensa comunista. Com isto, acreditamos ter demonstrado ser o PCB o partido da classe operária em Alagoas, bem como também sua importância e relevância dentro da história e do cenário político do estado.

Palavras-chave: comunistas; trabalhadores urbanos; Alagoas.

ABSTRACT

The Alagoas's session of Brazil's Communist Party (PCB) when it wasn't ignored by historiography produced inside the state, was reduced to a tiny party and "harmless". Doing this, these text also put Alagoas's working class in background. This dissertation will address the social-political relationship between the militants fought the PCB in Alagoas and urban working class in the state during one of the richest decades when comes to performances the workers and political unrest: 1950. We explore the political and social situation of cutting time (1945 - 1961) in Alagoas, focusing on the battles fought election, seeking to insert the PCB into the political game of Alagoas. Then intertwined actions and militancy among the party workers, showing the locations of activity and the presence of communists in the main state's urban areas. Finally, we analyze various points of the relationship between communist and workers through three different angles: the Labour Court, union and communist press. With this, we believed have proved the PCB was party of the working class in Alagoas, and also the importance and relevance in state's history and political scene.

Key-words: communists; urban workers; Alagoas.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Candidatos comunistas mais votados por zona (1947).....	46
TABELA 2: Alistamento Eleitoral de 1945 por zona.....	49
TABELA 3: Quantidade de votos para a Assembleia Legislativa por partido.....	50
TABELA 4: Candidatos mais votados em Maceió por partido.....	50
TABELA 5: População de Alagoas e de Maceió.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora

APA – Arquivo Público do Estado de Alagoas

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DOPSE – Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

PCB – Partido Comunista do Brasil

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNCISAL – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PRINCIPAIS FONTES UTILIZADAS	16
O JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA: <i>A Voz do Povo</i>	17
O MEMORIAL PONTES DE MIRANDA E AS FONTES JUDICIAIS.....	20
OS ARQUIVOS DA DOPSE	25
O DEPOIMENTO ORAL	27
BREVE REPASSE NA HISTORIOGRAFIA ALAGOANA SOBRE O TEMA	29
1 A CONJUNTURA ALAGOANA (1945 - 1961).....	37
1.1 INTRODUÇÃO: LÁ PELA DIREITA, CÁ PELA ESQUERDA, PARADOS NO CENTRO.....	37
1.2 AS ELEIÇÕES DE 1947	40
1.3 O VELHO GÓIS MONTEIRO E O NOVO ARNON: O ESTADO (E A IGREJA) CONTRA OS COMUNISTAS	51
1.4 MUNIZ FALCÃO: OS COMUNISTAS ALIADOS DO GOVERNO	71
2 O PCB EM ALAGOAS.....	81
2.1 A GÊNESE COMUNISTA EM ALAGOAS	81
2.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO PCB ALAGOANO (1945-1964).....	90
2.3 OS DOIS PCS	104
3 O PCB E OS TRABALHADORES	116
3.1 COMUNISTAS EM MOVIMENTO: OPERÁRIOS MILITANTES E AS TAREFAS BÁSICAS NO PARTIDO	117
3.2 OPERÁRIOS COMUNISTAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	124
3.3 COMUNISTAS E OS SINDICATOS	138
3.4 <i>A Voz do Povo</i> : OPERÁRIOS NAS PÁGINAS DO JORNAL COMUNISTA.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
FONTES.....	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
APÊNDICES.....	195

INTRODUÇÃO

Antes de definirmos melhor nosso objeto de estudo, cabe um esclarecimento: esta dissertação tratará apenas do PCB, fundado em 25 de março de 1922, inicialmente denominado de Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), logo em seguida ficando conhecido como Partido Comunista do Brasil. Apenas a partir de 1958, passou a ser chamado de Partido Comunista Brasileiro. O PCdoB nasceu de um racha interno do PCB e adotou o nome de Partido Comunista do Brasil na sua fundação, em 1962. Sendo assim, mesmo englobando o nosso corte temporal (1951 – 1961), sempre faremos referência ao PCB, denominando-o como Partido Comunista do Brasil.

Sendo ainda mais claro, podemos entender melhor o partido a partir dos objetivos traçados por Karl Marx e Friedrich Engels para a Liga dos Comunistas em seu manifesto lançado no distante ano de 1848: “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”.¹ Em diversos momentos ao longo deste trabalho veremos resquícios destes três elementos norteando as ações do PCB.

Posto isto, o presente trabalho pretende abordar as relações político-sociais travadas entre os militantes do PCB em Alagoas e a classe trabalhadora urbana do estado, concentrada principalmente na capital Maceió e em algumas cidades alagoanas. Esta relação entre partido e classe operária é umbilical: “Os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento”.² E já estava presente no universo dos comunistas brasileiros desde a fundação do PCB no início da década de 1920. Em 1923, respondendo as críticas feitas pelos anarquistas ao partido, um dirigente comunista afirmava:

Nós somos os primeiros a proclamar o PC como um partido político – o partido político do proletariado,³ o partido da revolução proletária, partido formado com o fim específico de organizar e orientar a política proletária contra a política burguesa. Partido da classe operária, estado-maior dos exércitos proletários empenhados na guerra social, ao PC cabe efetivamente a tarefa ingente de dirigir as operações revolucionárias das massas obreiras contra os exércitos inimigos dirigidos pelo

¹ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 51.

² Ibid., p. 68.

³ “Por proletariado, [entende-se] a classe dos assalariados modernos que, não tendo mais meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. Nota de Friedrich Engels à edição inglesa do Manifesto Comunista de 1888 *apud* MARX e ENGELS, Op. cit., p. 40, nota 1.

estado-maior capitalista. Está é a política do PC e é ao mesmo tempo a política da classe operária, pois que é o PC o genuíno partido da classe operária.⁴

Já o período escolhido situa-se entre um dos mais férteis em se tratando de atuações políticas da classe trabalhadora: o fim do Estado Novo (1945) e o advento do golpe civil-militar⁵ (1964), momento no qual os trabalhadores ascenderam na cena política brasileira, chegando ao apogeu de um processo evolutivo iniciado nas primeiras décadas do século XX.

A escolha de concentrarmos o corte temporal apenas na década de 1950 deu-se por uma simples razão: nas eleições estaduais de 1951, a direita golpista ligada a União Democrática Nacional (UDN) e liderada por Arnon de Melo assume o Governo do Estado, ferrenho opositor dos comunistas e que reprimiu violentamente os operários alagoanos. A conjuntura muda completamente nas eleições seguintes, com a vitória eleitoral de Muniz Falcão, líder do Partido Social Progressista (PSP) em Alagoas, aliado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao PCB, político comprometido com o trabalhismo e o *nacional-estatismo* (usando a expressão de Daniel Aarão Reis Filho), taxado pela historiografia local de “populista”. Em termos práticos, Muniz Falcão foi o único governador do período democrático a não perseguir os militantes do PCB – em um raro momento, o jornal *A Voz do Povo* circulou com relativa tranquilidade, sem sofrer empastelamentos por parte das autoridades locais, e até alguns comunistas foram nomeados para cargos públicos –, não reprimiu os trabalhadores e implementou mudanças significativas em Alagoas, tanto no plano econômico quanto no social.

Por conta desta riqueza político-social da década de 1950, escolhemos inserir os comunistas e os trabalhadores neste corte temporal. Obviamente, tratando-se de um trabalho historiográfico, a referência espaço-temporal não será tratada como algo duro e inflexível. Em diversos momentos do texto poderá ser identificada a flexibilidade da nossa proposta, na qual não nos furtamos de recuar além do período delimitado.

Estudar os comunistas e o PCB em Alagoas mostrou-se tarefa das mais árduas. A reduzida quantidade de referências bibliográficas e fontes, além de uma quantidade considerável de informações desconstruídas foram os maiores obstáculos. Contudo, ao longo da pesquisa descobrimos fontes inéditas e a publicação de um longo depoimento de um ex-militante do partido veio somar-se ao material já existente. Todo o material colhido ajudou-

⁴ PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, pp. 81-82 *apud* SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2º ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 26.

⁵ Mesmo tendo sido efetivamente executado por militares, toda a conspiração anterior ao golpe também envolveu lideranças políticas e outros membros não necessariamente ligados as Forças Armadas, além da simpatia e apoio dados por setores da sociedade civil organizada.

nos a entender um pouco mais sobre o PCB, sua configuração e seus militantes, bem como foi de vital importância para inserirmos os comunistas alagoanos junto ao partido nacionalmente. Diante disto, a tese dos “dois PCs” foi primordial para entendermos melhor a atuação dos comunistas alagoanos entre os trabalhadores:

O PCB foi, sem sombra de dúvida, a corrente política de maior influência no movimento operário. Sua conduta, porém, foi marcada pela ambigüidade. Tentou sem sucesso ser o partido da ordem e, ao mesmo tempo, como partido que se propunha a representar os trabalhadores, não podia isolar-se das suas lutas. O resultado foi o constante desencontro entre a direção e a base do partido.⁶

Em Alagoas, o PCB procurou participar do jogo político-eleitoral, mas sua presença nas bases operárias sempre foi constante. As particularidades do estado obrigaram os militantes alagoanos a atuarem de forma diferente das indicações mais gerais do Comitê Central.

No primeiro capítulo apresentamos a conjuntura política de Alagoas entre os anos de 1945 e 1961, focando principalmente nas ações e decisões do PCB. As conjunturas social, cultural e econômica, em menor escala, também são destrinchadas, buscando sempre focar os trabalhadores urbanos. Neste capítulo realizamos com mais afinco um debate histórico em torno do PCB alagoano, destacando seus momentos mais “notáveis”: a vitória dos comunistas nas eleições estaduais de 1946, a ilegalidade em 1947, o terror repressivo instalado pelo governador Silvestre Péricles e a perseguição constante aos deputados comunistas (que foram até mesmo presos), as eleições municipais de 1953 em Maceió, com a candidatura do médico comunista Sebastião da Hora e os vereadores e deputados eleitos em outras legendas pós-ilegalidade. Ainda neste capítulo tecemos alguns comentários e considerações acerca do anticomunismo, tema que não poderia faltar em um estudo deste tipo. Buscamos entender como atuavam a elite, os poderes político e jurídico, e principalmente a Igreja Católica, em sua campanha contra o PCB e seus militantes no estado.

No capítulo seguinte o destaque é o próprio PCB em Alagoas, enfocando um período menor em relação ao discutido no capítulo anterior. Apresentamos de forma breve as origens do partido no estado, procurando demonstrar como se deu os primeiros passos dos comunistas em terras alagoanas. A seguir, explicitamos a organização social e interna do partido: quem era seus militantes? Onde atuavam? O que faziam e onde moravam? Estas são as questões centrais que procuramos discutir neste tópico. Finalizamos mostrando a relação dos

⁶ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, pp. 199-200.

comunistas alagoanos com o PCB nacional, analisando as similitudes e discrepâncias entre mundos tão diferentes (e de certa forma distantes).

Já no terceiro e último capítulo fazemos uma análise sobre a relação entre o PCB e os trabalhadores urbanos de Alagoas. Como se dava este relacionamento, os acordos, as lutas encampadas em conjunto, a relação com os sindicatos, os operários comunistas (militantes), a apresentação dos operários no jornal oficial do partido (*A Voz do Povo*) e a identificação dos mesmos com o Partido Comunista. Não por menos, o PCB apresentava-se como o partido da classe operária, onde a mesma encontrava abrigo e apoio em suas lutas. Os trabalhadores urbanos de Alagoas não sofriam repressão sozinhos: o ódio de classe das elites alagoanas recaiu bastante também sobre os ombros comunistas, sempre perseguidos, violentados, acusados de todo tipo de calúnias, mas sempre ao lado dos trabalhadores, em uma luta diária por melhorias nas vidas dos mais humildes e necessitados. Afinal de contas, melhorar a vida das classes subalternas era também melhorar a vida dos comunistas alagoanos, não apenas identificados com a parcela pobre da população, como também fazendo parte deste segmento.

Principais fontes utilizadas

Não é recente a escolha de muitos pesquisadores pelo estudo da classe operária urbana no Brasil. Já a esquerda brasileira e, mais especificamente, o PCB são objetos de pesquisas desde várias décadas passadas. Em Alagoas, mesmo com uma pesquisa histórica ainda incipiente que se desenvolveu de forma mais incisiva e presente principalmente nas duas últimas décadas, encontramos alguns trabalhos interessados nestes segmentos. Reconhecendo esta afirmação, também nos é muito claro o fato de muitos historiadores concentrarem seu foco quase que exclusivamente no Arquivo Público de Alagoas (APA) e no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL).⁷

As maiores dificuldades pelas quais passam os historiadores alagoanos que se propõem a fazer uma pesquisa no campo da História são de ordem metodológica e operacional. Por conta disso, discutiremos brevemente as fontes utilizadas nesta dissertação, buscando focar em dois pontos chaves: a metodologia utilizada para tratar tais fontes⁸ e onde

⁷ O que conhecemos do IHGAL é basicamente a sua hemeroteca. Como o APA possui um acervo semelhante de jornais, nos concentramos em seu acervo.

⁸ Não é o objetivo desta introdução fazer discussões mais aprofundadas de teoria e metodologia. Por conta disto, como em todo trabalho deste porte, a metodologia será melhor trabalhada e analisada ao longo do texto, nos capítulos em que discutiremos mais profundamente as fontes consultadas.

as mesmas são encontradas em Alagoas – abrindo o leque de locais para os pesquisadores. Acreditamos que é necessário um conhecimento maior por parte dos historiadores dos locais onde se podem encontrar fontes primordiais para um estudo da classe trabalhadora do estado. Por isso acreditamos ser de grande importância a socialização de tais informações.

Por isso consideramos válida a tentativa de divulgar e refletir, teórica e metodologicamente, acerca dos locais e das possíveis fontes para uma pesquisa sobre os trabalhadores urbanos de Alagoas. Quanto mais fontes encontrarmos e mais pesquisadores interessados tivermos, melhor para a consolidação da pesquisa histórica no estado.

O jornal como fonte de pesquisa: *A Voz do Povo*

Dentro do Arquivo Público de Alagoas, especificamente uma parte chama a atenção, sendo uma das mais procuradas: a hemeroteca. A razão para o alto índice de procura desta hemeroteca é bem simples: a coleção de jornais do APA é vasta, indo desde edições dos fins do século XIX e começo do século XX a uma quantidade considerável e variada das décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960.

Desde jornais da chamada “grande imprensa”, como o *Jornal de Alagoas* (pertencente à rede Diários Associados de Assis Chateaubriand) e *Gazeta de Alagoas*, como também jornais menores, como as edições de *A Voz do Povo*, periódico oficial do PCB alagoano, e algumas coleções menores e mais dispersas de pequenos jornais do período entre o final do século XIX e início do século XX. A coleção encadernada do Diário Oficial do Estado – muito vasta e completa – também é de grande valia.

Desta forma, faz-se necessário expor algumas considerações sobre a valorização do jornal impresso na pesquisa histórica. Segundo Tania de Luca, o jornal nem sempre foi bem visto como fonte:

Nesse contexto [de supremacia dos documentos escritos ditos oficiais], os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitir captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.⁹

Anos antes, Paulo Sérgio Pinheiro já sinalizava a importância deste material como fonte de pesquisa para se estudar os operários:

⁹ DE LUCA, Tania Regina. “Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 112.

A imprensa operária não é, nem a professora Maria Nazareth o crê, o oráculo que detém a explicação definitiva sobre as classes trabalhadoras no Brasil. Entretanto, não há nenhuma dúvida que, para esse quadro desaparecido do final do século XIX e do começo do século XX, a imprensa operária constitui a fonte privilegiada e indispensável. Ao contrário do que se possa imaginar, os jornais estão longe de constituir exclusivamente tribunas para querelas ideológicas ou para quizílias doutrinárias no interior de capelas – como fez crer a historiografia oficial. Os jornais fornecem generosas informações sobre a sociedade da época, as condições de vida (ou de sobrevivência) das classes subalternas, suas manifestações culturais. Os numerosos jornais operários são assim o instrumento fundamental para a reconstrução da dimensão política da história social.¹⁰

Grandes autores, ainda na década de 1960, buscavam nos jornais dados econômicos (câmbio, produção e preços) e demográficos, e também informações “para analisar múltiplos aspectos da vida social e política”.¹¹ Contudo, foi a renovação da História Política que possibilitou aos periódicos tornarem-se fonte de pesquisa para os historiadores. Afinal, é a imprensa “que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História cultural, renderam frutos significativos”.¹²

Para os estudiosos da classe operária, os jornais produzidos por partidos de esquerda próximos aos trabalhadores (como o PCB e o PTB) e pelos próprios operários são uma fonte imprescindível. Junto com as fontes orais, judiciais e policiais, os periódicos são um grande manancial de pesquisa para os interessados na história operária no Brasil.

Tania de Luca aponta que muito se pode tirar de uma fonte como esta:

Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes puderam ser encontradas nas páginas de jornais, panfletos e revistas, que se constituíam em instrumento essencial de politização e arregimentação.¹³

Postas estas considerações acerca da importância do jornal como fonte de pesquisa histórica, seguimos com nossa primeira fonte: as edições do jornal oficial do PCB alagoano, *A Voz do Povo*. A hemeroteca do APA possui em seu acervo uma quantidade considerável de números deste jornal, cobrindo os anos de 1954 até 1964.¹⁴

¹⁰ FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978, p. 12.

¹¹ DE LUCA, Op. cit., p. 117.

¹² DE LUCA, Op. cit., p. 128.

¹³ DE LUCA, Op. cit., p. 119.

¹⁴ Infelizmente, apesar da quantidade, a coleção não é completa e homogênea. Entre 1954 e 1957 existem poucas edições. Já os anos de 1958 e 1961 são os mais completos. O único ano que não possui nenhuma edição é 1960.

Segundo apontamentos de Osvaldo Maciel, *A Voz do Povo* circulou entre 1946 e 1964. O autor nos apresenta três fases distintas: “a primeira sob a direção de André Papini de Gois (1946/8); a segunda, sob a tutela de Oswaldo Nogueira (1951/3); e a terceira, possuindo como principal articulador Jayme Miranda (1953/64)”.¹⁵ O periódico era composto de quatro páginas, sem uma periodicidade definida, em decorrência da difícil conjuntura vivida pelos comunistas, sempre perseguidos pelas elites alagoanas, alvo de vários assaltos e empastelamentos a sua sede.

Mesmo nos períodos de funcionamento “normal”/“regular” o jornal precisava vencer uma série de obstáculos para circular pelas ruas e chegar aos leitores. Entre os vários percalços podem ser elencados primeiramente que, quando as edições estavam prontas, por exemplo, era montada a estratégia de vendas avulsas e distribuição aos assinantes. Os comandos de venda do jornal eram realizados aos domingos nos bairros de Maceió, e muitas vezes havia perseguição aos mesmos.¹⁶

Maria Nazareth Ferreira aponta outras dificuldades destes órgãos de imprensa:

Essa vida irregular devia-se às dificuldades que enfrentavam e que era de dois tipos: dificuldades financeiras, pois não havia quase publicidade e o público leitor era composto por trabalhadores de baixo poder aquisitivo, não sendo possível a sobrevivência com recursos do próprio jornal. [...] O segundo tipo de dificuldades que encontraram foi a perseguição por parte da ordem estabelecida. É muito longa a história das investidas policiais contra as singelas oficinas onde os jornais eram impressos. Nessas investidas o material era apreendido, as máquinas quebradas e o pessoal geralmente aprisionado.¹⁷

Os temas tratados no jornal comunista são os mais variados, sendo muitos ligados diretamente à política (local e nacional) e as causas da classe trabalhadora alagoana, indo “desde o movimento estudantil da educação básica e do ensino superior, passando pelo movimento operário e às condições de trabalho nas fábricas, chegando às perseguições patronais e as lutas sindicais”. Além disso, encontramos textos sobre “a cultura política da cidadania e dos direitos trabalhistas”.¹⁸

No caso de uma pesquisa voltada para a década de 1950, Tania de Luca faz a seguinte indicação: “o surgimento de investigações historiográficas consagradas a períodos bem mais recentes, rompendo-se a tendência, antes majoritária, dos estudos sobre a classe operária concentrarem-se no período da chamada República Velha”.¹⁹ Sendo mais preciso, existem edições de *A Voz do Povo* da segunda metade da década de 1950, possuindo o ano de 1958 a

¹⁵ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “A Voz do Povo – Um registro da esquerda alagoana (1954-1964)”. *Cabanos: Revista de História*. Arapiraca: v. 1, n. 4, 2007a, p. 130.

¹⁶ *Ibid.*, p. 132.

¹⁷ FERREIRA, Op. cit., pp. 104-105.

¹⁸ MACIEL, “A Voz do Povo...”, Op. cit., p. 143.

¹⁹ DE LUCA, Op. cit., p. 120.

maior quantidade de números disponíveis (estão disponíveis todas as edições deste ano). Para quem deseja fazer um estudo do processo de impeachment sofrido pelo então governador Muniz Falcão por um outro viés, contrário ao das classes dominantes, este jornal é uma fonte primordial. *A Voz do Povo* fez uma cobertura extensa dos acontecimentos, sempre trazendo as opiniões da esquerda e dos trabalhadores alagoanos sobre o caso.

Entretanto, é importante ter sempre em mente o fato de *A Voz do Povo* ser o jornal oficial do Partido Comunista do Brasil em Alagoas, com forte ligação com a classe operária e não um órgão exclusivamente operário, produzido por operários. Era um jornal voltado para esta classe. É necessário ler as entrelinhas e buscar também outros documentos.

Quando partimos para a análise propriamente dita, as dificuldades são de ordem metodológica. Principalmente pelo caráter parcial e tendencioso deste tipo de fonte, como assinala Ferreira:

Entretanto, no caso da imprensa operária, este problema [do jornal ser parcial e tendencioso] fica descaracterizado pelo fato de que ela sempre foi [...] totalmente desvinculada da ordem instituída, sendo mesmo de oposição ao sistema e tendo que agir muitas vezes clandestinamente. É evidente que, mesmo nestas condições, os deslizes da parcialidade e do tendencioso existiram e precisam ser considerados no devido valor.²⁰

Ainda assim, Tania de Luca afirma não ser possível uma metodologia própria para o estudo dos periódicos como fonte de pesquisa histórica: “A variedade da fonte impressa é enorme e as suas possibilidades de pesquisa são amplas e variadas. Assim, não é viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que dêem conta de tantas possibilidades”.²¹

O Memorial Pontes de Miranda e as fontes judiciais

Se o Arquivo Público do Estado de Alagoas é frequentemente visitado pelos pesquisadores alagoanos, tornando-se um dos locais mais procurados, o Memorial Pontes de Miranda da Justiça do Trabalho em Alagoas é praticamente desconhecido dos historiadores locais. O memorial, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, possui em seu acervo, além de uma notável coleção de objetos ligados ao seu patrono, o jurista alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, peças que contam a história da Justiça do Trabalho

²⁰ FERREIRA, Op. cit., p. 87.

²¹ DE LUCA, Op. cit., p. 141.

no estado. Através de fotografias, objetos antigos e alguns processos trabalhistas considerados históricos pela equipe responsável, podemos conhecer aspectos da Justiça do Trabalho em Alagoas, desde a sua instalação até os dias atuais.

Antes de ser criado o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (Alagoas), o estado era coberto por Juntas de Conciliação e Julgamento, as JCJ, subordinadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco). Daí os recursos serem julgados na cidade do Recife, inviabilizando a defesa de muitos operários por conta do deslocamento. A primeira JCJ alagoana foi criada, por decreto, em dezembro de 1940, passando a funcionar em 1º de maio de 1941. A 2ª JCJ de Maceió foi criada quarenta e cinco anos depois, apenas em 1986. Antes, em 1970, é criada a JCJ de Penedo, a primeira do interior do estado. O TRT de Alagoas é instalado só em 28 de junho de 1992.²²

Nos processos analisados nesta dissertação observamos muito claramente as diferenças “ideológicas” da JCJ de Maceió em relação ao TRT do Recife. Na capital alagoana, os operários levaram alguma vantagem nos julgamentos, quase sempre saindo vitoriosos.²³ Em alguns casos, os juízes da JCJ mostraram-se até mesmo bem “progressistas”. A situação mudava completamente quando a empresa recorria da sentença dada em Maceió. As dificuldades de locomoção para a capital pernambucana era o menor dos entraves encontrados pelos advogados sindicais. Nos julgamentos dos recursos percebe-se todo o caráter reacionário dos juízes e relatores do TRT. Os argumentos utilizados nas audiências no TRT eram completamente diferentes e inversos daqueles debatidos na JCJ. No tribunal, as decisões eram favoráveis quase sempre aos patrões.

Quanto à situação dessas fontes, infelizmente nem tudo são flores. Antonio Luigi Negro possui um artigo no qual nos apresenta um rápido panorama da situação deste tipo de fonte: “Um inestimável registro histórico está sendo incinerado com a permissão da lei. Queixas, processos, acordos, testemunhos e relatórios – afora diversos documentos anexados para fins de comprovação – estão sendo queimados em todos os cantos do país”.²⁴ No caso da

²² Cf.: ALAGOAS. *História da Justiça do Trabalho em Alagoas (1941 – 1956) I Volume*. Maceió: TRT da 19ª Região, 1996.

²³ A conciliação era a especialidade dos tribunais trabalhistas. Sendo assim, essa vitória nunca era “completa”. Por questão de espaço e por considerarmos ser um tema que foge do objetivo central deste trabalho, não entraremos aqui no debate acerca da conciliação como sendo algo benéfico ou nocivo para os trabalhadores. Cf.: VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. *Nos fios da resistência feminina: O labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964)*. Recife: UFPE, 2011. (Dissertação de Mestrado), pp. 107-111 e SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. *Lei e costume: Experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado), pp. 140-154.

²⁴ NEGRO, Antonio Luigi. “O que a Justiça do Trabalho não queimou: Novas fontes para o estudo do trabalho no século XX”. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista: v. 6, n. 1, 2006, p.194.

Justiça do Trabalho em Alagoas nem sequer houve tempo hábil para a incineração destes documentos. A situação em que se encontravam boa parte dos processos trabalhistas nos arquivos do TRT antes de serem resgatados pela equipe do Memorial era lastimável.

Guardados em local inapropriado, muitos destes processos foram encontrados em precárias condições de conservação em um sótão úmido e escuro, onde foram completamente perdidos, sem a menor condição de manuseio ou leitura. Vemos relatos assim em vários outros locais, principalmente quando se trata de arquivos da Justiça do Trabalho. Isso quando não são queimados através de ordens oficiais, por problemas de espaço e falta de pessoal especializado para tratar do arquivo.²⁵ De maneira inversa, o livro publicado pelo TRT que conta os primórdios da Justiça do Trabalho no estado prega pela preservação documental: “Estes fatos demonstram a importância histórica da preservação de documentos, muitas vezes anexados aos autos dos processos trabalhistas, quase sempre esquecidos em arquivos, sem os devidos cuidados; tais documentos mostram a realidade de uma época”.²⁶ Em outro trecho do mesmo livro, temos explicitada a importância e a realidade deste tipo de fonte:

Acontecimentos políticos, sociais de profunda significação moral estão registrados de muitas formas nesses processos, face à importância das questões que eles encerram. (...) Estes documentos relativos a fatos que ocorreram no início da instalação da Justiça do Trabalho de Alagoas já, em muitos estados da União, encontram-se perdidos para sempre.²⁷

Porém em Alagoas não é muito diferente.

Tais fontes não são encontradas apenas nos museus e arquivos dos tribunais. Outras instâncias da Justiça do Trabalho também guardam relíquias em seus acervos. Por exemplo, não chegamos a consultar os arquivos da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Alagoas. Entretanto, os apontamentos feitos por Osvaldo Maciel podem não animar muito os pesquisadores:

(...) aparentemente apenas a documentação corrente está devidamente catalogada e relativamente bem acondicionada. Afora isto, toda a documentação mais antiga (dos

²⁵ O próprio arquivo do TRT alagoano, apesar de espaço amplo, carece de especialistas no assunto. As funcionárias alocadas hoje não são arquivistas: apenas foram para o arquivo por falta de pessoal, esperando retornar a seus postos de origem quando alguém gabaritado for nomeado. Enquanto isso, pilhas de processos são guardadas sem a menor organização.

²⁶ ALAGOAS, Op. cit., p. 215. O livro foi organizado e preparado pela equipe do Memorial Pontes de Miranda, que sempre lutou pela preservação dos processos antigos existentes. No entanto, nem sempre a boa vontade e a consciência histórica vencem as decisões políticas dos mandatários do Judiciário.

²⁷ Ibid., ibidem.

anos 1960 para trás) ressentem-se de tratamento, classificação, catalogação, acondicionamento e política de acessibilidade sistemática.²⁸

O Memorial Pontes de Miranda ainda é desconhecido dos pesquisadores alagoanos. Mesmo não possuindo em seu acervo a totalidade dos processos trabalhistas, existe no memorial um banco de dados com a listagem de quase todos os processos existentes e também dos que foram eliminados. Nesse banco de dados podemos encontrar o número do processo e o ano, o reclamante, o reclamado, o motivo da causa, quem ganhou a causa entre outras informações que podem auxiliar o pesquisador a fazer uma amostragem geral para um trabalho seriado, uma história quantitativa.

Sobre a criação da Justiça do Trabalho no país, afirma Negro:

Criada em 1941, a Justiça do Trabalho foi uma iniciativa em alguma medida dotada de autenticidade e franqueza. Ao varguismo interessava que funcionasse, mesmo que apenas parcialmente, para que greves e conflitos pudessem ser vistos como desnecessários. Em segundo lugar, ao varguismo interessava, para valer, a Justiça do Trabalho como fator de ordem e progresso, isto é, como fator de contenção de tensões e conflitos. Em terceiro lugar, a presença, a experiência, as iniciativas, os valores e as estratégias dos trabalhadores livres do século XX nas fontes disponíveis da Justiça do Trabalho nos levam a considerar – praticamente nos mesmos termos – o que Slenes escreveu sobre os trabalhadores escravos do XIX.²⁹

Interessa-nos nesta citação o terceiro e último ponto: mesmo sendo um instrumento criado pelo governo para o controle de uma classe, cada vez mais ativa, politizada e combatente, os trabalhadores não se deixaram levar pelos encantos paternalistas de Getúlio Vargas. Um dos argumentos dominantes por muito tempo nas Ciências Humanas sobre o período de democratização (1945-1964) – e antes dele – é o controle político e ideológico de um grupo político (ligado principalmente a Getúlio Vargas e ao PTB) sobre os trabalhadores. Negro vai contra esta perspectiva e os processos trabalhistas são fontes essenciais para tal desmistificação.

Assim como não reinavam o desarraigo e a imoralidade nas senzalas, não reinam entre os trabalhadores do século XX a apatia, a passividade, o conformismo e a ignorância. Precisamente, como evidência disso, o que as fontes da Justiça do Trabalho podem nos revelar são demonstrações claras da existência de identidades operárias horizontais, estruturando os mundos do trabalho com a presença ativa das classes subalternas, que quase nunca são um bloco coeso e homogêneo disposto para o protesto social. As brechas, janelas e portas existentes nas fachadas feitas para inglês ver podem ser, em alguma medida, interessantes e vantajosas a grupos operários específicos, ou aos trabalhadores individualmente.³⁰

²⁸ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Operários em movimento – Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)*. Maceió: EDUFAL, 2007b, p. 33.

²⁹ NEGRO, Op. cit., pp. 195-196.

³⁰ NEGRO, Op. cit., p. 196.

Em outras palavras, “a pesquisa nessa área deverá logo se indagar se as classes subalternas eram uma massa de manobra (...) ou se desejavam (e de fato conseguiam) ir além do seu papel preestabelecido no roteiro varguista da Justiça do Trabalho”.³¹ Muitos processos existentes do Memorial Pontes de Miranda podem auxiliar ao pesquisador em demonstrar a não passividade dos operários alagoanos. Assim, o argumento da fragilidade da classe trabalhadora do estado torna-se inválido. Voltemos a um argumento clássico: Alagoas, um estado agrário e rural, com poucas indústrias urbanas. No entanto, este número não é tão pequeno assim, o operariado alagoano não era em quantidade insignificante, como também não era passivo e quieto. “Então, a título de hipótese e provocação, quem sabe, as pesquisas sobre a Justiça do Trabalho podem revelar um longo processo: da invenção da liberdade em pleno regime escravocrata à invenção da cidadania em regimes liberais excludentes (...)”.³²

E o que mais podemos encontrar nestes processos?

As fontes da Justiça do Trabalho nos levam a considerar a relação dos trabalhadores com aquela legislação que já foi propagandeada como a mais avançada do mundo, a Consolidação das Leis do Trabalho. As fontes da Justiça do Trabalho chamam nossa atenção para os modos como recepcionaram e acionaram os direitos trabalhistas.³³

Em várias edições de *A Voz do Povo* encontramos uma coluna assinada pelo advogado Rubem Ângelo³⁴ sobre os direitos trabalhistas. Nela, Ângelo apresentava e discutia diversos assuntos relacionados com a Justiça do Trabalho. A divulgação dos direitos trabalhistas era um dos principais serviços prestado pelos sindicatos e pelos militantes dos partidos de esquerda. O conhecimento que os trabalhadores tinham de seus direitos era bastante razoável (levando-se em consideração o pouco acesso que possuíam a informação).

Contudo, apesar de ser uma fonte rica de informações, os processos trabalhistas, como os periódicos apresentados anteriormente, não poderão, eventualmente, responder a todas as questões apresentadas. Como nos mostra Negro:

Para isso, além dos papéis guardados pela Justiça do Trabalho, é preciso prestar atenção em outras fontes, a começar pelas fontes orais da Justiça do Trabalho. (...) Vale também sondar as possibilidades dos arquivos da polícia e das Delegacias Regionais do Trabalho. Assim como, nos sindicatos, pode ser interessante pesquisar atas de assembleias sindicais e atas de reunião de diretoria, sem esquecer a imprensa e outras fontes.³⁵

³¹ NEGRO, Op. cit., p. 196.

³² NEGRO, Op. cit., p. 200.

³³ NEGRO, Op. cit., p. 201.

³⁴ Rubem Ângelo foi redator do jornal “A Voz do Povo”, com inúmeros textos assinados em várias exemplares. Ângelo foi advogado de vários sindicatos de trabalhadores urbanos de Maceió, tanto dos têxteis como de outros segmentos não-operários.

³⁵ NEGRO, Op. cit., p. 203.

Os arquivos da DOPSE

Outra fonte essencial neste trabalho são as fichas³⁶ da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE) e outros materiais apreendidos ou produzidos pela própria DOPSE ou solicitados pela delegacia aos órgãos estatais, como secretarias de estado.³⁷ No APA encontram-se apenas as fichas pessoais, sem os referidos prontuários. Ainda assim, tais fichas nos mostram uma série de novos dados, como a profissão de vários militantes comunistas, endereço de células,³⁸ data de filiação de alguns membros do PCB e o mais importante: o campo “Observações”, onde era preenchida a razão pelo qual o indivíduo foi fichado na DOPSE. Apesar de muitas delas serem relatos muito breves e simples, nos ajudam a entender a atuação comunista em Alagoas.

Não há elementos, pelo menos por enquanto, para nos precisar mais sobre a forma como a DOPSE trabalhava no estado. Isto porque estas fichas provavelmente foram formuladas para comunistas basicamente, pois entre os campos a serem preenchidos, temos dois que nos chamam a atenção: “Data da entrada no P.C.B.” e em seguida “Célula a que pertence”. Das fichas consultadas, estes dois campos são os que menos possuem informações (não chega a uma dezena a quantidade de fichas com estes campos preenchidos).³⁹

Trabalhamos apenas com material datado até o ano de 1964,⁴⁰ totalizando 75 (setenta e cinco) fichas. Deste total, 56% são seguramente de comunistas filiados e os 44% restantes de simpatizantes ou pessoas presas por participar de algum movimento considerado subversivo. Afinal, nem todos os indivíduos fichados são, necessariamente, comunistas ou de alguma forma ligados ao PCB. Existem vários casos de pessoas fichadas por terem assinado “um manifesto ao povo de Alagoas, intitulado ‘Movimento Alagoano dos Partidários da Paz’”, em

³⁶ Este material faz parte de um projeto de digitalização capitaneado inicialmente pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e posteriormente cedido ao APA. Quando consultamos, ainda estava em processo de catalogação sendo por isso que as citações nesta dissertação estão de acordo com a digitalização (as fichas foram digitalizadas e salvas em arquivos de texto, distribuídas em pastas não catalogadas).

³⁷ Este material encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e as referências utilizadas nesta dissertação baseia-se nos títulos dos arquivos digitalizados. Por não ter pesquisado *in loco*, não podemos precisar as referências utilizadas pelo APERJ.

³⁸ Uma célula é um pequeno grupo de militantes de um partido (no caso o PCB), ou de movimento político, que se reúne em um local (o aparelho) para discutir ações e resoluções do comando geral (no caso Comitê Central) e sua aplicação no dia a dia da militância.

³⁹ Por conta da quantidade limitada de informações presentes nas fichas, não é possível fazer uma distinção ou esclarecer se o indivíduo foi preso ou apenas fichado.

⁴⁰ Praticamente em todas as fichas analisadas não há a data exata de seu preenchimento. Estamos nos baseando pelas informações contidas no campo “Observações”, onde nos é permitido confirmar ser o preenchimento anterior ao golpe civil-militar de 1964.

1952. Este manifesto saiu em *A Voz do Povo* e apenas por isso que o indivíduo é fichado na DOPSE. Não encontramos outro material comprovando ser este manifesto (e este movimento) ligado diretamente ao PCB. Por não ter como distinguir com precisão entre filiados e simpatizantes, a princípio os números fornecidos pela DOPSE apresentam-se bastante elevados. Se o PCB não era um partido minúsculo, como pretendemos demonstrar, tampouco possuía cerca de dois mil militantes apenas em Maceió – até porque se possuísse esta quantidade de filiados, certamente encontraríamos algum tipo de menção a estes números exorbitantes nas páginas de *A Voz do Povo*.⁴¹

Analisando outros materiais apreendidos pela polícia política⁴² identificamos alguns manifestos semelhantes, não ligados diretamente ao PCB. Um deles, chamado “Manifesto ao Povo Brasileiro”, assinado no Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 1950, pela “Liga Brasileira de Defesa das Liberdades Democráticas”, denunciava as “provocações” acerca de um golpe de estado envolvendo até as Forças Armadas, “cujas tradições democráticas não podem ser confundidas com os objetivos continuístas de conhecidos aventureiros golpistas”. O manifesto convoca

(...) todas as correntes de opinião democrática, (...) organizações trabalhistas, estudantis, populares e patrióticas e a todos os homens responsáveis do país, concitando-os ao mesmo tempo a que se unam, sobrepondo-se a quaisquer divergências, no sentido de combater o perigo que paira sobre todos indistintamente.

Solicita a todos que se mantenham vigilantes e ampliem as campanhas pela independência econômica do Brasil, em prol da democracia. O manifesto é assinado por parlamentares (um senador, um vereador e alguns deputados), por professores, médicos e lideranças estudantis, não sendo identificado, a princípio, nenhum comunista.⁴³

Um outro documento é bem semelhante ao identificado nas fichas da DOPSE, publicado em *A Voz do Povo*. A “Campanha contra a Lei de Segurança e pela Paz Mundial”, também capitaneada pela “Liga de Defesa das liberdades Democráticas”, era um abaixo-assinado dos auto-intitulados “democratas brasileiros, partidários da PAZ, sem distinção política, religiosa ou social”. A luta era contra a Lei de Segurança, entendida como “um meio

⁴¹ Da mesma forma não podemos utilizar com precisão os números fornecidos pelo IBGE ou pelos próprios comunistas. No caso do órgão estatal, alguns números não possuem uma explicação mais detalhada de como foram coletados – e havia o interesse político de não determinar valores muito altos para a classe operária alagoana. Já os comunistas nem sempre tinham meios de coletar tais dados de forma mais precisa. Algumas vezes, pode ser um simples erro de digitação ou falha na impressão do jornal, algo muito comum. Obviamente, isto não inviabiliza a fonte, muito menos o seu uso.

⁴² A polícia política no Brasil teve as mais variadas denominações e conseqüentemente siglas. Estamos utilizando “DOPSE” porque é a existente nas fichas analisadas. Outros materiais encontrados em tais arquivos possuem outras denominações, mas sempre se tratando da polícia política estatal.

⁴³ “Manifesto ao Povo Brasileiro”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.30.

de facilitar o desencadeamento de um novo conflito mundial”. O abaixo-assinado solicitava ao Congresso Nacional o arquivamento da referida lei. Solicitava também que as Assembleias estaduais eleitas discutissem sobre o fim da corrida armamentista e a proibição do uso de armas atômicas, bem como o fim de guerras contra “povos coloniais, como está acontecendo, presentemente, na Malásia, na Birmânia, no Vietnã”.⁴⁴ O quarto ponto pede o fim da repressão aos chamados “partidários da paz” e finaliza solicitando o fim da Guerra Fria, com a assinatura de um pacto de paz.⁴⁵

O que mais chama a atenção neste tipo de material é o forte sentimento anticomunista da Delegacia. Tais detalhes revelam-nos que toda esta perseguição aos militantes do PCB não é justificada apenas pelo forte anticomunismo da DOPSE e das elites alagoanas, mas também pela importância e força política do partido no estado, como veremos adiante.

O depoimento oral

Por fim, vamos comentar brevemente acerca dos depoimentos orais⁴⁶ como fonte para uma pesquisa, apesar de terem sido utilizados bem poucos nesta dissertação. Por conta do período escolhido (década de 1950), não é muito fácil encontrar pessoas que possam dar seu depoimento. Por outro lado, sendo o trabalho infantil “comum” naqueles anos, tendo vários operários ingressado nas fábricas ainda muito jovens, com cerca de catorze ou quinze anos, ainda podemos encontrá-los.

Observamos a importância deste tipo de fonte segundo indicações de Verena Alberti: “A História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”.⁴⁷ Um tema com uma bibliografia local ainda escassa, nas quais as fontes também não são em abundância, as entrevistas com os atores envolvidos são fundamentais. Entretanto, sobre isto nos alerta Jean-Jacques Becker: “história oral é extremamente útil para preencher as lacunas da história, para compensar a falta de documentação”. Contudo, deve-se atentar para não ser a única fonte

⁴⁴ Na medida do possível iremos corrigindo a grafia das palavras, ora atualizando-as ora apenas corrigindo erros de tipografia.

⁴⁵ “Campanha contra a Lei de Segurança e pela Paz Mundial”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.31.

⁴⁶ O debate sobre o depoimento oral ser ou não considerado fonte ainda é muito intenso. Não cabe aqui entrar nesta discussão, então ficaremos com esta “definição” mais simplificada de Alberti: “A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea” (ALBERTI, Verena. “Fontes orais. Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 155).

⁴⁷ ALBERTI, Op. cit., p. 155.

utilizada pelo historiador, referindo-se não apenas a história oral, mas a qualquer outra fonte.⁴⁸

Em 2008, o projeto “Trama da Memória, Tecitura do Tempo”, capitaneado pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)⁴⁹, realizou uma série de entrevistas (dez no total) com ex-operários dos anos de 1950 e 1960 da Fábrica Carmen, localizada em Fernão Velho. Todas as entrevistas, realizadas em vídeo, estão disponíveis para consulta no APA. Como qualquer outra fonte, os depoimentos coletados devem ser analisados cuidadosamente, pois muitas vezes a “entrevista, em vez de fonte para o estudo do passado e do presente, torna-se a revelação do real”. Sendo assim, o erro “está em considerar que a entrevista publicada já é ‘História’, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise”.⁵⁰

Um dos principais cuidados diz respeito à memória.

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é resultado de um trabalho de organização e de relação do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.⁵¹

Já Alessandro, Portelli, em seu clássico “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, diz o seguinte:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é *social* e pode ser *compartilhada* (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história 'social').⁵²

Sendo assim, as entrevistas não se encerram em si mesmas, nem devem ser utilizadas como fonte única em uma pesquisa. É comum encontramos depoimentos muito diferentes de participantes de um mesmo evento, pelas mais variadas razões, incluindo o esquecimento

⁴⁸ BECKER, Jean-Jacques. “O *handicap* do *a posteriori*”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 31.

⁴⁹ Posteriormente, o historiador Golbery Lessa, um dos coordenadores do projeto, transformou as entrevistas no texto *Trama da Memória, Urdidura do Tempo (Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos)*, ainda não publicado.

⁵⁰ ALBERTI, Op. cit., p. 158.

⁵¹ ALBERTI, Op. cit., p. 167.

⁵² PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 127. Grifos do autor.

(seja ele proposital⁵³ ou por conta do tempo) e a modificação temporal e espacial: “O que se aplica ao tempo também se aplica ao espaço”.⁵⁴

Breve repasse na historiografia alagoana sobre o tema

Muitos estudos sobre os trabalhadores – mesmo quando envolvendo outros grupos político-sociais como um partido – às vezes privam-se de uma caracterização teórica em relação ao objeto de pesquisa. Alguns termos e conceitos utilizados em trabalhos enfocando os operários são muito caros aos historiadores e alguns escritos passam em branco este tipo de formulação. Como afirmamos anteriormente, não é o objetivo desta dissertação tratar de forma mais profunda a teoria e a metodologia utilizada, deixando-a fluir ao longo do texto. Ainda assim, acreditamos ser necessário fazer alguns breves comentários.

Nos fins da década de 1970, prefaciando o livro de Maria Nazareth Ferreira, Paulo Sérgio Pinheiro afirmava: “Já era tempo de se superar a confusão entre classe operária, movimento operário e partido”.⁵⁵ Bem genericamente, muitos trabalhos apresentavam o movimento operário como um todo, englobando todo o universo operário na militância, nas greves, como se tudo fosse classe operária. Entendemos o movimento operário como a militância em si, nos sindicatos e partidos. São os trabalhadores em luta. O conceito de classe operária abarca todas as outras dimensões do mundo operário: cotidiano, experiências, condições de vida e de trabalho, enfim, as esferas da produção e da reprodução em sentido ampliado, inclusive os espaços de engajamento no movimento operário, as diversas formas de reivindicação e manifestações, etc.

Eric Hobsbawm identificou esta confusão nos primeiros escritos sobre o tema, feito pelos próprios militantes ou por intelectuais ligados a classe trabalhadora. Em um artigo escrito em 1974, o historiador inglês afirmava:

A história operária “de dentro do movimento” e, em grande medida, fora das universidades, tendeu a apresentar certas características. Em primeiro lugar, ela revelou a tendência de identificar “classes operárias” com “movimento operário”, ou

⁵³ Pode acontecer de o entrevistado não se orgulhar de certas atitudes do passado, omitindo-as em seu depoimento.

⁵⁴ Ibid., p. 110. Aqui Portelli faz referência à seguinte questão: um mesmo fato pode ganhar narrativas diferentes não só através do tempo, como também depende de onde se produz o discurso e onde se busca a memória. A alusão feita é a seguinte: antes do massacre de Civitella, houve um em Valluciole, localidade próxima de Civitella, onde o massacre também foi uma retaliação nazista contra a Resistência. No entanto, nos depoimentos de Valluciole, a “culpa” dos membros da Resistência é atenuada quando não, ignorada.

⁵⁵ FERREIRA, Op. cit., p. 12.

mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos. A história operária tendeu, portanto, a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos. E quanto mais forte e unificado fosse o movimento em um país ou período, maior era a tentação desta identificação.⁵⁶

Existe também uma tendência em “misturar” as idéias por outro viés e a história dos trabalhadores confunde-se com a história das esquerdas. Para Hobsbawm, os estudos sobre os operários são “por tradição um tema altamente politizado”. Daí serem muito estreitas as relações entre operários e a esquerda, pois a política os une. “Historiadores da classe operária, assim, situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo”.⁵⁷

Oswaldo Maciel, analisando esta mesma questão, afirma:

Daí que os trabalhadores de modo geral só surgiam, enquanto objeto privilegiado de estudo, no interior de uma opção política clara ligada ao movimento operário. Este fato explicava, em boa medida, a tendência a salientar determinados aspectos positivos do movimento relacionado à corrente política da pessoa ou grupo que escrevia tal história. O caso brasileiro, não fugindo à regra, é exemplar deste posicionamento.⁵⁸

Por conta disso, por sua totalidade e grandeza, o termo classe é bastante complexo. Propomos nortear esta dissertação com o entendimento (e não com a definição) de Thompson sobre o conceito de classe. Para o historiador britânico,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.⁵⁹

Outro norte teórico em que buscamos o embasamento necessário para desenvolver este estudo foi a renovada História Política. René Rémond, um dos expoentes desta renovação, afirma: “O indivíduo engajado na política, na escolha de um voto, certamente está preocupado

⁵⁶ HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 17.

⁵⁷ Ibid, p. 15.

⁵⁸ MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: Os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009, p. 22.

⁵⁹ THOMPSON, E. P. *A formação classe operária inglesa vol. I – A árvore da liberdade*. 4ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004, p. 10.

em salvaguardar seus interesses e os do grupo ao qual pertence”.⁶⁰ Baseado nesta idéia, analisamos também os votos obtidos pelo PCB em Alagoas nas eleições de 1946 (e também posteriormente, através de outras legendas partidárias). Estes votos demonstram a base política dos comunistas no Estado.

Se foram os *Annales*, principalmente as discussões sobre as estruturas feitas por Fernand Braudel, os principais responsáveis por “tirarem” a História Política do cenário acadêmico dos historiadores, coube aos novos estudos, principalmente os de Rémond, trazê-la de volta ao palco da historiografia:

O político também comporta estruturas que lhe são próprias. As instituições são por natureza duradouras, mesmo quando os regimes se sucedem. Existem constantes que asseguram as tradições do pensamento, configurações que são estáveis, como por exemplo a separação entre direita e esquerda, os hábitos, os comportamentos. E evidente que cada país e, deveria dizer, cada povo mantém com a política uma relação que lhe é peculiar. E essa relação perdura, é perene, é transmitida de geração a geração.⁶¹

Para o autor, não existe outra atividade humana que insira e reúna uma quantidade tão grande de homens quanto a política. Alguns podem não participar diretamente da vida política da sociedade a que pertence, mas a política influencia na sua vida. Ainda assim, Rémond faz algumas ressalvas quanto ao domínio do político, tornando-se necessário “dizer também que nem tudo é político, que não se deve reduzir tudo à política, que o político não está sozinho e isolado, mas guarda relações com o resto, com as demais expressões da atividade humana e com a sociedade civil”.⁶²

Posto estas rápidas considerações, vamos comentar algumas obras que trataram do tema geral desta dissertação em Alagoas.

Os primeiros trabalhos sobre as camadas subalternas em Alagoas são relativamente recentes, em comparação com o resto do país. Especificamente sobre os trabalhadores assalariados da República, o marco inicial são os artigos de Moacir Medeiros Sant’Anna e Luiz Sávio de Almeida, ambos no final da década de 1980. Sant’Anna publicou em 1987 “Primeiros movimentos grevistas em Alagoas”⁶³ e Almeida lançou, entre 1989 e 1992, quatro textos importantes acerca do tema⁶⁴: “A República e o movimento operário em Alagoas (A

⁶⁰ Rémond, René. “Por que a história política?” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 7, n. 13, 1994, p. 9.

⁶¹ Ibid., ibidem.

⁶² Ibid., ibidem.

⁶³ Não tivemos contato com o texto, hoje de difícil acesso, como boa parte dos trabalhos historiográficos mais antigos em Alagoas. Assim, seguiremos os apontamentos feitos por Maciel (2009).

⁶⁴ Em 2006, a Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL) relançou os quatro artigos em um único volume intitulado “Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas”.

redenção dos filhos do trabalho)”, “A greve dos Ferroviários em 1909”, “Breve reflexão sobre a mulher na indústria têxtil: Alagoas, 1920” e “Raízes do comunismo em Alagoas”.

Não nos interessa aqui as diferenças historiográficas e metodológicas dos autores. Porém, observamos certa “convergência” em dois dos cinco trabalhos: os estudos e análises de “momentos fortes”. E o que seriam estes “momentos fortes”? Ora, as greves e reivindicações e outras formas de embates entre trabalhadores e a classe dominante.

O pioneirismo destes artigos lhes confere, por vezes, um caráter descritivo. Neste sentido, apenas o texto *A República e o movimento operário em Alagoas* constrói um quadro analítico mais amplo. De modo geral, o estudo da classe operária aqui circunscreve-se aos seus “momentos fortes” (greve, reivindicações etc.) e ao clássico período dos seus primórdios na Primeira República, além de lançarem mão principalmente dos periódicos como fonte documental.⁶⁵

Por outro lado, pelo menos em nível nacional, existe uma nova perspectiva para o estudo dos operários não necessariamente em momentos críticos. Segundo Claudio Batalha, citado por Maciel, “‘momentos de lutas excepcionais cederam espaços para as condições de existência diárias, o cotidiano operário’, ocorrendo também uma ‘ampliação da cronologia’ e a ‘ampliação das fontes tradicionais’”.⁶⁶

Esta nova perspectiva começou principalmente como resposta a uma crise nos estudos da classe trabalhadora durante a segunda metade da década de 1980 e meados dos anos 1990.⁶⁷ As grandes e significativas mudanças ocorridas com o capitalismo pós-1989 e o consequente dismantelo neoliberal promoveram profundas incertezas na historiografia do movimento operário. A reação ganhou força nos fins dos anos 1990 e o resultado foi o revigoramento das pesquisas: novos problemas e novas abordagens, análises de fontes até então ignoradas (ou desconhecidas) pelos historiadores, além de um interesse crescente de novos pesquisadores pelo tema, lançando uma nova luz aos estudos da classe trabalhadora.⁶⁸

Em Alagoas, um dos trabalhos pioneiros neste sentido é a dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, em 2004, de Osvaldo Maciel. Com o título “Filhos do trabalho, apóstolos do socialismo: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905)”⁶⁹, o autor trata de como “os gráficos de Maceió” elaboraram “um sentido positivo para o trabalho e uma identidade coletiva (classista)

⁶⁵ MACIEL, *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*, Op. cit., pp. 32-33.

⁶⁶ MACIEL, *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*, Op. cit., p. 28.

⁶⁷ Evidentemente, alguns trabalhos importantes foram lançados durante este período e serviram de base (e inspiração) para os estudos posteriores. O melhor exemplo é o clássico estudo de Ângela de Castro Gomes sobre o trabalho no Brasil, lançado no final da década de 1980.

⁶⁸ Cf.: SILVA, Fernando Teixeira da. “Apresentação”. *História Social*. Campinas: nº 14-15, 2008, pp. 9-10.

⁶⁹ O texto foi publicado em 2009 pela EDUFAL.

para os trabalhadores”.⁷⁰ Embasado principalmente em Edward P. Thompson, Osvaldo Maciel lança um novo olhar sobre a classe trabalhadora em Alagoas. Seu trabalho abre novas perspectivas sobre os estudos dos operários no estado, suas particularidades e inserção no cenário nacional, como também enfoca de uma maneira inédita (na perspectiva local) os trabalhadores.

A obra de Maciel tornou-se referência obrigatória para os estudos sobre a classe operária de e em Alagoas. Entretanto, analisa um corte temporal muito anterior ao nosso. Sendo assim, vamos apresentar mais algumas obras acerca dos trabalhadores e das representações políticas no estado do período demarcado (1945-1961).

Dos trabalhos pioneiros apresentados anteriormente, dois textos de Sávio de Almeida são de grande importância, apesar de também tratarem de um período anterior ao de nosso trabalho: “A República e o movimento operário em Alagoas (A redenção dos filhos do trabalho)” e “Raízes do comunismo em Alagoas”.

O primeiro “constrói um quadro analítico mais amplo”. De acordo com o próprio Almeida, “seu objetivo [do texto] era anotar sistematicamente informes sobre a vida operária dos fins do século XIX ao começo do século XX”.⁷¹ “A República...” é longo e sistematicamente dividido, apresentando-se através de notas. Apesar de o autor afirmar ser um trabalho “de iniciante, sem maior clareza, dificuldades de anotação, algumas perdas, indecisão metodológica”,⁷² é um texto fundamental para entender-se o momento sócio-político da formação da classe trabalhadora em Alagoas. Almeida nos apresenta os líderes e os principais jornais operários daqueles anos. Ao longo de sua escrita, vai inserindo os personagens no cenário alagoano, exibindo suas particularidades. Já “Raízes do comunismo em Alagoas” avança um pouco mais no tempo, focando-se nas três primeiras décadas do século XX. Apresenta toda a efervescência sócio-política da época no estado, identificando os primeiros momentos do PCB em Alagoas: a origem de seus militantes, as primeiras lutas, etc.

Acerca de uma leitura conjuntural do período no estado, enfocando principalmente o quadro político, um dos principais livros é o clássico de Douglas Apratto Tenório “A tragédia do populismo - O impeachment de Muniz Falcão”. Publicado em 1995, este livro resulta de sua tese de doutoramento na UFPE. Tenório estudou o processo de *impeachment* sofrido pelo então Governador do Estado Sebastião Marinho Muniz Falcão (governador entre 1956 e 1961). Para tanto, o autor faz um longo panorama de Alagoas em todas as suas vertentes

⁷⁰ MACIEL, *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*, Op. cit., p. 19.

⁷¹ ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 22.

⁷² *Ibid.*, p. 21.

(política, social, cultural e econômica), entre os anos de 1945 e 1960, não se furtando a retroceder até a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, ou em avançar para além da gestão de Muniz Falcão à frente do executivo. A partir deste trabalho, podemos observar igualmente o quadro político-partidário alagoano, do qual verificamos e identificamos os trabalhistas tanto no PTB quanto no PSP. Munidos de dados e números acerca das eleições alagoanas, o livro de Tenório é de grande auxílio para a construção e entendimento desta conjuntura em Alagoas.

Entretanto, a ideia de “populismo” defendida por Tenório em seu livro⁷³ é a mesma teoria clássica que reinou por anos nas Ciências Humanas: esta ideia nos remete a um desmerecimento da força dos trabalhadores, servindo de instrumento ideológico para que os próprios desconheçam suas reais condições de luta. Ao mesmo tempo, dá-se a um personagem (algumas vezes, o próprio Estado) uma enorme força, tratando o trabalhador como vítima, facilmente controlável. Assim, as classes dominantes desmereciam dois inimigos de uma só vez: desacreditava os trabalhadores de sua força, negando aos mesmos sua ascensão política, e desqualificava seus adversários políticos. Estudos mais recentes sobre os trabalhadores alagoanos vêm nos mostrando que a classe operária do estado não era tão pequena e débil como nos fora apresentada por vários anos. Tais quais alguns estudos mostraram em outros lugares do Brasil, existiu em Alagoas um classe operária pré-Era Vargas, relativamente forte e combatente. Da mesma forma, existiu também um imaginário da classe trabalhadora alagoana, pautada em lutas e reivindicações anteriores a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Seguindo as tradições anteriores, os trabalhadores chegaram ao período democrático (1945-1964) com sua própria concepção da realidade e uma maneira ímpar de entender a conjuntura em que estavam inseridos. Não houve, assim, uma simples imposição de cima para baixo, de líderes carismáticos para uma massa sem consciência.

Além do livro de Douglas Apratto Tenório, mais dois livros já esgotados tratam do período em Alagoas. O primeiro é “Sururu apimentado”, de Mário de Carvalho Lima, lançado em 1979. O outro é “A solidão dos espaços políticos”, de Luiz Nogueira Barros, datado de 1989. Ambos possuem algumas características comuns. Os autores não são historiadores (Luiz Nogueira é médico e Mário Lima era policial nos anos 1950 e 1960); a narrativa é versada no discorrer de fatos, algo semelhante a um livro de memórias (principalmente o texto de Lima). Excluindo as questões metodológicas, são duas fontes riquíssimas para captarmos informações e montar o panorama político da época.

⁷³ A primeira edição é de 1995 e não encontramos na segunda, de 2007, mudanças no texto.

Partindo para outro viés, temos o livro de Fernando Medeiros intitulado “*O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*”. Lançado em 2007 pela EDUFAL, o texto resulta de sua dissertação de mestrado defendida na década de 1990. Medeiros traça um panorama da Ação Social Católica em Alagoas, desde sua instalação até os primeiros momentos do golpe civil-militar de 1964, intercalando com períodos da própria Igreja no estado. Mostrando desde a origem do anticomunismo em Alagoas, o autor vai exibindo e analisando a formação deste imaginário anticomunista, principalmente através do jornal católico “O Semeador”. Um estudo que tenha como um de seus temas centrais o PCB não pode estar completo se não se detiver na discussão sobre o anticomunismo e das querelas da Igreja contra os comunistas.

Por fim, dois livros recentes de Geraldo de Majella: “Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical” e “Mozart Damasceno, o bom burguês”, os mais ricos depoimentos sobre o PCB alagoano. Ambos os livros, lançados respectivamente em 2010 e 2011 pelas Edições Bagaço, apresentam de forma integral longas entrevistas realizadas por Geraldo de Majella na década de 1980 com os ex-militantes comunistas Rubens Colaço⁷⁴ e Mozart Damasceno.⁷⁵ Os textos não possuem comentários ou análises: é apenas o trabalhador-militante Colaço e o comerciante Mozart dando seus depoimentos. Existem apenas notas de rodapé explicando alguns fatos históricos e exibindo uma breve biografia de pessoas citadas pelos dois comunistas, necessárias para um melhor entendimento do depoimento.

Existe também uma série de artigos não publicados ou que circulam na internet. Um dos mais conhecidos é “Alagoas: Pastoril de trágicas jornadas”, do jornalista Enio Lins. Seu artigo, apesar de se propor a tratar basicamente dos acontecimentos no dia do golpe civil-militar em Alagoas (30 de março de 1964), nos exhibe um panorama político rico e recheado de informações das décadas de 1950 e 1960. O historiador Golbery Lessa possui alguns textos sobre o PCB e os trabalhadores têxteis. Sobre os comunistas destacamos dois: “Estudo sobre o texto “A crise do açúcar no Brasil”, de Cyro Rocha” e “Os principais momentos do PCB em Alagoas”. O primeiro, escrito em 2008, faz uma breve análise acerca de uma série de escritos de Cyro Rocha intitulados de “A crise do açúcar no Brasil” e publicado no jornal *A Voz do Povo* durante a década de 1950. Já o segundo, de 2010 e publicado pela EDUFAL em 2011, apresenta alguns momentos-chave na história do PCB em Alagoas, desde os anos 1930 até os

⁷⁴ Ex-dirigente sindical e militante comunista nos anos 1950 e 1960, Rubens Colaço Rodrigues nasceu em 04 de abril de 1930, em Poço Fundo, um pequeno povoado de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco. Caçula entre dezoito filhos, logo cedo veio morar em Alagoas, em União dos Palmares.

⁷⁵ Alagoano de Murici, Mozart Verçosa Damasceno nasceu no dia 19 de outubro de 1925. Primogênito entre oito filhos, após a morte do pai largou os estudos em Maceió e voltou a sua terra natal, para cuidar dos negócios da família. Comerciante talentoso, aumentou de forma significativa o empreendimento familiar.

fins da década de 1980, intercalando a história do partido com a história do estado. Utilizando alguns documentos da DOPSE e edições do jornal *A Voz do Povo*, Lessa contribui para desmistificar a imagem do PCB alagoano, apontado sempre como um partido diminuto, sem grande inserção na sociedade e com uma pequena influência entre os trabalhadores.

Sobre os têxteis, Lessa escreveu “Para uma história da indústria têxtil alagoana” e “Trama da memória, urdidura do tempo - Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos”, ambos em 2008. O primeiro nos mostra a importância e o poderio econômico das fábricas de tecidos alagoanas, ajudando a confrontar a tese de supremacia do setor canavieiro, sempre ofuscando outros setores da economia local. Ao demonstrar a grandeza do setor têxtil, Golbery Lessa revela uma classe operária urbana numerosa e com uma considerável força política, bem maior do que aquela (pouco) apresentada por anos pela historiografia clássica alagoana. Assim, a influência dos operários de Alagoas passa a ser revista e reconsiderada dentro da sociedade. Em “Trama da memória, urdidura do tempo”, artigo resultado do citado projeto “Trama da Memória, Tecitura do Tempo”, Lessa apresenta um panorama mais geral da vida dos operários têxteis de Fernão Velho, baseado nas entrevistas realizadas com antigos trabalhadores da Fábrica Carmen. Neste texto, o autor revela um panorama mais amplo do meio operário, indo além das questões mais tradicionais do movimento operário.

Estes textos nos serviram para montar não apenas o mosaico da conjuntura social, política e econômica de Alagoas entre os anos de 1945 e 1961, mas também para compor a estrutura do PCB e verificar sua presença e influência tanto no seio da classe trabalhadora do estado como na sociedade alagoana como um todo. Em conjunto com as fontes analisadas, buscamos demonstrar a importância dos comunistas, desmistificando algumas ideias difundidas pela historiografia local, principalmente através da perspectiva dos trabalhadores e da aliança com os mesmos. Nosso objetivo maior é trazer para o plano central da história de Alagoas dois dos elementos mais ignorados e subjugados por esta mesma história: os trabalhadores urbanos e os comunistas.

1 A CONJUNTURA ALAGOANA (1945 - 1961)

Neste capítulo faremos um balanço da conjuntura político-social de Alagoas no período demarcado.⁷⁶ Nosso objetivo é priorizar as diversas atuações dos comunistas.

A opção pelo recuo de cinco anos no tempo em relação ao corte temporal desta dissertação (1951-1961) é estratégico. O primeiro governador alagoano pós-Estado Novo era ferrenho opositor dos comunistas, reprimindo-os de todas as maneiras possíveis, incluindo a violência física e prisões arbitrárias. Outro ponto de destaque é a participação do PCB nas eleições, tanto estaduais como na capital Maceió. Esta análise servirá para demonstrar igualmente a ida dos operários as urnas escolher seus representantes e como os comunistas trabalhavam nas épocas eleitorais junto a sua base.

Assim, buscaremos contar um pedaço da história de Alagoas pela ótica de dois grupos sócio-políticos ignorados pela historiografia local produzida em um passado não muito distante. Estudar a conjuntura deste período também é revelador no que tange ao presente. Conhecer um pouco mais os governadores, prefeitos, deputados e vereadores e suas respectivas legendas daqueles anos pode demonstrar muito do que é Alagoas hoje. Para tanto, destrinchar os partidos e suas ligações torna-se tarefa fundamental.

1.1 Introdução: Lá pela direita, cá pela esquerda, parados no centro...

Em Alagoas, assim como no Brasil, durante o período de redemocratização (1945-1964), observamos certa polarização político-partidária. Com a reforma política promovida com o fim do Estado Novo na qual todos os partidos tornam-se obrigatoriamente nacionais, inicialmente foram formados em Alagoas apenas seis secções de partidos: Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano Democrático (PRD), Partido Republicano Progressista (PRP) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).⁷⁷

⁷⁶ Não ultrapassamos o ano de 1961, quando termina o mandato de Muniz Falcão à frente do executivo. Policial militar de carreira, o general Luiz de Souza Cavalcante iniciou seu governo em 31 de janeiro de 1961. Ligado diretamente ao complexo IPES/IBAD, foi eleito pelo Partido Liberal (PL) tendo como vice-governador o futuro “Menestrel das Alagoas”, Teotônio Vilela, da UDN. O mandato do Major Luiz, como ficou conhecido, acabou “apenas” em 31 de janeiro de 1966, garantindo o golpe-civil militar no estado.

⁷⁷ SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008, p. 63.

Aos poucos, cada um foi tomando seu lugar. A direita reunia-se (e dividia-se) em torno da UDN e do PSD e a esquerda no grupo representante do trabalhismo no estado, divididos entre o PTB e outros dois criados posteriormente: Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Social Progressista (PSP). Segundo Douglas Apratto Tenório, em Alagoas, tanto o PSP (partido do ex-governador paulista Ademar de Barros) como o PTB cresceram ideologicamente “das entranhas do PST, da mesma nascente populista-trabalhista” (e a ligação entre ambos seria o ex-governador Silvestre Péricles, liderança do PST local).⁷⁸

No fim das contas, esta é uma divisão puramente esquemática. Nacionalmente, podemos definir o PSD como sendo um partido de “centro”, visto que possuía uma base comum com a UDN, ou seja, de direita e conservadora. Mas como compôs alianças com o PTB de Vargas, fica mais difícil ainda colocá-lo apenas de um lado. Da mesma forma, é um tanto quanto perigoso definir PTB, PSP e o PST como partidos de esquerda, principalmente em Alagoas (e até mesmo em nível nacional. Basta lembrar, por exemplo, que foi um deputado do PTB que deu entrada junto ao TSE solicitando a cassação do PCB em 1946). É bem verdade ter o PTB em suas hostes uma ala mais radical; mas sua majoritária se quer esboçou algo mais a esquerda em Alagoas. O máximo foi a aproximação com o governador Muniz Falcão e com setores ligados a classe operária. Já o PSP foi o partido no qual os comunistas disputaram as eleições após a cassação de seu registro. Sendo assim, é uma definição aceitável perante a composição política na época.

Em outros termos, temos a direita conservadora representada pelos bacharéis e liberais da UDN, com uma faceta modernizante, além das oligarquias rurais, despontando como liderança Arnon de Melo (governador eleito em 1950). A UDN alagoana tinha a mesma concepção do diretório nacional: o partido das elites, dos bacharéis, com a presença de alguns jornalistas e parte das Forças Armadas. A disposição verborrágica contra os trabalhadores e contra seus opositores trabalhistas e comunistas, as tentativas golpistas e conspirações em Alagoas chegaram a alcançar níveis iguais ao do resto do país. Mas a UDN alagoana era principalmente o partido das elites agrárias, ligadas ao açúcar e descendentes dos senhores de engenho, com os bacharéis e jornalistas filiados ao partido forjando uma faceta liberal e moderna dentro desta UDN fortemente agrária e conservadora.

O PSD alagoano pode ser considerado como um partido de direita, pois foi formado também por oligarquias rurais (com “boas aberturas para mudanças e para apelos urbanos de

⁷⁸ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo - O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 122. Porém, Silvestre Péricles foi eleito governador pelo PSD em 1947. Apenas posteriormente o ex-governador migrou para o PST.

renovação”⁷⁹), e pela antiga máquina administrativa e burocrática do Estado Novo, de políticos tarimbados, experientes e conservadores. O PSD mostrava sua força eleitoral usando as mesmas práticas clientelistas anteriores à chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930.⁸⁰ Contudo, em terras alagoanas, o PSD foi formado sob a liderança do ex-interventor e capitão do exército Ismar de Góis Monteiro, mas com uma base rural e conservadora. Entretanto Ismar também mantinha fortes laços com os trabalhistas. É bem provável que o ex-interventor tenha sido forjado ideologicamente sob hostes trabalhistas (e varguistas), pois Ismar implementou a política sindical de Getúlio Vargas em Alagoas e possuía alguma base operária. Ismar participou de forma secundária “do movimento tenentista, [e] herdou algumas iniciativas desse movimento no campo social, principalmente na fiscalização das leis trabalhistas”.⁸¹ Por outro lado, Ismar de Góis Monteiro “nunca fez questão de esconder sua descendência da aristocracia agrária, cujo bloco político sempre teve canal aberto em sua interventoria”.⁸² Com o fim do Estado Novo, outros ex-interventores e muitos burocratas dos aparelhos estatais ingressaram no partido, aumentando ainda mais os laços paternalistas e de clientela dos tempos da ditadura varguista e anteriores ao Estado Novo. Daí o sucesso eleitoral dos mesmos. Mesmo fazendo alianças com o PTB, os pessedistas não se furtaram de coligar-se com a UDN, contra a esquerda, comunistas e trabalhadores.

Por fim, temos a dúbia esquerda trabalhista⁸³, reformista e progressista, espalhada em três agremiações políticas sem muita força, dependentes de suas lideranças, como Muniz Falcão. De início, os trabalhistas alagoanos concentraram-se em torno do ex-governador Silvestre Péricles. Entre os mais conhecidos temos Muniz Falcão e Ari Pitombo (este último para o PTB),⁸⁴ e os militantes dispersaram-se em outros partidos, também reclamando para si a bandeira trabalhista, mas nada muito significativo em termos ideológicos e militantes.

Primeiro partido trabalhista criado no estado, o PTB iniciou como um partido relativamente pequeno, sem a força que possuía nacionalmente. Até mesmo em alguns momentos, foi levado a reboque por outras legendas, pelas coligações que fazia, seja com o

⁷⁹ Ibid., p. 120.

⁸⁰ “Alagoas foi o único Estado do Brasil que nunca pôde usufruir os benefícios do movimento de 30, porque vivia completamente influenciado pela ação desses elementos que a própria revolução combatera”. GÓIS, Antônio. *Sangue: Subsídios para a história política de Alagoas*. Maceió: Esperança, 1941 *apud* TENÓRIO, Op. cit., p. 188.

⁸¹ TENÓRIO, Op. cit., p. 155.

⁸² TENÓRIO, Op. cit., p. 155.

⁸³ A dubiedade está no fato de ter mais características de centro, buscando sempre a conciliação e o equilíbrio entre os lados, do que de esquerda.

⁸⁴ Ambos eram ligados umbilicalmente a ala trabalhista do clã Góis Monteiro. Não sendo alagoanos, vieram para o estado através de Ismar de Góis Monteiro, quando o mesmo foi interventor durante o Estado Novo, governando Alagoas entre 1941 e 1945, justamente o período em que Vargas intensificou sua conhecida política trabalhista.

PSD ou com o PSP (este quando Muniz Falcão fora eleito em 1955).⁸⁵ Para se ter uma ideia, o PTB foi registrado em Alagoas no dia 17 de novembro de 1945, três dias depois do PCB e, “por incrível que pareça, estava constituído por um único cidadão, o sr. Bertulino Alves Feitosa. Não constituiu diretórios municipais para as eleições de 02 de dezembro de 1945”.⁸⁶ Mas apenas dois anos depois, o PTB mostrou sua força eleitoral, fazendo quatro deputados estaduais em 1947.⁸⁷

Neste cenário político-partidário encontramos o Partido Comunista do Brasil (PCB) em Alagoas. Um partido nacional desde sua concepção na década de 1920, com considerável consistência ideológica e respaldo teórico, além de um trabalho de base sólido e de grande atuação militante. Em terras alagoanas, o registro do PCB no TRE data de 14 de novembro de 1945. Nas eleições de dezembro daquele ano (presidente, senadores e deputados federais), o partido encontrava-se em processo de estruturação e não possuía ainda nenhum diretório municipal. Existia apenas um único diretório, composto por cinco membros em suas respectivas funções: “José Maria Cavalcanti (secretário político), Júlio Almeida Braga (secretário de organização), Joaquim Oliveira Costa (secretário de massa), Jaime Barbosa da Silva (secretário sindical) e José Cavalcanti Vanderley (secretário de divulgação)”.⁸⁸

Após esta rápida introdução, vamos inserir Alagoas no cenário nacional da política no período democrático (1946-1964). E isto é uma tarefa bastante complicada. Os três primeiros governadores eleitos no estado formam um verdadeiro mosaico político dos mais confusos e diversos. Enquanto a presidência do país era comandada ora pelo PTB, ora pelo PSD – ou na mão de ambos, que nem sempre compunham uma aliança amistosa –, Alagoas diversificava seus mandatários: dos quatro governadores eleitos entre 1946 e 1964, um pertencia a UDN e o outro era aliado desta;⁸⁹ e os dois foram eleitos no mesmíssimo momento em que o presidente do Brasil integrava o maior rival político do partido nacionalmente: o PTB.

1.2 As eleições de 1947

⁸⁵ O PSP foi o único onde Muniz Falcão foi “aceito” em Alagoas. Com mais características regionais do que nacionais, o PSP praticamente nasce em Alagoas com o ex-governador. E é com ele que atinge seu auge no estado.

⁸⁶ SÁ JÚNIOR, Op. cit., p. 66.

⁸⁷ O PCB elegeu três (tratemos disto logo adiante), a UDN colocou nove deputados na Assembleia e o PSD nada mais nada menos que dezenove. Cf.: BARROS, Luiz Nogueira. *A solidão dos espaços políticos*. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1989, p. 99 e TENÓRIO, Op. cit., p. 160.

⁸⁸ SÁ JÚNIOR, Op. cit., p. 65.

⁸⁹ O governador alagoano udenista foi Arnon Afonso de Farias Mello, que governou entre 31 de janeiro de 1951 e 31 de janeiro de 1956, período em que Getúlio Vargas exerceu seu último mandato de presidente. E o máximo que a UDN conseguiu em nível nacional foi ser “aliada” de Jânio Quadros.

Ao longo dos anos de Getúlio Vargas no poder, os Góis Monteiro – família com influente tradição militar⁹⁰ – tiveram uma importância ímpar na política alagoana. Da família, saiu dois interventores do Estado Novo, sendo Ismar de Góis Monteiro o mais marcante.⁹¹ O prestígio da família era tamanho que o primeiro governador eleito pelo voto direto pertencia ao clã: Silvestre Péricles de Góis Monteiro (e o seu mandato é o início do declínio da influência dos Góis Monteiros em Alagoas).⁹²

As eleições e o clima eleitoral de 1947 em si foram bastante atípicos. Péricles fora eleito pelo PSD, onde nunca se sentiu realmente confortável, apesar de ter laços estreitos e ser bem próximo dos políticos deste partido cujo presidente era o seu irmão Ismar, conhecido pelo seu estilo conciliador típico dos trabalhistas do PTB. Do outro “lado”, os comunistas uniram-se com a UDN.⁹³

A primeira vista, podemos considerar ser uma grande “divergência” operacional entre o PCB nacional e o alagoano. Porque nacionalmente, nos fins do Estado Novo, os comunistas apoiaram Getúlio Vargas, fazendo coro ao lema constituinte com ou sem Vargas. Em Alagoas, se ex-presidente não possuía um candidato próprio, o PTB pegou carona nas diretrizes nacionais, apoiando a candidatura de Silvestre Péricles pelo PSD.

Tanto udenistas quanto comunistas fizeram questão de defender seus ideais e programas políticos, totalmente divergentes, mesmo estando momentaneamente aliados. Naquele momento o entendimento do PCB era a necessidade de agregar forças contra o atraso e o continuísmo dos Góis Monteiro no poder em Alagoas, seus antigos inimigos políticos dos tempos do Estado Novo. Se os Góis Monteiros apresentavam-se como uma opção continuísta, a UDN trazia de volta boa parte das oligarquias pré-Era Vargas.⁹⁴ Inclusive houve tentativas de coligação entre PSD e UDN. “Chegou a haver reuniões de altos líderes políticos, de ambas as facções, (...) sem resultados positivos, muito ao contrário, deu-se até a renúncia de Alfredo Maya da direção da comissão executiva da UDN”.⁹⁵

⁹⁰ Apesar do pai, Pedro Aureliano Monteiro dos Santos, ter sido médico sanitário, cinco dos oito filhos que teve com Constança Cavalcanti de Góis Monteiro eram militares influentes no Exército. O principal, sem dúvidas, foi o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, um dos responsáveis pela implantação do Estado Novo em 1937, tendo sido inclusive Ministro da Guerra de Getúlio Vargas. Ismar, Edgar, Manuel César e Silvestre Péricles também eram militares de alta patente e Cícero morreu na Revolução Constitucionalista, em 1932.

⁹¹ Edgar de Góis Monteiro ficou no poder apenas entre 10 de novembro e 18 de dezembro de 1945.

⁹² Governou Alagoas entre 29 de março de 1947 e 31 de janeiro de 1951.

⁹³ O candidato da chamada Frente Udeno-Comunista ao governo do estado foi Rui Palmeira, um dos líderes udenistas. É bom salientar que naquela eleição, Alagoas não foi o único estado a “unir” os dois partidos.

⁹⁴ Rui Palmeira mesmo vinha de uma tradicional família açucareira de Alagoas.

⁹⁵ LIMA, Mario de Carvalho. *Sururu apimentado – Apontamentos para a história política de Alagoas*. 2º ed. Maceió: Editora da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2008, p. 23.

O PCB tinha candidato próprio à presidência do Brasil e em vários estados lançou candidatos das hostes do partido para o governo. Mas Alagoas não teve um nome comunista para concorrer para governador. O próprio Luís Carlos Prestes veio ao estado “referendar” a aliança entre o PCB e a UDN.

Entre os comícios de propaganda na capital, um se destacou. Foi em 7 de janeiro de 1947, na Praça Gonçalves Ledo, quando udenistas e comunistas se uniram, com a presença de Luiz Carlos Prestes *e com uma assistência bem acima do comum. Obviamente, o espírito de curiosidade e o desejo de ver e ouvir o lendário “Cavaleiro da Esperança” foram fatores decisivos para a grande concorrência pública.*⁹⁶

Ainda segundo o autor, “Prestes declarou que ‘o PCB apoiaria a candidatura de Rui Palmeira, para combater a oligarquia dos Góis Monteiro’”.⁹⁷ A presença de Prestes no estado para consolidar a união momentânea entre as duas agremiações políticas demonstra a aproximação dos comunistas alagoanos com o Comitê Central do partido, desfazendo aquela aparente “divergência” inicial.

Porém, era na esfera do Legislativo que o PCB mostrava sua força em Alagoas. Nas eleições estaduais de 1947, trinta e três comunistas disputaram o pleito e três foram eleitos deputados: André Papini Góis, Moacir Rodrigues Andrade e José Maria Cavalcanti. Foi a primeira e única vez na história do estado que o PCB conquistou um êxito eleitoral. Esta quantidade de candidatos é explicada por Gregório Bezerra:⁹⁸ “O nosso partido, que tinha lançado a palavra de ordem de um milhão de votos nessas eleições, não podia deixar de jogar todos os seus quadros na batalha eleitoral, para atingir aquela meta”.⁹⁹

As únicas informações que encontramos sobre a campanha do PCB em Alagoas para as eleições de 1947 estão no citado livro de Bezerra. Após uma série de comícios em bairros operários do Recife e algumas cidades do interior de Pernambuco, Gregório Bezerra foi para Alagoas,

⁹⁶ Ibid., pp. 23-24. Grifos nosso. Apesar da informação, o mais interessante nesta citação é o ponto de vista do observador, militar do 20º Batalhão de Caçadores. O problema maior foi a historiografia alagoana ter reproduzido este tipo de discurso, reduzindo drasticamente a importância e presença do PCB naqueles anos...

⁹⁷ Ibid., p. 24. Infelizmente, Mario Lima não explicita suas fontes. Apenas informa no início do livro que retirou de anotações pessoais e reportagens publicadas em jornais alagoanos.

⁹⁸ Famoso militante comunista pernambucano, Gregório Bezerra nasceu em Panelas, região agreste do estado. Militar do exército, era filiado ao PCB desde 1930, pelo qual foi eleito Deputado Federal nas eleições de 1946, sendo o constituinte mais votado de Pernambuco. Passou cerca de vinte e dois anos de sua longa vida em prisões e foi um dos presos libertados em troca da liberação do Embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Bezerra morreu nos Rio de Janeiro, aos 83 anos.

⁹⁹ BEZERRA, Gregório. *Memórias (Segunda parte: 1946-1969)*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 31.

(...) onde realizamos um grande comício, em Maceió, e outros em municípios vizinhos, todos concorridos e sem perturbação da ordem, ficando provado que estávamos ganhando o povo para as nossas posições, apesar das campanhas caluniosas contra o nosso partido e seus dirigentes.¹⁰⁰

Após isto, Bezerra voltou ao Recife de onde seguiu para a Paraíba, para novos comícios, e depois para o Rio de Janeiro, “para cumprir tarefas de deputado federal”.¹⁰¹ Ao voltar da capital federal para o Recife, Gregório Bezerra monta um panorama simples de como se dava as campanhas eleitorais pelo interior de Pernambuco, podendo ser aplicada ao interior de Alagoas. A escolha do comunista pernambucano para liderar a campanha do PCB pelo Nordeste é bastante óbvia: além de ser um grande orador, Bezerra já era “deputado federal, e mais conhecido do que qualquer outro elemento nos municípios afastado do grande Recife”.¹⁰² Pelo interior de Pernambuco, a campanha mostrou-se árdua e com uma enorme desvantagem para os comunistas, principalmente por conta da reação dos latifundiários e da Igreja Católica, e de práticas muito antigas ainda em evidência por estas regiões, como

(...) os “votos de cabresto” (o morador em terras do fazendeiro ou do latifundiário é forçado a votar nos candidatos que lhe indicam). E havia os “currais eleitorais”: os chefes políticos locais matam o gado e concentram os eleitores do município em determinados quarteirões da cidade, onde lhes oferecem comida e pinga; estes, depois que comem e bebem, recebem as cédulas dos candidatos do “coronel” e vão depositá-las na urna do posto eleitoral, sem sequer saber em quem estão votando. Mesmo assim, conquistamos boa votação, e recrutamos algumas centenas de novos militantes para o partido, além da propaganda que realizamos no meio da matutuda e do povo em geral.¹⁰³

Após rodar Pernambuco fazendo campanha, Gregório Bezerra voltou a Alagoas, encontrando-se com os “camaradas José Maria Cavalcanti, André Papini, Murilo Rêgo e outros, todos membros do Comitê Estadual”.¹⁰⁴ De acordo com Bezerra, “Em Maceió e nos municípios vizinhos, realizamos grandes comícios, com muito êxito”.¹⁰⁵ Daí pra frente, Bezerra começa a narrar as dificuldades e peculiaridades encontradas pelo grupo em algumas cidades alagoanas.

Em Rio Largo o comício foi um sucesso até ser boicotado, provavelmente pelo pároco da cidade. O fato mais curioso foi a ajuda involuntária que o mesmo padre deu ao evento. Segundo Bezerra, o padre marcou uma procissão para o mesmo dia e horário do comício do PCB. Cerca de uma hora após o início a procissão passa pelo local e os comunistas pediram

¹⁰⁰ Ibid., p. 32.

¹⁰¹ Ibid., ibidem.

¹⁰² Ibid., ibidem.

¹⁰³ Ibid., ibidem.

¹⁰⁴ Ibid., p. 34.

¹⁰⁵ Ibid., ibidem.

“ao povo que interrompesse o comício e manifestasse seu respeito ao sentimento religioso daquela gente”. Quando o cortejo católico passou, uma parte dos fiéis ficou no evento. Alguns instantes depois a procissão passa de volta e os comunistas repetem o ato respeitoso. Desta vez, uma parcela ainda maior abandonou o cortejo e ficou no evento comunista. Algum tempo depois, aconteceu o inesperado: as luzes se apagaram. “Toda a cidade ficou no escuro. Estava na cara a sabotagem do padre”. Entretanto, isto não desanimou os comunistas nem dispersou a multidão. Muito pelo contrário.

Pedimos ao povo que permanecesse na praça, pois com luz ou sem luz continuaríamos o comício. De repente, apareceram centenas de archotes de jornal. A massa soube responder à sabotagem do padre, não só permanecendo na praça como improvisando centenas de archotes para iluminar o nosso comício. Graças a essa iniciativa, o comício tomou uma feição mais entusiástica do que antes.¹⁰⁶

Após um evento fracassado em Viçosa, o grupo partiu para Palmeira dos Índios, “onde esperávamos alcançar um grande êxito”, mas terminaram saindo

(...) correndo antes que fosse tarde; era grande a hostilidade contra nós. Chegaram ao cúmulo de nos negar hospedagem nos hotéis ou casas de pensão, e o pior foi que mobilizaram os índios e lhes deram bebida para jogá-los contra nós. Se não saíssemos logo da cidade, seríamos rasgados a foice e facão pelos índios embriagados. Além disso, havia uma turma de pistoleiros prontos para nos liquidar na hora do comício.

De Palmeira seguiram para Arapiraca, onde o panorama ruim não se modificou. Apesar de um início animador com “uma série de visitas a algumas pessoas democráticas e progressistas, sobretudo aos plantadores de fumo, meeiros e arrendatários”,¹⁰⁷ com a intensificação dos boatos sobre uma possível reação violenta no comício, os comunistas foram até o delegado de polícia. Aquela altura um grupo já tinha iniciado “à destruição de nossa propaganda, rasgando acintosamente a maioria de nossas faixas”. Ao contrário de Rio Largo, o padre local obteve êxito. “Badalava o sino, incitando os fanáticos contra nós”. Os comunistas reuniram-se na casa de um membro local, “secretário político do CM [Comitê Municipal]”, e na porta da residência começa a juntar uma multidão, que não tardou a jogar pedras na casa. O delegado afirmou não poder ajudar, por conta de dispor poucos policiais. Com o aumento da retaliação da multidão – as pedras já havia ferido uma criança e a esposa do dono da casa, “em adiantada gravidez”, estava alarmada –, Gregório Bezerra decidiu ir à porta “apelar para os provocadores, dizendo-lhes que respeitassem pelo menos uma senhora

¹⁰⁶ Ibid., p. 35.

¹⁰⁷ Ibid., ibidem.

em estado de gravidez e suas crianças inocentes”, afirmando até estarem “dispostos a não realizar o comício, desde que cessassem de jogar pedras”. Por pouco, não terminou em tragédia. “Alguns deles me vaiaram e outros me jogaram pedras. Saquei meu revólver e ameacei atirar no primeiro que me atingisse. Nesse momento, encostou o nosso carro. Entramos e batemos em retirada debaixo de pedradas e vaias”.¹⁰⁸

Após esses fracassos, Bezerra faz uma avaliação um pouco desanimada: “A excursão ao interior de Alagoas foi um verdadeiro fiasco, principalmente naquela zona totalmente dominada pelo latifúndio”. No entanto, o desânimo é apenas aparente. Como todo bom militante dedicado, Gregório persiste em sua luta. E juntamente com seus companheiros não baixaram a cabeça, estando “sempre dispostos a atacar tanto quanto possível as bastilhas latifundiárias e a levar a mensagem do nosso partido àquele povo sofrido, fanatizado e brutalizado pelo clero”.¹⁰⁹

As coisas voltam a melhorar quando a caravana parte para Penedo. Os comunistas receberam garantias até do delegado de polícia da cidade, prometendo a realização do comício. O delegado alertou apenas para “os fanáticos da igreja, pois Penedo era uma cidade católica”.¹¹⁰ Começaram então os preparativos para o evento, ficando um grupo de militantes e simpatizantes do partido encarregados “de fazer uma vasta propaganda anunciando o comício”. Pela tarde, os comunistas passearam pela cidade para conhecê-la e também para “fazer algumas visitas no setor comercial” (como veremos, muitos comerciantes apoiaram o PCB em Alagoas). O comício inicia-se a noite. “Segundo pessoas insuspeitas, foi o maior comício realizado em Penedo, até então, e a primeira vez que os comunistas tiveram a oportunidade de falar publicamente ao povo daquela região, em nome do PCB”.¹¹¹

O evento foi um sucesso. “Tanto André Papini como José Maria Cavalcanti foram muito aplaudidos, principalmente Papini, que era filho da terra e bom orador”.¹¹² Gregório Bezerra, falando em nome do PCB, encerrou o comício, respondendo principalmente as críticas feitas pela direita, pelos latifundiários e pelo clero ao partido. Dedicou outra parte de seu discurso para responder ao bispo de Penedo, que vinha fazendo uma campanha pesada contra os comunistas e o comício da noite.

Terminamos às 10h. Grande parte do povo nos conduziu até a sede do CM. Todos nós estávamos encantados com o êxito do comício. Muitas pessoas foram à sede do

¹⁰⁸ Ibid., p. 36.

¹⁰⁹ Ibid., ibidem.

¹¹⁰ Ibid., pp. 36-37.

¹¹¹ Ibid., pp. 37-38.

¹¹² Ibid., p. 38.

Comitê Municipal para nos parabenizar e alguns pediram que o CC [Comitê Central] mandasse vez por outra um representante àquela cidade para fazer comícios ou conferências, que o povo de Penedo merecia ser esclarecido e orientado; e exemplificaram com a multidão que compareceu ao comício, apesar da propaganda dos nossos opositores.¹¹³

Após relatar estes fatos, Bezerra concluiu afirmando que o “resultado da campanha eleitoral em Alagoas não foi ruim; e teria sido bem melhor se não fosse a reação dos latifundiários e da Igreja naquele estado”.¹¹⁴

Assim, o PCB alagoano chega com trinta e três candidatos concorrendo para a Assembleia Legislativa. Deste total, a metade (dezessete) obteve menos de cem votos. Nas condições objetivas e no cenário conjuntural encontrado, a votação do PCB foi fantástica. Na avaliação de Gregório Bezerra, a escolha dos candidatos em Pernambuco não foi muito bem feita. “Não fizemos uma escolha objetiva e lógica, como devíamos. (...) Mas a maioria dos outros não tinha condição de se eleger nem de carrear votos para a legenda partidária. Foi uma falha (...)”.¹¹⁵

Para as eleições em Alagoas, encontramos a distribuição dos votos dos diferentes partidos por zona eleitoral, indicando, assim, os locais de maior influência dos comunistas. Na tabela abaixo temos os números de votos obtidos pelos candidatos comunistas (apenas aqueles com mais de cem votos) nas cinco zonas eleitorais com a maior quantidade de votos para o PCB (justificamos melhor nossa escolha logo em seguida).

TABELA 1: Candidatos comunistas mais votados por zona (1947)

Candidato	1º Zona	2º Zona	5º Zona	13º Zona	15º Zona	Total Geral
André Papini	571	197	1	61	1	895
José Cavalcanti	391	33	-	3	6	506
Moacir Andrade	302	115	-	-	5	441
José Almeida	393	5	-	1	20	421
Jaime Barbosa	228	26	1	1	1	264
José de Oliveira	77	147	-	3	2	262
José Lira	16	8	-	-	232	262
Oscar Silva	180	4	-	14	1	260
Júlio Braga	90	105	-	23	7	247

¹¹³ Ibid., p. 39.

¹¹⁴ Ibid., p. 40.

¹¹⁵ Ibid., p. 32.

Passos Guimarães	168	62	-	-	3	245
Florentino Cavalcanti	133	55	-	-	1	196
Manoel dos Santos	136	-	-	-	10	159
Hélio Carneiro	67	9	-	-	2	120
José Barreto	77	9	-	-	16	117
George Cabral	79	14	-	-	-	108
Armando Almeida	4	1	96	-	-	103

Fonte: “Partido Comunista do Brasil – Resultado final da votação obtida pelos candidatos à Assembleia Legislativa, nas eleições de 19 de janeiro de 1947”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 13/03/1947, p. 9.

No dia 16 de junho de 1945 o TRE dividiu o estado em vinte e uma zonas eleitorais.¹¹⁶ Maceió foi a única cidade a ter duas zonas. A 1ª Zona Eleitoral cobria a área central da capital, juntamente com toda a periferia da cidade. Bairros como o Centro, Levada, Ponta Grossa, Prado, Jaraguá, Bebedouro e o distrito de Fernão Velho eram locais de moradia de boa parte dos trabalhadores e militantes do partido. Diante deste fato, aproximadamente 59% dos votos do PCB saíram desta zona eleitoral.

Mais quatro zonas representam 30% dos votos para o PCB. A 2ª Zona, sediada em Maceió, registrou 892 votos e foi o segundo local com mais votos para o partido. Esta zona aglutinava bairros com o Farol, que possuía uma quantidade razoável de militantes e simpatizantes do partido.¹¹⁷

Partindo para o interior, a maior quantidade de votos do partido (337 votos) vieram da 15ª Zona. Cidade circunvizinha de Maceió, em Rio Largo existia duas grandes fábricas têxteis e há muita movimentação comunista na cidade, inclusive com um grande diretório municipal. A estrada de ferro que saía da capital cruzava a cidade, facilitando a movimentação dos militantes. Penedo era a 13ª Zona e obteve 222 votos.¹¹⁸ A cidade possuía uma fábrica têxtil e um diretório municipal do partido, além de ser a terra natal de André Papini, o deputado mais votado do PCB. Jornalista e advogado, militante do partido desde os anos 1930, chegando a fazer parte da Aliança Nacional Libertadora, Papini era membro de uma tradicional família

¹¹⁶ SÁ JÚNIOR, Op. cit., pp. 60-61. As informações seguintes sobre as zonas eleitorais foram tiradas destas mesmas páginas.

¹¹⁷ O bairro do Farol, um dos maiores da capital, sempre foi um local tipicamente residencial. Apenas nas últimas duas décadas do século XX que começou a crescer o comércio, ainda assim concentrado em alguns pontos, como na Avenida Fernandes Lima. O Farol era o bairro preferido da burguesia alagoana e da classe média, maior contingente populacional do local. No entanto, o PCB também possuía em suas hostes profissionais liberais e comerciantes, tipos comuns no Farol. Por conta de sua extensão, também havia em menor número uns poucos operários e uma camada mais pobre residindo no bairro, nas áreas mais “periféricas” do mesmo.

¹¹⁸ As cidades de Igreja Nova e Piaçabuçu também faziam parte da 13ª Zona.

penedense, e lá obteve sessenta e seis votos.¹¹⁹ Em seu relato, Gregório Bezerra conta ter ido almoçar na casa do então candidato André Papini, junto “com toda a sua família, que era estimadíssima em Penedo”.¹²⁰ A razão para esta quantidade de votos deu-se principalmente por conta da estrutura operacional e organizacional dos comunistas nestas duas cidades e da influência política de André Papini em Penedo.

A quarta zona com uma boa quantidade de votos para o PCB (144 votos) era a mais atípica dentre as analisadas, formada pelas cidades de Assembleia (hoje Viçosa) e Capela.¹²¹ O próprio Gregório Bezerra relata uma passagem em Viçosa durante a campanha nos fins de 1946, após partirem de Rio Largo. Segundo o comunista, o séquito dormiu na cidade e lá realizou “um comício sem entusiasmo e com pouca platéia. Esforçamo-nos para arrancar alguns aplausos, mas nada conseguimos. O público estava apático, curioso e frio”.¹²² De todos os votos registrados para o PCB nesta zona, 66% são de um único candidato, Armando Almeida Vasconcelos. E o mesmo só teve sete votos fora desta zona. Outro candidato, Ernani Maia Lopes, obteve 31% dos votos desta zona e fora da região, só teve oito votos. Ou seja: 97% dos votos comunistas na 5ª Zona Eleitoral são de apenas dois candidatos. Em números absolutos, só mais três candidatos foram votados por lá e cada um teve apenas um único voto (foram eles: André Papini, Cirilo Gomes da Rocha e Jaime Barbosa da Silva). Com isso, a melhor explicação para este êxito eleitoral dos comunistas na 5ª Zona é o personalismo político, marca registrada da política em Alagoas. O PCB sempre foi, sem sombra de dúvidas, um partido diferenciado dentro do cenário político alagoano, marcado pelo personalismo, pelas relações de clientela e pela mesmice de ideias e projetos. No entanto, o próprio PCB não era um partido 100% “puro”; dentro dele também existia resquícios de uma forma de fazer política muito antiga e ainda muito vigorosa, com fortes raízes em Alagoas.

Entretanto os votos para os candidatos comunistas não se restringem apenas ao Legislativo. Em 1945, Yedo Fiuza, o candidato a presidência pelo partido, obteve 5.048 votos no estado (quase 8%), em um total de 63.173 votos válidos. Para o Senado Federal, Luiz Carlos Prestes (5.532 votos) e José Francisco de Oliveira (5.390 votos) também tiveram votação bastante expressiva. Já nos votos por legendas para Deputado Federal, o PCB conseguiu 4.930 votos – apenas sessenta e sete a menos que o PTB, por exemplo – mesmo

¹¹⁹ No entanto, o comunista mais votado em Penedo foi David Mendonça da Rocha, com 74 votos.

¹²⁰ BEZERRA, Op. cit., p. 37.

¹²¹ As zonas indicadas aqui foram as únicas onde os comunistas tiveram mais de cem votos. Por exemplo, em ordem decrescente a próxima seria a 4ª Zona (Anadia, Limoeiro de Anadia, Junqueiro e Arapiraca), com 80 votos.

¹²² BEZERRA, Op. cit., p. 35.

sem nenhum candidato disputando o cargo por Alagoas.¹²³ Por conta da coligação, não convém analisar os votos obtidos pelo candidato da Frente Udeno-Comunista ao governo do estado.¹²⁴

No quadro abaixo temos a distribuição geral dos votantes por zona eleitoral nas eleições de 1945 (para presidente, senadores e deputados federais – cargos nos quais não havia nenhum comunista alagoano concorrendo), em um universo total de “82.068 eleitores, sendo 20.017 na capital e 61.991 no interior”.¹²⁵ Seleccionamos apenas as seis zonas analisadas anteriormente:

TABELA 2: Alistamento Eleitoral de 1945 por zona

Zona	Cidade	Quantidade de votos	Votos para o PCB
1º	Maceió	15.489	3.145
2º	Maceió	4.528	892
15º	Rio Largo	3.449	337
13º	Penedo / Igreja Nova / Piaçabuçu	4.402	222
5º	Viçosa / Capela	4.730	144

Fonte: Diário Oficial do Estado de 06 de novembro de 1945 *apud* SÁ JÚNIOR, Op. cit., p. 71.

Viçosa e Penedo são, respectivamente, a quarta e quinta cidades com o maior número de eleitores em Alagoas, perdendo apenas para Maceió (que nesse momento possuía menos da metade dos votantes de todo o estado), Anadia e Palmeira dos Índios. Penedo revela-se uma importante cidade, com um fortíssimo centro urbano e de comércio intenso. Rio Largo nunca foi uma das maiores cidades do estado (entre as cidades com o maior número de votantes, Rio Largo era a oitava), mas sua proximidade da capital e relativa facilidade de transporte a faz ser bastante movimentada.

Para termos uma dimensão da quantidade de votos obtidos pelos candidatos ao Legislativo do PCB naquelas eleições, vamos compará-los com a votação dos outros quatro partidos. Assim, em uma outra perspectiva, a tabela abaixo mostra estes números – no caso, o total geral de votos, ou seja, a soma dos votos nominais (candidato) com os votos da legenda (partido).

¹²³ Todos os números retirados de SÁ JÚNIOR, Op. cit., p. 68.

¹²⁴ Apenas a título de esclarecimento: Silvestre Péricles teve 33.900 votos, enquanto Rui Palmeira obteve 22.876. Brancos e nulos somaram 864 votos, sendo deste total apenas 78 nulos.

¹²⁵ SÁ JÚNIOR, Op. cit., p. 71. Em relação às eleições de 1947 o aumento de eleitores foi de 5.098 a mais que 1945, sendo 3.690 novos eleitores no interior e 1.408 na capital. Cf.: SÁ JÚNIOR, Op. cit., p. 278.

TABELA 3: Quantidade de votos para a Assembleia Legislativa por partido

PCB	PSD	UDN	PTB	PRP
5.496	27.096	15.618	7.376	770

Fonte: Diário Oficial do Estado de 12 de novembro de 1947, pp. 8-12.

Em nossas análises, vamos excluir o PRP.¹²⁶ Foram 56.356 votos, sem contar os 489 brancos e 306 nulos. Assim, o total é de 57.151 votos apurados. Diante deste número, o PCB conseguiu 9,6% dos votos em todo o estado. Isto para um partido considerado pequeno e sem nenhuma representatividade... O PCB lançou trinta e três candidatos, enquanto o PTB foi com trinta e cinco. A diferença entre os dois é de 1880 votos a mais pros trabalhistas. Com esses números podemos enxergar melhor o poder eleitoral do PSD: também lançou trinta e cinco candidatos, mas elegeu dezenove (ficando com dezesseis suplentes). A UDN tinha o mesmo número do PCB, trinta e três candidatos e elegeu apenas 27% do seu contingente.

A próxima tabela é bem mais interessante. Nela, apresentamos os candidatos de cada partido mais votados em Maceió, nas duas zonas eleitorais da capital.

TABELA 4: Candidatos mais votados em Maceió por partido¹²⁷

	André Papini (PCB)	Ari Pitombo (PTB)	Aloísio Nogueira (PSD)	Joaquim Leão (UDN)
1º	571	368	42	411
2º	197	46	493	66
Soma	768	414	535	477
Total	895	904	903	682

Fonte: Diário Oficial do Estado de 12 de novembro de 1947, pp. 8-12.

Podemos observar a supremacia dos comunistas em Maceió. A soma dos votos nas duas zonas eleitorais da capital (terceira linha) de cada candidato não é se quer maior que os votos obtidos por André Papini apenas na 1º Zona. E a diferença no total de votos obtidos (quarta linha) pelos candidatos do PTB e do PSD é mínima em relação ao comunista (nove e oito respectivamente). Dentro deste universo dos quatro mais votados na capital, André Papini teve 35% dos votos.¹²⁸

¹²⁶ Porque o Partido de Representação Popular não conseguiu eleger nenhum candidato.

¹²⁷ Na “Soma”, temos o total de votos obtidos pelos candidatos apenas em Maceió. O campo “Total” representa a totalidade de votos obtidos pelos candidatos em todo o estado.

¹²⁸ Para se ter uma ideia ainda melhor, Ari Pitombo foi o segundo mais votado do PTB, ficando quarenta e um votos atrás do primeiro, Sizenando Nabuco; Joaquim Leão foi apenas o oitavo mais votado da UDN; ou seja, o penúltimo; já Aloísio Nogueira foi o décimo terceiro mais votado no PSD.

1.3 O velho Góis Monteiro e o novo Arnon: O Estado (e a Igreja) contra os comunistas

Dos três governadores analisados neste capítulo, Silvestre Péricles é o mais emblemático e folclórico. Não apenas em suas ações, atos e declarações. Por exemplo, “(...) sua instabilidade emocional, seu espalhafato e gestos desabridos”¹²⁹ eram muito bem conhecidos (ou ficaram famosos), além de ser descrito como um homem truculento, comprando muitas brigas com seus opositores e reprimindo violentamente os comunistas.

O mandato de Silvestre Péricles foi extremamente “confuso”, sem uma linha política muito clara e definida. Somando-se a isto a conjuntura em que governou, o resultado não foi dos melhores: sua gestão é conhecida pela violência política e física, pela truculência e a língua afiada do governador, conhecido como um homem folclórico e furioso, e pelos ares de insegurança instaurado. “Na verdade, o ambiente de violência foi o aspecto que se sobressaiu como característica principal deste governo: agressões e tiroteios resultando em mortes pelos interiores do estado”.¹³⁰

Quanto à atuação da bancada comunista na Assembleia Legislativa neste período, encontramos pouquíssimas fontes registrando os trabalhos dos três deputados. No Diário Oficial do Estado, local onde se registrava as atas das sessões ordinárias da Assembleia, temos algumas informações. Outro documento no qual temos um pouco da atuação comunista no Legislativo é uma carta de três páginas escrita no dia 23 de agosto de 1947, assinada por André Papini para Maurício Grabois e apreendida pela DOPSE.¹³¹ Na carta, o ex-deputado relata algumas ações suas e de seus dois companheiros. A mesma DOPSE apreendeu uma série de cartas endereçada aos deputados federais comunistas Maurício Grabois e Carlos Marighella. Nestas cartas encontramos abaixo-assinados de moradores de Maceió, dos bairros da Cambona, Pinheiro (Farol), Ponta Grossa e do Prado, e trabalhadores da Indústria do Calçado, das fábricas de tecido Cachoeira e Progresso (localizadas em Rio Largo) e da Fábrica Alexandria de Tecidos (Maceió) contra a Lei de Segurança Nacional (que solicita a cassação dos parlamentares comunistas e do processo movido contra o senador Luís Carlos Prestes). Outras listas são em favor do projeto do deputado Diógenes de Arruda Câmara pelo aumento de 100% do salário mínimo e auxílio família de Cr\$ 100,00, assinadas pelos

¹²⁹ TENÓRIO, Op. cit., p.104.

¹³⁰ LIMA, Araken Alves de. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2006, p. 50.

¹³¹ “Atividades da bancada comunista na semana de 18 a 23/08/47”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fls.95-97.

trabalhadores na Indústria de Extração do Óleo Vegetal e Animal, estivadores, operários da Fábrica Alexandria e trabalhadores na indústria de Construção Civil.

Durante a sessão de 02 de julho de 1947, foi lido pelo 1º Secretário um requerimento da bancada comunista¹³² sobre os problemas pelos quais passava a indústria têxtil. O documento solicitava ao Governo do Estado “providências junto aos poderes competentes da República para a imediata exportação dos saldos de tecidos existentes em depósitos, assim como que sejam prestados socorros urgentes aos operários atingidos pela crise”. O deputado Moacyr Andrade foi à tribuna fazer a defesa do requerimento. Segundo o comunista, mais de 15 mil operários trabalhavam na indústria têxtil em todo o estado, por isso a urgência em resolver esta questão. Ainda de acordo com a ata, Andrade “fez demorado estudo da situação econômica do Brasil, dizendo dos erros da nossa política financeira de cujas consequências desastrosas estamos sentindo os resultados”. Em seguida falou o trabalhista José Sarmento¹³³ dando total apoio ao requerimento dos comunistas – aprovado por unanimidade – após a exposição de Andrade.¹³⁴

Na sessão seguinte, realizada no dia 04 de julho de 1947, a temática é a mesma. O pessedista Humberto Paiva (o deputado mais votado do partido) vai a tribuna relatar o difícil momento pelo qual passava as indústrias têxteis de Alagoas, principalmente por conta das constantes baixas nas exportações dos produtos. O documento ainda nos mostra as origens do deputado: “Infelizmente, acrescenta o orador, fomos obrigados a despedir inúmeros operários e diminuir a nossa produção pela paralisação dos negócios”. O deputado pertencia à família do industrial Gustavo Paiva, dono das duas fábricas têxteis de Rio Largo. Humberto Paiva segue seu relato, afirmando ter loteado suas terras para “que ali se instalem os operários e suas famílias na esperança de melhores dias”. Interessante observar a representação classista dentro do Legislativo alagoano.

O comunista José Maria Cavalcanti é o próximo a ir à tribuna (e não fez nenhuma referência as palavras de Paiva; pelo menos não foi registrado). Cavalcanti vai falar “demoradamente” sobre “os dois movimentos revolucionários de 1922 e 1924, fazendo o elogio dos chefes desses movimentos”, tais como “Eduardo Gomes, Luiz Carlos Prestes, Siqueira Campos, Joaquim Távora, Juarez Távora e João Alberto”. Tratando e elogiando a

¹³² Na verdade não está claro se o requerimento é apenas da bancada comunista. O texto diz o seguinte: “um requerimento do deputado André Papini e outros”.

¹³³ Na lista oficial dos deputados eleitos em 1947, não consta o nome de Sarmento. Foi o quinto mais votado pelo partido, sendo o primeiro suplente dos trabalhistas.

¹³⁴ “Ata da 72ª Sessão Ordinária”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 12/07/1947, p. 4.

Coluna Prestes, o deputado “concluiu saudando os operários e soldados que tombaram pelo Brasil”.¹³⁵ Era o tenentismo ainda vivo na memória dos comunistas alagoanos...

Já a carta de André Papini inicia com um alerta: poderia faltar pão em Maceió. O motivo era a falta de farinha de trigo estocada e possivelmente fora de circulação pelo comércio da cidade, aumentando ainda mais situação de penúria “de nossa população além de paralisar (...) o comércio de massas panificáveis [sic] com o seu cotejo de falta de trabalho para centenas de profissionais que desse labor tiram o sustento de suas famílias”. O relato segue especificando a possível causa para a falta de farinha de trigo: a firma J. Castro & Cia. Ltda. estaria estocando em seus armazéns mil sacos do produto e recusando-se a colocá-los no mercado, pois exigia um preço maior de venda. O deputado solicitava que o caso fosse levado para o governador, para serem tomadas as medidas cabíveis em relação à denúncia. Moacyr Andrade defendeu o requerimento do companheiro, destacando “as condições penosas que atravessa a nossa população cada vez mais asfixiada pela escassez e alta crescente dos gêneros de primeira necessidade”. Segundo a carta, o requerimento de André Papini foi aprovado por unanimidade. As palavras de Moacyr são corroboradas por dezenas de reportagens do jornal *A Voz do Povo*, sempre denunciando as condições precárias em que vivia a população pobre do estado.

Ainda por conta desta questão, Moacyr Andrade entrou em confronto com o deputado Tércio Wanderley, do PSD – poderoso usineiro do estado. O pessedista entendeu que os comunistas estavam acusando a firma J. Castro & Cia e Moacyr Andrade “depois de mostrar que no requerimento não existia nenhuma agressão premeditada à aludida firma e sim a posição firme de sua bancada na defesa intransigente dos interesses do povo e do Estado”. Com o PCB no Legislativo, os embates de classe ganhavam a tribuna pela primeira vez no estado. As diferenças estavam bem claras e Andrade continua expondo estes embates, “apontado a defesa que se estava procurando fazer naquela casa da firma indigitada, uma manobra sofrítica [sic] e cínica contra os reais interesses da população”.

Um projeto de lei referente à construção de um grupo escolar foi apresentado pela bancada comunista, mas a carta refere-se apenas a defesa do mesmo feita por Papini.¹³⁶ O grupo escolar estava destinado a Satuba, então município de Rio Largo, atendendo aos apelos da comunidade. De acordo com o documento existia uma escola primaria mista na localidade, sem um prédio próprio, sendo agora necessária a construção do mesmo. “A capacidade da

¹³⁵ “Ata da 73ª Sessão Ordinária”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 14/08/1947, p. 5.

¹³⁶ Projeto nº 15, publicado no Diário Oficial no dia 14 de agosto de 1947.

escola é de 90 alunos e já existem matriculados 107 e dezenas requerendo matrícula sem serem atendidos e as bancas que se destinam a dois alunos já são agora ocupados por três”.

O próximo requerimento é sobre “a atual rodovia que liga a cidade de Maceió ao bairro de Bebedouro [que] se acha em estado de quase intransitabilidade [sic]”. O bairro em questão é moradia de muitos filhos do trabalho, além de ser local de muita pobreza, sempre esquecido pelos políticos. O texto segue explicitando sobre a importância da reforma da rodovia para o desenvolvimento do bairro, de comércio próprio muito intenso e que se encontra em decadência por vários fatores, inclusive por conta da rodovia desgastada. Desta vez foi o deputado José Maria Cavalcanti quem defendeu o requerimento de sua bancada, relatando sobre a situação decadente em que se encontra Bebedouro, outrora bastante próspero. Assim com o anterior, foi aprovado por unanimidade.

Um dos maiores problemas de Maceió no século XXI já era debatido e discutido pelos comunistas nos anos 1940. Segundo o documento, três linhas de ônibus que abastecem regiões outrora de pobreza¹³⁷ foram “impedidas” de circular pela cidade por ordem da Inspetoria de Tráfego Público, a saber: Ponta da Terra – Hospital, Rex – Praça das Graças e Pajuçara – Farol. A proposta do requerimento é buscar esclarecimentos por parte do órgão responsável, para descobrir “os motivos que determinaram a estranha medida, prejudicial aos interesses da população de Maceió”. Além do cancelamento destas linhas, a população sofria com a deficiência dos transportes coletivos, “pois a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil [responsável pelos bondes da capital] não atende às necessidades da população cujo problema de transporte se agrava a cada dia”. Além do corte de três linhas e a carência de bondes, havia um possível monopólio em relação aos ônibus em circulação na cidade: “além do serviço de bondes, só tem permissão para circular os ônibus de propriedade da Autoviária Alagoana, ainda incapazes de suprir as graves falhas do transporte”.

Na defesa do requerimento, André Papini não poupou críticas ao problema dos transportes coletivos de Maceió. Para o ex-deputado a suspensão das três linhas de ônibus trouxe “sensíveis prejuízos para a população que é pessimamente servida pelos bondes da Cia. Força e Luz”, além do problema da Autoviária Alagoana “que pretende o monopólio dos transportes rodoviários coletivos da capital”. Como se não bastasse a interrupção das linhas, a frota era pequena para a população de Maceió (estimada pelo comunista em mais de cem mil

¹³⁷ A Ponta da Terra é um bairro vizinho da Pajuçara e ambas eram locais de moradia de população mais carente (atualmente, além de ser muito procurada por turistas, a Pajuçara é um bairro de classe média alta). Tanto o antigo Cine Rex quanto a Praça das Graças ficam nas imediações da Levada, Ponta Grossa e Centro, bairros típicos de humildes trabalhadores.

habitantes), “servida por 23 carros velhos da Nordeste e 04 ônibus também quase imprestáveis o que atestava a pobreza dos nossos serviços de transporte”.

A questão agrária também estava na pauta da bancada comunista. Em um estado dominado pelo latifúndio e concentração de terras – e com uma forte e numerosa bancada agrária –, os deputados do PCB enviaram um requerimento bastante ousado. O documento solicitava ao Governo do Estado, por intermédio da Mesa, uma relação com todas as propriedades de terra pertencentes ao estado, sejam elas “exploradas, inexploradas ou devolutas”, além do tamanho e da localização. Isso em 21 de agosto de 1947. José Maria Cavalcanti ficou encarregado de defender o requerimento e começou afirmando ser necessário que a Assembleia conheça o patrimônio do Estado e assim possa distribuir essas terras “planificadamente nos termos da Constituição aos camponeses pobres que nela quisessem trabalhar, primeiro passo para a solução dos problemas econômicos do estado e do nosso povo”. O documento não faz mais nenhuma referência a esta medida, que com certeza gerou grades embates dentro do Legislativo e também no Executivo.

De volta as sessões da Assembleia Legislativa, encontramos novamente um debate acerca da situação da indústria têxtil em Alagoas ocorrido no dia 22 de setembro. Mas desta vez, o debate não foi promovido por um industrial. Moacyr Andrade enviou um requerimento fazendo um apelo ao governador sobre a situação dos operários têxteis do estado. Andrade foi à tribuna fazer a defesa de seu requerimento e começou falando “das dificuldades que atravessam os operários da indústria de tecidos, ameaçados agora da mais negra miséria com as providências tomadas pelos senhores industriais”. Corroborando o número dado anteriormente de operários têxteis, o comunista afirma “que se não forem tomadas providências imediatas e enérgicas o caso tomará o aspecto de calamidade pública, uma vez que afeta a mais de 15.000 famílias”.

O possedista Balthazar de Mendonça – deputado desde os anos 1930 – foi o primeiro a falar, estando de acordo com os comunistas. Mas no seu entender, a questão não dependia do governador e sim da Delegacia Regional do Trabalho. Sendo assim, deveria solicitar a Silvestre Péricles que intercedesse na DRT para a resolução do problema. Lourival de Mello Mota, eleito pela UDN, foi o próximo. Concordou com o colega do PSD, justificando a pauta pelo viés classista: “ainda mais porque a maioria dos industriais de tecidos são correligionários políticos do Chefe do Governo”. Ao concluir, Mello Mota fez uma provocação: “trata-se de um direito e os operários pertencem a sindicatos, e, na opinião de S. Excia. [sic], esses sindicatos deviam agir através da Justiça do Trabalho, porque quem tem um direito ferido deve reclamar esse direito e não implorar uma migalha, que é sempre um favor”.

Em seguida, mudou um pouco o discurso: “de qualquer maneira é uma tentativa para solucionar a questão, por conseguinte vota pelo requerimento”. Outro pessedista, o deputado Mendonça Braga, era contra o requerimento e na sua justificativa foi ainda classista: “porque todos sabem quanto os industriais alagoanos têm feito pelos seus operários”. O último a falar foi o udenista Aurélio Viana, afirmando votar a favor do “requerimento na certeza, porém, de que o Governador do Estado poderia usar as providências que tomasse a favor dos operários com fins políticos”. Contrariando o colega pessedista, Viana “estudou demoradamente a situação do operariado, dizendo das dificuldades que o mesmo atravessa no momento”.

No momento da votação, o comunista Moacyr Andrade solicitou algumas mudanças no texto para encaminhar a mesma: “Acrescentou o orador que o requerimento não tem objetivos políticos e que o seu único objetivo é ir ao encontro das necessidades da classe operária”. Andrade fez um apelo a bancada do PSD, excluindo do requerimento “todos os termos considerados injuriosos aos industriais”. O deputado Balthazar de Mendonça voltou à tribuna para ler uma declaração de voto:

“Declaramos votar o requerimento oferecido apenas no sentido de ser feito um apelo ao Governador do Estado, para conciliar os interesses das fábricas de tecidos, em Alagoas, com os proprietários das aludidas fábricas, referente a diminuição do abono que os mesmos vinham recebendo”.

Os trabalhistas finalmente se pronunciavam, através do deputado Jerônimo da Cunha Lima. Porém, antes de falar sobre a questão e seu voto, entrou em uma polêmica de cunho religiosa com o pessedista Tércio Wanderley. Segundo o trabalhista, o deputado Wanderley “declarou que Sua Santidade, o Papa Leão XIII errava nos ensinamentos que difundiu para as boas relações a serem observadas por patrões e operários, aliás entre o capital e o trabalho”. Voltando ao tema central, Jerônimo Lima era a favor do requerimento e “julgava oportuno, proveitoso e necessário para que se esclarecesse e conciliasse o caso da redução de 20% no salário do operariado que trabalha na indústria alagoana”.¹³⁸ Obviamente, Tércio Wanderley pediu a palavra, para encaminhar a votação, não se furtando de responder ao colega trabalhista. Afirmou não ter ofendido o Papa, pois é “católico, apostólico e romano”, e encerrou dizendo ser “contra o requerimento pelos termos injuriosos que o mesmo continha e não ser o caminho certo para resolver a contenda”. No final de tudo, terminou sendo o requerimento “rejeitado por treze (13) votos contra doze (12)”.¹³⁹

¹³⁸ Não encontramos qualquer outra referência a esta redução de 20%.

¹³⁹ “Ata da 44ª Sessão Ordinária”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 18/10/1947, pp. 5-6. Como podemos observar, além da demora em ser publicada no Diário, a numeração das atas possivelmente está equivocada.

Batendo de frente com o Executivo, André Papini envia um requerimento solicitando ao governador, via Mesa,

a) Tabelas Explicativas da Receita e da Despesa; b) quadros comparativos entre as previsões e dotações do último orçamento e as da proposta; c) quadros demonstrativos e comparativos da receita apurada no último exercício; d) quadros demonstrativos e comparativos da despesa realizada no último exercício; e) quadros dos créditos adicionais abertos no último exercício; f) balanços e demonstrações dos resultados do último exercício; g) análise da despesa por serviços e elementos.

De acordo com o comunista, o “fornecimento ao Legislativo, com a proposta orçamentária é norma universalmente consagrada”. Em sua justificativa, Papini afirma “não ser possível um exame honesto das condições e possibilidades reais do Estado, sem os elementos solicitados”. Fora este fato, ainda tem a proposta do governador de “elevar a coluna da Receita em mais de 20 milhões de cruzeiros”. Silvestre Péricles encampou uma feroz luta contra a corrupção em Alagoas, publicando antigos contratos considerados ilícitos ou duvidosos, por exemplo. O oportuno requerimento comunista – aprovado por unanimidade – provavelmente foi elaborado também neste sentido de combate a corrupção.¹⁴⁰

Na sessão do dia 01 de outubro de 1947, entrou em pauta uma questão trabalhista envolvendo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O requerimento de Moacyr Andrade solicitava “providências a fim de que sejam observadas pelas Fábricas Cachoeira e Progresso [ambas localizada em Rio Largo] o que preceitua os arts. 170, 172, 174 e 180” da CLT. Andrade foi justificar o requerimento na tribuna, no qual afirma que nas duas fábricas estão sendo desrespeitados “requisitos essenciais para a segurança coletiva dos trabalhadores, que são obrigados a matar a sua sede com água quente que vem de uma caixa exposta ao sol, com graves prejuízos para a saúde dos mesmos trabalhadores”. Em sua conclusão, o comunista disse “que as condições a que são submetidos os operários das referidas fábricas são vexatórias para a classe e não devem subsistir por constituírem um desrespeito às Leis Trabalhistas e um atentado à saúde da classe trabalhadora”. O requerimento foi aprovado por unanimidade.¹⁴¹ Não consta na lista de deputados presentes e ausentes o pessedista Humberto Paiva, membro da família Paiva, proprietária das fábricas. Certamente Paiva havia assumido algum outro cargo político, deixando suas funções de deputado estaduais para o suplente.

¹⁴⁰ “Ata da 45ª Sessão Ordinária”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 18/10/1947, p. 6.

¹⁴¹ “Ata da 50ª Sessão Ordinária”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 05/11/1947, p. 5.

Fora do ambiente legislativo, os comunistas enfrentavam a ira do governador Silvestre Péricles, que se mostrou um dos piores inimigos do PCB em Alagoas.¹⁴² O ex-governador tinha no sangue o anticomunismo, afinal o general Góis Monteiro, seu irmão, era um ferrenho opositor e antigo perseguidor dos comunistas. Mas as coisas começam a piorar mesmo para o PCB em 1947, durante o mandato do então presidente Eurico Gaspar Dutra – militar amigo do general Góis Monteiro e igualmente um ferrenho opositor dos comunistas. É neste ano que vai ser cassado o registro do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), abrindo-se uma verdadeira perseguição escancarada aos seus militantes. Em Alagoas, como não poderia deixar de ser, com doses cavалares de violência.¹⁴³

A cassação – fato que marcou profundamente a história do partido – se deu no dia 07 de maio de 1947. Na ocasião, o TSE cassou o registro do PCB baseado apenas em um parágrafo (13) de um artigo (141) da Constituição Federal, “que vedava o funcionamento de partido político que contrariasse o regime democrático”.¹⁴⁴ O TRE de Alagoas cancelou o registro do partido no dia 12 de maio de 1947. É neste momento que Péricles vai atacar.

Se a história do PCB em Alagoas sempre foi marcada pela violência sofrida pelos militantes no estado, com Silvestre Péricles esta violência extrapolou todos os limites. O ex-governador nunca escondeu seu posicionamento sobre PCB. A tragédia repressora já estava anunciada.

A minha ordem é esta: respeito à lei e à sabia sentença do Tribunal. Se os comunistas tiverem a audácia de desacatar ou anular a decisão do TSE, a polícia, que recebeu ordem de reprimir energeticamente qualquer crime desses apaziguados de Moscou e seu aliados, agirá. Quem duvidar, não perde por esperar... (...) *Se os criminosos, ladrões e assassinos, com fantasias ideológicas ou sem elas, me aborrecerem o pau canta e não para mais.* Registre a expressão. É o que estou dizendo: se me aborrecerem o pau canta e não para mais.¹⁴⁵

Em seguida, o repórter pergunta sobre um possível pedido do governador, solicitando a vinda da “Polícia Especial carioca” para Maceió. Péricles nega e, com a insistência do repórter, responde: “Para este trabalho, nós aqui em Alagoas temos muita gente. Temos o Exército alagoano anticomunista”.¹⁴⁶

¹⁴² Inclusive, por conta da coligação udeno-comunista, a UDN foi alvo das perseguições de Péricles e alguns militantes udenistas mais conservadores ficaram desgostosos com a aliança com o PCB.

¹⁴³ Sobre a violência na política alagoana, Cf.: TENÓRIO, Op. cit., pp.85-110.

¹⁴⁴ SÁ JÚNIOR, Op. cit., p. 190.

¹⁴⁵ LIMA, *Sururu apimentado*, Op. cit., p. 41. Grifos nosso. A citação foi tirada de uma entrevista ao Jornal de Alagoas (11/05/1947).

¹⁴⁶ LIMA, *Sururu apimentado*, Op. cit., p. 42. Não encontramos nenhuma outra informação acerca desse “Exército”. Provavelmente foi criado por Silvestre Péricles para combater, ao seu modo, aqueles considerados por ele como comunistas.

Em sua perseguição aos comunistas, o governador tinha o total apoio do seu partido. O Diário Oficial publicou uma troca de telegramas entre Péricles e Nereu Ramos, então presidente do PSD, vice-presidente do Brasil e presidente do Senado Federal. Ramos informava ao governador “que o Conselho Nacional do nosso partido, (...) deliberou, unanimemente, levar-lhe a sua inteira solidariedade, pela sua corajosa atitude contra o comunismo, que tanto mal vem fazendo ao Brasil”. Silvestre Péricles respondeu ao vice-presidente agradecendo a “solidariedade pela minha atitude contra [o] comunismo, inimigo [da] civilização e [do] progresso [no] Brasil.”. Na mesma edição do Diário há o telegrama de Péricles endereçado ao senador paraense Magalhães Barata, autor da proposta de “solidariedade” discutida pelo Conselho Nacional do PSD. O governador alagoano agradece o apoio do senador paraense e afirma que vai prosseguir “firme [na] defesa [de] nossas tradições e progresso [de] nossa Pátria”.¹⁴⁷

Na Assembleia, os deputados comunistas já mostravam as ações de seus inimigos. Em julho daquele ano, André Papini vai a tribuna informar que o jornal *A Voz do Povo* estava fechado desde maio de 1947. Ainda de acordo com o deputado,

(...) na mesma noite em que uma decisão do Tribunal da Justiça Eleitoral fechou o Partido Comunista, o segundo Delegado Auxiliar invadiu a redação de *A Voz do Povo* e pôs para fora os que ali trabalhavam. Afirmou o deputado André Papini que este ato que privou o povo do seu jornal foi um atentado a Constituição Federal, mas o que mais estranhou foi que enquanto os jornais de outros estados e o próprio presidente da Associação Brasileira de Imprensa protestaram contra o atentado, os jornais desta capital apenas registraram o fato e houve um que bateu palmas e aplaudiu a violência no seu afan [sic] de aplaudir todos os atos do Governo. O deputado André Papini se estendeu em outras considerações e concluiu dizendo que ainda confiava na vitória da democracia em nossa pátria.¹⁴⁸

Após a cassação do registro do PCB, entra em pauta o projeto visando a cassação dos mandatos dos comunistas eleitos. André Papini tocou no assunto na Assembleia Legislativa. Segundo o deputado, “estamos descrevendo um dos períodos mais importantes e decisivos da história”. Ao abordar o projeto, Papini “cita a opinião dos mais abalizados juristas contrários a citada cassação de mandatos”. O deputado segue afirmando que nem os comunistas nem ele próprio temem “a ameaça da cassação dos mandatos porque dentro ou fora desta Assembleia saberá lutar em defesa do povo, em defesa das liberdades democráticas, como sempre tem feito”. Papini finaliza enfatizando não ter “o fetichismo da legalidade, nem anda mendigando

¹⁴⁷ “Solidariedade do Conselho Nacional do Partido Social Democrático a atitude do governador Silvestre Péricles contra o comunismo”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 21/06/1947, p. 9. Não há maiores detalhes ou informações sobre a tão aludida atitude do ex-governador.

¹⁴⁸ “Ata da 5ª Sessão Ordinária”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 25/07/1947, p. 4.

a manutenção de mandatos e aos comunistas as ameaças não assustam, nem conseguirão afastar um milímetro sequer da linha que seguimos em defesa da Constituição”.¹⁴⁹

Enquanto isso, o sentimento anticomunista de Silvestre Péricles atingia a todos que não compartilhassem de suas ideias. Desde grupos políticos de esquerda, sindicatos ou movimentos sociais, como também alguns elementos da direita: se agissem ou fossem em direção contrária ao seu governo e suas atitudes, logo eram taxados de comunistas, justificando seus atos desumanos e as prisões arbitrárias. Até mesmo o Poder Jurídico teve problemas com o governador. Alguns desembargadores foram alvos de Silvestre Péricles, chegando-se ao ponto dos magistrados solicitarem junto ao governo federal e ao Supremo Tribunal Federal uma intervenção no estado. Obviamente, este impasse foi resolvido na base do entendimento sem maiores problemas.¹⁵⁰

O motivo do problema do governador com o judiciário foi a prisão dos três deputados comunistas, sem qualquer motivo aparente, em São Luís do Quitunde. Várias versões para o acontecido eram divulgadas, nunca se chegando a um consenso sobre o ocorrido. Silvestre Péricles, em telegrama ao ministro da Justiça, comunicava sua versão:

Comunico a V. Excia. que a autoridade policial acaba de prender em flagrante delito os deputados estaduais comunistas André Papini Góis, Moacir de Andrade e José Maria Cavalcante, bem como outros criminosos, os quais, à mão armada, promoviam a fuga de presos recolhidos à cadeia pública do município de São Luiz do Quitunde, neste estado.¹⁵¹

A Gazeta de Alagoas também noticiou o ocorrido. “Esses russianos [sic], infelizmente nascidos em Alagoas, ousaram, à mão armada, promover a fuga de presos legalmente recolhidos à cadeia pública de São Luís do Quitunde”. A notícia veiculada pela Gazeta deixa entender que os deputados foram ao local com um verdadeiro exército, bem armado e perigoso, pois o delegado de plantão, “sem dispor de força suficiente para reprimir a audácia criminosa planejada e dirigida pelas referidos apátridas, comunicou à Secretaria do Interior, as intenções do assalto preparado pelos comunistas, pedindo reforços urgentes”. Ainda segundo o periódico, um reforço policial veio de Maceió até a cidade e os policiais “foram recebidos com vários disparos de armas de fogo”. A “missão” deste reforço era “socorrer o delegado” de São Luís e, pelo visto, o resgate não demorou muito, sendo finalizada com um cerco a

¹⁴⁹ “Ata da 73ª Sessão Ordinária”. Diário Oficial do Estado de Alagoas. 14/08/1947, p. 5.

¹⁵⁰ E não perdendo a oportunidade, o general Góis Monteiro deu algumas declarações culpando os comunistas pelo mal-estar entre o governador e os magistrados. Cf.: GUSMÃO, Carlos de. *Bôca da grotta – Reminiscências*. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970, pp. 243-276.

¹⁵¹ LIMA, *Sururu apimentado*, Op. cit., p. 57.

delegacia e com a prisão dos “principais promotores do crime, os mencionados deputados comunistas, mas vários comparsas fugiram”.¹⁵²

Porem, mesmo sendo um período tenso para o PCB, parte da população não se convenceu com a justificativa de Silvestre Péricles para as prisões. O Jornal de Alagoas publicava em suas páginas:

Conforme apuramos, pessoas chegadas ontem à Maceió e procedentes de São Luiz do Quitunde, cidade onde foram presos os deputados comunistas, deram a seguinte versão. Os deputados comunistas foram a Quitunde a fim de requerer habeas corpus em favor do operário Manoel Santana, que estava recolhido à cadeia daquele município. (...)

Voltando à versão das prisões de sábado, afirmava-se também que os deputados comunistas estiveram na cadeia pública e foram recebidos por uma filha do carcereiro. Inteirada do assunto, a moça afirmou não poder levá-los ao preso Manoel Santana, que tinha sua cela cercada de esteiras, de modo a não poder ser visto. O cabo do destacamento fora chamado, bem como o sargento, e do mesmo modo recusaram-se a apresentar aos parlamentares o operário detido, a não ser que o juiz ou o promotor da comarca dessem ordens. O militar, ao notar que um dos deputados estava armado, tentou desarmá-lo e daí surgiu a discussão.¹⁵³

O operário Manoel Santana foi preso arbitrariamente em Maceió e enviado para o interior do estado, por motivos desconhecidos. Para Mário de Carvalho Lima, o operário provavelmente foi transportado para manter-se sem comunicação. No sábado à tarde, enquanto aguardavam o *habeas corpus*, os deputados comunistas mantiveram-se defronte a delegacia da cidade, evitando outra remoção de Santana. Foi neste instante que a polícia, vinda de Maceió, chegou e efetuou a prisão dos três. Presos em Maceió, conseguiram um *habeas corpus* em 08 de novembro. Esta versão é referendada, por exemplo, por Mário Gomes de Barros, deputado federal pela UDN na época. Em discurso proferido no Congresso, afirmou o deputado:

Depois da prisão dos deputados comunistas, nenhum tipo de violência se verificou, ou o mais leve sinal de reação, e afirmo isto porque obtive informação do juiz de Direito do local de muitas outras pessoas. Não houve a menor reação, não houve tiros, nem assalto. O que se verificou foi um absurdo. A polícia preparando a farsa, que depois o governador do estado oficializou em telegrama ao ministro da Justiça.¹⁵⁴

O deputado udenista Mello Mota fez um discurso na Assembleia Legislativa defendendo os comunistas, desmentindo notícias como a veiculada na Gazeta de Alagoas.

¹⁵² LIMA, *Sururu apimentado*, Op. cit., p. 59.

¹⁵³ LIMA, *Sururu apimentado*, Op. cit., pp. 57-58.

¹⁵⁴ LIMA, *Sururu apimentado*, Op. cit., p. 61.

“Naquela tarde de sábado, ao cerrado tiroteio a que se refere a polícia, nenhum habitante da melancólica cidade de São Luís do Quitunde, ouviu um só disparo”.¹⁵⁵

Somente na quarta-feira posterior ao ocorrido a Assembleia teve quorum suficiente para uma sessão, na qual seria discutida a prisão dos comunistas. “O assunto interessava sobremaneira a opinião pública, pois as galerias da Assembleia apresentavam-se superlotadas”.¹⁵⁶ Após muito debate, o caso foi enviado a Comissão de Justiça que o remeteu de volta a Mesa, sendo levado a votação no plenário. Por dezessete votos a doze, o pedido de processo contra os deputados foi deferido. E após todo esse percurso, o imbróglio vai terminar no Tribunal de Justiça do Estado, com a concessão do *habeas corpus* aos comunistas.

Carlos Gusmão, desembargador na época do ocorrido, afirmou o seguinte em seu livro de memórias:

Os três deputados estavam ilegalmente presos, sofrendo coação na sua liberdade de locomoção, em consequência que não bastava ser feita em flagrante (se flagrante houve) e em crime inafiançável, para manter os representantes do povo afastados de suas funções, porque precisava em seguida ser consentida pela Assembleia Legislativa, e não o foi, em face do preceito constitucional. A ilegalidade da prisão pela falta desse consentimento ficou claramente demonstrada.¹⁵⁷

Aa primeira e única bancada comunista alagoana chega ao fim no dia 09 de janeiro de 1948, quando todos os eleitos (e suplentes) pelo PCB perderam seus mandatos, por resolução do TSE. “A Assembleia Legislativa de Alagoas, em sessão realizada a 15 de janeiro de 1948, declarou extintos os mandatos dos deputados estaduais (...)”.¹⁵⁸

Três anos depois, terminava também o período de Silvestre Péricles no governo. E mesmo com o fim do mandato do último Góis Monteiro, o PCB alagoano não teve sossego. A gestão Péricles, suas atitudes e principalmente seu temperamento e arrogância, influenciou decididamente nas eleições de 1950, com a vitória de um rival antigo do ex-governador, o udenista Arnon de Mello.¹⁵⁹

Em um documento não datado apreendido pela DOPSE, intitulado “Ao povo alagoano”, o PCB faz uma balanço geral da política mundial, mas também da situação no

¹⁵⁵ LIMA, *Sururu apimentado*, Op. cit., p. 60. Obviamente tem muito mais aí do que uma simples defesa. A UDN fazia uma oposição cerrada ao governador Silvestre Péricles e não perdia a oportunidade de atacá-lo. Ainda assim, é uma defesa a favor dos comunistas – outrora aliados da UDN contra o mesmo Péricles –, grupo político que a UDN também não perdia a chance de atacar.

¹⁵⁶ LIMA, *Sururu apimentado*, Op. cit., p. 62.

¹⁵⁷ GUSMÃO, Op. cit., p. 245.

¹⁵⁸ SÁ JÚNIOR, Op. cit., p. 190.

¹⁵⁹ O clima de insegurança e as atitudes agressivas e muitas vezes sem muito sentido de Silvestre realmente foram decisivos na vitória de Arnon de Mello. Entretanto, as inovações que o mesmo trouxe para a propaganda política da época (tais como presença do candidato nos municípios, comícios com músicas e a distribuição de “santinhos”, bem como a compra do jornal Gazeta de Alagoas, que o fazia oposição) também o ajudaram.

Brasil e em Alagoas. Apresentando os dois candidatos ao governo, os comunistas primeiro identificam o aliado do “tirano Silvestre Péricles”, “apoiado na máquina de repressão que se encontra nas mãos de uma oligarquia que infelicitava o estado há mais de 20 anos”. A oposição vem com “o negociasta e aventureiro Arnon de Mello, nova bandeira da UDN”, com o apoio dos irmãos de Silvestre, Ismar e Edgar de Góis Monteiro. Mesmo estando na ilegalidade, com “seus líderes perseguidos e processados”, o PCB não vai deixar de participar das eleições, com a finalidade “de aproveitar a presente campanha eleitoral para organizar o povo, esclarecê-lo, alertá-lo diante dos perigos que o ameaçam e levá-lo à luta pela solução dos seus angustiantes (...)”.¹⁶⁰

O ponto-chave da campanha de Mello foi o apelo à paz em Alagoas, batendo de frente com o pior do mandato de Silvestre Péricles, além de mostrar-se como representante do “novo” e do “moderno”. Por outro lado, resquícios do passado como as perseguições aos comunistas não apenas continuaram, como também se intensificaram bastante.

No dia da posse do novo governador, Arnon de Mello chegou ao estado em um avião militar¹⁶¹ junto com o escritor José Lins do Rêgo, e velhas práticas foram executadas, com a prisão de alguns comunistas.

Os comunistas haviam programado um comício, na praça D. Rosa da Fonseca na mesma hora da posse do novo governador, liderados por Jaime Miranda, afilhado de Mário de Carvalho Lima, então comandante do 20º B.C. Durante a manifestação pela derrota do Governador Silvestre, o tenente Camarão prendeu alguns dos comunistas, e entre eles, Jaime Miranda, que passou a noite no Quartel do Exército, por determinação do seu padrinho e comandante da guarnição federal, que “banaliza” a prisão do afilhado e ainda lhe presenteia com o adjetivo de “talentoso”.¹⁶²

A virada da década não representa apenas modificações políticas: começa com importantes mudanças econômicas e sociais concretizando-se em Alagoas. É a partir dos anos 1950 que se inicia a expansão e o domínio do cultivo de cana-de-açúcar nos chamados tabuleiros costeiros, áreas planas da zona da mata alagoana.¹⁶³ De acordo com Araken Lima, “nada foi mais decisivo para moldar a estrutura produtiva alagoana, pelas *repercussões*

¹⁶⁰ “Ao povo alagoano”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.32. O documento termina na palavra “angustiantes”, não sendo possível saber como termina realmente o texto, bastante danificado.

¹⁶¹ De fato, Arnon de Mello adorava mostrar-se a frente do seu tempo, querendo ser visto sempre como inovador e adepto das mais modernas novidades. Não por menos, 40 anos depois seu filho Fernando Collor de Mello chegou à presidência do Brasil com um estilo muito parecido.

¹⁶² BARROS, *A solidão dos espaços políticos*, Op. cit., p. 244. No texto original, Mario Lima não chama Jayme Miranda apenas de talentoso: complementa o “elogio” chamando-o de “fanático”.

¹⁶³ “Estes tabuleiros são partes da Faixa Sedimentar Costeira, a qual envolve grandes áreas da zona úmida costeira do estado, e onde se pode distinguir a Baixada Litorânea, os Baixos Platôs Costeiros (Tabuleiros) e Superfícies Similares e os Baixos Platôs Costeiro Muito Dissecados”. LIMA, *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro...*, Op. cit., p. 101.

sociais e ambientais provocadas, do que a decisão de incorporar os tabuleiros costeiros ao processo produtivo canavieiro”.¹⁶⁴ A partir da década de 1950 começa a subida da cana-de-açúcar para as áreas planas – os tabuleiros costeiros –, formando um eixo vertical tendo como centro Maceió.

Contudo, o que se procura mostrar, aqui, é que esta ocupação não foi ocasional, mas resultado de um plano cuja execução dependeu da realização de experimentos com adubação química e fertilizantes no intuito de superar a debilidade natural daquele solo. Assim, realizadas as experiências e analisados os resultados partiu-se para a ocupação da área enriquecendo o fraco solo com adubação orgânica, aproveitando o vinhoto nas áreas cultivadas e, como os tabuleiros são planos, desenvolvendo a mecanização de algumas etapas.¹⁶⁵

Com isso, a área cultivada aumenta absurdamente em Alagoas. Os impactos ambientais foram marcantes com essa nova área de cultivo originalmente formada pela Mata Atlântica, devastada em prol da cana. Neste momento o açúcar vai reiniciar seu poderio econômico no estado, derrubando em menos de vinte anos o algodão e as fábricas têxteis, seus únicos rivais no campo agrícola e industrial. Quando a década de 1980 começa, os usineiros e alguns latifundiários ligados a cana-de-açúcar já estarão dominando politicamente o estado, com a total supremacia econômica do açúcar.

A outra mudança gerada com a ida da cana-de-açúcar para os tabuleiros deu-se no campo social. Nestas áreas planas vivia uma enorme quantidade de pequenos produtores, sobrevivendo de agricultura de subsistência (plantando arroz, feijão, mandioca, milho, etc) e outros mais abastados com a pecuária extensiva, além de vários sítios. De origem pobre e vivendo em condições precárias, esta agricultura de subsistência abastecia a região, movimentando a economia local e garantindo o sustento dos produtores e o consumo das áreas urbanas próximas. A ocupação dos tabuleiros “repercutiu, por um lado, no aumento da produção canavieira, implicando em maior concentração fundiária e de renda, por outro lado, representou queda da oferta interna de alimentos e piora nas condições de vida”.¹⁶⁶

A expulsão de grande parte destes moradores¹⁶⁷ impulsionou de forma alarmante o movimento migratório do interior do estado, principalmente para a capital. Para se ter uma

¹⁶⁴ LIMA, *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro...*, Op. cit., p. 101. (Grifos nosso.) Não apenas sociais e ambientais, como também políticas. Por exemplo, esse movimento de expansão da cana para os tabuleiros “trouxe consigo uma forte dinâmica de criação de municípios, pois, dos 57 municípios canavieiros de 1990, 41 foram formados no século XX, dos quais 35 foram constituídos no pós-1950”. LIMA, *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro...*, Op. cit., p. 109.

¹⁶⁵ LIMA, *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro...*, Op. cit., p. 102.

¹⁶⁶ LIMA, *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro...*, Op. cit., p. 110.

¹⁶⁷ Uma parcela acabou sendo absolvida como mão-de-obra nos canaviais. “Constatamos assim que há um aumento da demanda por mão de obra nas áreas canavieiras. Este aumento é responsável por uma verdadeira disputa entre os proprietários (usineiros e fornecedores) na busca por trabalhadores. Esta disputa contribui para a

ideia, no Censo Demográfico de 1960, a população rural de Alagoas era o dobro em relação à urbana.¹⁶⁸ A partir de 1930 começa um movimento de migração para a capital (antes, boa parte das migrações era para outros estados do país),¹⁶⁹ intensificado na década de 1950 por conta da expansão da cana-de-açúcar nos tabuleiros. O quadro abaixo mostra o crescimento populacional no estado e na capital a partir dos números dos censos:

TABELA 5: População de Alagoas e de Maceió

Ano do Censo	População de Alagoas	População de Maceió	Aumento do número de habitantes na capital
1940	951.300	90.253	-
1950	1.093.137	120.980	30.727
1960	1.256.159	168.055	47.075

Fonte: Censos demográficos de 1940, 1950 e 1960.

Este início de inchaço populacional de Maceió, principalmente com o aumento significativo da pobreza nas áreas suburbanas da capital, trará outras conseqüências no campo social e também na política. No começo do século XX, a situação de Maceió já não era das melhores.

No início do século XX, Alagoas contava com uma população de 649.273 habitantes, e a população da capital, Maceió, representava 5,61% da população do estado. Era uma população relativamente pequena se comparada à de outros municípios de Alagoas, mas que em sua área urbana, considerando-se o que informa Tenório, já apresentava uma grande parte da população vivendo em condições subumanas. A maioria da população da cidade de Maceió vivia em mocambos como o dos pescadores de Pajuçara e Ponta da Terra, em abrigos às margens das lagoas, em barracos nos terrenos íngremes e enladeirados, em cortiços nas áreas do embarcadouro da Levada, do Trapiche e nos eixos comerciais de Jaraguá e do centro de Maceió. Segundo Tenório, esta população que era constituída de “mestiços”, descendentes de escravos e índios, pela pobreza de sua existência e pela localização de suas moradias, decorrência de sua condição, vivia à mercê das enfermidades e a indigência já se constituía em um fato social (...).¹⁷⁰

permanência inicial dos trabalhadores nas propriedades, sendo que em algumas delas chega-se até a construírem-se casas”. MEDEIROS, Fernando. *Montando o cenário - O Quadro de redefinição/modernização social e econômica (Alagoas nas décadas de 1950-1960)*. 2011, p. 24.

¹⁶⁸ Em números absolutos, a população rural era de 835.011 habitantes, enquanto a urbana era de 421.148 habitantes. IBGE. *Censo demográfico de 1960 – Alagoas e Sergipe*, p. 2. A diferenciação entre urbano e rural é feita da seguinte forma: “Considerou-se *População urbana* a recenseada nas cidades e vilas (quadros urbanos e suburbanos); a *População rural* constituiu-se da recenseada fora dos limites das cidades e vilas”. Ibid., p. XI. (Grifos do autor.)

¹⁶⁹ “O maior volume de migrações de alagoanos concentrava-se em direção à Pernambuco (60.387), São Paulo (56.248) e Distrito Federal (27.267 - Dados do Censo de 1950)”. MEDEIROS, *Montando o cenário*, Op. cit., p. 26.

¹⁷⁰ MEDEIROS, *Montando o cenário*, Op. cit., p. 12.

Com o aumento significativo da população de Maceió a partir dos anos 1950, esta situação não melhorou muito. Até porque o grosso da economia alagoana concentrava-se no campo. Ainda segundo Medeiros, de acordo com

(...) os números do Censo Demográfico de 1950, era no setor primário que se concentravam os ramos de atividade mais importantes da economia alagoana. Aí se encontrava mais de 73% da população economicamente ativa, o setor secundário atingindo menos de 12% desta população (considerando-se as indústrias de transformação e extrativas) e o terciário (comércio e prestação de serviços, transportes, etc.) pouco mais de 12%.¹⁷¹

Na política, Arnon de Mello tomou algumas posições desenvolvimentistas, como a criação da CODEAL – Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (e implementada pelo seu sucessor, Muniz Falcão), de onde saiu, entre outros, o projeto de criação do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN). Outro ponto de desenvolvimento foram às aberturas de estradas de rodagem, planos que desde Silvestre Péricles estavam em alta. A importância dos planos rodoviários é a integração entre as cidades e a imensa colaboração que os mesmos trouxeram para a circulação de notícias e ideias políticas por toda Alagoas.

Ainda no início de seu governo, Arnon de Mello volta a atacar os comunistas. O jornal do PCB já informava que a paz tão anunciada por Mello “não acontece desde o dia de sua posse, quando foi atacada por verdadeiro aparato bélico da 20ª BC *A Voz do Povo*”. O “motivo do assalto às oficinas do nosso jornal foi a denúncia corajosa por nós feita a deserção de 50 praças do nosso exército que se recusaram seguir para a guerra da Coréia, quando já se encontravam em Natal para este fim”.¹⁷²

Em um ofício datado de 07 de maio de 1952, destinado ao Coronel Francisco Rosas, diretor de uma divisão chamada apenas de P.P.S. (no Rio de Janeiro), o 1º Tenente José Juarez Bastos Pinheiro, responsável pela Delegacia de Ordem Política e Social Investigações e Capturas (DOPSIC), informa que no dia 03 de maio do mesmo ano, o DOPSIC instaurou um inquérito contra cinco membros do PCB estadual: José Leite Filho, Jayme Amorim Miranda, Nivaldo Oliveira Silva, Benedito de Oliveira Costa e Renalvo Siqueira Santos por conta de “exercerem atividades consideradas nocivas aos interesses da pátria”. Segundo o mesmo documento, encontravam-se foragidos os comunistas José Leite, ex-deputado estadual pelo PCB em Pernambuco, exercendo no momento o cargo de Secretário Político do Comitê Estadual, e Jayme Miranda, diretor de *A Voz do Povo* e Secretário de Massas do Comitê

¹⁷¹ MEDEIROS, *Montando o cenário*, Op. cit., p. 15.

¹⁷² “Enfurecidos os provocadores de guerra atacam a ‘Voz do Povo’”. *A Voz do Povo*. Maceió: 18/02/1951. Ano VI, número 3, p.1.

alagoano.¹⁷³ O ex-vereador Renalvo Siqueira assinou o abaixo-assinado dos trabalhadores da Indústria do Calçado contra a Lei de Segurança Nacional (seu nome é o primeiro da lista). O fato mostra também uma proximidade com os comunistas de Pernambuco, tal qual a visita anos antes de Gregório Bezerra ao estado, nos finais da década de 1940, e a prisão de membros pernambucanos distribuindo jornais do estado vizinho em Alagoas.

Não bastasse a repressão exercida pelo Estado, os comunistas ainda eram perseguidos por um dos seus mais ferrenhos opositores: a Igreja Católica. Além dos adversários no campo político-partidário, na esfera social o PCB era constantemente bombardeado pelos católicos.¹⁷⁴

O principal inimigo da Igreja Católica era o comunismo e não a esquerda de uma forma geral. Antes da fundação do PCB em Alagoas, existiam correntes de esquerda presentes no estado, além do anarquismo. No final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, circulavam em Alagoas várias concepções socialistas não necessariamente ligadas com o marxismo (segundo Sávio de Almeida, “Marxismo em Alagoas será matéria do segundo quarto do século XX”).¹⁷⁵ Muitos dos socialistas alagoanos (ou que passaram pelo estado)¹⁷⁶ tinham fortes ligações com o cristianismo. O imbróglcio dos católicos era mesmo com os comunistas, seu conhecido ateísmo e suas críticas ferrenhas as religiões.¹⁷⁷ Ainda de acordo com Almeida:

(...) diversos socialistas chegaram a formular um conjunto de idéias aproximado ao que discute, hoje, a chamada teologia da libertação. Este testemunho cristão é dado também por muitos socialistas alagoanos da época. É uma tarefa inútil buscar marxismo entre eles, pois, no máximo, existiriam algumas informações circunstanciais.¹⁷⁸

¹⁷³ “Of. 118/52”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.127.

¹⁷⁴ É claro que estes são limites simples e praticamente inexistentes, apenas a título de exemplificação. Em termos práticos, os inimigos políticos do PCB também atuavam contra o partido no campo social, como também a Igreja Católica não se limitava apenas ao social, interferindo no jogo político, principalmente no campo eleitoral, quando pedia, entre outras coisas, para que seus seguidores não votassem em candidatos comunistas ou ligados ao PCB. Nesta dissertação, sempre que fazemos referência a Igreja, estamos citando unicamente a Igreja Católica Apostólica Romana, pois não encontramos fontes onde se fizesse referência a outros credos religiosos.

¹⁷⁵ ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 57.

¹⁷⁶ A militância operária em Alagoas deve muito também aos militantes vindos de outros locais, principalmente Pernambuco e Rio de Janeiro, que muito contribuíram na luta operária no estado. Cf.: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: Os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.

¹⁷⁷ A Igreja Católica tinha os comunistas como inimigo em qualquer lugar do país, pois via em seus militantes uma ameaça ao seu ideal. Pelo menos em “A Voz do Povo” são poucos os textos que de alguma forma cita ou faz qualquer tipo de crítica aos católicos ou qualquer outra religião.

¹⁷⁸ ALMEIDA, Op. cit., p. 58.

Mas existiam as exceções. Mesmo aquelas correntes e interpretações socialistas ligadas ou mais próximas de alguma forma com o cristianismo¹⁷⁹ foram combatidas pelos católicos. Em proporções bem menores, de fato.¹⁸⁰ Entretanto, já circulavam as ideias de Karl Marx entre setores da militância operária alagoana nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo Maciel,¹⁸¹ Karl Marx enfrentou a concorrência pesada do socialismo integral de Benoit Malon, que possuía ideias bem mais difundidas e discutidas entre a militância.

O ano de fundação de algumas paróquias ajuda-nos a entender um pouco esta relação entre católicos, operários e comunistas.¹⁸² O bairro de Jaraguá é uma das regiões mais antigas de Maceió e o ano de fundação de sua paróquia exemplifica isto: 1865. A paróquia da cidade do Pilar é do ano anterior, 1864. Em Bebedouro, a paróquia data de 1913. Estes três núcleos (um bairro antigo, local de trabalho de uma importante categoria operária, os portuários; uma cidade próxima da capital, com certa movimentação comunista; e um bairro popular) possuem as mais antigas igrejas de Maceió.

Já três localidades onde se situavam as maiores indústrias têxteis do estado têm paróquias mais recentes, de uma conjuntura mais conturbada. Em Rio Largo, a paróquia é do ano de 1941; em Fernão Velho, a fundação remete ao ano de 1947; por fim, no Bom Parto, bairro operário maceioense que abrigava a Fábrica Alexandria, a paróquia foi fundada em 1949. Dos quatro maiores centros têxteis de Alagoas,¹⁸³ três possuem igrejas construídas durante a década de 1940.

Em meados de 1940 – muito provavelmente no dia primeiro de maio ou em período próximo ao Dia do Trabalho – o padre Antonio Monteiro fundou em Alagoas o Círculo Operário Católico. O local escolhido foi a paróquia de Jaraguá. A partir deste momento a Igreja Católica vai iniciar, de fato, seu trabalho junto à classe trabalhadora. Quinze anos

¹⁷⁹ MACIEL (*Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*, Op. cit., p. 142) observa a forma freqüente de como os jornais faziam referência aos militantes socialista e do movimento operário. O termo “apóstolo” era comumente utilizado.

¹⁸⁰ Provavelmente porque ainda eram insipientes as críticas *políticas* da Igreja Católica. As mudanças de fato ocorrem depois da famosa encíclica *Rerum Novarum* e, posteriormente, da instalação da Ação Social Católica no estado.

¹⁸¹ MACIEL, *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*, Op. Cit., p. 160. O autor discute o porque da maior aceitação de Malon entre os militantes mais engajados e a “participação” de Marx na construção do socialismo entre os gráficos de Maceió.

¹⁸² Os dados são de MEDEIROS, Fernando. *O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007, pp. 52-53, nota 62.

¹⁸³ A outra seria a Fábrica da Saúde, distrito ao norte da capital alagoana. Não temos informações sobre uma paróquia na localidade.

depois, em maio de 1955, é fundada no bairro do Bom Parto¹⁸⁴ um dos braços especializados da Ação Católica (AC): a Juventude Operária Católica, a JOC masculina.

Será principalmente através de sua ação social católica que a Igreja vai combater o comunismo. Em Alagoas, não vai ser diferente.

A existência da pobreza, da miséria, da opressão do trabalhador, urbano ou rural, a falta de terra para plantar, em suma, a *Questão Social* será considerada terreno fértil para a pregação comunista e a melhor forma de evitar seu florescimento é resolvê-la. Não bastava uma atitude ‘negativa’, passiva, de repressão ao comunismo; era necessária uma atitude ‘positiva’, ativa, da Igreja e dos governos para combatê-los e esta atitude se traduzia no que diz respeito ao ambiente eclesial na *ação social católica*.¹⁸⁵

O anticomunismo da Igreja Católica em Alagoas não era novidade no período aqui estudado. “As páginas de *O Semeador* serão o principal veículo do anticomunismo na Arquidiocese e a historiografia local registra a atitude anticomunista da Igreja Católica, expressa por esse periódico já na década de 1930”.¹⁸⁶ Mesmo levando-se em consideração ser o anticomunismo algo comum em toda Igreja no Brasil nesta época, não podemos descartar o receio católico com o avanço do comunismo no estado. Se fosse o PCB um partido diminuto como pensavam as elites e a própria Igreja (além da historiografia clássica alagoana), a Arquidiocese de Maceió não utilizaria seu principal órgão de imprensa com relativa frequência para combater os comunistas em Alagoas e disseminar o medo entre a população acerca do chamado “perigo vermelho”.

“*O Semeador* era dirigido e redigido por importantes dignitários da Igreja local que tinham destacado papel nos rumos seguidos por esta publicação”.¹⁸⁷ Criado em 1913, “*O Semeador*” era um jornal inicialmente semanal, tornando-se no decorrer dos anos diário e voltando a ser semanal novamente em 1968, ano da morte de seu diretor-fundador, Monsenhor Antônio Valente, quando fora interrompida sua publicação pela primeira vez. Posteriormente, em meados da década de 1970, voltou a circular.¹⁸⁸ O periódico católico foi uma das mais importantes armas utilizadas pela Igreja para combater o comunismo e o avanço do PCB no estado. A Arquidiocese de Maceió sabia da força de seu jornal como instrumento de auxílio em sua luta, com grande poder de penetração na sociedade: “(...) daí o empenho das

¹⁸⁴ “Era então pároco do Bom Parto o Pe. José Brandão Lima, que desde 1950 havia sido nomeado assistente eclesial da sessão feminina da JOC”. MEDEIROS, *O homo inimicus*, Op. cit., p. 78, nota 66.

¹⁸⁵ MEDEIROS, *O homo inimicus*, Op. cit., p. 103. Grifos do autor.

¹⁸⁶ MEDEIROS, *O homo inimicus*, Op. cit., p. 104. Grifos do autor.

¹⁸⁷ MEDEIROS, *O homo inimicus*, Op. cit., p. 106. Grifos do autor.

¹⁸⁸ MEDEIROS, *O homo inimicus*, Op. cit., pp. 106-107.

autoridades eclesiásticas de ampliar mais e mais a imprensa católica, na certeza de que assim estão usando armas modernas contra os inimigos modernos da Religião”.¹⁸⁹

Com tudo isto, vimos que os comunistas fizeram três deputados estaduais nas eleições de 1947. O avanço do comunismo no estado após este pleito fez a Igreja repensar o seu papel perante a sociedade: “este repensar se traduziu sobretudo numa maior atenção à *Questão Social*, que começou a aparecer com ênfase no discurso eclesial, através de *cartas pastorais* e de resoluções da Província Eclesiástica de Maceió”.¹⁹⁰

Se os embates com o PCB no mundo operário eram de certa forma um pouco mais difíceis para a Igreja, em níveis sociais mais elevados os católicos encontravam mais facilidade. A disseminação do medo frente ao perigo de uma doutrina pouco conhecida pela classe média e muito odiada pelas elites foi uma das formas utilizadas pela Igreja Católica alagoana para frear o avanço do comunismo, práticas antigas e bem conhecidas dos católicos.

A Igreja combate o comunismo porque sabe com absoluta certeza que este não melhorará nem pode melhorar a situação das classes trabalhadoras, mas só pode agravá-las até o desespero, porque é intrinsecamente mau. A experiência o confirma pela miséria, ruína física, material e moral a que tem reduzido os povos onde conseguiu implantar-se pela mentira, pela fraude, pela violência.¹⁹¹

Este mesmo discurso também ganhou terreno fértil entre as classes subalternas. Parcelas do operariado também assimilavam as ideias e discursos católicos. Como vimos, as localidades fabris possuíam paróquias e em lugares pequenos, distante do centro urbano da capital, a onipresença da Igreja através de um padre, geralmente conhecido por toda a localidade, contribuía para a disseminação do ideal católico, sobretudo de um imaginário anticomunista. Em lugares menores, de origem rural ou sem indícios de urbanização, os párocos exerciam enorme influência entre os moradores, que o respeitavam como uma autoridade local. Isto dificultava ainda mais o acesso e o trabalho de militância dos comunistas nestes lugares, além do fato de o PCB estar, após a cassação de seu registro, fora de circulação no plano político estadual.

Ainda assim, os comunistas investiram pesado nas eleições municipais de 1953, lançando um candidato saído das hostes do partido para concorrer a prefeito de Maceió: o médico Sebastião da Hora. Filiado ao PCB desde os anos 1930, ajudou a fundar em Alagoas a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, junto com André Papini e outros. Chegou a

¹⁸⁹ TEIXEIRA, Florencio. “Luta e Glória”. O Semeador. Maceió, (sábado) 4 mar. 1950, p.1 *apud* MEDEIROS, O homo inimicus, Op. cit., p. 116.

¹⁹⁰ MEDEIROS, O homo inimicus, Op. cit., p. 130. Grifos do autor.

¹⁹¹ VASCONCELOS, Dom frei Felício da Cunha (bispo de Penedo). Pastoral da Saudação. Florianópolis, 29 jun. 1949, pp. 16-17 *apud* MEDEIROS, O homo inimicus, Op. cit., p.131.

ser preso por conta de seu envolvimento com a ANL e possível contribuição ao movimento de 1935. Concorrendo pelo PSP, sua campanha ocupou bastante o PCB, conforme relembra Rubens Colaço em seu depoimento: “O partido deu a carga que podia dar. O jornal *A Voz do Povo*, em plena atividade, contribuindo também; todos os militantes empenhados na campanha”.¹⁹² Em seguida Colaço detalha um pouco como se dava as atividades do partido para a campanha de Sebastião da Hora: “Havia comícios em todos os locais, dois, três por dia. Fizemos uma bonita campanha, do Trapiche da Barra, Pontal, até Bebedouro”.¹⁹³

No entanto, Sebastião da Hora perdeu para o coronel da polícia Lucena Maranhão, prefeito de Maceió até 1955.¹⁹⁴ Para Colaço, a derrota se deu por conta da burguesia alagoana, que “se encarregou de sacanear contra ele, embora fosse estimadíssimo. Uma coisa era o medico, o homem de propósitos. Outra coisa era o comunista. Então foi fácil, era só atirar pedras contra o Sebastião da Hora”.¹⁹⁵ O médico comunista terminou as eleições em terceiro.

Com a derrota nas eleições municipais, o PCB foca-se na mudança do executivo (em nível nacional, por exemplo, os comunistas participaram da campanha presidencial de Juscelino Kubitschek). Em junho de 1955, *A Voz do Povo* criticava ferozmente o candidato de Arnon de Mello para o governo do estado. Segundo o jornal, Afrânio Lages, além de fascista (por suas ligações passadas com o integralismo), era o candidato dos interesses norte-americanos, como também representava “uma continuação do atual estado de violência e miséria”.¹⁹⁶ Nas poucas edições ainda existentes do jornal, os comunistas não fazem referências ao candidato trabalhista (apoiado pelo PCB) ao governo de Alagoas e Muniz Falcão será um dos personagens principais nos anos seguintes.

1.4 Muniz Falcão: Os comunistas aliados do governo

¹⁹² MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010, p. 50. Colaço relembra também ter sido nesta época a primeira vez em que subiu em um palanque político para um comício.

¹⁹³ Ibid., p. 51. Os bairros indicados por Colaço sugerem que eles percorreram a periferia de Maceió de ponta a ponta, justificando a imensa maioria de votos na 1ª Zona Eleitoral em 1947.

¹⁹⁴ Mesmo sendo a capital o local onde havia o maior número de eleitores do PCB. Aliás, no outro ano, em 19 de novembro de 1954, é criada uma nova Zona Eleitoral em Maceió, a 3ª Zona, espalhando os eleitores do PCB. Nestas duas décadas (1950 e 1960) foram criados vários municípios em Alagoas, modificando o mapa eleitoral. Por exemplo, os recém criados Satuba, Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte foram ligados à 15ª Zona, em Rio Largo. Cf.: SÁ JÚNIOR, Op. cit., pp. 90-91.

¹⁹⁵ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 50.

¹⁹⁶ “Arnon escolhe um fascista para governador”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/06/1955. Ano X, número 4, p.1.

De certa forma, a direita fez pouco caso com a candidatura de Muniz Falcão e da frente de esquerda ao seu redor,¹⁹⁷ composta pelo PSP (partido de Muniz), PSD e o PTB, com o apoio dos comunistas. O PSD compusera chapa com Arnon de Mello em 1950: o seu vice-governador foi o professor pessedista Guedes de Miranda. Todavia, Arnon, “com seu estilo personalista e centralizador, causando descontentamento até entre os correligionários udenistas”,¹⁹⁸ deixou o PSD totalmente desprestigiado em sua gestão. Assim, o partido liderado por Ismar de Góis Monteiro não pensou duas vezes ao compor chapa com Muniz Falcão em 1955 (até porque, como vimos, Muniz era “cria” política de Ismar).

A vitória eleitoral de Juscelino Kubitschek desencadeou toda uma onda golpista liderada pela UDN para impedir a posse do novo presidente e em Alagoas não foi diferente. Algumas das ações dos partidários do golpe em Alagoas, liderados por Arnon de Mello, foi invadir e depredar o prédio de *A Voz do Povo*, roubando materiais e espancar alguns funcionários.

A polícia de bandidos de Arnon, chefiada pelo bel. Álvaro Flores, ferindo a Constituição do país praticava um verdadeiro assalto ao nosso jornal. Não só depredou, empastelou, como também roubou todos os materiais redacionais que lá se encontravam: arquivos, livros, revistas etc, e prendeu ainda os gráficos que lá estavam trabalhando. O operário Renalvo Siqueira dos Santos não só foi preso como barbaramente espancado, estando o seu estado de saúde a inspirar cuidados médicos.¹⁹⁹

A “falta de atenção” da UDN alagoana com as eleições locais em 1955 será compensada com uma campanha viral e violenta contra o governo de Muniz Falcão.

Na ótica da direita ultraconservadora alagoana, Muniz Falcão tinha todos os predicados para ser perseguido politicamente. O primeiro motivo era a sua origem familiar. Falcão não era alagoano (nasceu em Araripina, em Pernambuco), não vinha de uma família tradicional e ainda veio para Alagoas para trabalhar na DRT, exercendo sua função com distinção. Para completar, teve grande destaque durante a gestão Silvestre Péricles, aproximando-se politicamente do ex-governador. Ou seja: veio para o estado trabalhar em um órgão mal-visto pelas elites e teve apoio de um grande inimigo político dos udenistas.

A UDN via em Afrânio Lages o “candidato ideal para prosseguir a administração Arnon de Mello”. Não por menos, contestaram a vitória de Muniz Falcão, usando os mesmos

¹⁹⁷ Em termos e guardada as devidas proporções. Aconteceu que a UDN concentrava todas as suas forças na presidência da República, fosse ela alcançada legalmente ou através de um golpe. Em Alagoas, Arnon de Mello, assim como Silvestre Péricles fizera antes, estava completamente certo da vitória de Afrânio Lages para o governo em 1955.

¹⁹⁸ TENÓRIO, Op. cit., p.120.

¹⁹⁹ “O assalto A Voz do Povo e a renúncia de Arnon”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/12/1955. Ano X, número 13, p.1.

argumentos contra o presidente Juscelino Kubitschek: a tese da maioria absoluta. A direção nacional da UDN também tinha suas razões, pois perdera “um de seus pouquíssimos troféus eleitorais” no país, pois Alagoas era “um dos únicos estados em que as eleições de 54 apontaram aumento global da bancada”, onde foram eleitos “dois candidatos ao senado – Rui Palmeira e Freitas Cavalcante”.²⁰⁰

Com uma visão progressista e reformista, próximo do que João Goulart faria entre 1961 e 1964, Muniz Falcão atraiu para perto de si todo o contingente de trabalhadores, socialistas e comunistas alagoanos. Estes últimos em especial, pois seu mandato foi o único momento em que o PCB e seus militantes não foram perseguidos e o jornal *A Voz do Povo* funcionou normalmente.

Muniz Falcão tentou atrair e conseguir apoio de parte da elite. Ou pelo menos neutralizá-la. Em especial, os industriais, entre os quais se destacavam os produtores de açúcar e os têxteis. Obviamente, não iria conseguir isto tão fácil, principalmente depois da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, de outubro de 1956.²⁰¹ Então, partiu para os pequenos e médios empresários e produtores, estimulando-os a participar mais ativamente dentro da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. E teve êxito. Napoleão Barbosa, dono de uma pequena fábrica de móveis, chegou à presidência da FIEA. Contrariando ainda mais os poderosos de Alagoas, Falcão, “nas mensagens governamentais do período ou em documentos governamentais produzidos em associação com a FIEA”, vai procurar “novos pólos de produção econômica”, como também a diversificação da economia e “adoção de outras culturas num Estado predominantemente açucareiro”.²⁰²

Outras atitudes de Muniz Falcão para manter-se no poder diante do bombardeio udenista é aproximar-se do proletariado urbano, tanto em Maceió como no interior. Também procura apoio na burocracia estatal e dos funcionários públicos, categoria bastante privilegiada em sua gestão.²⁰³ Além dos pequenos e médios industriais, dialoga com o setor de serviços, em especial na capital alagoana. Por fim, procurando “contrabalançar os

²⁰⁰ TENÓRIO, Op. cit., p.119.

²⁰¹ Basicamente, cobrava um valor sobre a produção industrial alagoana, a fim de angariar recursos para sua administração, pois “herdou” um governo com muitas dívidas não pagas de Arnon de Mello. Cf.: TENÓRIO, Op. cit., p. 254.

²⁰² TENÓRIO, Op. cit., p. 206. Entre outras medidas, teve a “implementação de indústrias de laticínios na região da bacia leiteira”.

²⁰³ Muniz deu cabo de uma grande reforma administrativa, enxugando o serviço público, outrora usado para promessas eleitorais. Treinou seu pessoal, melhorando o serviço além de criar “pastas novas como a Secretaria de Educação e Cultura, Viação e Obras Públicas e a Secretaria da Agricultura”. TENÓRIO, Op. cit., p. 209.

poderosos da zona açucareira, aproxima-se de chefes políticos do sertão”,²⁰⁴ principalmente da bacia leiteira. No campo político, a esquerda estava unida em torno de seu governo.

Em uma pequena nota publicada em *A Voz do Povo*, o PCB enaltece a aliança democrática de vários partidos de esquerda do estado. Mesmo não sendo uma ligação homogênea, com embates internos, os comunistas pedem a união entre as convergências dos grupos, em nome de democracia, da Reforma Agrária e de melhores condições de vida, tanto no campo como nas cidades. Convocando todos os alagoanos a participarem da frente democrática, os comunistas garantem que as esquerdas estão juntas, ao lado de Muniz Falcão. Entretanto, sem o apoio dos trabalhadores (e da população de forma geral), “não será possível ao governo levar a prática sua plataforma de governo”.²⁰⁵

Nada disso, no entanto, livrou o ex-governador do pedido de impeachment feito pela oposição (maioria na Assembleia). Na verdade, o governo Muniz Falcão enfrentava uma crise política sem precedentes em Alagoas. A oposição encabeçada pela UDN não deu sossego ao governador, algo semelhante ao que aconteceu com Getúlio Vargas na primeira metade da década de 1950. Os jornais ligados a UDN atacavam Muniz Falcão e seu governo com muita força e ódio, da mesma forma como fizeram com Vargas. Denúncias de corrupção do governo feitas pela oposição, crimes políticos acontecendo no interior do estado, aumentado o clima de insegurança, homologação da chamada “Lei da Controvérsia”²⁰⁶, de outubro de 1956, além de outras medidas populares tomadas pelo governador: tudo isto fazia com que a situação política do estado estivesse chegando ao limite. Os deputados tentaram derrubar Muniz Falcão pelo caminho da Justiça, mas o ex-governador ganhava todas as disputas judiciais.

Não tendo mais meios de destituir o governador, a oposição abre um processo de impeachment na Assembleia. No dia da votação, o clima não era dos melhores. “A atmosfera maceioense, na sexta-feira, 13 de setembro de 1957, é de tensão. Respira-se ar de tragédia prestes a explodir”.²⁰⁷ Por toda parte falava-se de uma “tragédia anunciada” para aquele dia. Ambos os lados armavam-se. “Governo e oposição de acusavam mutuamente de recrutamento de capangas, e a capital alagoana se transformava numa praça de guerra”.²⁰⁸ Os deputados da oposição chegaram primeiro na Assembleia e logo começaram a se preparar. “Cautelosos,

²⁰⁴ TENÓRIO, Op. cit., pp. 206-207.

²⁰⁵ “Afastemos as divergências que nos separam”. *A Voz do Povo*. Maceió: 28/10/1956. Ano XI, número 31, p.1.

²⁰⁶ É como ficou conhecida a Lei 2.013, de 22 de outubro de 1956. Esta lei taxava a produção de açúcar, tecidos, fumo, arroz, álcool, cana de açúcar e coco “com o fim de fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de educação e saúde pública no Estado”. Cf.: TENÓRIO, Op. cit., p. 254.

²⁰⁷ TENÓRIO, Op. cit., p. 49.

²⁰⁸ TENÓRIO, Op. cit., p. 50.

inspecionaram mais uma vez as trincheiras com os sacos de areia que protegiam a Mesa Diretora, tendo dispensado os funcionários”.²⁰⁹

Diante deste quadro, o resultado não poderia ser outro. “Durante quarenta minutos, o tiroteio entre as duas bancadas foi intenso”.²¹⁰ No final desta guerra, o resultado só poderia ser trágico. “Vários feridos e em estado grave os deputados Carlos Gomes, José Afonso, Virgílio Barbosa e José Onias, o jornalista carioca Márcio Moreira Alves e o funcionário Jorge Dâmaso. Morto, com um tiro nas costas, o deputado Humberto Mendes”, sogro de Muniz Falcão.²¹¹ Tudo ocorreu dentro da Assembleia Legislativa, sem a interferência policial ou de qualquer outra força presente na cidade. “A Polícia Militar havia se retirado. As tropas do Exército, só no final do tiroteio, intervieram, ingressando no local e tomando providências apaziguadoras”.²¹²

A edição de *A Voz do Povo* publicada após a votação do impeachment do governador e do tiroteio na Assembleia vem com uma entrevista com o coronel Ismar de Góis Monteiro. Este se mostra contra a intervenção federal no estado em decorrência do trágico incidente, alegando que a mesma é perigosa, servindo aos interesses dos golpistas da UDN. A terceira página da mesma edição é dedicada à defesa da soberania do estado, indo de encontro à intervenção federal de Juscelino Kubitschek. Continuando na página quatro, encontramos várias notas (desde pessoas dando depoimento nas ruas até notas oficiais dos sindicatos) em favor do retorno do governador após a votação do impeachment.²¹³

Já na primeira edição de 1958, uma pequena nota comemora a decisão do Supremo Tribunal Federal de “anular o sorteio fraudulento realizado pela Assembleia Legislativa, comprovando-se desse modo a facciosidade [sic], a má fé, o impatriotismo [sic] e a desonestidade da maioria oposicionista”.²¹⁴ No número seguinte, além de uma pequena nota alertando contra o perigo da deposição do governador, acusando a UDN de golpistas e acreditando que “A vontade do povo será respeitada” (título da nota), tem-se uma matéria curta, acerca da votação que se aproximava (14 de janeiro), chamando “as massas trabalhadoras e populares” a encontrarem-se, pacificamente, na Faculdade de Direito localizada na Praça do Montepio, no centro de Maceió, onde ocorrerá o julgamento de Muniz

²⁰⁹ TENÓRIO, Op. cit., p. 52.

²¹⁰ TENÓRIO, Op. cit., p. 52.

²¹¹ TENÓRIO, Op. cit., p. 53.

²¹² TENÓRIO, Op. cit., p. 53.

²¹³ *A Voz do Povo*. Maceió: 29/09/1957. Ano XII, número 38, pp.1, 3 e 4.

²¹⁴ “Mantenhamo-nos vigilantes”. *A Voz do Povo*. Maceió: 05/01/1958. Ano XII, número 1, p.1. O sorteio em questão escolheria cinco deputados para compor o tribunal misto que julgou Muniz Falcão.

Falcão.²¹⁵ A próxima edição anunciava a vitória do governador: “Vibrou toda a cidade”. E continuava: “O povo, na sua sabedoria, soube comemorar a reafirmação de seu pronunciamento das urnas, com equilíbrio e confiança nos destinos das instituições democráticas”. Para a surpresa de alguns, a comemoração foi pacífica e a direita golpista não foi citada: “Ninguém pronunciava sequer o nome de nenhum oposicionista. Como expressão de verdadeiros abutres da democracia, eles foram repudiados pelo povo”.²¹⁶ Toda a primeira página desta edição é dedicada à vitória da esquerda sobre o caráter golpista da direita.

No campo social, em busca de manter sua base popular, Muniz Falcão de volta ao governo apoiou, “como sempre fez, os movimentos populares, através do estímulo à sindicalização, as manifestações nacionalistas, a tolerância com as greves, com a esquerda e o próprio Partido Comunista”.²¹⁷ A nomeação do coronel carioca Henrique Cordeiro Oest²¹⁸ para ser Secretário de Segurança Pública feita pelo governador, é um exemplo claro desta aproximação. Após a cassação do registro do PCB, um comunista integra oficialmente um alto cargo político e estratégico no governo.

A nomeação de um comunista para comandar a Secretaria de Segurança Pública nos revela a relativa tranquilidade usufruída pelo PCB em Alagoas. Pelo menos das perseguições “oficiais” os comunistas estavam momentaneamente livres... Para Rubens Colaço, este momento de aproximação com o governo poderia ter sido melhor aproveitado. “Talvez tenha sido pela fragilidade do Partido, que saiu de uma repressão terrível no governo Arnon de Mello e estava ainda se reestruturando”.²¹⁹ O entrevistador pergunta se não houve um aproveitamento da “máquina do Estado”, ao que responde Colaço: “Não se tirou proveito”.²²⁰ Na verdade, se a proximidade com Muniz Falcão não gerou resultados mais “vistosos” para o PCB – talvez como mais cargos políticos ou maiores êxitos eleitorais –, pelo menos a trégua na repressão serviu para o partido se reestruturar depois de dois governos completamente

²¹⁵ “Dia 14: desfecho final do ‘impeachment’”. A Voz do Povo. Maceió: 12/01/1958. Ano XII, número 2, p.1.

²¹⁶ “Vibrou toda a cidade”. A Voz do Povo. Maceió: 19/01/1958. Ano XII, número 3, p.1.

²¹⁷ TENÓRIO, Op. cit., p. 207.

²¹⁸ Antigo militar comunista, o coronel Oest foi um dos fundadores da ANL no Rio de Janeiro. Chegou a comandar um batalhão brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Eleito primeiro suplente de deputado federal em 1945 no Rio de Janeiro, chegou a ocupar o cargo em 1947, sendo também cassado em 1948. Chega a Maceió em 1957, para comandar o famoso 20º Batalhão de Caçadores. Neste mesmo ano é enviado a Porto Alegre, retornando a Alagoas em 1959, a convite de Muniz Falcão para assumir a Secretaria de Segurança Pública. Ainda foi eleito no estado em 1962, ficando com a segunda suplência de deputado federal, pelo PSP, chegando a assumir entre agosto e outubro de 1963 e tem seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 1. Exilado no Uruguai, retorna ao país em 1972. Morreu no Rio de Janeiro, dez anos depois. Cf: BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Disponível em: <http://www.abcdasalagoas.com.br>.

²¹⁹ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 149.

²²⁰ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 149.

anticomunistas e também para se fortalecer, aumentando sua base de influência entre os trabalhadores.

Não por menos, mesmo estando na ilegalidade, os comunistas conseguiram algumas vitórias eleitorais. Em uma edição de *A Voz do Povo*, encontramos uma pequena nota do operário Renalvo Siqueira: “A Câmara Municipal de Maceió aprovou um voto de congratulações a chapa vitoriosa das forças populistas”, coligação formada por PTB, PCB, PSP, PSD e PST para a prefeitura de São Paulo.²²¹ Em 1958 o próprio Renalvo Siqueira é eleito vereador de Maceió, juntamente com o portuário Mironildes Vieira Peixoto. Renalvo Siqueira foi escolhido pelo PCB para representar o partido na Câmara de Vereadores, desempenhando muito bem este papel. Rubens Colaço confirma a boa atuação de Renalvo Siqueira, um dos comunistas mais conhecidos de Alagoas. “Ele nunca deixou de levar a mensagem do Partido, nunca deixou de fazer as tarefas como representante popular”.²²²

Naquela eleição, encontramos três candidatos comunistas para o cargo de vereador de Maceió: Renalvo Siqueira, Mironildes Vieira Peixoto e o operário têxtil Silvio da Rocha Lira, antigo militante do PCB muito conhecido em Fernão Velho (Lira trabalhava na Fábrica Carmen). Contudo, como podemos observar nas páginas de *A Voz do Povo*,²²³ o PCB alagoano centrou forças na candidatura de Renalvo Siqueira. Encontramos apenas pequenas notas na última página informando sobre a candidatura de Silvio Lira e na mesma nota noticiando a vitória de Siqueira, vemos o nome de Mironildes Peixoto, também eleito.

É bom frisar o momento pelo qual passava o PCB: o Manifesto de Agosto de 1950, reafirmava as posições lançadas pelo partido na Declaração de Janeiro de 1948, no qual recolocava a classe trabalhadora como força motriz e dirigente de uma luta revolucionária, tomando o poder através da luta armada. As greves pipocavam pelo país. Anos depois o núcleo dirigente do partido aprova a Declaração de Março de 1958, no qual uma nova orientação política é adotada. O objetivo é completamente diferente do adotado até então: agora o interesse é de um governo nacionalista e democrático conquistado pelo voto e pela pressão das massas, excluindo-se a luta armada e o processo revolucionário, em troca do reformismo e da disputa eleitoral. E para eleger os candidatos nacionalistas, o PCB fez até alianças estranhas...

²²¹ “Leia isto”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/06/1955. Ano X, número 4, p. 3.

²²² MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 135. Colaço em seguida muda o tom: “Ele negociou, fez cambalachos em torno de interesses pessoais, condição pela qual ele continuou funcionário da Câmara quando perdeu o mandato. Mas de traidor não o acuso, ele cansou”. Siqueira cansou das perseguições e prisões, desligando-se do PCB no começo da década de 1960.

²²³ Em especial as edições de 21 de setembro de 1958 e 03 e 12 de outubro de 1958.

Por exemplo, é bastante peculiar a distribuição da propaganda eleitoral no jornal comunista. Os candidatos a senador, deputado federal e estadual possuem mais destaque do que o vereador Renalvo Siqueira, único saído das hostes do partido (e o com mais destaque entre os comunistas). Os outros faziam parte do grupo de “candidatos nacionalistas” apoiados pelo PCB. Neste ano de 1958 foram escolhidos os vereadores, deputados federais, estaduais e um senador. O candidato do governador Muniz Falcão para o senado era apoiado pelo PCB, com ampla publicidade em seu jornal: o ex-governador Silvestre Péricles, outrora o maior inimigo dos comunistas em Alagoas. “Os comunistas alagoanos apóiam: Silvestre Péricles para senador. (...) Para vereador a Renalvo Siqueira dos Santos. Na frente única dos Candidatos Democráticos e Nacionalistas sem nenhum exclusivismo partidário”.²²⁴ Completamente imersos no jogo eleitoral deste período, o PCB, enquanto partido aliado e muito próximo do governador Muniz Falcão, vê-se fazendo campanha e pedindo votos para o seu maior perseguidor daquela conjuntura: “Elegei o nacionalista Silvestre Péricles e derrotai o entreguista Arnon de Mello”.²²⁵ A primeira edição de *A Voz do Povo* neste mesmo ano de 1958 trazia um artigo de Jayme Miranda sobre os doze anos do jornal comunista. E logo nas primeiras linhas, o conhecido militante definia o período de Silvestre Péricles e Arnon de Melo: “São doze anos vinculados à resistência popular contra a prepotência da tirania de governos despóticos como os dois sobas Silvestre Péricles e Arnon de Melo, manchados do sangue derramado pela violência e o terrorismo policial implantados em Alagoas”.²²⁶ Dez meses depois, por conta da conjuntura eleitoral e partidária, o jornal pedia votos a um de seus maiores perseguidores...

A partir daí começa o racha definitivo de centro-esquerda, culminando no fracasso no pleito de 1960. Os pessedistas, querendo sair da sombra do fortíssimo PSP, arrastam consigo o PTB. Ainda assim, os resultados eleitorais são favoráveis: a Coligação Nacionalista Democrática, liderada pelo PSP, faz três deputados federais, quatorze estaduais e o senador. Já a chamada Frente Democrática Trabalhista (PSD, PTB e PRP) elege quatro deputados federais, entre eles o agora líder petebista Ari Pitombo, e nove deputados estaduais.²²⁷

²²⁴ *A Voz do Povo*. Maceió: 21-09-1958. Ano XII, número 38, p. 1. O candidato a deputado federal apoiado pelo PCB, Odilon Lima de Souza Leão Filho (coligação PDC-PSP-PST-PSB) conseguiu se eleger. Não teve a mesma sorte Nunes Carvalho, candidato a deputado estadual.

²²⁵ *A Voz do Povo*. Maceió: 03-10-1958. Ano XII, número 40, p. 2. A primeira página desta edição do jornal trazia a foto e o nome de todos os candidatos apoiados pelo PCB.

²²⁶ “No XII aniversário de ‘A Voz do Povo’: O melhor presente de Ano Novo e vida nova”. *A Voz do Povo*. Maceió: 05/01/1958. Ano XII, número 1, p. 4.

²²⁷ O senador eleito foi Silvestre Péricles, derrotando Arnon de Mello e apoiado do PCB! Nesta mesma eleição, a UDN elegeu dois deputados federais e oito estaduais. Os dados são de SÁ JÚNIOR, Op. cit., pp. 195-199.

O governador encontrou dificuldades para compor sua chapa. O escolhido oficial do PSP foi Abraão Fidélis de Moura. Complicando ainda mais, Silvestre Péricles lança sua candidatura pelo PDC. Fechando o bloco de esquerda, o trabalhista Ari Pitombo também se candidata para o governo, novamente na aliança entre PSD e PTB. O resultado não poderia ser mais desastroso. “Silvestre ganhou na capital e Abraão venceu no interior, mas quem acabou vitorioso foi o major Luís Cavalcante, segundo colocado em ambas as partes e alcançando a maior votação no total geral”.²²⁸

Dentro deste racha, o PCB também teve sua participação. A ideia inicial do partido era colocar o coronel Oest como vice-governador na chapa do candidato de Muniz Falcão, Abraão de Moura. Com a falta de acordo, o coronel Oest disputou as eleições de 1962 concorrendo a um cargo de deputado federal, segundo resoluções da comissão executiva do partido. “Isso foi decidido por cima também. Outro erro nosso. O candidato a deputado federal natural seria Jayme Miranda, que teria o dobro da votação, sairia na frente, no último voto ou na primeira suplência, na pior das hipóteses”.²²⁹ Naquele ano, apenas Nilson Miranda logrou êxito, elegendo-se vereador de Maceió pelo PSP.²³⁰ Renalvo Siqueira também concorreu neste pleito, mas não conseguiu se reeleger.

No final das contas, Muniz Falcão ficou marcado da pior maneira possível. O processo de impeachment sofrido pelo ex-governador e o tiroteio dentro da Assembleia são os fatos mais lembrados de sua gestão. Segundo Tenório, Muniz Falcão foi muito prejudicado pelos fatos, chegando ao ponto de não se lembrarem de “suas obras e realizações. A colheita dos frutos de sua seara seria feita no governo Luís Cavalcante quando apareceriam as principais ações governamentais no campo da infra-estrutura econômica e social do Estado”.²³¹

Visto pela ótica da democracia, em nenhum outro momento de sua história, Alagoas esteve tão próxima de uma experiência minimamente democrática e com um governador tão progressista quanto Muniz Falcão. Em um estado de eleições marcadas e políticos cristalizados no poder, isto só foi possível com um governador vindo de fora do circuito alagoano, implementando políticas sociais através de um projeto genuinamente trabalhista, com ampla participação dos comunistas. “Muniz Falcão foi o governador que representou, em

²²⁸ TENÓRIO, Op. cit., p.171.

²²⁹ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 139. Colaço complementa: “Se a composição tivesse sido com Nilson [Miranda] para estadual, Jayme [Miranda] para federal, Dalmo Lins ou Rubens Colaço para vereador, o resultado eleitoral teria sido outro”. MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 142.

²³⁰ Seu irmão Jayme também era candidato pelo PSP. Provavelmente, os vereadores eleitos em 1958 e o candidato Silvio Lira concorreram pelo partido de Muniz Falcão (não encontramos referências quanto a isto).

²³¹ TENÓRIO, Op. cit., p. 204.

terras caetés, o projeto nacional-trabalhista construído durante as décadas de 40 e 60”.²³² E este projeto não “seduziu” os comunistas alagoanos. Simplesmente, tal qual aconteceu em nível nacional, o PCB de Alagoas entendeu ser este o projeto ideal para o estado naquele momento, por isso apoiou e participou ativamente da gestão Muniz Falcão.

²³² SALDANHA, Alberto, *Por que as elites alagoanas fazem questão de silenciar sobre o governo Muniz Falcão?* 2007, p.1.

2 O PCB EM ALAGOAS

Na historiografia alagoana, o PCB é quase ignorado ou tem pouco espaço, apresentado muitas vezes reduzido ao jogo eleitoral da época, sendo lembrado mais pela sua ligação com o governo Muniz Falcão ou pela perseguição sofrida nos governos Silvestre Péricles, Arnon de Melo e Luís Cavalcante. Em seu livro, Douglas Apratto Tenório assim caracteriza o partido: “o *subterrâneo* PCB, sem penetração no interior e no meio rural, mas com apreciável capacidade de mobilização na capital e nos centros fabris”.²³³

Entretanto, novas pesquisas mostram um outro PCB em Alagoas, nem tão minúsculo espacialmente nem com uma diminuta abrangência político-social como se pensava. Mesmo tendo seu registro cassado e atuando na ilegalidade desde 1947, os comunistas vão operar nos espaços urbanos, dentro da classe trabalhadora, com certa influência e uma significativa atuação no conjunto da sociedade.

2.1 A gênese comunista em Alagoas

Certamente, a influência do Partido Comunista do Brasil na sociedade alagoana concentrava-se entre os operários e estudantes, além de alguns intelectuais ligados a classe média e um pequeno grupo de comerciantes. Não é possível definir com alguma exatidão o número total de filiados. A historiografia sugere uma quantidade diminuta, já a documentação da DOPSE indica um contingente considerável. No entanto, o importante é que os militantes do partido eram organizados, ativos e tinham grande inserção no seio da classe trabalhadora.

As células do PCB e a sede do seu jornal foram constantemente atacadas, decorrente do ódio nutrido pela direita contra os militantes de esquerda, agregado ao sentimento anticomunista da Igreja Católica e das classes dominante e média da época, expressado inicialmente pelo general Góis Monteiro e seu irmão Silvestre Péricles. Além disso, os industriais urbanos sentiam uma ameaça real da influência dos comunistas entre os operários.

Entretanto, alguma base teórica e uma consistente política ideológica não garantiriam prestígio entre uma parcela da sociedade alagoana. Sendo assim, o que o PCB apresentava de diferente? Por que setores do operariado identificavam-se com o partido e não com outras

²³³ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo - O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 121. Grifo nosso. Como veremos, o partido possuía considerável penetração também fora da capital.

agregações de esquerda? Afinal, o clientelismo e o perfil personalista que imperava na política alagoana não foram drasticamente transformados com o movimento de 1930.

Uma indicação para o êxito do PCB entre as classes subalternas pode ser encontrada em uma tradição de lutas e identificação desde os fins do século XIX e início do século XX. Alguns membros fundadores do PCB em Alagoas eram militantes ativos e conhecidos entre os trabalhadores nas décadas de 1900, 1910 e 1920, vindos do movimento anarquista e de correntes socialistas (não identificadas necessariamente com alguma vertente do marxismo) muito em voga no estado neste período. De acordo com o historiador Luiz Sávio de Almeida, o “partido não se organiza por acaso e nem aparece na vida política de Alagoas como espécie de caso fortuito; havia, portanto, toda uma história da esquerda em Alagoas, da qual este partido, obrigatoriamente, seria herdeiro”.²³⁴ Como frisamos, Almeida chama a atenção para a inovação no quadro político-partidário alagoano promovido pela fundação do PCB no estado: “Formaliza, portanto, dentro deste contexto, a existência de uma organização militante, para a qual o sentido da luta de classe era uma questão radical”.²³⁵

Em um dos raros estudos cronológicos existentes sobre a história do partido, José Segatto vincula a origem do PCB diretamente ao crescimento da classe trabalhadora no país: “O nascimento do PCB, portanto, constituiu uma consequência da formação do proletariado e do desenvolvimento de suas lutas no Brasil, (...) e ocorre em função da implantação da indústria que, por sua vez, será parte de um processo de profundas transformações (...)”²³⁶ ocorridas na sociedade brasileira.

Não nos foi possível precisar o ano da fundação do Partido Comunista em Alagoas. O I Congresso do partido (o Congresso de fundação), realizado nos finais de março de 1922 na cidade de Niterói (Rio de Janeiro) não contou com a participação de delegados de Alagoas.²³⁷ Contudo, alguns indícios apontam para os anos entre 1924 e 1928 (o II Congresso, realizado em maio de 1925, também não teve participação alagoana). Em seu depoimento, Rubens Colaço indica que a direção fundadora do partido é de 1924. Para Sávio de Almeida, “é razoável situar os inícios em torno de 1924 e é de pressupor que decorre de remanescentes do

²³⁴ ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 119.

²³⁵ Ibid., p. 121.

²³⁶ SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2º ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 17.

²³⁷ Os poucos delegados daquele Congresso vieram de Porto Alegre, Recife, São Paulo, Cruzeiro (cidade paulista), Niterói e Rio de Janeiro (capital federal). Cf.: SEGATTO, *Breve história do PCB*, Op. cit., p. 22.

grupo anarquista”. Porém, logo em seguida, o historiador afirma: “A história oral do Partido Comunista Brasileiro em Alagoas aponta o ano de 1928 como o da fundação”.²³⁸

Neste primeiro momento, com velhos militantes conhecidos tanto pelos operários como pela classe dominante, o partido era pequeno e de certa forma desorganizado. Na década de 1930, ainda engatinhava:

O Partido Comunista do Brasil devia ter, no máximo, umas quatro ou cinco células distribuídas em Maceió e com baixo nível de integração, organização e militância. No interior, alguns raros elementos dispersos em Penedo, Rio Largo, Pilar; todos eram lugares de indústria têxtil. Era um pequeno punhado de trabalhadores e uns raros intelectuais, como, por exemplo, Alberto Passos Guimarães, filiado ao partido em 1931.²³⁹

Mesmo ainda sendo um partido pequeno nos seus primeiros estágios de organização e divulgação de seu programa, a repressão aos militantes comunistas acontecia de forma enérgica, seja pelos patrões nos locais de trabalho ou pelo poder público, através da polícia. Reuniões eram interrompidas, as células vez ou outra eram fechadas e militantes presos com alguma frequência. De certa forma, a conjuntura era propícia a esta repressão: o movimento de 1930 fortaleceu alguns segmentos da elite e trouxe para o poder, com o início da “ascensão” do urbanismo, profissionais liberais, como jornalistas e advogados.

Somando-se a isto, temos uma crise econômica e o clima gerado pelo movimento de 1930, que “chegou a ameaçar o abastecimento de Maceió”. O governo tentou controlar os preços e o estoque, mas os níveis dos preços de gêneros básicos normalmente mais baratos, como o peixe, chegaram a ser alarmantes, atingindo principalmente aos trabalhadores.²⁴⁰ As dificuldades passadas pelas classes mais baixas da sociedade alagoana deixava a polícia em alerta máximo, aumentando a repressão em prol da “ordem pública”.

Ainda nos primeiros anos da década de 1930, as elites alagoanas brigavam para assumir o poder no estado, após o movimento liderado por Getúlio Vargas. Em meio a crises políticas, embates com os interventores e lutas pela hegemonia do poder, a classe dominante de Alagoas encontrava tempo para deixar divergências de lado e vigiar os comunistas:

Enquanto se digladiava, a elite no poder continuava a vigilância sobre os comunistas; disto nasceria um pacto de união dos conservadores. Tomando o comunismo como motivo e vendo mais um passo de integração junto ao governo, o **Jornal de Alagoas** publicou um editorial em que clamava pela ordem social; o

²³⁸ ALMEIDA, Op. cit., p. 144. Provavelmente, Almeida está fazendo referência ao ex-comunista Alberto Passos Guimarães, pertencente as primeiras gerações de comunistas alagoanos.

²³⁹ ALMEIDA, Op. cit., pp. 126-127.

²⁴⁰ ALMEIDA, Op. cit., p. 125.

argumento era a necessidade de superar as divergências circunstanciais, por força da imperiosa necessidade de defesa do sistema contra seus inimigos.²⁴¹

Desta forma, observamos o contexto político-social no qual surgiu o PCB de Alagoas. Se por um lado existiam aberturas para a disseminação de suas idéias entre os trabalhadores, por conta da crise econômica, por outro este mesmo contexto aumentava as dificuldades, por conta da vigilância policial e patronal, reprimindo a militância comunista. Este clima de novo iniciado com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, com muitos resquícios do velho (afinal, muitos jornalistas e advogados formados fora do estado pertenciam às tradicionais famílias agrárias) gerou um sentimento anticomunista ainda muito precoce, em face do tamanho inicial do partido. Aliando-se a este fato temos o surgimento em Alagoas da Ação Integralista Brasileira, ferrenhos opositores dos comunistas, e posteriormente a ditadura varguista com a implantação do Estado Novo. Estava formado o grupo repressor da direita.

Ainda assim, o movimento operário procurava se organizar. Em 1932 é criada em Alagoas a União Geral dos Trabalhadores.²⁴² Deste órgão surgiram vários sindicatos: carroceiros, ferroviários, sapateiros, operários da construção civil, alfaiates, trabalhadores das usinas, marítimos, entre outros. Todos começaram a se organizar e aos poucos os comunistas iam integrando-se ao movimento sindical. Os mais fortes continuavam sendo os têxteis, os gráficos e os portuários, de atuação importante, principalmente pela quantidade de trabalhadores que estes segmentos empregavam, especialmente a indústria têxtil. As fábricas de tecidos foram as maiores indústrias urbanas de Alagoas, chegando a rivalizar por igual com o setor canavieiro, sempre auxiliado pelo Estado, através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Em seu estudo, Golbery Lessa²⁴³, apoiado nos censos industriais do IBGE dos anos 1950 e 1960, nos mostra o seguinte:

Em 1940 e 1950 a indústria têxtil tinha, respectivamente, 6.294 e 10.514 operários, pagava um total de 7.125 e 57.382 (em milhares de cruzeiros) em salários e produzia tecido e fios no valor de 64.663 e 353.457 (em milhares de cruzeiros). Nestes censos a indústria açucareira foi submersa no conceito de indústria alimentar, o que dificulta um pouco a comparação, mas não a inviabiliza porque sabemos por outras fontes que o setor canavieiro deveria corresponder a 98% do valor da produção

²⁴¹ ALMEIDA, Op. cit., pp. 133-134. Grifo do autor.

²⁴² Esta não foi a primeira organização de trabalhadores no estado. Ainda no século XIX foram criados a Liga Operária, o Partido Operário de Alagoas, Partido Socialista de Alagoas, o Centro Proletário Alagoano e a União Operária Alagoana, sendo estes dois últimos já no início do século XX. Além de entidades mutualistas, como a Associação Typographica Alagoana de Socorros Mútuos que posteriormente mudou sua postura, ou importantes locais onde se reuniam os trabalhadores, como na sociedade Montepio dos Artistas. Sobre estas e outras organizações, Cf.: MACIEL, Osvaldo. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: Os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009, e ALMEIDA, Op. cit.

²⁴³ LESSA, Golbery. *Para uma história da indústria têxtil alagoana*. 2008b, pp. 3-4. Esta citação faz referências aos trabalhadores das usinas, excluindo-se os trabalhadores rurais de forma geral, um enorme contingente.

daquela indústria (a produção de álcool ainda não era relevante naquelas décadas, sua exclusão não macula nossas conclusões). Os números dessa atividade eram, a partir dos mesmos censos industriais de 1940 e 1950, os seguintes: empregava 4.419 e 6.917 operários, pagava um total 5.011 e 25.719 (em milhares de cruzeiros) de salários e sua produção valia 94.723 e 392.995 (em milhares de cruzeiros). Ou seja, a indústria têxtil superava a indústria açucareira no que se referia ao número de operários, ao montante dos salários pagos (mais do que o dobro em 1950) e chegava bem próximo no tocante ao valor da produção.

Não por menos, o “Sindicato de Fernão Velho era um dos mais fortes do estado e nele havia grande penetração comunista”.²⁴⁴ Dos anos 1930 em diante, os jornais operários também vão circular em grande quantidade, continuando uma longa tradição iniciada nos fins do século XIX, na qual os gráficos exerceram enorme influência.

Em outro estudo acerca dos comunistas em Alagoas, Lessa indica que no ano de 1932 já funcionava no estado a polícia política, importante órgão de repressão e fiscalização contra o movimento operário. O autor afirma também já existir neste mesmo período um relatório confeccionado por esta mesma polícia política acerca das atuações e ligações do movimento operário alagoano. Ainda de acordo com Lessa, em fins de 1933 “o próprio Interventor, inicialmente simpático à mobilização operária, deportará para o Rio de Janeiro os líderes mais atuantes, principalmente os comunistas”.²⁴⁵

A participação ativa na reorganização do movimento sindical alagoano obviamente não significou uma melhora nas condições de existência do PCB e um intervalo na repressão. O partido estava na clandestinidade desde o final dos anos 1920 e principalmente por conta do movimento de 1935 passa a ser considerado perigoso.²⁴⁶ Por conta deste fato, o partido ficou em uma posição delicada dentro do cenário político nacional, tendo sido praticamente desmantelado: a maioria dos dirigentes foi presa, inclusive Luís Carlos Prestes, fazendo o

²⁴⁴ ALMEIDA, Op. cit., p. 141.

²⁴⁵ LESSA, Golbery. “Principais momentos do PCB em Alagoas”. In: SALDANHA, Alberto (org). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 92.

²⁴⁶ Nos últimos dias de novembro de 1935, militares revolucionários ligados ao PCB e a Aliança Nacional Libertadora (ALN, facção dita “legalista” do partido), em Natal e no Recife, aquartelaram-se e assassinaram oficiais superiores. Porém, uma falha na comunicação do grupo fez com que os militares do sul do país, principalmente do Rio de Janeiro, não se movimentassem a tempo e foram rapidamente esmagados pelas forças do governo, que já tinha conhecimento dos fatos no Nordeste. Foi a primeira tentativa armada empreendida por um Partido Comunista nas Américas. O preço pago foi alto: a imagem dos comunistas no seio da sociedade ficou manchada (não por acaso, o movimento ficou conhecido na história oficial com a alcunha depreciativa de “Intentona”), foram taxados de traidores e Vargas “possuía agora a justificativa ideal para a repressão as esquerdas: provas indiscutíveis do perigo de traição armada” (SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 43). Este fato perseguiu os comunistas por vários anos e foi um dos vários argumentos usados por Dutra para colocar o partido novamente na ilegalidade em 1947. Para Marco Aurélio Santana, a luta do PCB pela democracia (burguesa e excludente) desagradava seus setores mais a esquerda e o partido não era confiável para as elites, “que sempre, quando puderam e quiseram, transformaram o partido no responsável, real ou fictício, por todos os problemas de instabilidade política” do Brasil. SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 29.

PCB se desarticular completamente. “A partir desse momento, começa um período de retraimento e hibernação do partido que vai durar até a segunda metade dos anos 1940. Isso ocorre tanto em Alagoas como no Brasil”.²⁴⁷ Nas fichas da DOPSE encontramos dois alagoanos, ex-cabos do 20º Batalhão de Caçadores, participantes do movimento de 1935: Vicente Ribeiro Cavalcante e José Maria Cavalcante. Segundo anotações em sua ficha, Vicente ficou “preso em Fernando de Noronha para cumprimento de pena de 05 anos de prisão que lhe foi imposta pelo TSN.”. É apontado também como Secretário de Divulgação do PCB no estado, além de ser “Agitador e propagandista do credo vermelho”.²⁴⁸ José Maria, natural de Cajueiro (Alagoas), era do PCB desde 1935, pertencia a célula “Great-Western” em Maceió, e exerceu cargos importantes no Comitê Estadual do partido (Secretário Político, Secretário de Educação e Propaganda e Secretário Geral). Como vimos, foi um dos três deputados comunistas eleitos em Alagoas.²⁴⁹

Duas pessoas foram presas por participar de um levante comunista em 1937, não especificado. O comerciante Alberto Passos Guimarães, nome importante do PCB alagoano, um dos primeiros intelectuais comunistas do estado, foi um deles. Segundo sua ficha, Passos Guimarães “Cumpriu pena imposta pelo Tribunal de Segurança Nacional (...). Foi recolhido a Penitenciária em 02-01-1939 e posto em liberdade a 06 de junho do mesmo ano”.²⁵⁰ O jornalista Valdemar Cavalcante foi preso mais tarde, “em 27-10-937 - por ter tomado parte do movimento comunista de 1937”.²⁵¹

Depois disso, existe um abismo na história do partido.

De 1938 até o início de 1942, a situação política do PCB torna-se bastante limitada, chegando quase que a desaparecer. O que há são “ações isoladas em alguns Estados, centradas em torno do Comitê Central (Rio de Janeiro), ou dos respectivos Comitês Regionais, principalmente os de São Paulo e da Bahia. Na maior parte dos outros Estados não há movimento dos comunistas ou, quando existe, é pequeno, e o isolamento torna precária a manifestação prática e ideológica. No final de 1939 e começo de 1940, a polícia prende ou dispersa os vários CRs e a CC, e a ação se torna quase acéfala. Praticamente o PCB deixa de existir, não há mais nenhum foco de agitação; o que subsiste internamente são indivíduos comunistas, presos e soltos, mas não o PCB como organização. O declínio parece significar a extinção total do partido (...)”.²⁵²

²⁴⁷ LESSA, “Principais momentos do PCB em Alagoas”, Op. cit., p. 93.

²⁴⁸ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 07, Pasta 10, p.3.

²⁴⁹ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 137, Pasta 10, p.12 e Ficha nº 124, Pasta 10, p. 13. Infelizmente, as fichas não informam em quais períodos Vicente e José Maria exerceram estes cargos no partido.

²⁵⁰ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 16, Pasta 17, p.25.

²⁵¹ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 01, Pasta 10, p.21.

²⁵² CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976, p. 217 *apud* SEGATTO, *Breve história do PCB*, Op. cit., pp. 50-51.

Porém, já nos finais de 1941, grupos comunistas isolados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia começam a esboçar a reorganização do partido.²⁵³ Mas apenas em agosto de 1943 o partido começa sua reorganização incisivamente. É neste período que o PCB realizou uma Conferência Nacional, mais conhecida por Conferência da Mantiqueira, com a participação de delegados do Rio de Janeiro (Estado e Distrito Federal), São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe e Paraíba. “Observe-se que na Conferência da Mantiqueira é eleita uma nova direção nacional (Comitê Nacional) para o PCB. Prestes é nomeado Secretário-Geral ausente, pois se encontrava preso, sendo substituído provisoriamente (...)”.²⁵⁴ Esta Conferência norteou a linha política do partido até o final da década de 1940 e colocou ordem na casa: analisou a conjuntura política da época e as tarefas do partido, buscou-se construir uma política de reação para o PCB, elegeu um novo Comitê Central, derrotando internamente os grupos considerados “liquidacionistas”. Assim, iniciaram-se os passos de reconstrução da organização partidária, trançando as tarefas básicas dos comunistas dali em diante, como a tese de União Nacional, a luta contra o nazi-fascismo e pela declaração de guerra ao Eixo.

A anistia geral de 1945, bem como o novo regimento eleitoral permitiu ao PCB o retorno a legalidade. A aliança entre Estados Unidos e a União Soviética (da qual o Brasil participou), decisiva para o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazi-fascismo, ajudou a “melhorar” a imagem do PCB perante a sociedade. Segundo Skidmore, agora o PCB “gozava do prestígio moral de identificação com o povo russo, que havia suportado a agressão nazista na Europa. A nova atmosfera era simbolizada pelo reconhecimento da União Soviética, por parte de Vargas, em abril de 1945”.²⁵⁵

Com o fim do Estado Novo e a retomada do PCB nacionalmente, os comunistas alagoanos também vão se organizando. Analisando as fichas da DOPSE e cruzando com algumas informações bibliográficas, Lessa notou que uma parcela importante dos militantes à frente do PCB no estado foi formada por indivíduos adultos e com experiência de militância. “Parte decisiva das principais lideranças do PCB era formada por indivíduos de grande experiência política e idade acima dos trinta anos, o que blindava o partido contra exageros juvenis e o capacitava intelectual e politicamente”.²⁵⁶ Muitos eram militares que participaram

²⁵³ Cf.: SEGATTO, *Breve história do PCB*, Op. cit., p. 53.

²⁵⁴ SEGATTO, *Breve história do PCB*, Op. cit., p. 55.

²⁵⁵ SKIDMORE, Op. cit., p. 87.

²⁵⁶ LESSA, “Principais momentos do PCB em Alagoas”, Op. cit., p. 97. Porém, como veremos logo adiante, a juventude comunista tomou para si a tarefa de comandar o PCB e foi essencial para o apogeu do partido em Alagoas.

do movimento de 1935 e outros militavam politicamente no início da década de 1930. A tradição, mais uma vez, os fez conhecidos e reconhecidos pelos trabalhadores.

A partir de 1945, com o fim da ditadura varguista, o PCB cresce de forma acelerada e marcante:

O PCB cresce de modo excepcional com a legalidade de 1945. Pela primeira vez em sua história torna-se partido de massa: o número de aderentes e de simpatizantes aumenta de maneira extraordinária. É vasta a quantidade de jornais e revistas sob a sua chancela. Publicados em todos os Estados e no Distrito Federal; são inúmeras as editoras e há toda uma orientação, não só na publicação de material do próprio partido, como nas edições de romances e clássicos do marxismo. A vitalidade demonstrada é sinal dos novos tempos, tempo em que o partido lança seus próprios candidatos, para o Congresso Nacional e para a presidência da República. A eleição de 3 de janeiro de 1946 leva ao Congresso Constituinte um senador (Prestes) e 14 deputados; no pleito para as Assembleias estaduais Constituintes, em 1946, há comunistas eleitos na maioria dos Estados.²⁵⁷

A principal contribuição dos militantes do PCB neste período de democratização pós-Estado Novo foi a mudança de rumo dada às lutas dos trabalhadores. Sem sair da esfera de reivindicação das leis trabalhistas, o PCB também vai investir na luta pela qualidade de vida dos trabalhadores para além da legalidade posta, fazendo críticas ao sistema vigente, incentivando a sindicalização e a união de classe por causas não exclusivamente salariais,²⁵⁸ através principalmente de seu jornal oficial (*A Voz do Povo*), da panfletagem nas portas dos estabelecimentos fabris e da participação nas assembleias dos trabalhadores.

Porém, como se mostrou comum, este crescimento não se deu sem dificuldades. Mesmo quando estava em alta no plano político ou entre os trabalhadores, o PCB enfrentou uma série de problemas e a repressão não era minimizada em momento algum.

As restrições promovidas pelo governo Dutra ao processo de redemocratização em curso produziram no campo sindical o cerceamento da atuação da militância comunista. Proibida de transitar no espaço sindical, a militância do PCB na base metalúrgica passa a atuar 'por fora' do sindicato, elegendo o interior da fábrica como local central de sua atividade.²⁵⁹

Apesar de a citação ser relativa ao caso dos metalúrgicos, este tipo de atuação foi bem comum no movimento sindical como um todo. Entretanto, é bom frisar que esta forma de atuação não se deu apenas por conta das ações do aparelho repressor estatal. A própria política do Comitê Central do PCB era de fortalecimento da política e da economia e, com isso, da burguesia nacional. Diante desta prática, o partido conclamava os trabalhadores a

²⁵⁷ CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964) – Vol 2*. São Paulo: Editora Difel, 1982, p. 5.

²⁵⁸ De igual importância, vista as condições precárias em que viviam os trabalhadores e os militantes.

²⁵⁹ RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: De Paulo Editora / FAPERJ, 2001, p. 170.

“apertar os cintos”, evitando greves e outros confrontos em prol do bem estar da nação. O momento era de união nacional para o bem de todos. Contudo, o afastamento das bases deu-se mais por parte da direção partidária. Seus militantes continuavam nas fábricas e nos sindicatos.

A linha política geral do partido ia mal; porém, a militância consolidava seu trabalho, apesar e contra ela. Os avanços da participação comunista no movimento sindical era bastante sensível, mesmo atuando com outras forças militantes no movimento dos trabalhadores. Os comunistas vão se aproximando sempre mais das reivindicações imediatas da classe, como vinha sendo exposto em seus documentos.²⁶⁰

Santana indica os anos entre 1954 (a partir da morte de Getúlio Vargas) e 1964 (advento do golpe civil-militar) como o auge da política sindical do PCB, atuando de forma intensa dentro da classe trabalhadora, participando de todos os movimentos de luta e atuação, com seus militantes presentes nos sindicatos.²⁶¹

Coincidentemente, este é o período (primeira metade da década de 1950) de ascensão do grupo de novos militantes à frente do PCB em Alagoas. O historiador Golbery Lessa destaca três líderes comunistas: dois considerados intelectuais do partido (os irmãos Miranda) e um combativo militante de base, que posteriormente tornou-se vereador de Maceió.

As ausências de André Papini e Moacyr Rodrigues Andrade, que emigraram antes do início do governo Arnon de Mello, foram menos sentidas com a ascensão à liderança de talentosos jovens como Jayme Miranda, Nilson Miranda e Renalvo Siqueira, os dois primeiros provenientes da pequena-burguesia e o último, da classe trabalhadora. O primeiro tinha 27 anos quando assumiu a direção do jornal *A Voz do Povo* em 1953, continuando nesse cargo em todos os períodos que permaneceu em Alagoas até o fechamento do semanário, em abril de 1964; nos períodos em que esteve fora do Estado, a editoria foi exercida por Nilson Miranda, seu irmão. O jovem negro Renalvo Sequeira foi um dos mais combativos e, ao mesmo tempo, perseguidos militantes desse período. Foi eleito vereador por Maceió em 1958, usando outra sigla partidária, mas era de fato militante e dirigente do PCB.²⁶²

De fato, a repressão marcou profundamente este primeiro período do PCB em Alagoas. Após a cassação em 1947 dos mandatos dos deputados eleitos e posterior saída do estado de algumas principais lideranças, os comunistas precisavam novamente se organizar. Mesmo com a repressão durante o governo de Arnon de Melo, o PCB consegue manter-se de pé e organizado, entrando e mantendo-se ao longo da década de 1950 fortalecidos e atuantes. A composição espacial do partido no estado comprova esta clara ascensão dos comunistas.

²⁶⁰ SANTANA, *Homens partidos*, Op. cit., p. 81.

²⁶¹ SANTANA, *Homens partidos*, Op. cit., p. 89.

²⁶² LESSA, “Principais momentos do PCB em Alagoas”, Op. cit., pp. 100-101.

2.2 Organização social e estruturação espacial do PCB alagoano (1945-1964)

Neste tópico, analisaremos a forma como se organizavam os comunistas em Alagoas. Esta, porém, não é uma tarefa muito fácil. Para tal empreitada, a bibliografia e as fontes ainda são escassas e muitas informações estão incompletas. Os poucos e raros depoimentos de antigos militantes ainda são os melhores locais para se buscar algo de concreto.

Para tanto, além dos documentos da DOPSE, temos o depoimento de Rubens Colaço publicado em 2010. Segundo Colaço, até mesmo a entrada no mundo comunista era complicada. “O meu contato foi um colega de profissão. Na época, eu trabalhava com pneus e ele, Severino, também. Isso em 1951, aproximadamente. A ligação com Severino me levou a fazer outras tarefas, como vender o jornal, distribuir boletins do Partido...”.²⁶³ Os militantes em Maceió faziam reuniões em algumas células espalhadas pelos bairros mais populares. Colaço começou a participar “em 1951, na casa do [alfaiate] Luiz Luna. Era uma organização de base no bairro do Poço (...). Éramos cinco companheiros, todos homens simples: eram dois alfaiates, um ferreiro – que era eu – um borracheiro e um estivador”.²⁶⁴ Ainda segundo Colaço,

A composição social do Partido era de alfaiates, artesãos, estivadores; era, essencialmente, de operários. Nas bases por onde eu militei, como na base da Unidos do Poço, Bebedouro, Ponta Grossa, predominavam padeiros, pedreiros, carpinteiros, estivadores, ferroviários e assim sucessivamente. Nesses lugares, o Partido se caracterizava pela militância operária. Tínhamos intelectuais também.²⁶⁵

Operacionalmente, Colaço nos apresenta um panorama geral do partido no estado: “Era um grupo aguerrido de militantes sindicais que atuavam nas fábricas de tecidos, na orla portuária de Maceió, na ferrovia e em vários bairros da capital. (...) Tínhamos forte atuação junto aos sindicatos dos padeiros”.²⁶⁶ A composição social do partido está formada e possui como base trabalhadores humildes, residentes nas regiões mais pobres da capital alagoana.

O ex-militante comunista cita bastante uma das maiores forças operárias de Alagoas: os trabalhadores ligados a área portuária de Maceió, tais como estivadores, lancheiros e doqueiros. Sendo um estado com uma considerável base rural e com quase metade da produção agrícola voltada para derivados da cana-de-açúcar,²⁶⁷ o Porto de Maceió era o pólo

²⁶³ MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010, pp. 27-28.

²⁶⁴ Ibid., p. 28.

²⁶⁵ Ibid., ibidem.

²⁶⁶ Ibid., p. 45.

²⁶⁷ A outra metade era voltada para o cultivo do algodão, em terras mais distantes do litoral.

aglutinador do capital comercial, principal força econômica de Alagoas. As exportações de açúcar e álcool através do Porto de Maceió garantiam o poder dos senhores do açúcar alagoano. Daí a importância dos trabalhadores do setor marítimo e também dos ferroviários,²⁶⁸ pois eram as ferrovias as principais – em diversos casos, as únicas – vias de escoamento da produção para o porto.

Apesar de Colaço não fazer muitas citações a outro grupo operário de força no estado, os têxteis, estes são uma categoria fundamental. Segundo Maciel: “Para Alagoas, podemos apenas indicar generalizadamente que as ferrovias, *junto com as fábricas de tecidos*, são os principais setores de *formação inicial de um núcleo de operários*”.²⁶⁹ Além disto, identificamos em alguns processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió e nas fichas da DOPSE militantes comunistas nestas fábricas (principalmente em Saúde, Fernão Velho e Alexandria). Operários atuando politicamente em seu espaço.

Sobre a composição da direção do PCB em Alagoas, Colaço afirma o seguinte: “A direção do Partido era, no mínimo, 50% – quando não era mais – composta de operários”.²⁷⁰ Encontramos também, em número reduzido, pessoas ligadas ao comércio, donos de pequenos estabelecimentos comerciais (principalmente aqueles localizados no Centro de Maceió, ponto de encontro de muitos comunistas alagoanos), alguns profissionais liberais, funcionários públicos e moradores de regiões residenciais tipicamente de classe média, classe média baixa. Os estudantes, tanto secundaristas como universitários (principalmente dos cursos de Direito, Economia e Jornalismo), também estão presentes no partido.

Saindo da capital e partindo para o interior, também encontramos comunistas atuando fora do eixo maceioense. Um motivo muito simples para isto, por exemplo, é a existência de fábricas têxteis em algumas cidades alagoanas. Fora de Maceió (onde tínhamos as fábricas de Fernão Velho e Saúde, distritos da capital, e as fábricas Alexandria, no Bom Parto e Santa Margarida, em Jaraguá), temos indústrias têxteis nas seguintes cidades: Delmiro Gouveia, Pão de Açúcar, Penedo, Piaçabuçu, Pilar, Rio Largo e São Miguel dos Campos. Quando perguntado em que locais existiam não apenas militantes, mas também certa organização comunista, Colaço responde o seguinte: “Que eu saiba, em Murici. Em Rio Largo também tinha um comitê municipal. Em fábricas de Saúde, Fernão Velho, Alexandria, Pilar, Penedo,

²⁶⁸ Por focarmos apenas os trabalhadores urbanos, não citamos aqui os trabalhadores rurais, de igual importância no processo produtivo agrícola.

²⁶⁹ MACIEL, *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*, Op. cit., p. 73. Grifos nosso.

²⁷⁰ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 158.

Pão de Açúcar, Fleixeiras, tinha base do Partido”. Na cidade de Fleixeiras, apesar de não ser um reduto fabril, um comunista chegou a ser eleito vereador.²⁷¹

As únicas cidades com fábrica têxtil sem presença do PCB, segundo Colaço, são Delmiro Gouveia e São Miguel dos Campos.²⁷² Nas fichas da DOPSE encontramos alguns militantes da cidade de São Luís do Quitunde, Maragogi, Viçosa e Pilar, esta última próxima da capital alagoana e com uma considerável presença comunista. A movimentação operária na cidade do Pilar remete ainda ao século XIX. A Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos foi fundada no começo de 1892 (mas seu funcionamento se deu apenas no final de 1893), indicando a presença de núcleo operário, e Maciel aponta a existência de um jornal operário e uma oficina tipográfica também no século XIX.²⁷³ Para o período tratado nesta dissertação, encontramos três fichas da DOPSE acerca de atividades comunistas na cidade.

A professora Benigna Silva Fortes, natural de São Miguel dos Campos, morava na localidade da Chã do Pilar, mas lecionava na cidade do Pilar. Segundo o levantamento da DOPSE, Benigna era estudante de Direito e vereadora da cidade. Segundo sua ficha, “Participou da fundação do Sindicato Rural do município de Pilar, onde existe foco de agitação comunista. (...) Protestou contra a proibição do comício programado pelo CGT no dia 29/3/1964”. Teve seu mandato cassado durante a Ditadura.²⁷⁴ Um estudante, provavelmente chamado Berto Farias França, “Desenvolve ativo programa subversivo no meio estudantil (...). Faz parte do sindicato dos camponeses. Membro da UESA - Pilar. Desenvolve vasta atividade subversiva no meio dos trabalhadores rurais”.²⁷⁵ O barbeiro José Sá Cavalcante (mais conhecido como Zezinho do Pilar), morava e trabalhava em sua residência, foi apontado como um “Elemento Comunista, membro do sindicato do Pilar. Responsável pelo vasto programa subversivo, ligação com o Comunista Nilson Miranda e elementos do CGT”. Não há como especificar a qual sindicato pertence José Sá, mas de

²⁷¹ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 162. Infelizmente, não podemos precisar ainda o período pelo qual foi eleito, nem mesmo por qual partido, visto que o PCB estava na ilegalidade e tinha como prática, eleger seus partidários por outras agremiações políticas.

²⁷² Talvez ele não cite ambas por desconhecimento ou apenas por um lapso da memória. A distância de Delmiro Gouveia da capital, cerca de 300 km, pode ser uma pista (apesar de Pão de Açúcar, com duas fábricas de beneficiamento do algodão, também ser distante de Maceió, cerca de 247 km, e possuir movimentação comunista assinalada por Colaço). Por outro lado Delmiro Gouveia possuía telégrafo e fica próximo do rio São Francisco, outrora uma hidrovia, com uma quantidade enorme de embarcações (e informações) navegando em suas águas.

²⁷³ MACIEL, *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*, Op. cit., pp. 93-94. Entretanto, não existe a confirmação da vertente política do jornal. Pode ser até mesmo de tendência mutualista. Sobre as oficinas tipográficas, estas deveriam existir em vários interiores pelo estado, não sendo motivo claro e absoluto para indicar movimentação comunista na cidade do Pilar.

²⁷⁴ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 13, Pasta 15, p.1.

²⁷⁵ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 01, Pasta 15, p.2. O local onde está escrito seu nome está ilegível, aparecendo apenas claramente o nome “Berto Farias França”.

acordo com Geraldo de Majella, José Sá pertencia ao “diretório municipal do PCB em Pilar (...). Distribuía regularmente o jornal semanal do PCB, *A Voz do Povo*, na cidade, sendo voluntariamente o correspondente local deste semanário”.²⁷⁶ Ainda de acordo com sua ficha, temos as seguintes informações: “Participou do último movimento de agitação [cortado – ilegível] correligionário de José Cabral Irmão (Zito Cabral), serviu-se do serviço [cortado – ilegível] Alto Falante da Câmara de Vereadores de Pilar para propaganda comunista”.²⁷⁷

O mais interessante, entretanto, é o fato de um barbeiro comunista se utilizar do serviço de áudio da Câmara. Como a professora Benigna é indicada vereadora da mesma cidade, pode aí existir alguma correlação. Por último, a ficha do jornalista José Cabral Irmão identifica-o como funcionário público, lotado na Comissão de Estradas de Rodagens, e também como presidente da União dos Estudantes Secundários de Alagoas em sua cidade natal, Pilar. “Participou de várias agitações promovida pelo comunista Nilson Miranda. Responsável pela distribuição de todas as propagandas subversivas no município do Pilar. Atuante no movimento de agitação no meio dos camponeses naquele município”. Apesar de ter nascido na cidade do Pilar, sua residência é indicada no bairro do Farol, em Maceió.²⁷⁸

Um ofício da Diretoria Geral da Secretaria do Interior e Educação, de 18 de dezembro de 1950, enviado pelo secretário Alfrêdo Monteiro Quintela ao Major Aduino Esmeraldo, Diretor da Divisão de Polícia Política e Social, pertencente ao Departamento Federal de Segurança Pública, explicita detalhes de três núcleos comunistas em Alagoas. O secretário apresenta “detalhada exposição sobre o movimento, núcleos, células, arregimentação e tática comunista neste estado”. Em anexo, envia também boletins de propaganda divulgados em Maceió.²⁷⁹ O documento afirma existir em Alagoas, até a legalidade do PCB, três núcleos do partido: Maceió, Rio Largo e Penedo. Mostrando ser um partido que não se restringia apenas a estas cidades, o secretário afirma: “As demais células achavam-se espalhadas nos municípios alagoanos, preferindo os vermelhos as localidades onde existiam fábricas de tecidos, de charutos, de manteiga, etc., tais como São Miguel dos Campos e Arapiraca”.²⁸⁰

Em Rio Largo, as duas fábricas de tecidos existentes são da última década do século XIX e a presença de uma estrada de ferro ligando o município as capitais alagoana e pernambucana favorecia a movimentação dos militantes comunistas. Confirmando o depoimento de Rubens Colaço, no qual o militante afirma ter em Rio Largo um comitê do

²⁷⁶ MAJELLA, Geraldo de. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Recife: Edições Bagaço, 2011, p. 82. Nota 66.

²⁷⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 154, Pasta 10, p.22.

²⁷⁸ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 70, Pasta 18, p.7.

²⁷⁹ “2º Sec. DG-1. 757-50/7.13”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.25.

²⁸⁰ “Informação”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.27. São Miguel dos Campos e Arapiraca continuam sendo uma incógnita. Esta é a única referência que encontramos sobre as cidades.

partido, o ofício destrincha o núcleo comunista dessa cidade: “De menor importância, segue-se o núcleo de Rio Largo, centro fabril - contando de 2 células: 1 - José Dantas e 2 - Guararapes. Este núcleo compunha-se de 187 membros”.²⁸¹ É um número considerável de comunistas, principalmente por existir no local duas grandes fábricas têxteis, mostrando a presença e a influência do PCB na cidade. Por lá, o partido estruturava-se da seguinte maneira: um Secretário Político, um Sindical, um de Organização, um de Educação, um de Massa e Eleitoral e um Tesoureiro.

Colaço também não faz muitas referências a cidade de Penedo, localizada no sul de Alagoas, situada às margens do rio São Francisco, fazendo divisa com Sergipe. Penedo foi um importante centro comercial alagoano, cidade próspera e de comércio vindouro. Um dos primeiros núcleos de povoamento do estado, a cidade sempre foi um importante pólo comercial principalmente por conta de sua privilegiada localização, na saída do rio São Francisco para o mar. Além da força comercial, a agricultura era diversificada e possuía uma fábrica têxtil. Não por menos, a primeira Junta de Conciliação e Julgamento do interior alagoano foi instalada na cidade.

Penedo era base política de lideranças que estiveram à frente da administração estadual nos primeiros decênios da República (a exemplo de Euclides Malta) e, aos menos nos primeiros anos do século, dividia com Maceió o privilégio de serem os únicos distritos eleitorais do estado. Considerada a capital do São Francisco, Penedo possuía um próspero parque comercial e industrial e destacava-se pelo importante porto fluvial que possuía às margens do rio São Francisco, cuja importância para o seu desenvolvimento econômico foi bem assinada por Méro, destacando Penedo como “porto aberto à navegação internacional” e “único caminho prático para o comércio da região”, além de se constituir num “centro polarizador e distribuidor de riquezas”.²⁸²

Além disto tudo, Penedo foi o local de nascimento do líder comunista André Papini, o mais votado entre os três deputados eleitos pelo PCB nos fins da década de 1940. O ex-deputado mantinha ligações com sua terra natal, onde começou sua carreira política, e sua família possuía grande influência na cidade, tanto política quanto econômica. Como vimos no capítulo anterior, foram feitos comícios pelos comunistas em Penedo durante a campanha eleitoral. Independente destes indícios, o citado ofício enviado a Polícia Política apresenta comprovações de movimentação comunista em Penedo.

O núcleo penedense é formado por seis células: Cajueiro, 1º de Maio, Barro Duro, Dos Marítimos, Comuna de Paris e Povoado de Itaporanga. Além de fatos históricos (1º de Maio e

²⁸¹ “Informação”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.26.

²⁸² MEDEIROS, Fernando. *O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 56.

Comuna de Paris), provavelmente as células Cajueiro e Barro Duro indicam alguma localidade, tal qual Itaporanga. Resta a célula Dos Marítimos, mostrando uma das forças operárias da cidade (a outra força deveria ser os têxteis, pois a fábrica de Penedo era enorme, devendo aglutinar vários operários). O documento segue com informações sobre a cidade: “É um centro fluvial, industrial e agrícola e contava com 150 militantes”.²⁸³ É muito provável que nem todos fossem, necessariamente, filiados ao partido, sendo muitos apenas simpatizantes. De toda forma, assim como em Rio Largo, também é um número muito significativo, principalmente por conta da distância da capital. O documento ainda revela a estruturação do PCB em Penedo: um Secretário Político, um de Organização e Finanças (provavelmente da família de André Papini), um de Imprensa e Divulgação, um Sindical e quatro de Massa e Eleitoral (e dois suplentes).

Por fim, o principal e maior núcleo do PCB alagoano, localizado em Maceió e composto de 26 células assim denominadas²⁸⁴: Baipendí, Maceió, Bráulio Cavalcante, José Francisco, Benon Roberto, Olga Benário Prestes, Dos Gráficos, Anivaldo Silva, Miguel Alvez, 21 de Abril, Pajussara, Tiradentes, Antônio Valença, Jacintinho, Luís Bispo, Vicente Moura, Isídio Alvez, Otávio Brandão, Anivaldo Leite, Prado, 1º de Maio, Antônio Elias, Estudantil, Dos Sapateiros, Construção Civil, Fernão Velho. Analisando os nomes das células, encontramos mais pistas acerca dos comunistas alagoanos. Primeiro, as mais óbvias. Quatro delas revelam o meio laboral de presença comunista: sapateiros, trabalhadores da construção civil e os gráficos, além de estudantes. Outras cinco revelam as áreas de atuações/presença nos bairros da capital: Jacintinho e Prado (o primeiro um bairro populoso e o segundo próximo ao centro da cidade, local de moradia dos filhos do trabalho), igualmente identificados nas fichas da DOPSE, mostram localidades onde residiam alguns trabalhadores. Pajussara ou Pajuçara, hoje um bairro de classe média alta, outrora era mais um arrabalde da capital, onde fica localizado a Ponta da Terra, bairro identificado em uma das fichas.

Sobre Fernão Velho trataremos especificamente mais a frente e Maceió pode revelar não apenas uma célula central na capital, como também era o nome de um bairro da própria cidade, também próximo ao Centro (ou até mesmo o próprio centro da cidade). Outras células – Baipendí, 21 de Abril, Tiradentes, Guararapes, 1º de Maio e Comuna de Paris – não apenas revelam datas e momentos importantes para o trabalhador, mas demonstra todo o nacionalismo do partido: a figura de Tiradentes (e a data de seu feriado), a Batalha dos

²⁸³ D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.27.

²⁸⁴ Nas fichas da DOPSE são raras as que possuem o campo “Célula a que pertence” preenchido. Nas pouquíssimas existentes, confirmam algumas das denominações relatadas no ofício.

Guararapes e o navio brasileiro Baependi, um dos quatro navios afundado pelos nazistas na costa nordestina durante a Segunda Grande Guerra.²⁸⁵

Das células com nomes próprios, apenas em quatro nos foi possível uma indicação precisa: Olga Benário Prestes, Otávio Brandão, Bráulio Cavalcante e Benon Roberto. Olga Prestes é a mais óbvia: de origem judaica, a jovem militante comunista alemã chegou ao Brasil nos anos 1930, seguindo ordens da Internacional Comunista. Seu objetivo era apoiar o PCB, sendo destacada como guarda-costas de Luís Carlos Prestes. Posteriormente, tornou-se sua companheira. Foi deportada para a Alemanha durante o governo Vargas, aonde veio a ser executada pelo regime nazista em campo de concentração. Otávio Brandão Rego, alagoano de Viçosa, nasceu no dia 12 de setembro de 1896, falecendo no Rio de Janeiro, onde passou boa parte de sua vida, em 15 de março de 1980. Iniciou sua vida política e militante no movimento anarquista do início do século XX. Ingressou no PCB, tornando-se um dos primeiros teóricos do partido. Foi também vereador e um grande ativista e militante comunista. Bráulio Cavalcante, alagoano de Pão de Açúcar, ainda muito jovem já era um promissor poeta, dramaturgo, romancista e jornalista. Morreu ainda muito cedo, aos vinte cinco anos, durante a intensa agitação política de oposição ao governador Euclides Malta. Participando de uma manifestação política, foi assassinado na Praça Montepio dos Artistas, no centro de Maceió. Por fim, Benon Roberto: de acordo com Sávio de Almeida, ele “pertencia ao Sindicato dos Trabalhadores em Carne Verde [carne fresca] e seguramente era comunista”.²⁸⁶

O núcleo de Maceió estruturava-se da seguinte forma: Secretaria de Organização (03 membros), Secretaria Sindical (03 membros), Secretaria de Massas e Eleitoral (03 membros), Secretaria de Divulgação (03 membros), Tesoureiros (05 membros, sendo duas mulheres), Encarregado de Campo (01 membro), Encarregado Juvenil (01 membro) e Classe Operária (01 membro). Da lista nominal, apenas um militante ocupava dois setores: Divulgação e Classe Operária.²⁸⁷ Percebe-se, por esta configuração, não ser o Comitê Central alagoano do PCB diminuto, com uma quantidade razoável de cargos e membros (são oito secretarias com vinte membros). Confirmando, assim, a estruturação dos núcleos de Penedo e Rio Largo, com a mesma denominação de algumas secretarias (obviamente em menor número).

Pelo menos quatro destes cargos (secretário político, de organização, de massas e sindical) estão presentes nestes três núcleos, além de ser a composição do primeiro diretório do partido após o fim do Estado Novo. Existir um encarregado das “massas” e outro sindical

²⁸⁵ O nome da célula pode indicar ser uma alusão aos portuários da capital. Contudo, como se trata de um navio brasileiro afundado pelos nazistas, é mais provável ser uma referência nacionalista mesmo.

²⁸⁶ ALMEIDA, Op. cit., p. 139.

²⁸⁷ “Informação”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.27.

revelam um pouco das atuações do PCB. A presença nos sindicatos é uma das principais políticas dos comunistas em todo o Brasil, intensificada a partir de meados da década de 1950. Em Alagoas, não era diferente. No entanto, um encarregado das “massas”, juntamente com um secretário eleitoral (tanto em Penedo quanto em Maceió), pode significar duas situações distintas: uma voltada para fins eleitorais (prática também intensificada em meados de 1950), com a candidatura dos comunistas a cargos legislativos, seja pelo partido ou por outras legendas após a cassação; da mesma forma pode significar a tentativa do PCB de trazer aqueles trabalhadores mais afastados dos sindicatos para a luta.

O referido ofício²⁸⁸ segue destrinchando mais detalhes acerca da movimentação comunista em Alagoas nos fins dos anos 1940. Sobre a organização do partido, afirma que os “comunistas atuavam nos meios industriais, serviços públicos e transportes, não se tendo notícia de que agissem entre as Forças Armadas”. Quanto à movimentação em centros industriais, não restam mais dúvidas. Encontramos algumas fichas da DOPSE sobre prováveis comunistas dentro do funcionalismo público, e a existência de militantes morando em áreas como o bairro do Farol, talvez seja um indicativo. No setor de transportes, o próprio Rubens Colaço atuava, liderando o Sindicato dos Rodoviários. Já nas Forças Armadas, a única informação é sobre o Coronel Oest.

Sobre as próximas eleições, o Secretário informa: “Nenhuma manifestação até agora se verificou quanto a orientação dos comunistas, (...) não se tendo igualmente notícia das diretrizes bolchevistas na eventualidade de guerra do Brasil contra a Rússia”. É bem provável, por conta da data do ofício (15 de dezembro de 1950), que a informação seja verídica, pois poucos meses antes, em 03 de outubro de 1950, havia sido realizadas as eleições para o executivo estadual.

Quando o tema são as atividades propagandistas do PCB no estado, afirma o ofício:

Na legalidade, os comunistas editavam nesta capital, um jornal *A VOZ DO POVO*, através do qual faziam eles a sua perniciosa propaganda. Suspensa a circulação do referido jornal, os bolchevistas lançaram mãos de avulsos mimeografados, boletins tipografados e divulgação clandestina de jornais comunistas procedentes do Rio de Janeiro e de Recife, enviados por um tal Dr. RUI ANTUNES, (...), e por JAIME CAMPOS, (...), além do clássico pichamento de muros. Vão anexados a este alguns boletins apreendidos.

Como vimos, o jornal *A Voz do Povo* só retornaria de forma mais intensa a partir de meados da década de 1950. As fichas da DOPSE informam alguns militantes apreendidos por distribuírem boletins e panfletos do partido, confirmando a prática. Os dois homens citados,

²⁸⁸ “Informação”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.28.

ainda segundo o ofício, residiam na cidade do Recife, comprovando mais uma vez a proximidade entre os comunistas dos dois estados.

O texto finaliza afirmando ter o PCB táticas e métodos dos mais variados. “Ultimamente faziam essa arregimentação através de campanhas ‘PRÓ PAZ’, ‘INTERDIÇÃO DA BOMBA ATÔMICA’ e ‘LUTA NA CORÉIA’. (...) eram realizadas por meio de boletins, distribuídos em comícios de partidos políticos regularmente registrados”. Muitos dos fichados pela DOPSE foram abordados pelos policiais apenas por assinar manifestos publicados no jornal *A Voz do Povo*. Um destes manifestos, inclusive, era pela paz. O documento encerra-se com informações preciosas:

Devemos salientar que, depois da cassação do registro e cassação de mandatos, os comunistas inauguraram novos e sutis métodos de propaganda, logo, porém, desmascarados pelas autoridades. Reconhecemos que os núcleos comunistas exerciam notável influência nos meios operários, especialmente nos centros fabris. Atualmente, porém, reunindo-se clandestinamente e sempre perseguidos, os bolchevistas com os seus núcleos e células aparentemente desorganizados, não se mostram muito eficientes nos seus esforços antidemocráticos para o cumprimento das diretrizes partidárias. (Grifos nosso.)

Primeiro, nos é revelada a constância das ações comunistas, mostrando-se um partido ativo mesmo após sua cassação, corroborando os outros documentos. Mostra-nos também a variedade das táticas utilizadas pelos militantes, já destacada no parágrafo anterior do ofício, em conjunto com a constante vigilância do Estado. Mais importante ainda é o reconhecimento da influência e presença comunista entre a classe trabalhadora de Alagoas. Por fim, a repressão é revelada, mostrando os seus resultados: a desorganização dos comunistas. A perseguição era uma constante na vida dos militantes do PCB, seja apenas pelo ódio anticomunista de alguns setores, seja pelo medo de sua influência entre as classes trabalhadoras de Alagoas.

Nas fichas da DOPSE encontramos outras pistas sobre a composição do PCB em Alagoas. Em relação às células comunistas em Maceió, apenas duas nos indicam a sua localização: uma no Centro da cidade (Rua Boa Vista) e outra em uma avenida próxima ao Centro (Av. Moreira e Silva). Os bairros indicados por Rubens Colaço, exceto Bebedouro, também são todos próximos ao Centro de Maceió, revelando a área de atuação do partido (bairros tipicamente de trabalhadores). O supracitado ofício da Secretaria do Interior e Educação confirma estas informações:

As células, acima referidas, digo, descritas, estavam localizadas nos vários subúrbios desta Capital. Um pouco afastado desta cidade, existia, também, uma célula no

centro industrial (Fábrica Carmen), em Fernão Velho, com apreciável número de militantes. Calcula-se que o efetivo daquelas células seja de 2 mil militantes.²⁸⁹

Analisando os endereços dos militantes em tais fichas, confirmamos as afirmações acima. A maior parte localiza-se nos seguintes bairros: Prado, Levada, Poço e Jaraguá (próximos ao Centro); Jacintinho e Ponta da Terra (bairros periféricos e populosos); Tabuleiro dos Martins (periferia de Maceió, na parte alta da cidade, próximo a Fábrica Carmen); além de Fernão Velho (vila operária da Fábrica Carmen) e Ipioca (distrito maceioense onde se situava a Fábrica de Saúde). Existem também três pessoas fichadas residentes no bairro do Farol, mostrando também a existência de militantes ou simpatizantes de outra classe social, provavelmente classe média, classe média baixa.²⁹⁰

Ainda no campo social, através das profissões indicadas nas fichas podemos observar o perfil de alguns militantes do PCB. Encontramos uma quantidade razoável de comerciantes (sete), sobretudo do ramo da alfaiataria (dois), sendo cinco deles com estabelecimentos no Centro de Maceió – um é na cidade de Paripueira, próxima da capital. Segundo a DOPSE, praticamente todas as seis casas comerciais (dois comerciantes são pai e filho, proprietários do mesmo estabelecimento) são pontos de encontro entre os comunistas alagoanos, principalmente os mais destacados. Em Paripueira, José Vasco Farias “recebe visita de elementos reconhecidos comunistas”. Além disto, “reúne em seu estabelecimento comercial elementos da região fazendo determinações esquerdistas”.²⁹¹ O relojoeiro Joaquim de Oliveira Costa, militante desde 1944, faz parte da Aliança dos Retalhistas e frequenta a célula “Otavio Brandão”. Dentro do partido, é Secretário Político ou de Massas (possui duas fichas) e “Em 28-12-1951 foi detido (...). Fez anúncio de propaganda comercial no jornal comunista *A Voz do Povo* de 19-12-1951”.²⁹² Um outro relojoeiro, Nino Costa, além de receber comunistas em seus estabelecimento, fazendo reuniões por lá, é qualificado como “Elemento perigoso e agitador”.²⁹³

Os dois alfaiates – José de Oliveira Costa (irmão do relojoeiro Joaquim) e Teodoro Costa – trabalham no Centro de Maceió. Teodoro é relatado como “Elemento perigoso, pois o seu estabelecimento é freqüentado por adeptos do credo vermelho, os quais se encontram para tratarem de assuntos relativos ao extinto partido comunista”.²⁹⁴ José de Oliveira, morador do

²⁸⁹ “Informação”. D. Estados 02 - Alagoas cx. 605 fl.26.

²⁹⁰ Dos três, apenas um é operário, da Fábrica Alexandria. Os outros dois são um comerciante (alfaiate) e um jornalista.

²⁹¹ Arquivo Público de Alagoas. Ficha sem numeração, Pasta 14, pp.15-16.

²⁹² Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 37, Pasta 12, p.4.

²⁹³ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 08, Pasta 12, p.27.

²⁹⁴ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 02, Pasta 12, p.29.

Farol, era ligado a um denominado Sindicato dos Proprietários de Alfaiatarias. Segundo sua ficha, era um “velho militante do Partido Comunista”, onde desenvolvia “atividades esquerdistas juntamente com seu irmão estabelecido com uma relojoaria (...), e Péricles de Araujo Neves”. Além disto, “ajuda financeiramente o jornal comunista *A Voz do Povo*, tomando parte em todas as reuniões de orientação comunista nesta cidade”.²⁹⁵ Os dois últimos são pai e filho: Eraldo Cavalcante e Eraldo Cavalcante Filho. Trabalhavam juntos no Centro de Maceió, sendo que o pai morava no Prado e o filho na Levada, bairros humildes próximo do mesmo Centro. O pai, apontado como “elemento comunista”, vinha participando ativamente de “todos os movimentos subversivos”. Tal quais os demais, “seu estabelecimento comercial é freqüentado por elementos comunista, onde se reúnem” principalmente Dirceu Lindoso, um dos jovens intelectuais do PCB alagoano.²⁹⁶ Eraldo Filho, além de ser “elemento comunista de alta periculosidade, mantém ligação com as cidades de Caruaru, Garanhuns e Recife. Desenvolve atividades de natureza subversiva”, confirmando, mais uma vez, a ligação entre militantes dos dois estados.²⁹⁷

Existiam outros comerciantes comunistas ou ligados ao partido, formando uma importante rede principalmente de contribuição financeira. Além dos já citados irmãos Joaquim e José Costa, os mais conhecidos foram Mozart Damasceno, os irmãos Péricles de Araujo Neves e Maria Augusta Neves de Miranda, Manuel Barnabé, Napoleão Moreira, Ernani Maia Lopes e Manoel Calheiros – todos foram presos com o advento do golpe civil-militar.²⁹⁸ Péricles²⁹⁹ e Maria Augusta, ambos dirigentes do PCB eram proprietários da loja *A Preferida*. Péricles foi preso várias vezes e sua irmã foi encarcerada durante o governo de Arnon de Mello. Maria Augusta era proprietária do prédio onde funcionou por quase duas décadas o jornal *A Voz do Povo*.³⁰⁰ Manuel Barnabé era comerciante de calçados e, assim como os irmãos Neves, fazia parte da direção estadual do partido, sendo preso diversas vezes “com a mesma acusação: pertencer ao PCB”.³⁰¹ Bacharel em Direito, Napoleão Moreira era herdeiro de uma usina no interior do estado e filiado ao PCB desde os tempos de estudante.³⁰² Candidato pelo PCB em 1946, Ernani Maia era plantador de cana nos municípios de Atalaia e

²⁹⁵ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 139, Pasta 12, p.24.

²⁹⁶ Arquivo Público de Alagoas. Ficha sem numeração, Pasta 10, p.28.

²⁹⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 25, Pasta 10, p.20.

²⁹⁸ Exceto Napoleão Moreira, pois não encontramos qualquer referência de uma prisão sua em 1964.

²⁹⁹ MAJELLA, *Mozart Damasceno, o bom burguês*, Op. cit., p. 84. Nota 69.

³⁰⁰ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 56. Nota 55.

³⁰¹ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 29. Nota 15.

³⁰² MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 168. Nota 159.

Capela.³⁰³ Por fim, o empresário Mário Calheiros ajudou o PCB com “os seus caminhões [que] serviam de palanques durante as campanhas eleitorais”.³⁰⁴

A publicação do depoimento de Mozart Damasceno nos oferece mais informações sobre a relação dos comerciantes com o PCB. Pela sua declaração, é possível termos uma idéia geral. “Eu não tinha relação direta com os sindicatos, mas tinha relação como o Graciano³⁰⁵ e com o Rubens Colaço. Quando eles me procuravam, eu sempre atendia na questão financeira. Eu nunca atuava diretamente, eu nunca ia à reunião, mas quando me procuravam eu ajudava”.³⁰⁶ Dentro deste panorama apresentado por Mozart, podemos descartar membros como os irmãos Péricles e Maria Augusta e Manuel Barnabé, pois estes eram dirigentes do partido, com uma participação para além da ajuda financeira. Apesar disto, em toda sua entrevista, Mozart faz questão de frisar sua consciência revolucionária e seu papel na luta de classes, como empresário. Muito convicto com seus ideais, jamais deixou de ser um comunista, mesmo sem atuar diretamente na base. Como é de se supor, a ajuda financeira deste grupo de empresários e comerciantes filiados ou muito próximos ao PCB foi de fundamental importância para o desenvolvimento do partido, seja durante campanhas eleitorais, na manutenção de *A Voz do Povo* ou questões de logística, como transporte e confecção de material de propaganda.

Fora do ramo operário, existem fichas de dois barbeiros, um sapateiro, dois jornalistas (sendo um deles de *A Voz do Povo*), um bancário e dois carteiros. O barbeiro Oscar Chaves trabalha no Centro de Maceió (o outro barbeiro foi o já citado José Sá, da cidade do Pilar) e em “seu estabelecimento se reúnem constantemente elementos destacados do Partido comunista”.³⁰⁷ O sapateiro é Benedito de Oliveira Costa, antigo morador do bairro de Jaraguá. Filiado ao PCB desde 1945, Benedito pertencia ao sindicato de sua categoria e militava na célula “Bráulio Cavalcante”. Além disto, era “Secretário de Organização do Comitê Estadual do Partido Comunista, desde janeiro de 1951” e também “redator do jornal *A Voz do Povo* de Alagoas”. Militante ativo, foi preso durante o governo Arnon de Melo “por atividades comunistas” e liberado apenas dois meses depois. “Participa dos movimentos subversivos mantendo estreita ligação com Péricles de Araujo Neves, Jayme Miranda, Renalvo Siqueira. Distribui material subversivo”.³⁰⁸

³⁰³ MAJELLA, *Mozart Damasceno, o bom burguês*, Op. cit., p. 79. Nota 61.

³⁰⁴ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 168. Nota 161.

³⁰⁵ Comunista conhecido, José Graciano era operário em Rio Largo.

³⁰⁶ MAJELLA, *Mozart Damasceno, o bom burguês*, Op. cit., p. 76.

³⁰⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 09, Pasta 11, p.15.

³⁰⁸ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 11, Pasta 12, p.1.

Os funcionários públicos também compunham o PCB em Alagoas. Os carteiros Lindauro Costa e Rubem Buarque de Gusmão são dois deles. Lindauro era de Pão de Açúcar, cidade sertaneja localizada as margens do Rio São Francisco, e lá desenvolvia suas atividades de militância. Segundo o levantamento da DOPSE, “é comunista militante e agitador toma parte em todos movimentos de caráter subversivo”. Em sua própria casa, realiza reuniões “com reconhecidos comunistas a fim de realizarem artigos”. Devia aproveitava-se de sua condição de carteiro para distribuir “folhetos e jornais subversivos na cidade onde reside”. Apesar da distância da capital, “mantém ligação com os comunistas Nilson Miranda, Rubens Colaço e outros que agitam neste estado”. No período eleitoral, “fez campanha eleitoral para os comunistas Jayme Miranda e Cel. Oest”.³⁰⁹ O carteiro Rubem Buarque morava em Ipioca, distrito da capital alagoana onde se localizava o povoado de Saúde. De acordo com a investigação da DOPSE, Rubem fazia a “ligação dos elementos comunistas desta cidade [Maceió] com aquele distrito. Sempre faz reuniões em sua residência”. Ainda segundo a Delegacia, “aproveitava sua condição de carteiro para manter contato com as massas populares com quem pregava seus ideais esquerdistas”. Depois disto, foi “Preso durante a revolução de 31 de março de 1964. Tendo sido encontrado em seu poder vários materiais jornais e folhetos e jornais comunistas”.³¹⁰

Dos profissionais liberais, temos o jornalista Tomislav Rodrigues Femenick – além, é claro, dos irmãos Jayme e Nilson Miranda. Natural de Mossoró (Rio Grande do Norte), Tomislav trabalhou na redação de *A Voz do Povo*. Taxado de “jornalista de caráter subversiva”, foi preso “em franca atividade” no final do mandato de Arnon de Melo dentro da redação do jornal comunista com “grande quantidade de jornal de caráter comunista, e em seu poder diversos documentos também de caráter comunista e boletins de propaganda de caráter subversivo”.³¹¹

Finalizamos com mais dois trabalhadores. O escrevente de cartório Clodoveu Dávila Fernandez também morava no bairro do Farol e trabalhava no Cartório do 1º Ofício, provavelmente situado no Centro de Maceió. Segundo sua ficha, freqüentava a célula “José Francisco”, localizada na Av. Moreira e Silva, também no Farol, porém bem mais próximo do Centro. Não é garantido ser comunista, pois apenas nos é indicado que é visto “sempre cercado com elementos comunistas”.³¹² Contudo, em outras fichas sem identificação, encontramos um escrevente do mesmo cartório apontado como integrante do Comitê Estadual

³⁰⁹ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 14, Pasta 12, p.25.

³¹⁰ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 22, Pasta 17, p.31.

³¹¹ Arquivo Público de Alagoas. Ficha sem numeração, Pasta 14, pp.29-30.

³¹² Arquivo Público de Alagoas. Ficha sem numeração, Pasta 14, pp.43-48.

do PCB. E na ficha com seu nome, está escrito bem abaixo das linhas, solto na página, o seguinte: “Secretaria do Interior”. Já Eudes Magalhães Gomes era bancário e pertencia ao sindicato de sua categoria. Segundo sua ficha, ingressou no PCB no dia 1º de maio de 1946. As “Observações” o apontam como membro “de destaque do Partido Comunista para o qual desenvolve intensa atividade, tomando parte em todas as agitações de caráter eminentemente comunista”, como nas “greves dos combustíveis”, na qual “promoveu piquetes grevistas”.³¹³

Duas localidades merecem um destaque especial em Maceió: o bairro de Jaraguá e o distrito de Fernão Velho. Um dos primeiros e principais núcleos de povoamento da capital, no histórico bairro de Jaraguá está localizado o Porto de Maceió. Não por menos, os bancos, a capitania do porto, trapiches e armazéns, agência postal e telegráfica, as grandes casas comerciais do estado e, é claro, o prédio da alfândega localizavam-se no bairro, além do imponente prédio da Associação Comercial. Jaraguá era o local em que se realizavam os negócios mais importantes do estado, onde o poder econômico de Alagoas se encontrava. O bairro também serviu de morada para os trabalhadores do porto, operários atuantes e de grande força política. Em Jaraguá, os dois extremos da sociedade alagoana chocavam-se e dividiam o mesmo espaço: a classe dominante, detentora do capital comercial, e a classe trabalhadora, detentora da força de trabalho.

No outro extremo da cidade está o distrito de Fernão Velho, localizado nas margens da Lagoa Mundaú. Situado na parte mais baixa do Tabuleiro dos Martins, relativamente próximo ao já citado bairro de Bebedouro. Em Fernão Velho foi instalada a maior e mais antiga fábrica têxtil de Alagoas: a Fábrica Carmen.³¹⁴ Esta fábrica e sua vila operária foram responsáveis por aumentar drasticamente o índice demográfico do distrito. Por sua localização, boa parte do operariado têxtil da fábrica era formado de antigos pescadores transformados em operários em busca de melhores condições de vida. Por conta da importância da fábrica e do número elevado de funcionários, o PCB formou uma célula no distrito e seus mais destacados militantes visitavam freqüentemente a localidade.³¹⁵ Como vimos, o ofício do Secretário de Interior e Educação estima a existência de dois mil comunistas em Fernão Velho. É um número impressionante, mesmo quando subtraímos os possíveis equívocos, como aqueles que foram taxados de comunistas apenas por apoiarem alguma causa ou participar de algum movimento, como uma greve. Fica ainda mais impressionante principalmente por conta da estimativa do número de operários da fábrica: cerca de cinco mil funcionários na década de

³¹³ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 38, Pasta 16, p.34.

³¹⁴ A fábrica deixou de funcionar em 2010.

³¹⁵ Atestamos este fato em algumas atas sindicais e várias edições de “A Voz do Povo”.

1950. Como veremos no próximo capítulo, alguns operários eram comunistas filiados ao PCB e a propaganda partidária era feita com certa regularidade (e na medida do possível) entre os trabalhadores, com distribuição de material considerado “subversivo” pela elite e pelo poder político na região.

2.3 Os dois PCs

O período democrático não é apenas um dos mais estudados da história contemporânea brasileira, é também um dos mais revisados. Os anos entre 1945 e 1964 são ricos em entendimentos dos mais variados. Desde a década de 1990 algumas correntes historiográficas estão dando novas interpretações para concepções clássicas sobre o período. Novos estudos sobre o populismo, sobre as histórias político-partidária, da esquerda e dos trabalhadores surgem em número cada vez mais elevado. Antigas fontes estão sendo revistas e outras sendo utilizadas pela primeira vez, em análises das mais variadas matizes.

Uma destas revisões vem mostrando um novo ponto de vista sobre o Partido Comunista do Brasil, priorizando o militante – muitas vezes operário – e não apenas o dirigente. Nos últimos vinte anos algumas pesquisas destacaram as comissões de fábrica e de greve, as diretorias sindicais compostas ou com participação de comunistas, os comitês de bairro organizados pelo PCB, ou seja, o dia-a-dia de militância.

Uma das principais contribuições destes estudos é mostrar como se organizava o partido para além das decisões de seu Comitê Central. E foi daí que surgiu a expressão “dois PCs”. Nas palavras de Hélio da Costa:

Em outras palavras, o PCB não era um bloco monolítico em que sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo tempo. Havia dois PCs na realidade. Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas ‘apertarem os cintos’, buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas, colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido.³¹⁶

Marco Aurélio Santana, em outras palavras, corrobora e aprofunda esta tese:

³¹⁶ COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, p. 8. Hélio da Costa foi um dos primeiros a utilizar a tese dos dois PCs, pesquisando os operários do estado de São Paulo. Entrevistando diversos militantes comunistas e analisando as mais variadas fontes, Costa nos apresenta o PCB “visto de baixo”, através de seu sólido trabalho de base.

Assim, podemos perceber que o partido, não entendido de forma monolítica, apresenta uma variedade de posições acerca da implementação de sua linha política. Mais do que meros pronunciamentos e orientações gerais, um partido é também o momento da efetivação deles. Nesse particular, podemos indicar a prática comunista como sendo outra, distinta da defendida oficialmente.³¹⁷

Estudando especificamente os metalúrgicos do Rio de Janeiro e sua relação com o Partido Comunista, Santana apresenta-nos um panorama mais específico da situação:

A ação da militância comunista na base metalúrgica se desenvolvia, como dissemos, em franco descompasso com as orientações gerais de seu partido. Este descompasso, que podia ser sentido em outros setores além do metalúrgico, só acarretará tensão interna, quando, ao fim do período, a direção partidária tenta fazer valer suas orientações. É interessante salientar que tais orientações também pouco ou nada tinham a ver com a política geral defendida pelo partido, o que causou um movimento de desobediência no interior de sua militância metalúrgica.³¹⁸

Neste tópico trataremos mais desta teoria dos dois PCs, entendendo-a e inserindo o PCB de Alagoas neste contexto macro. Como atuavam os comunistas alagoanos? Baseados na composição social do partido, como se dava a relação do PCB com os trabalhadores no estado? Estas são as duas perguntas cruciais a serem respondidas nesta parte.

A conjuntura entre 1945 e 1964 foi o auge do movimento operário no Brasil, iniciado desde os fins do século XIX. O PCB teve uma importância significativa neste movimento. Nas primeiras eleições pós-Estado Novo, vários operários foram eleitos deputados federais, estaduais e vereadores pelo partido. Foi um momento único na história dos trabalhadores brasileiros: simples operários dentro do parlamento, lado a lado com as elites, eternas dominantes do espaço político-eleitoral do país. “A elite não só parecia pouco apta a aceitar um partido comunista, mas também a se ver às voltas, tão próxima e em tal grau de igualdade, com membros das classes subalternas”.³¹⁹

Em seu curto período de legalidade, o partido viu-se em uma encruzilhada. Com vários candidatos eleitos em todas as esferas do Legislativo (Senado, Câmaras Federal, Estaduais e Municipais), o PCB participava do mundo parlamentar brasileiro, tipicamente burguês, pela primeira vez em sua história. Esta situação inédita não veio sem problemas. Se por um lado o partido encontrava-se em um momento fantástico, mostrando nas urnas seu rápido crescimento entre a população, por outro enfrentava os problemas burocráticos e os entraves do conservador parlamento nacional. Atuar como um partido de esquerda e defender

³¹⁷ SANTANA, *Homens partido*, Op. cit., p. 58.

³¹⁸ RAMALHO e SANTANA, Op. cit., p. 173.

³¹⁹ SANTANA, *Homens partido*, Op. cit., p. 49.

os trabalhadores, sua base social, mostraram-se duas tarefas mais árduas solicitada aos seus militantes. Esta nova situação refletiu-se em todas as esferas do PCB.

A encruzilhada se constituía pelo fato de que o partido, devido à sua orientação política, via o espaço institucional parlamentar como centro indispensável de ação e, ao mesmo tempo, tentava vocalizar, ainda que de forma limitada, para um parlamento completamente adverso, as demandas da classe operária. Isso em uma direção. Na outra, o partido precisava, em busca de salvaguardar sua vida legal e a manutenção da democracia, voltar-se aos trabalhadores com solicitações de cunho marcadamente político, de atenuação das demandas econômicas da classe. Mais difícil ainda era convencer sua militância disto. Não era raro encontrar militantes comunistas tentando escapar das amarras estreitas do partido, para fazer frente às demandas, cada vez mais agudas, da classe operária.³²⁰

Fora da esfera parlamentar, o Partido Comunista procurava aplicar em sua base a chamada política de “apertar os cintos”. Basicamente, consistia em uma paralisação nas lutas travadas pela classe trabalhadora contra o Estado e os patrões. No entender do Comitê Central, o momento era de fortalecimento da burguesia e da economia nacional, além da nascente democracia, passos importantes para uma futura revolução socialista. O nacionalismo do partido pegava carona no clima de defesa da soberania brasileira em alta após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Em Alagoas, durante a campanha eleitoral para o Governo do Estado em 1955, o PCB local mostrava sintonia com o nacional: “Ir às urnas (...) para elegermos homens dignos pelo seu passado de luta em defesa da democracia e de nosso povo”.³²¹ A conjuntura dos finais da década de 1940 era trazida a tona neste momento, apenas alguns anos depois.

Na concepção dos comunistas, os trabalhadores sofriam mais pelo atraso do capitalismo brasileiro do que pelas injustiças geradas por este mesmo capitalismo. A defesa da democracia passava pelo fortalecimento do nosso capitalismo, atrasado, que penalizava os mais humildes. Diante de tal conjuntura, a lógica dentro das fábricas invertia-se contra os operários: o ideal neste momento para o país era o aumento significativo da produção, fortalecendo nossa indústria, dando chances reais de concorrência dos produtos brasileiros diante dos importados e minimizando, assim, a crise econômica. Tudo isto, é claro, sem o aumento dos salários. Por outro lado, o aumento na demanda poderia também gerar mais empregos, aumentando o contingente operário. Paralelamente, o número de trabalhadores qualificados também diminuiria.

Para Hélio da Costa, os industriais brasileiros temiam menos o imperialismo norte-americano e suas multinacionais, como bradava o PCB, e seus maiores medos recaíam sobre

³²⁰ SANTANA, *Homens partido*, Op. cit., p. 50.

³²¹ “Arnon escolhe um facista para governador”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/06/1955. Ano X, número 4, p. 3.

“a capacidade de organização dos empregados que desafiava seu despotismo fabril, exercido com absoluta naturalidade”.³²² Obviamente, a concorrência com as empresas estrangeiras preocupava a classe patronal, que usava o discurso da soberania nacional e do fortalecimento da indústria brasileira para fazer com que os trabalhadores apertassem ainda mais os cintos, aumentando a produção e os salários congelados.³²³

Para completar o quadro social das péssimas condições em que viviam os operários brasileiros, ainda existia a forte repressão: “A vigilância, o controle disciplinar, o constante uso de normas punitivas, a exemplo de outros tempos, continuavam sendo lugar comum nas relações entre capital e o trabalho”.³²⁴ Reprimidos por todos os lados, com baixos salários e péssimas condições de trabalho, os trabalhadores ainda eram os mais sacrificados pelos problemas econômicos pelos quais passava o país.

A classe trabalhadora não se achava apenas em uma difícil situação social: na esfera política as coisas também não estavam a seu favor. Desde os tempos da ditadura varguista, os sindicatos não atendiam as demandas mais específicas dos operários. O sindicalismo “oficial” brasileiro era dominado por uma política assistencialista, típica de Getúlio Vargas. A intervenção estatal dos órgãos de representação classista fazia-se sentir no dia-a-dia dos trabalhadores. Após 1945, alguns poucos sindicatos foram sendo retomados pelos trabalhadores e pela esquerda de forma geral. Comunistas e trabalhistas disputavam corações e mentes dentro das fábricas. Ainda assim, os operários achavam-se em uma situação difícil.

De um lado, os militantes do Partido Trabalhista Brasileiro, agremiação ligada umbilicalmente a Vargas, possuíam as mesmas concepções e práticas sindicais dos tempos do Estado Novo. Do outro lado, os comunistas viam-se amarrados a decisões um tanto quando vexatórias de seu Comitê Central. Para Costa, os motivos da política de “apertar os cintos” promovida pelo PCB, possivelmente foi por conta da legalidade adquirida com o fim do regime de Vargas, gerando grande entusiasmo na direção do partido, além da luta contra o fascismo, como também as já citadas defesa da ordem e da democracia (muito em voga na época). Contudo, esta política não condizia com a realidade de sua base. “Os salários sofriam um dos piores desajustes, os preços explodiam com a falta de produtos. O mercado paralelo estava sendo largamente praticado, inclusive com os gêneros de primeira necessidade”.³²⁵

³²² COSTA, Op. cit., p. 86.

³²³ Ainda segundo COSTA (p. 101), na Rússia stalinista: “os sindicatos passaram a lutar pelo aumento do ritmo de produção; apareceu o stakanovismo, a exploração intensiva do trabalhador onde se premiava quem produzisse mais”. Lógico que são momentos distintos. No Brasil este aumento deu-se por conta do liberalismo dos empresários, interessados apenas no lucro, enquanto na Rússia o momento era outro, bem diferente do brasileiro.

³²⁴ COSTA, Op. cit., p. 47.

³²⁵ COSTA, Op. cit., p. 42.

Como pedir calma e segurar uma massa operária que não parava de ser penalizada de todos os lados? O Estado não dava as condições para uma vida digna, a polícia reprimia violentamente as lutas sociais por demandas justas, a direita e a classe dominante oprimiam os trabalhadores, com salários baixos e sem acesso a distribuição da riqueza produzida e o PCB, único segmento voltado para os operários, pedia-os para “apertar os cintos”. A situação da militância comunista era muito delicada: como pedir para os trabalhadores “apertarem os cintos” vindo de perto a situação de penúria de toda uma classe?

A revisão historiográfica comentada no início deste tópico foi também responsável por mudar radicalmente a imagem da classe trabalhadora no período democrático. Se antes era apresentada por muitos autores e vários trabalhos como uma classe apática, sem tradição e experiência de lutas, presa e congelada por políticos demagogos e carismáticos, controlada por um onipresente populismo, dominante naqueles anos, agora os operários ganharam controle sobre suas próprias ações. Principalmente através de depoimentos de dezenas de militantes das mais variadas organizações, partidos e sindicatos, além do operário do chão da fábrica, novas pesquisas demonstram trabalhadores ativos, ocupando e atuando nos espaços políticos, com demandas próprias da classe. A teoria do controle por políticos populistas não é mais tão bem aceita na historiografia contemporânea.³²⁶

Diante disto, o PCB não foi capaz de segurar os trabalhadores por muito tempo e sua política de “apertar os cintos” não obteve um completo êxito nas bases. “Os sindicatos dirigidos por comunistas não tiveram condições de congelar determinadas greves quando o ímpeto das suas bases rumou em sentido contrário”.³²⁷ Mais adiante, o abismo entre as resoluções pouco populares do Comitê Central e as práticas de fato da militância comunista em suas bases de atuação atingiria elevados níveis de incompatibilidade. Para Marco Aurélio Santana, o PCB alcançou um “grau generalizado de descompasso e tensão na vida partidária. Mesmo alterada e buscando implantação, a linha sindical, menos sectarizada, precisou enfrentar esse tipo de obstáculo”.³²⁸

³²⁶ Entre vários trabalhos já publicados, indicamos, por exemplo: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (org). *Culturas de classe – Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005; COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995; FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004; FORTES, Alexandre et. ali. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: De Paulo Editora / FAPERJ, 2001.

³²⁷ COSTA, Op. cit., p. 43.

³²⁸ SANTANA, *Homens partido*, Op. cit., p. 87.

Aos poucos, o grupo majoritário dentro do Comitê Central, responsável por estas medidas, trazia problemas para o Partido Comunista. Ao mesmo tempo, com a ilegalidade do partido, centenas de filiados começaram a se afastar, receosos com a repressão. Assim, o PCB sofreu dois grandes golpes: desfrutando apenas dois anos de atividades legais, o partido tornou-se novamente ilegal; com isso perdia cada vez mais militantes e filiados. “De um grande partido de massas, o PCB havia se tornado um pequeno partido, dogmático e militarizado”.³²⁹

Marco Aurélio Santana, tratando dos metalúrgicos cariocas, resume bem a situação militante comunista nos finais dos anos 1940:

Com isso, pode-se dizer que no período 1947-1950 a atuação do PCB foi caracterizada por um incipiente controle sobre a base de trabalhadores metalúrgicos, que se dava ainda de forma pouco orgânica, além das dificuldades encontradas no sentido de fazer com que a base partidária efetivasse suas deliberações. Fica indicado também o descompasso, que será uma constante ao longo do período, entre prática concreta e orientação política geral.³³⁰

Com um quadro tão desfavorável para atuação, os militantes da base começaram a pressionar verticalmente, procurando modificar a política geral do partido. Uma das atitudes tomada por parcelas da militância comunista foi compor alianças dentro dos sindicatos com outros setores da esquerda para ações conjuntas, principalmente com os trabalhistas, como forma de reaproximação da massa trabalhadora. O fato de estar o PCB na ilegalidade tornava ainda mais difícil suas ações na base operária.

Estas alianças batiam de frente com as resoluções sectárias tomados pelo Comitê Central. “Em termos gerais isto significava uma crítica da linha política ‘esquerdizante’, posta em prática desde 1948 e sacramentada pelo chamado Manifesto de Agosto de 1950. No campo sindical, abria espaços para a articulação com outros grupos”.³³¹

Entretanto, estas alianças possuíam seus problemas internos. É de se esperar que uma aproximação com o PTB não fosse das mais tranqüilas, sobretudo durante o chamado segundo governo Vargas (1951-1954), do qual o PCB foi crítico feroz e ferrenho opositor. As práticas clientelistas e a noção de “sindicalismo oficial” dos trabalhistas não agradavam aos comunistas, que taxavam alguns de seus aliados de “pelegos”. Porém, algumas alianças eram mantidas de forma estratégica, pois a ilegalidade era um empecilho para o PCB.

³²⁹ SANTANA, *Homens partido*, Op. cit., p. 86.

³³⁰ RAMALHO e SANTANA, Op. cit., p. 175.

³³¹ RAMALHO e SANTANA, Op. cit., p. 177.

A morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, vai fortalecer ainda mais os laços conturbados entre comunistas e trabalhistas. O PCB vai aproveitar-se de sua experiência anterior com os operários para abarcar mais setores dos sindicatos e outros órgãos representativos dos trabalhadores, como as comissões de greve. Apoderando-se cada vez mais destes espaços, o PCB vai se firmar como uma força dentro da classe trabalhadora. Este movimento crescente de volta as bases será a tônica das ações do partido de agora em diante.

No período que vai de 1954 a 1964 veremos os comunistas trabalhando intensamente no movimento sindical brasileiro. Eles estarão na direção, em parceria ou isolados, das principais instituições sindicais do país. Os sensíveis avanços de sua militância nos organismos de base, e depois nas entidades sindicais, possibilitarão inclusive que os quadros do PCB figurem na direção das importantes confederações que coroam a estrutura sindical corporativa. Mais uma vez, ainda que ilegal, o PCB influirá na vida política nacional. O partido vai participar intensamente, via seus militantes e das organizações que capitaneava, de todos os movimentos que sacudiram o cenário político na entrada dos anos sessenta, principalmente da campanha pelas reformas de base.³³²

O PCB alagoano não ficou de fora deste momento de alianças partidárias. Uma nota do jornal *A Voz do Povo* faz referência à vitória da “chapa populista” para a prefeitura de São Paulo, composta pela aliança entre PTB, PCB, PSP, PSD e PST, mesmos partidos que, apesar de atuarem algumas vezes em coligações diferentes, fazem parte de uma mesma frente de esquerda em Alagoas.³³³ Como vimos no capítulo anterior, na página três desta mesma edição, uma pequena nota de Renalvo Siqueira informa sobre o voto de congratulações aprovado pela Câmara Municipal para vitória dos paulistanos. Continua mostrando a conclamação feita pelo vereador Hamilton Moraes ao povo alagoano, chamado a fazer o mesmo nas eleições de outubro, para presidente, governador e prefeito de Maceió, através da aliança entre PTB, PSP e PCB.³³⁴

Em outra edição do mesmo jornal, dois elementos muito característicos do PCB da segunda metade da década de 1950, surgem entre os comunistas alagoanos: as alianças políticas e a proximidade com a classe trabalhadora. Logo na primeira página observamos o PCB enaltecendo a “união dos patriotas e democratas alagoanos, dos mais diversos partidos e correntes políticas”. Reconhecendo as divergências, clama pela união dos pontos comuns entre as correntes, na qual se tem, entre outras, a defesa das liberdades democráticas, ações concretas pela Reforma Agrária e “melhoria das condições de vida dos trabalhadores das cidades e do campo”. Chamava também a população a participar desta frente democrática e

³³² SANTANA, *Homens partido*, Op. cit., p. 89.

³³³ “Vitoriosa a chapa popular”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/06/1955. Ano X, número 4, p. 1.

³³⁴ “Leia isto”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/06/1955. Ano X, número 4, p. 3.

progressista, sendo enfático: as esquerdas estão reunidas em torno do governo Muniz Falcão, porém “sem o apoio das massas trabalhadoras e populares, não será possível ao governo levar a prática sua plataforma de governo”.³³⁵

De acordo com Golbery Lessa, a aliança entre comunistas e trabalhistas alagoanos foi bastante favorável para o PCB, assim como a grande “folga” concedida por Muniz Falcão. “Os comunistas ampliaram sua influência nos sindicatos operários, multiplicaram o número de seus militantes e criaram uma larga faixa de simpatizantes em todos os estratos sociais, alcançando uma influência ainda maior do que aquela que tiveram no imediato pós-guerra”.³³⁶

Ainda na segunda metade da década de 1950, o PCB alagoano continuava seu trabalho de base e dava destaque para as lutas operárias, registradas nas páginas de seu jornal. Como vamos tratar deste tema no próximo capítulo, vamos focar em dois exemplos. Em uma edição de dezembro de 1955, sobre as eleições sindicais em Fernão Velho, temos o seguinte:

No dia 9 de novembro realizou em segunda convocação as eleições do sindicato têxtil de Fernão Velho. Foi vitoriosa a chapa independente encabeçada pelo tecelão Abelardo Lins que teve 81% da votação. Teve mais de 5.000 votos enquanto a chapa da empresa só conseguiu 130. Com o pretexto do anticomunismo, os golpistas pretendem anular a eleição impedindo a posse do candidato independente. Cumpre ao povo defender sua posse. A vitória de Abelardo não é isolada. É uma vitória do movimento sindical da região e do país.³³⁷

Chama a atenção neste material a imensa diferença de votos entre o vencedor e a chapa ligada ao patronato. Isto nos mostra a independência do movimento em Fernão Velho, em tempos marcados por muitos sindicatos pelegos e o clientelismo varguista. (Três anos depois, Abelardo Lins vence novamente, conforme o título da matéria: “Reeleito Abelardo Cavalcanti, contra quatro candidatos saiu vitorioso com maioria absoluta”.³³⁸) Airton Melo nos mostra outra perspectiva para a vitória esmagadora de Lins, baseado em fonte importante:

Não podemos precisar os motivos determinantes para a grande derrota da empresa nas eleições de 1955, no entanto, posições tomadas pela liderança sindical no ano de 1953 exemplificam ações contrárias aos interesses dos trabalhadores, em duas de suas *atas do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de fiação e Tecelagem de Fernão Velho*, Pitágoras, o então presidente, vai pedir aos trabalhadores para não se

³³⁵ “Afastemos as divergências que nos separam”. A Voz do Povo. Maceió: 28/10/1956. Ano XI, número 31, p.1.

³³⁶ LESSA, Golbery. Principais momentos do PCB em Alagoas. Op. cit., p. 101.

³³⁷ “Vitória da chapa de Fernão Velho”. A Voz do Povo. Maceió: 11/12/1955. Ano X, número 13, p. 2. Possivelmente, os números não condizem com a realidade, principalmente por não possuímos o número geral de votantes. Ainda assim, isto não interfere diretamente na importância da notícia.

³³⁸ “Reeleito Abelardo Cavalcanti”. A Voz do Povo. Maceió: 30/03/1958. Ano XII, número 13, p. 1. Contudo, como veremos no próximo capítulo, a segunda gestão de Abelardo Lins não foi das mais tranquilas.

envolverem com a política do estado e não deixarem de ir ao trabalho como forma de protesto.³³⁹

Já na fábrica de Saúde, a notícia é sobre a exploração dos trabalhadores pelos patrões, com o jornal *A Voz do Povo* fazendo uma denúncia acerca do aumento da jornada de trabalho. É interessante observar não apenas a omissão do sindicato, como também o perfil classista do presidente: “O seu presidente, o Sr. José Reis, que é também delegado de polícia, prefere silenciar diante da exploração desenfreada a que estão condenados os trabalhadores de Saúde”.³⁴⁰ Mas em 1958 este quadro se modifica em Saúde. *A Voz do Povo* exibe com grande entusiasmo a posse da nova diretoria do sindicato, tendo como novo presidente o operário Antônio Cícero Barbosa: “A chapa vitoriosa teve uma centena de votos a mais do candidato da empresa, sendo por isso mesmo a posse uma festa dos operários de Saúde, que mais uma vez derrota a chapa da empresa”.³⁴¹

Apenas no final dos anos 1950, “os comunistas saíram da clandestinidade e trabalharam suas políticas abertamente, atuando em uma legalidade de fato”.³⁴² As reuniões ficaram mais “abertas”, lançaram jornais e revistas e elegeram seus candidatos em outros partidos, através de alianças. Em Alagoas, apenas durante o governo Muniz Falcão (1956-1961), os comunistas atuaram mais abertamente, com mais liberdade, livres (em parte) da repressão estatal e com *A Voz do Povo* sendo publicada a todo vapor. Se as participações de comunistas em reuniões sindicais dos operários têxteis sempre foram constantes, independente do governo alagoano, durante a gestão de Muniz Falcão estas mesmas participações sofreram pouca interferência direta.³⁴³

Os trabalhos de base prosseguiram, na medida do possível, de forma tranqüila.³⁴⁴ No âmbito político-eleitoral, o PCB buscava recuperar seu prestígio, aumentando o número de candidatos comunistas em outras legendas partidárias. Aproximando-se do presidente João

³³⁹ MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis alagoanos na década de 1950*. Maceió: UFAL, Trabalho de Conclusão de Curso, 2009, p. 35. Grifo nosso.

³⁴⁰ “Exploração na Fábrica ‘SAÚDE’”. *A Voz do Povo*. Maceió: 29/07/1956. Ano XI, número 20, p. 2.

³⁴¹ “Tomou posse a nova diretoria do Sindicato de Saúde”. *A Voz do Povo*. Maceió: 30/03/1958. Ano XII, número 13, p. 3.

³⁴² SANTANA, *Homens partido*, Op. cit., p. 94.

³⁴³ Direta, porque a participação de membros da Delegacia Regional do Trabalho era uma constante nas reuniões e assembleias. Muitas vezes, o próprio Delegado comparecia nos sindicatos. O Secretário de Segurança, Coronel Oest, comunista assumido, também participava de algumas destas reuniões em Fernão Velho.

³⁴⁴ Ainda que com o apoio governamental, tanto federal como estadual, os comunistas não levavam uma vida fácil. As relações com os trabalhistas, mesmo com João Goulart no poder, tinha seus momentos de tensão. A repressão, outrora sempre presente, se foi amenizada na esfera estatal com governos aliados, não deixou de existir dentro das fábricas. Até mesmo na Justiça do Trabalho, novo palco das lutas sociais travadas entre trabalhadores e patrões, as coisas não eram as mil maravilhas. Muitas decisões tinham forte caráter classista. Afinal, os juízes pertenciam à classe dominante.

Goulart, os comunistas desejavam, entre outras coisas, o retorno a legalidade perdida em 1947.

Ainda assim, era entre os operários que os comunistas estavam mais ativos. O PCB estava inserido no seio da classe trabalhadora de forma ativa e participante:

A militância comunista entra na segunda parte da década de cinquenta, incrementando sua ação no interior do movimento sindical brasileiro. Mesmo com seu partido vivendo as agruras da ilegalidade, os comunistas desenvolveram um trabalho que ia do interior das empresas, com os “conselhos sindicais”, passando pela entidade sindical propriamente dita, até a criação das intersindicais que viverão seu apogeu ao longo do período.³⁴⁵

Especificamente na esfera sindical, em um texto intitulado “Os comunistas nos sindicatos”, publicado em “Novos Rumos” de agosto de 1959, encontramos uma pista para as novas relações dos comunistas com os sindicatos:

A partir da resolução sobre “A unidade e a organização da classe operária” (1952), que introduziu correções importantes em nossa orientação sindical, os comunistas têm contribuído mais efetivamente para o fortalecimento da unidade e da organização do proletariado e para a elevação de sua consciência política. Reforçaram suas posições nos sindicatos e ampliaram sua influência no movimento operário. Entretanto, na atuação sindical dos comunistas se refletem ainda os erros da orientação política anterior, que vem sendo criticada e superada a partir da Declaração de Março de 1958.³⁴⁶

As maiores autocríticas feitas dizem respeito ao sectarismo e a política de cúpula, afastada das bases, praticadas anteriormente, seguindo resoluções do Comitê Central.³⁴⁷ Em Alagoas, de acordo com Rubens Colaço, temos o seguinte:

A partir de 58, 60, tinha também o sindicato dos radialistas, que era dirigido pelo Nilson Miranda. A nossa influência na orla marítima era de tal porte, que naquela época nós tínhamos os institutos de previdência. Eles funcionavam por categorias profissionais. Tinha o instituto dos comerciários, dos ferroviários, dos trabalhadores de transporte de carga, entre outros. Para os institutos, contribuíam motoristas, estivadores, arrumadores, conferentes, petroleiros etc. O nosso voto era minoritário porque eles sempre faziam rodízio. A eleição era feita por um colegiado. Nós tínhamos um vogal, como a classe patronal também tinha, e mais um representante do governo, no caso, o delegado do Trabalho. Ganhamos a eleição na orla marítima, mesmo sendo minoria, porque o sindicato dos rodoviários, de que eu fazia parte, era

³⁴⁵ SANTANA, *Homens partido*, Op. cit., p. 100.

³⁴⁶ CARONE, Op. cit., pp. 298-299.

³⁴⁷ Alguns trabalhos já indicam que, no dia-a-dia fabril, nem sempre os militantes comunistas seguiam a risca as resoluções e proposições do Comitê Central – até porque tais proposições eram de âmbito nacional e as particularidades de cada região pesavam nas ações dos militantes. Inclusive foi a partir destas “rebeldias” que a política sindical do partido foi modificada, com os resultados positivos da política de base. Ver, entre outros, COSTA (1995) e RAMALHO e SANTANA (2001).

isolado da orla. Tinha o petróleo, uma potência econômica, e nós ganhamos as eleições, ganhamos deles. E isso foi determinante na influência do Partido.³⁴⁸

Baseado na composição social do PCB em Alagoas apresentada anteriormente, não é difícil supor outro aspecto. O número de intelectuais comunistas ou apenas simpatizantes no estado era razoável³⁴⁹ e a quantidade de elementos filiados ou próximos ao partido fora do mundo operário era pequena, perto do número de trabalhadores dentro do partido. Assim, o trabalho militante, por ser feito em sua maioria por operários, era executado na base operária. Não sobrava muito espaço nem suporte para uma burocracia partidária ou militantes em escritórios. O militante da base tinha compromisso com a mesma, mais um motivo para a “rebeldia” contra as decisões do Comitê Central. Os próprios membros do PCB de origem não operária possuíam uma forte identificação com a classe trabalhadora. Não por menos, a presença de elementos destacados do partido em reuniões sindicais era bastante comum e muitos trabalhadores citavam estes comunistas, seja nas próprias reuniões ou em entrevistas posteriores (em algumas atas é comum os operários fazerem referências a Jayme Miranda, por exemplo). Em Alagoas, havia uma proximidade entre direção e base.

No entanto, mesmo diante de tal configuração, o PCB em Alagoas não conseguiu “fugir” ileso de algumas decisões políticas um tanto quanto rígidas do Comitê Central. De acordo com Rubens Colaço, tratando sobre a aliança feita pelos comunistas alagoanos com o ex-governador Silvestre Péricles nas eleições de 1960, temos uma indicação clara deste tipo de prática sectária, ao mesmo tempo uma confirmação da “liberdade” do PCB em Alagoas:

A forma como nos comportamos naquele período, eu considero a mais estúpida, a mais bruta, mais fora do critério marxista-leninista. *Apesar de já sermos inovadores e de já estarmos procurando uma maneira diferente de militância, um pouco mais de liberdade e a aplicação do centralismo democrático*, as coisas ainda eram feitas de recado. Foi uma imposição do Comitê Central a candidatura de Oest a vice-governador.³⁵⁰

Vinte anos depois daquelas decisões, Colaço sentenciava: “A meu ver, foi a falta de respeito pelas determinações das bases, o intervencionismo do Comitê Central que nos levou a cometer aqueles erros”.³⁵¹

³⁴⁸ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., pp. 45-46.

³⁴⁹ Além do já citado Alberto Passos Guimarães, pertencente às primeiras gerações de comunistas alagoanos (Otávio Brandão, militante e intelectual comunista muito conhecido, morou muito tempo no Rio de Janeiro e não fez parte do PCB em seu estado natal), podemos considerar como sendo intelectuais do partido durante os anos democráticos o advogado e político André Papini, os irmãos Jayme (jornalista e advogado) e Nilson Miranda (jornalista), Dirceu Lindoso (historiador), Rubem Ângelo (advogado) e Arnaldo Jambo (jornalista, um dos fundadores d'A Voz do Povo).

³⁵⁰ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 138. Grifos nossos.

³⁵¹ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 139.

Mesmo com fatos assim, no geral, os comunistas alagoanos continuavam fazendo o trabalho de e na base. Ainda segundo Colaço, “tínhamos organização de base. Somente em Rio Largo tinha um comitê municipal, com quatro bases na cidade”.³⁵² Uma cidade do interior do estado com um comitê e quatro bases comunista não é pouca coisa. Como vimos anteriormente, Rio Largo era uma cidade de muita movimentação operária e forte penetração comunista, com um diretório local bastante organizado.³⁵³

Assim, observamos os comunistas alagoanos atuando em desacordo com as resoluções e ações do Comitê Central.³⁵⁴ No já citado texto “Os comunistas nos sindicatos” (publicado em *Novos Rumos* de agosto de 1959), temos o seguinte:

A atividade nos sindicatos passou a ser realizada somente pelos chamados especialistas do trabalho sindical. [...] Ainda hoje os comunistas permanecem em grande parte na atividade de cúpula, não aproveitam as liberdades democráticas existentes para ir às massas e organizar o movimento sindical nas fábricas. [...] Os comunistas não conhecem satisfatoriamente a vida e os problemas dos operários nas empresas, e por isso não sabem levantar com justeza as reivindicações locais. [...] Trabalhar somente com os que pensam de acordo com os nossos pontos de vista é tarefa de seita. Os comunistas são uma força política, e a verdadeira política só começa quando afeta e mobiliza milhões.³⁵⁵

Este texto é uma autocrítica da política do Comitê Central nos idos dos anos 1950. A partir do final desta década, o PCB passa a rever de forma mais geral esta postura, com uma participação mais ativa dos militantes na base da classe trabalhadora. Mas em Alagoas estas práticas nunca foram abandonadas, sendo largamente exercidas por seus militantes, inclusive aqueles ligados diretamente a direção estadual do partido. No próximo capítulo veremos os comunistas alagoanos atuando intensamente em sua base durante toda a década de 1950, antes mesmo de o partido rever oficialmente sua política oficial.

³⁵² MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 162.

³⁵³ A mesma linha férrea que ligava Maceió a Rio Largo passa por Fernão Velho. Entre as localidades com grandes fábricas têxteis, a de acesso mais difícil era Saúde. O distrito fica relativamente próximo da capital, mas na época só possuía um único ônibus partindo de Maceió, que saía pela manhã e retornava no começo da tarde. Perdendo-se este ônibus, a única forma de retornar era a pé ou em veículos puxados por animais. Automóveis era impensável para trabalhadores e vários militantes. Por conta deste isolamento, Saúde era a fábrica mais violenta do estado, onde a repressão era generalizada e o medo e o temor dominavam os trabalhadores. O local ganhou a alcunha pejorativa de “Alemanha Pequena” por causa dos atos de violência praticados pelos patrões.

³⁵⁴ Claro que muitas orientações também eram seguidas a risca. O jornal *A Voz do Povo* sempre trazia em suas páginas textos do Comitê e dos dirigentes nacionais.

³⁵⁵ CARONE, Op. cit., pp. 299-300.

3 O PCB E OS TRABALHADORES

Trataremos agora da estreita relação entre os comunistas e os trabalhadores urbanos em Alagoas. O interesse aqui é demonstrar a atuação do PCB dentro da classe operária alagoana. “No início, o Partido se caracterizava pela grande participação operária”.³⁵⁶ Este “início” de que fala o comunista Rubens Colaço é uma referência aos primeiros anos do partido no estado, antes do desmantelamento nos fins dos anos 1930. Contudo, esta citação não é nossa única justificativa para a delimitação do nosso tema.

Optamos exclusivamente por trabalhadores urbanos, excluindo o enorme contingente de trabalhadores rurais (organizados ou não, ligados às usinas ou aos latifúndios). A razão deu-se pela disponibilidade das fontes. Por exemplo, das 75 fichas da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE) consultadas, apenas uma faz referência a um trabalhador do campo. O agricultor José Firmino Gomes é apontado como integrante da célula “Moreira Lima” na cidade onde morava, Mata Grande, no sertão de Alagoas (distante cerca de 270 km da capital). Nas “Observações” das fichas encontramos o seguinte: “Contribui para o referido Partido com a quantia de Cr.\$ 2,00. (...) O seu nome consta do fichário da célula comunista da mesma localidade, cuja cópia se encontra no arquivo desta Diretoria Geral”.³⁵⁷

O PCB esboçou uma significativa tentativa de implementar os sindicatos rurais no estado. O próprio Rubens Colaço era um dos responsáveis por esta tarefa. Segundo seu interlocutor, cerca de vinte e cinco sindicatos camponeses foram criados no início dos anos 1960.³⁵⁸ Colaço faz um panorama geral da situação no Estado naqueles anos:

(...) Francisco Julião tentou fundar Ligas Camponesas, mas não conseguiu. Houve uma tentativa em Viçosa, parece-me que em Quebrangulo. *O nosso trabalho de sindicalismo estava bem intenso e em pouco difere das reivindicações das Ligas Camponesas*, que tinha má organização. Então o camponês se sentia mais seguro em participar do sindicato. (...) Nós fundávamos um sindicato por semana. Se não fosse o golpe de 64, em pouco tempo nós faríamos todos os sindicatos, em todos os municípios de Alagoas, porque tínhamos boa aceitação perante os camponeses.³⁵⁹

Isto não significa que não se deva estudar os trabalhadores rurais, pois tem muita coisa para se pesquisar acerca do campesinato alagoano, tanto na questão social como no campo político. Mas, no momento, preferimos optar pelos operários urbanos, reconhecendo a

³⁵⁶ MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010, p. 34.

³⁵⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ficha sem numeração, Pasta 16, p.40.

³⁵⁸ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 80.

³⁵⁹ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 80. Grifo nosso.

existência desta dicotomia (urbano x rural) como uma barreira dentro da historiografia e da história dos trabalhadores.

3.1 Comunistas em movimento: Operários militantes e as tarefas básicas no partido

A seguinte fala de Rubens Colaço revela suas primeiras ações práticas dentro do PCB. No início de sua militância, o comunista começou fazendo tarefas menores e mais básicas, “como vender o jornal, distribuir boletins do Partido...”. Poucos anos depois, tornou-se um militante e sindicalista conhecido em todos os meios operários (urbanos e rurais). Antes disso, suas obrigações eram outras: “Pichação, não, porque eu não sabia ainda, mas esquentava o piche, carregava a lata... Eu ia aprendendo. Então, em 1951, eu já sabia como era a vida da militância política comunista”.³⁶⁰

Demonstramos que uma parcela da militância continuou agindo na base, dentro da classe trabalhadora, indo de encontro a certas determinações do Comitê Central. Ainda assim, foram anos difíceis para os comunistas e suas ações foram muito prejudicadas por conta das resoluções dos dirigentes partidários. Em Alagoas, a conjuntura também não era favorável, pois o estado era comandado pelo udenista Arnon de Melo. Colaço apresenta um panorama geral deste período, em cima das práticas do partido:

Lutar contra a miséria do povo, pela melhoria da classe operária. Mas como era feito isso? Levava o Renalvo Siqueira e mais dois ou três gatos pingados para um banco de praça na frente do palácio ou na frente da Prefeitura ou na Praça Deodoro [localizada no Centro de Maceió], e ia pregar pela derrubada da violência imediata do governo. Ninguém foi mais vítima disso do que o Renalvo Siqueira, do que Tibúrcio, que eram oradores. Foram homens arrebatados pela polícia, porque tinham palavras de ordem absurdas para levar para o povo. O próprio povo corria, quando dizia: “Olha, um comunista está falando”. Corria porque já sabia que a polícia vinha imediatamente e massacrava quem estivesse por perto, onde estivesse um aglomerado popular, um grupo de pessoas etc. A classe operária, os intelectuais se apavoravam com este tipo de comportamento. Os camaradas, os amigos do Partido, só os muito fiéis é que ainda pegavam um e escondiam. Mas isso foi apavorando e esvaziando completamente a luta do partido.³⁶¹

Constatamos o número reduzido – porém significativo – de intelectuais e dirigentes pertencentes ao partido. Os poucos que escreviam no jornal *A Voz do Povo* e produziam boletins, provavelmente não os distribuía. Aqueles que conduziam as reuniões partidárias e faziam intervenções em reuniões e assembleias sindicais nem sempre podiam frequentar mais

³⁶⁰ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., pp. 27-28.

³⁶¹ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., pp. 41-42.

assiduamente as fábricas. Sendo assim, alguém tinha que entregar os jornais, distribuir os boletins, visitar regularmente as fábricas e os sindicatos, fazer as pichações; ou seja, a outra parte do trabalho de base e de militância, que caracterizou profundamente o PCB em Alagoas.

Não pretendemos discutir o papel e o conceito próprio do intelectual nesta dissertação. Mas também não é o nosso objetivo deixar transparecer que os intelectuais ou o Comitê Central do PCB alagoano era formado exclusivamente por membros oriundos da classe média, pequena burguesia, profissionais liberais, comerciantes ou letrados de forma geral. Os operários não eram apenas a mão de obra do partido: os trabalhadores também compunham os quadros mais “elevados” do PCB. O próprio Colaço, trabalhador e militante, dirigente de seu sindicato (dos rodoviários, do qual chegou a ser presidente), nunca deixou a base e executava tanto tarefas primordiais dentro do partido, chegando até mesmo discursar em comícios e realizar trabalhos mais simples, como o de motorista.

Outro exemplo é a figura do ex-vereador Renalvo Siqueira. Negro de origem pobre, era sapateiro e filiou-se ao PCB ainda muito jovem. Preso várias vezes e torturado outras tantas, chegou a ser dirigente do partido nos anos 1950, repórter de *A Voz do Povo* e em 1958 concorreu às eleições daquele ano como vereador por outra sigla partidária (como era o costume), por escolha do partido. Ganhou e representou os comunistas da Câmara Municipal de Maceió. No fim de seu mandato, desligou-se do partido, mas foi preso em 1964.³⁶²

Entre o operariado têxtil, o maior contingente de trabalhadores urbanos de Maceió, um dos comunistas de destaque é Silvio Lira, trabalhador da Fábrica Carmen. Presença marcante nas reuniões do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho³⁶³, foi dirigente do partido e “durante muitos anos secretário de organização do comitê estadual e administrador do semanário *A Voz do Povo*. Em 1958 foi candidato a vereador em Maceió, mas não obteve êxito”.³⁶⁴

Mais um operário têxtil de destaque dentro do PCB foi José Graciano. Natural de Murici (Alagoas), chegou a trabalhar no campo na juventude. Porém foi como tecelão em Rio Largo, desde a década de 1950, que ganhou notoriedade política, destacando-se entre os operários. De grande atuação em sua base, ingressou no PCB, onde foi dirigente dos diretórios municipal e estadual do partido.³⁶⁵

O operário Florentino Cavalcante, morador do Jacintinho em Maceió, militava na célula “Baipendí” e desde 1945 era membro do PCB. Preso em 11 de março de 1951, foi

³⁶² MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 39, Nota 28.

³⁶³ Conforme as atas deste mesmo sindicato, analisadas mais a frente.

³⁶⁴ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 44, Nota 32.

³⁶⁵ MAJELLA, Geraldo de. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Recife: Edições Bagaço, 2011, p. 57, Nota 51.

taxado pela DOPSE de “agitador comunista”.³⁶⁶ De acordo com sua ficha, o motivo de sua prisão foi a distribuição de “material de propaganda subversiva: boletins e jornais de caráter comunista”. Mesmo realizando estas tarefas básicas, sua ficha revela o detalhe mais importante: “Exerce a função de Secretário Sindical do Comitê Estadual de Alagoas”.³⁶⁷

Arlindo Lopes Ferreira, operário têxtil, morava em Fernão Velho e trabalhava na Fábrica Carmen, além de ser filiado ao seu sindicato. Atuante em sua base, mantinha “ligações com os comunistas Rubens Colaço e Rubem Ângelo”. Sua ficha confirma sua atuação: “participou ativamente de uma greve naquele centro, juntamente com outros elementos esquerdistas *movimentando e orientando*”.³⁶⁸ Neste caso, como em tantos outros, não podemos precisar se Arlindo era filiado ao PCB, se era militante do partido dentro da fábrica. No entanto, seu contato com Rubens Colaço demonstra pelo menos uma aproximação com os comunistas.³⁶⁹

Não está especificado que João Feijó Guedes fosse operário. Sua ficha indica como profissão “Diarista” e indica sua residência no Tabuleiro dos Martins (parte alta de Maceió, relativamente próximo de Fernão Velho). Independente deste fato, João Feijó era apontado como um “Elemento atuante do Partido Comunista. Desenvolve ativo programa subversivo”. E a informação mais importante: “Faz reuniões em sua residência”.³⁷⁰ Este tipo de prática era bem comum entre os comunistas alagoanos. Muitas casas serviam de célula, para realização de reuniões e outras tarefas.

Entre aqueles que distribuíam panfletos e o jornal *A Voz do Povo*, existem quatro fichas de trabalhadores presos por exercer esta atividade. Não está especificado qual a profissão deles, todos homens moradores de Maceió. Um deles foi encontrado com “50 estatutos, 30 [exemplares de a] Tribuna Popular, 01 fotografia de Carlos Prestes tamanho 18 x 24 e mais 07 fotos 13x18, 50 postais e 10 cartazes”.³⁷¹ Entre os operários presos por praticar este mesmo tipo de serviço, também são quatro o número de fichas encontradas. Destacamos Odilon Porfírio Gomes, morador do bairro do Farol e operário da Fábrica Alexandria, indústria têxtil localizada em Maceió. Comunista desde 1945, Odilon militava na célula “Olga

³⁶⁶ Adjetivo muito recorrente nas fichas.

³⁶⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 23, Pasta 10, p.15.

³⁶⁸ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 75, Pasta 15, p.5. Grifo nosso.

³⁶⁹ Rubem Ângelo era advogado do sindicato dos operários de Fernão Velho. Sendo assim, a aproximação com Ângelo, bem como a prisão de Arlindo pelos militares após o golpe, não são provas suficientes de sua filiação ao PCB.

³⁷⁰ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 22, Pasta 17, p.21.

³⁷¹ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 84, Pasta 13, p.26.

Benário Prestes” e era filiado ao sindicato de sua categoria. Considerado “Agitador comunista”, foi preso no dia 04 de março de 1951 com uma “grande quantidade de jornais”.³⁷²

Em um documento oficial do partido, lançado em março de 1955, os comunistas demonstravam sua preocupação com as mulheres. Para o PCB, era “impossível organizar” uma “ação vitoriosa (...) sem a participação das grandes massas de mulheres-operárias, camponesas, donas-de-casa, comerciárias, funcionárias públicas, artesãs, intelectuais, etc.” O documento ressalta a importância de trazer as mulheres para a luta, pois a falta de participação do enorme contingente feminino acaba por descaracterizar as ações que devem ser tomadas em busca da melhoria de vida dos trabalhadores, deixando-as incompletas. “Sem a participação da mulher não pode haver nenhum verdadeiro movimento de massas”.³⁷³

Quando questionado sobre o trabalho com as mulheres em Alagoas, Colaço responde: “A participação de mulheres dentro do Partido era ínfima, resumia-se a duas ou três, mais amigas de Marinete do que militantes. Nunca se desenvolveu um trabalho em cima disso. O que era feito não passava de uma nota no jornal no dia 8 de março”.³⁷⁴ O interlocutor pergunta, então, sobre a existência de células femininas e Colaço afirma de forma categórica: “Não. Mas nós tínhamos condições de criar. Poderíamos ter feito um bom trabalho (...)”.³⁷⁵ Em seguida, o entrevistador pergunta a Colaço quais eram as outras mulheres do partido, além da citada Marinete. E o comunista responde o seguinte: “Tem mais duas ou três companheiras de que não lembro o nome. Elas eram membros do partido municipal, da organização de base. Nós tínhamos massa de mulheres nos sindicatos, como o de camponeses”.³⁷⁶

Moradora do Tabuleiro dos Martins, na parte alta de Maceió, e operária da Fábrica Carmen, Maria da Conceição (provavelmente mais conhecida como “Maria Chorona”) foi presa durante o golpe civil-militar de 1964. Segundo sua ficha, “Participou de todos os movimentos subversivos, fazendo greves na Fábrica Carmen”. Porém, destacamos outra informação: “Fazia parte da Ala Feminina Comunista”.³⁷⁷ É possível, mas dificilmente um militante experiente a ativo como Rubens Colaço iria desconhecer ou até mesmo esquecer um setor “diferenciado” dentro do partido, como seria o caso de uma “Ala Feminina Comunista”.

³⁷² Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 02, Pasta 17, p.41.

³⁷³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Tecendo lutas, abrindo espaços – Mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Editora Oito de Março, 2004, p. 127. O título oficial do documento comunista (anexo ao livro de Abreu e Lima) é: Resolução do Comitê Central do PCB ao Pleno Ampliado de março de 1955.

³⁷⁴ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 56. A Marinete é Maria Augusta Neves de Miranda. Dirigente do PCB, chegou a ser presa no mandato de Arnon de Melo. Era a dona do prédio onde funcionou o jornal “A Voz do Povo” durante dezoito anos.

³⁷⁵ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 57.

³⁷⁶ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 57.

³⁷⁷ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 40, Pasta 11, p.18.

Talvez o contingente feminino não fosse tão diminuto quanto Colaço afirma (afinal, apesar de membro de destaque do partido, sua militância dava-se mais no campo). Esquecer ou até desconhecer um segmento deste tipo dentro do próprio partido – independente da denominação – é algo difícil de imaginar, mesmo com o partido reconhecendo oficialmente as próprias debilidades: “O trabalho do Partido entre as grandes massas femininas é ainda muito pequeno e não se desenvolve de acordo com as possibilidades existentes. Há profunda subestimação do trabalho feminino nas fileiras do Partido.” Os comunistas já admitiam existir certa “resistência” a este tipo de militância: “É acentuada a resistência em colocar o trabalho entre as mulheres como uma de nossas principais tarefas”.³⁷⁸ O que não se reconhece (nem se admite) é o fato desta “resistência” ser calcada quase exclusivamente no machismo dos militantes e dirigentes do PCB.³⁷⁹

De toda forma, não encontramos qualquer outra referência a esta “Ala”, em nenhuma das fontes, como por exemplo, no jornal *A Voz do Povo*. Nem mesmo na bibliografia consultada vimos qualquer tipo de referência a um segmento como uma “Ala Feminina Comunista” dentro do PCB. É bem mais provável ser a referida “Ala” uma criação da DOPSE ou uma informação passada pela operária no calor da prisão.

Bem mais certa era a posição de pouco destaque das mulheres dentro do partido em Alagoas.³⁸⁰ Nem sempre vistas com bons olhos pela imensa maioria masculina, o (provável) diminuto núcleo feminino comunista é praticamente inexistente nas fontes consultadas. Salvo as raras exceções aqui apresentadas, só podemos indicar, novamente, que o machismo era algo dominante dentro do PCB, como observamos no reconhecimento do próprio Colaço ao afirmar não ter sido feito um trabalho específico com mulheres no PCB. Isto tendo em mente o número elevado de operárias existentes nas fábricas têxteis, justamente as indústrias urbanas de Alagoas que mais reuniam trabalhadores em seus quadros...

Veremos na análise das atas do sindicato de Fernão Velho a inexistência da presença feminina no mesmo: em nenhum dos documentos tratados aqui há qualquer registro de mulheres. A única referência feminina em nossas fontes encontra-se no processo trabalhista analisado logo em seguida.

³⁷⁸ ABREU E LIMA, Op. cit., p. 127.

³⁷⁹ Na concepção do partido, o machismo ganha ares de “ordem ideológica”. Ainda assim, os comunistas reconhecem o problema: “Muitos de nossos militantes são portadores da velha concepção que defende a superioridade do homem sobre a mulher, a velha ideia do homem como ‘senhor’”. ABREU E LIMA, Op. cit., p. 132.

³⁸⁰ Pelo menos na teoria, em nível nacional, o supracitado documento publicado pelo Comitê Central revela as principais preocupações do partido em relação ao trabalho com mulheres. A primeira parte da resolução apresenta um panorama geral das condições feminina no mundo do trabalho, exibindo com alguns números a forte presença das mulheres neste meio. O documento também nos mostra as principais lutas que precisam ser travadas em prol da grande massa feminina, sendo as principais ligadas às questões maternas (descansos obrigatórios por conta da gravidez, creches, etc.) e a batalha do salário igual para trabalho igual, presente em muitos congressos operários, inclusive em Alagoas, como veremos adiante.

Analisando o sindicalismo têxtil da capital pernambucana durante os anos 1950, Maria do Socorro de Abreu e Lima identifica uma situação semelhante a alagoana. Antes, a autora nos mostra que a exclusão da mulher se faz presente também nas pesquisas sobre a classe operária:

Estudos importantes sobre a classe trabalhadora brasileira e o movimento sindical têm, geralmente, como preocupação, a classe como um todo, sua formação, atitudes, participação política, suas manifestações mais significativas, ideologias e doutrinas, mas comumente sem nenhum tratamento especial quanto à problemática ou participação específica da mulher.³⁸¹

Dentro do mundo operário, de acordo com a historiadora, uma das soluções encontradas pelos sindicatos foi promover festas e concursos para atrair as trabalhadoras. “E então vem o mais grave: considerar isto uma saída inteligente, e que esse era o lugar da mulher no sindicato – o lugar da diversão, do acessório, do adorno”.³⁸² Além disto, os sindicatos do Recife promoviam “cursos de corte e costura, datilografia, trabalhos manuais, como bordados e feitura de bolos”,³⁸³ como forma de atrair (“incluir”) as mulheres. Ainda segundo Abreu e Lima, os comunistas também incentivavam a alfabetização não apenas dos homens, mas também das mulheres, “até porque o direito de voto só era permitido aos alfabetizados”.³⁸⁴

Referindo-se especificamente ao PCB, Abreu e Lima nos mostra “a imagem da mulher levada pelo PCB nos anos 50: aquela que luta pela pátria mas, particularmente, que é mãe. Pois era o filho que trazia no ventre que a tornava sagrada”.³⁸⁵ Por outro lado, este mesmo PCB reproduzia a imagem machista da mulher fragilizada, delicada, não propensa a trabalhos mais pesados.

Afinal, como se justifica que os membros do PCB, pessoas supostamente capazes de analisar o mundo e suas relações sociais a partir de suas contradições e não apenas das aparências superficiais não percebessem, no dia-a-dia da mulher do povo, sua natureza forte, forjada na luta constante pela sobrevivência, numa vida cheia de contratempos e vicissitudes?³⁸⁶

Nas poucas matérias publicadas em *A Voz do Povo* tratando exclusivamente de mulheres, temos notícias de exploração dentro das fábricas, não muito diferente do conteúdo quando o assunto é a exploração sofrida pelos homens. Bem verdade, quando o assunto é

³⁸¹ ABREU E LIMA, Op. cit., p. 11.

³⁸² Ibid., p. 77.

³⁸³ Ibid., p. 79.

³⁸⁴ Ibid., p. 102. Contudo, a participação feminina no sindicato têxtil do Recife ao longo dos anos 1950 não se resumiu apenas a isto. Abreu e Lima demonstra a atuação e a participação de algumas mulheres dentro do espaço sindical.

³⁸⁵ Ibid., p. 96.

³⁸⁶ Ibid., pp. 100-101.

repressão patronal, as mulheres são colocadas pelo jornal ao lado dos menores, em uma situação e condição semelhantes. O I Congresso Sindical dos Trabalhadores de Alagoas, realizado em 1951, teve como uma de suas resoluções a luta por salário igual para trabalho igual, que beneficiava diretamente mulheres e menores (no II Congresso Regional dos Trabalhadores de Alagoas, de 1959, não encontramos esta mesma resolução ou alguma tratando diretamente das mulheres ou dos menores).

O reconhecimento feito por Rubens Colaço sobre a possibilidade real do partido de fazer em Alagoas um trabalho com mulheres mostra-nos parte da visão comunista sobre o assunto e em sintonia com a Resolução do Comitê Central. O contingente de operárias nas fábricas têxteis era enorme e a oportunidade de trazer estas mulheres para a luta foi desperdiçado.

É importante ressaltar que, no caso das mulheres, foram apontadas questões ideológicas de fundo, ou seja, a visão da superioridade do homem (certamente presente na cabeça de muitas mulheres) e o machismo de boa parte dos militantes que, no espaço público poderiam até ter um discurso e uma prática revolucionários, comprometidos com a transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas mas que, no plano privado, no dia-a-dia, no cotidiano, mantinham uma postura patriarcal, dominadora, opressiva.³⁸⁷

A possibilidade “desperdiçada” revela-nos as prioridades do partido, excluindo as mulheres de suas lutas mais imediatas. Por mais avançado que fosse o pensamento de muitos militantes comunistas, o machismo acabava sobressaindo-se no final. A imagem da mulher frágil e ligada diretamente aos afazeres domésticos imperava, “adiando” eternamente a luta pela melhoria de vida das operárias. Ou seja: melhorar a condição de vida dos trabalhadores em geral era também melhorar a condição de vida da mulher. Não se buscava a libertação da opressão masculina, “escondida” na imagem machista perpetuada por todos.

Ainda assim, o PCB em seu documento oficial enxergava-se como a única força política (e partidária) capaz de alavancar a luta pelas melhorias da condição feminina no Brasil: “Só o Partido Comunista em seu Programa indica à mulher o caminho de sua completa emancipação. Só o Partido Comunista orienta e dirige a luta das mulheres pela conquista de seus direitos como mãe, trabalhadora e cidadã (...)”.³⁸⁸ Entretanto, em Alagoas, esta orientação e direção ficaram a desejar. Afinal, como afirma Maria do Socorro de Abreu e Lima, “o fato de o Partido, em tese, procurar manter elevada a moral de seus militantes e

³⁸⁷ Ibid., p. 105.

³⁸⁸ Ibid., p. 141.

dirigentes não significa que seu comportamento, no que diz respeito às relações entre sexos, fosse sempre o ideal”.³⁸⁹

3.2 Operários comunistas na Justiça do Trabalho

Nos primeiros meses de 1951, três processos deram entrada na Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió.³⁹⁰ As ações tratam do mesmo tema: demissão de três operários da Fábrica Carmen por conta de propaganda comunista, sendo os trabalhadores membros do PCB alagoano (fato também utilizado pela fábrica como motivo para justificar a demissão). Antes de analisarmos detalhadamente tais processos, é necessário tecer algumas considerações sobre este tipo de questão.

De início, citamos um alerta feito por Sidney Chalhoub para se estudar fontes judiciais:

Em conclusão, ler processos criminais não significa partir em busca “o que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.³⁹¹

Para entendermos os embates travados na Justiça do Trabalho, devemos analisar também a própria legislação que permeava os direitos trabalhistas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é assim caracteriza John French:

A ambigüidade subjacente à ambiciosa lei trabalhista do Brasil, argumentamos, só pode ser entendida em termos da cultura política e legal das elites brasileiras, formadas pela herança ideológica de um paternalismo autoritário. *A CLT, desde o início, era tão imaginária quanto real tanto para os burocratas governamentais que a redigiram como para os trabalhadores que procuravam usar a lei para fazer avançar seus interesses.* Para os primeiros, as visionárias e mesmo utópicas promessas da lei poderiam ser toleradas precisamente porque elas nunca pretenderam ser ‘reais’. Já os trabalhadores brasileiros desenvolveram uma complicada e fundamentalmente conflituosa relação com a CLT, pois eles não

³⁸⁹ Ibid., p. 104.

³⁹⁰ Mais precisamente em: 27 de fevereiro (Processo nº 87/51), 17 de março (Processo nº 109/51) e 06 de abril (Processo nº 135/51).

³⁹¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 41. No caso, o autor estudou processos criminais, produzidos pela polícia. Nesta dissertação só trabalhamos com processos produzidos pela Justiça do Trabalho.

podiam se permitir ter ilusões tanto sobre a lei e seus criadores como sobre seus executores.³⁹²

Operacionalmente, French assim nos apresenta a CLT:

Além de estabelecer os procedimentos para as inspeções fabris, a CLT também estabelece dois mecanismos básicos para a resolução de disputas. No caso de dissídios individuais, os tribunais de trabalho ouvem os apelos de indivíduos ou pequenos grupos de trabalhadores contra as violações da lei ou, mais freqüentemente ainda, as queixas individuais contra o que é considerado tratamento injusto de acordo com a lei. Os dissídios coletivos, ao contrário, cobrem as negociações sobre salários legalmente estabelecidos, que ocorrem entre empregadores e empregados anualmente, seja em nível municipal, regional, estadual ou nacional. Esse procedimento para negociação coletiva opera dentro de uma estrutura mais ampla, baseada, em última instância, na arbitragem compulsória de tais disputas pelos tribunais trabalhistas.³⁹³

O argumento principal do historiador norte-americano é a forma como as elites industriais tratavam as leis trabalhistas brasileiras: com completo desdém. A CLT, sempre muito divulgada por Getúlio Vargas como uma das mais avançadas do mundo, era também apresentada pelo ex-presidente como uma grande conquista dos trabalhadores.

A “simpatia” de Vargas com os trabalhadores foi muito influenciada pelo seu ministro do Trabalho nos anos 1930, Lindolfo Collor, “familiarizado com as questões trabalhistas na Europa”.³⁹⁴ Diante disto, a legislação trabalhista brasileira estava mais próxima da realidade européia do que da brasileira, possuindo um caráter extremamente demagógico, pois ao não ser cumprida, não atendia as reais demandas dos trabalhadores. Com isso, o que temos são leis que, de tão avançadas, eram praticamente impossíveis de serem aplicadas no Brasil, por uma série de fatores. John French lembra que a fiscalização era precária e ineficiente, com quadros reduzidos de profissionais e com altos índices de corrupção. Isto fazendo referência a São Paulo, maior pólo industrial do país. Pensar esta mesma situação em Alagoas (um estado menor e com várias indústrias em locais de difícil acesso mesmo quando localizadas na capital) podemos vislumbrar as dificuldades de aplicação da lei.

Ainda assim, o abismo entre aparência e realidade era tão grande que parecia intransponível. Direitos garantidos categoricamente em lei eram rotineiramente desrespeitados na prática daqueles que gerenciavam a expansão do setor industrial. Um grande número de trabalhadores era empregado sob condições e com remunerações que tornavam ridículos os maravilhosos legalismos humanísticos da CLT sobre salários e condições seguras e adequadas de trabalho.³⁹⁵

³⁹² FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 10. Grifos nosso.

³⁹³ Ibid., p. 14.

³⁹⁴ Ibid., p. 37.

³⁹⁵ Ibid., p. 16.

A defasagem de sua aplicação não era direcionada, falhando tanto em centros urbanos como no meio rural, em grandes concentrações de operários, como as fábricas têxteis, ou em ramos menores, como sapateiros e alfaiates. Dentro do leque variado do mundo do trabalho, “na prática a CLT era aplicada de forma muito irregular, fosse na relação campo/cidade, fosse entre as diferentes regiões do país, ou ainda entre os diferentes setores e ocupações nas áreas urbanas, que eram o seu principal foco”.³⁹⁶

Além de tudo isto, temos o fato de que a CLT foi, na verdade, uma outorga de Vargas em cima de antigas lutas dos trabalhadores brasileiros e não uma conquista efetiva dos mesmos. O ex-presidente criou a legislação trabalhista na tentativa de regular os embates entre capital e trabalho, cada vez mais acirrados (e não iniciados) nos anos 1940 e 1950.

Antes de tratarmos diretamente dos processos selecionados aqui, faremos uma contextualização rápida. No primeiro deles, Avelino Francisco Silva, operário da Fábrica Carmen e residente em Fernão Velho, deu entrada na JCJ de Maceió após sua demissão, ocorrida no dia 21 de fevereiro de 1951. Avelino estava solicitando junto a Justiça indenização, férias e aviso prévio. No segundo temos o inverso: um inquérito judiciário da mesma fábrica contra Elizabete Silva, operária com quase quinze anos de serviços dentro da empresa. Por já ter conquistado a estabilidade prevista na lei, a fábrica foi requerer na Justiça a sua demissão, explicitando as “faltas graves” cometidas pela mesma para justificar a dispensa. Por fim, temos a mesma situação de Elizabete aplicada ao operário Manoel Messias de Oliveira, com quase catorze anos de serviços. Outros dois pontos relevantes são o fato de Avelino ter morado com Elizabete (não podemos precisar se eram casados legalmente, pois ele se apresenta perante o tribunal como solteiro e ela como casada), e as datas iniciais dos processos serem muito próximas umas das outras.

A primeira audiência de Avelino, realizada no dia 10 de abril de 1951, como de praxe, serviu para tentar um acordo entre as partes (não ocorrendo, marcou-se uma segunda). Aqui identificamos outro ponto marcante da CLT contra os trabalhadores:

(...) a história não era muito mais promissora para aqueles trabalhadores que, de boa-fé, levavam suas queixas aos tribunais do trabalho. Ineficiência administrativa, tribunais superlotados e uma *tendência para a “conciliação”* frequentemente produziram o que pode ser denominado de “justiça com desconto”. Mesmo quando ganhava um caso legal, por exemplo, um trabalhador brasileiro era forçado a um acordo com seus patrões, obtendo um valor muito menor do que o inscrito em seus direitos legais, caso contrário teria de enfrentar atrasos intermináveis devido aos apelos da empresa – que algumas vezes se estendiam por até 12 anos. E, durante

³⁹⁶ Ibid., p. 15.

aquele período, o dinheiro que o trabalhador havia ganho desapareceria porque, até o final dos anos 60, o montante eventualmente ganho não era corrigido monetariamente.³⁹⁷

O caráter conciliatório da Justiça do Trabalho é uma de suas marcas mais presentes, principalmente quando se analisa os processos. Não por menos, os órgãos ligados aos tribunais possuíam o termo “conciliação” em seu nome (Junta de Conciliação e Julgamento). Parte-se do pressuposto que ambas as partes envolvidas vão para ceder algo de seus direitos. No entanto, obviamente a perda é sempre maior para o trabalhador, pois para conseguir um direito garantido por lei, ele precisa, quase necessariamente, abrir mão de outro direito.

Por outro lado, devemos ponderar a questão da conciliação. Naqueles anos, de intensa repressão e muitas vezes sem nenhum amparo, o simples fato de ir à Justiça em busca de seus direitos³⁹⁸ poderia representar também uma vitória.

A CLT colocava a reclamação do trabalhador em um terreno público e, ao respaldá-la – mesmo que apenas aparentemente –, o ajudava a superar seus temores e o motivava a agir contra seu patrão – ainda que o único passo concreto e imediato fosse a modesta abertura de um processo na Justiça do Trabalho (o que para muitos era uma ousadia).³⁹⁹

John French apresenta outra faceta do “simples” gesto de ir à Justiça do Trabalho em busca de direitos, baseado no clássico trabalho de José Sergio Leite Lopes, mostrando como “a participação em processos nos tribunais do trabalho tinha um impacto mobilizador, independente dos resultados obtidos, porque fomentava uma filosofia de direitos entre os trabalhadores de base”.⁴⁰⁰

Voltando aos processos de Fernão Velho, na segunda audiência de Avelino, ocorrida no dia 19 de abril de 1951, o advogado e representante da Othon Bezerra de Melo Fiação e Tecelagem (proprietária da Fábrica Carmen) apresentou as razões pela dispensa do operário:

(...) o reclamante foi dispensado dos serviços da reclamada em virtude de suas ideias extremistas, as quais propala na fábrica pertencente à reclamada, cumprido [sic] salientar que o mesmo faz parte do comitê comunista existente em Fernão Velho; que o reclamante, além de propaganda de ideias comunistas ainda recebia e recebe em sua residência, caravanas comunistas que, desta e de outras cidades a Fernão Velho se dirigem para o fomento da ideologia do credo vermelho; que o reclamante por várias vezes já tem sido admoestado pela polícia e em sua casa apreendeu certa quantidade de material comunista, digo, material relativo à propaganda comunista;

³⁹⁷ Ibid., p. 19. Grifos nosso.

³⁹⁸ Sem falar no fato de que tais leis, em muitos casos, eram completamente desconhecidas dos próprios trabalhadores, principalmente em áreas de pouca concentração urbana. Por isso assinalamos a importância de uma coluna assinada pelo ex-advogado Rubem Ângelo em “A Voz do Povo”. No jornal comunista, Ângelo escrevia aos trabalhadores apresentando de forma didática os direitos que os mesmos possuíam.

³⁹⁹ FRENCH, Op. cit., pp. 67-68.

⁴⁰⁰ FRENCH, Op. cit., p. 68.

que o reclamante é fichado como comunista na Delegacia de Ordem Política e Social deste Estado; que, assim sendo, é perfeitamente justificado a demissão do mesmo, por força da propaganda das referidas ideias.⁴⁰¹

De fato foi apresentada como prova uma certidão, em resposta a um ofício enviado pela fábrica a DOPSE, atestando que Avelino foi fichado na Delegacia como membro do PCB. O próprio operário não negou a informação, afirmando em seu depoimento inicial: “ao tempo em que o Partido Comunista no Brasil existia legalmente fez parte do mesmo e, na qualidade de comunista foi devidamente fichado pelo seu partido”.⁴⁰² Em seguida, sobre a acusação de existir uma célula comunista em sua residência, afirmou Avelino:

(...) que, ainda ao tempo da legalidade, todos os membros do referido comitê foram dispensados pela direção da fábrica, e como o depoente fizesse parte no partido comunista permitiu que um bureau e jornais de natureza comunista fossem colocados na casa do declarante; que o citado material permaneceu na casa do depoente durante uns dois meses aproximadamente; que, logo no mesmo dia que foi declarada a ilegalidade do mencionado partido, o subdelegado de polícia de Fernão Velho compareceu à residência do depoente, retirando de lá o material mencionado.⁴⁰³

Conforme veremos melhor adiante, o advogado industrial não deixou de expressar todo o sentimento anticomunista da classe que representa. Esta será a tônica de seu discurso durante todo o processo. Não por menos, Avelino muda o discurso revelando ainda no início “que, depois do fechamento do referido partido, o mesmo deixou de exercer qualquer atividade; que ao tempo em que o referido partido era considerado legal, o depoente não fez parte de um comitê existente em Fernão Velho”.⁴⁰⁴ Existia certo receio dos patrões na circulação de ideias comunistas (e progressistas de forma geral) dentro da fábrica. Disse Avelino: “(...) *em serviços nunca trocou ideias com qualquer outro companheiro de trabalho sobre o credo comunista*; (...) a única missão atribuída pelo partido comunista ao depoente em Fernão Velho era de trabalhar em benefício da produção da empresa reclamada”.⁴⁰⁵ Corroborando esta afirmativa, vejamos o depoimento do advogado da Fábrica Carmen:

(...) que o reclamante, *mesmo em serviço fazia propaganda do comunismo*, propaganda que consistia na queda da produção, falta ao serviço por parte dos operários e mesmo aquisição de novos comunista para o partido; que fora do local do trabalho, o reclamante além de fazer a distribuição de jornais comunistas, ainda

⁴⁰¹ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 6.

⁴⁰² Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 6.

⁴⁰³ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 7.

⁴⁰⁴ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, pp. 6-7. Porém, mais adiante, afirma a existência de tal Comitê, negado logo no início.

⁴⁰⁵ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, pp. 7-8. Grifo nosso.

inculcava os operários da mesma empresa no sentido de que reduzissem a produção da fábrica e faltassem ao trabalho.⁴⁰⁶

Em seguida, o mesmo afirmou o contrário:

(...) que não houve qualquer queda de produção na reclamada nem durante a legalidade ou a ilegalidade do partido comunista; que, no entanto, a assiduidade ao trabalho vem sendo grandemente afetada, não sabendo porém a empresa esclarecer se tal fato deriva de qualquer propaganda comunista em tal sentido ou de qualquer outro motivo.⁴⁰⁷

Apesar das condições completamente desfavoráveis, da repressão onipresente, do desconhecimento e até mesmo despreparo para enfrentamentos legais, os trabalhadores não eram ingênuos em relação aos seus maiores inimigos: o Estado e o patrão. Sua relação dentro da esfera legal da Justiça do Trabalho dava-se, muitas vezes, pela ideia prévia que o mesmo já possuía desta mesma Justiça, tendo conhecimento (ou experiência) de sua inoperância e dos pressupostos utópicos da CLT. Em outras palavras, ainda de acordo com John French,

(...) estes trabalhadores militantes teriam sido mal sucedidos se acreditassem ingenuamente na CLT, naqueles que a haviam promulgado ou eram responsáveis por sua aplicação. No entanto, antes de mais nada, eles tinham uma consciência aguda de sua fraqueza, o que lhes tornava impossível atuar sem a “projeção” frequentemente fictícia da lei trabalhista.⁴⁰⁸

Na terceira audiência, realizada em 02 de maio de 1951, começa a serem ouvidas as testemunhas de ambas as partes. Para termos uma noção da fragilidade dos argumentos da fábrica, basta fazermos uma análise das testemunhas arroladas. Avelino convocou os operários Jovino Pedro da Silva (com sete anos e nove meses de serviço) e João Gomes Barbosa (com treze anos de serviço). Pelo lado da Fábrica Carmen foram chamados a depor Carlindo Vieira Martins (um ano e meio de serviço), Antonio Ricardo de Lima (quase oito anos de serviço) e José Raymundo da Silva (quase dois anos de serviço). Além do fato de Carlindo e José Raymundo terem sido contratados a bem menos tempo, Carlindo era pedreiro e trabalhava na área externa. Antonio tinha mais tempo de serviço, mas era fiscal geral da área externa. Ou seja, ambos não participavam do dia-a-dia dos operários, ficando aquém dos acontecimentos dos quais a fábrica acusa o operário. Por fim, José Raymundo, mesmo novo na fábrica, trabalhava internamente. Porém, afirma ter recebido um boletim fora da mesma, tendo atestado também ser analfabeto.

⁴⁰⁶ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 8. Grifo nosso.

⁴⁰⁷ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 9.

⁴⁰⁸ FRENCH, Op. cit., p. 58.

Nos relatos das testemunhas, observamos os convocados da fábrica declararem nunca terem recebido qualquer documento de caráter comunista ou terem sido abordados por Avelino dentro da mesma (apesar de relatarem que do lado de fora, já receberam material de propaganda). Finalmente no dia 03 de julho de 1951, ocorreu a sexta e última audiência para a leitura da sentença.

Considerando que o reclamante, apesar de comunista confesso, não exercia, conforme se verifica das provas colhidas nestes autos, no local do trabalho, atividade de natureza extremista, o que constituiria, segundo jurisprudência dos Tribunais do Trabalho, motivo justo para a rescisão contratual; (...)

Considerando que o fato de um empregado possuir convicções políticas comunistas, não autoriza, face à legislação trabalhista brasileira, o respectivo empregador a rescindir o contrato de trabalho conchavado entre ambos, independentemente do pagamento das indenizações. (37-38)

(...)

JULGA esta Junta, por votação unânime, procedente, em parte, a reclamatória (...).⁴⁰⁹

Não satisfeita com o resultado, a Fábrica Carmen resolveu, então, entrar com um Recurso junto ao TRT – nesta época estava situado na cidade do Recife. Logo nas razões expressas no Recurso, o representante patronal iniciou com um anticomunismo velado: “Reconhecido pela sentença recorrida que o Suplicante, fora do local de trabalho, promovia a pratica de propaganda comunista, desta parte não recorreu a Suplicante, recorrendo, todavia, da parte restante da sentença”.⁴¹⁰ O advogado da fábrica alegou que uma testemunha do próprio Avelino afirmou circular dentro da fábrica um abaixo-assinado,⁴¹¹ sendo assim, “em local e hora de trabalho”. Em seguida, afirmava no recurso:

Nesse mesmo jornal [*A Voz do Povo* de 04 de março de 1951, utilizado como prova no processo e, segundo o advogado, “que a douta sentença recorrida deixou de apreciar”], á pag. 3º, está o final de um artigo comunista, no qual se transcreve o resumo do abaixo assinado a que se referiu a testemunha do Reclamante. Dentro outras cousas, notadamente identificamos a propaganda comunista, está o pedido para que não haja a assiduidade de cem por cento ao trabalho, constante deste abaixo-assinado. (...) *Se apontássemos um não comunista, um apolítico, um indiferente que somente vivesse para o seu trabalho, poderia ainda talvez alguma dúvida caber.*⁴¹²

⁴⁰⁹ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, pp. 37-38. O resultado final foi “procedente, em parte” apenas por conta dos valores pedidos por Avelino, recalculados pelo Tribunal.

⁴¹⁰ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 42.

⁴¹¹ O referido abaixo-assinado é citado diversas vezes, tanto no processo de Avelino quanto no de Elizabete. Trata-se um pedido de aumento salarial e o fim da Lei de Assiduidade Integral endereçado ao então governador Silvestre Péricles (provavelmente, o abaixo-assinado é de bem antes do processo).

⁴¹² Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, pp. 42-43. Grifo nosso.

As duas testemunhas patronais afirmaram ter sido Avelino quem movimentava o abaixo-assinado dentro da fábrica. Um deles disse ter visto e o outro, “sabe do fato por ouvir dizer”. A seguir, o requerimento afirmava que as testemunhas de Avelino não falaram nada a respeito, sendo que um deles “chega ao ponto de confessar que trabalha pela noite, enquanto o reclamante trabalha pelo dia, nada podendo, conseqüentemente, saber dos fatos argüidos”.⁴¹³

O advogado da Fábrica Carmen continuava insistindo no debate anticomunista (por exemplo, chamou a propaganda política de “perniciosa”) e na organização dos operários: “Provado está que o recorrido fez propaganda política em local de trabalho, ora movimentando a já citada lista subversiva, ora distribuindo boletins comunistas, ora fazendo propaganda política de modo a prejudicar operários que iam para o trabalho”.⁴¹⁴ Logo após o advogado nos exhibe todo seu preconceito de classe, revelando a visão patronal acerca dos trabalhadores:

As testemunhas da suplicante isso esclarecem, a seu modo, não se podendo exigir de depoimentos de operários, simples e humildes, a erudição e o esclarecimento próprios de uma pessoa culta.

Deve-se ter em conta, em benefício da justiça, se a testemunha, quase sempre temerosa, confusa e vacilante, que geralmente nunca dantes compareceu a um tribunal, e na maioria das vezes ignorante e incapaz de um entendimento perfeito para fiel resposta ao que se lhe pergunta, pode prestar um depoimento correto e falto de senões.⁴¹⁵

Na sua defesa do Recurso, o advogado de Avelino encerrou mostrando a fragilidade dos argumentos da empresa: “das testemunhas da recorrente, ambas são trabalhadores da turma externa, com a agravante de trabalhar no serviço interno mais de três mil e quinhentos operários, dita recorrente, não encontrou uma só testemunha para o seu álibi”.⁴¹⁶

Finalizando o processo, na fundamentação da sentença, o parecer atestava que a Fábrica Carmen não conseguiu provar as atividades de Avelino dentro da empresa em horário de trabalho. “Igualmente não conseguiu provar que a propaganda comunista do reclamante, fora do trabalho, se refletisse diretamente sobre o bom andamento dos trabalhos de sua fábrica acarretando prejuízos para a sua produção”.⁴¹⁷ Dando parecer favorável ao relatório, negando provimento ao Recurso, o acórdão ainda exhibe um pouco do paternalismo varguista, das bases nas quais fora criado: “Ademais, o abaixo assinado dizia respeito a reivindicações pacíficas

⁴¹³ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 43.

⁴¹⁴ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, pp. 43-44.

⁴¹⁵ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 44.

⁴¹⁶ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 47.

⁴¹⁷ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 48.

do operariado, como aumento de salários pagamento de repouso semanal remunerado, etc., sendo endereçado ao próprio Governador do Estado de Alagoas”.⁴¹⁸

Nota-se a insistência, em todo momento, em afirmar que Avelino era comunista confesso, na tentativa de utilizar seu posicionamento político como justificativa para sua demissão. A tônica era de demitir operários comunistas por eles terem certo grau de engajamento político e representarem uma ameaça ao controle imposto pela fábrica sob os operários. Entretanto, este tipo de dispensa era julgada inapropriada dentro das leis trabalhistas, pois um funcionário não pode ser demitido por conta de seus ideais políticos, credos religiosos, etc., exceto quando estes fatores atrapalharem as suas obrigações no exercício de suas funções.⁴¹⁹

O caso de Elizabete Silva difere de Avelino na composição inicial: por ter mais de dez anos de trabalho na Fábrica Carmen, Elizabete conseguiu a estabilidade garantida pela lei e não podia ser simplesmente demitida do emprego.⁴²⁰ Por isso a fábrica entrou na justiça para tentar demiti-la por meios legais, utilizando basicamente dos mesmos argumentos e até algumas testemunhas do processo aberto por Avelino.

De acordo com o documento inicial redigido pelo advogado da Fábrica Carmen, as razões para abertura do processo são as seguintes: Elizabete é fichada no PCB, conforme atesta uma certidão parecida com a de Avelino expedida pela DOPSE; dedicava-se a propaganda comunista juntamente com seu marido (Avelino);⁴²¹ organizava o movimento operário na fábrica, “concitando os seus companheiros de trabalho à greve, à queda de produção, à desordem, à anarquia, ao desrespeito aos superiores hierárquicos, enfim, agindo em obediência á orientação totalitária esquerdista que recebia e recebe”;⁴²² e transformou sua residência, pertencente aos proprietários da Fábrica Carmen (vila operária), em uma célula comunista. Por fim, o texto não escondia o sentimento anticomunista do advogado patronal:

⁴¹⁸ Processo 87/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 56.

⁴¹⁹ Ainda assim, a vitória de Avelino não foi completa. Os cálculos apresentados pelo operário na abertura do processo foram refeitos na sentença final, perdendo, assim, uma parte do montante solicitado inicialmente. Como dito anteriormente, a conciliação era o norte seguido pela Justiça do Trabalho.

⁴²⁰ A Lei n.º 62 de 1935 foi a primeira a tratar dos contratos de trabalho de uma forma geral. Foi esta lei que expandiu o direito de estabilidade para todas as categorias, antes conquistada isoladamente. Bem resumidamente, a lei versava que após dez anos de serviços em uma mesma empresa, o funcionário automaticamente ganhava a estabilidade no emprego. Posteriormente, as constituições de 1937 (art. 137, f) e de 1946 (art. 157, XII) mantiveram este direito, revogado apenas na Ditadura Militar de 1964. Cf.: DINIZ, Dulce. *Estabilidade e garantia no emprego*. Disponível em: http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18314/Estabilidade_e_Garantia_no_Emprego.pdf?sequence=2. Consultado em: 12 de outubro de 2011.

⁴²¹ Mesmo em um ambiente com um enorme contingente de mulheres trabalhando, o machismo imperava. Avelino declarou-se “solteiro” em seu processo, enquanto Elizabete apresentou-se como “casada”. Nos depoimentos percebemos em uníssono vários operários confirmarem que ambos viviam juntos, não sabendo nenhum deles precisar o estado civil do “casal”.

⁴²² Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 3.

“a propaganda de tais ideologias (...) tem, na apreciação dos mais diversos órgãos da Justiça do Trabalho, sido uniformemente apreciada e julgada como justa causa para a despedida do empregado que a leva a efeito, considerada sempre manifesto ato de indisciplina”.⁴²³

Na primeira audiência, ocorrida em 25 de abril de 1951, Elizabete apresentou sua defesa, praticamente já dando indícios do resultado final do julgamento: “O fato de ser comunista, não constitui crime na nossa carta magna nem muito menos nas Legislações Penais de repressão às Instituições Nacionais”. Elizabete não se assumiu como comunista: “Se porventura fosse a requerida filiada ao extinto partido Comunista do Brasil o que desde logo se protesta a sua participação no referido Partido, não era motivo para a sua demissão”.⁴²⁴

Na segunda audiência, datada de 04 de maio de 1951, temos a fase de ouvir as testemunhas arroladas. A primeira delas por parte da fábrica é um dos que prestaram testemunho no processo anterior: o pedreiro Carlindo. Começou afirmando algo contrário ao que disse na audiência contra Avelino, acontecida dois dias antes: agora Carlindo afirmava trabalhar no serviço interno da fábrica, ainda como pedreiro. Continuou afirmando que Elizabete era comunista e distribuía panfletos do PCB entre os operários, mas nunca viu no horário de serviço. Mostrando seu “atrelamento” aos patrões, Carlindo diz “(...) que a requerida somente trabalha para criar dificuldades para fábrica requerente, através da propaganda do credo vermelho”.⁴²⁵ A segunda testemunha (com apenas um ano e oito meses de serviço), cujo nome não é possível ler no processo, trabalhava externamente e contou “(...) que tem visto a requerida pelas esquinas aconselhando um e outro operário a não trabalhar”.⁴²⁶ Interessante notar também sua subserviência em algumas falas: “(...) que é novato na reclamada e desde que está lá não sabe se existiu um comitê do partido comunista, sabendo somente que a requerida e o seu marido professam o credo comunista”,⁴²⁷ (pouco antes disse conhecer Elizabete “ligeiramente”). Finalizando, a testemunha sabia da existência do abaixo-assinado, mas não o viu passando dentro da fábrica e soube, por terceiros, que o mesmo entrou na fábrica pelas mãos de Avelino.

Na terceira audiência, em 09 de maio de 1951, continuavam a ser ouvidas as testemunhas. A terceira por parte da fábrica, Auleto Pedro de Lima (não é possível identificar seu tempo de serviço na fábrica), também trabalhava na parte externa, como pintor, e por isso afirmou não saber a conduta de Elizabete dentro da mesma. Porém, contou “(...) que falam na

⁴²³ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 3.

⁴²⁴ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 14.

⁴²⁵ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 20.

⁴²⁶ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 22.

⁴²⁷ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 22.

fábrica requerente que a requerida é comunista; que o depoente já trabalhou como pintor da casa da requerida e a mesma convidou o depoente para tomar parte no partido comunista”.⁴²⁸

Após isso, entra em contradição:

D. Elisabete distribuía boletins comunistas na fábrica e nas ruas de Fernão Velho; (...) que estava trabalhando na fábrica quando viu D. Elisabete com a lista a que se referiu; (...) que trabalha no serviço externo como pintor, porem pinta também a própria fábrica internamente e que numa destas oportunidades viu a requerida com a lista a que se referiu; que não viu a mesma requerida distribuir boletins na fábrica, tendo entretanto visto distribuir na sua residência.⁴²⁹

Percebe-se claramente a fragilidade dos discursos das testemunhas da Fábrica Carmen, nenhum deles operário de fato. O quarto, Djalma Mendes de Olanda (com apenas onze meses de serviço), trabalhava na parte burocrática da fábrica, também externamente, fazendo folhas de pagamento e pontos diários. A escolha de um funcionário provavelmente mais instruído (por conta do serviço realizado) mostra a tentativa de melhorar o discurso em favor da fábrica. De acordo com Djalma, Elisabete estava com um documento dentro da fábrica endereçado “ao governador do Estado, pedindo aumento do salário e ao mesmo tempo concitando aos operários para somente trabalharem quando fosse concedido o aumento; que o depoente teve oportunidade de ler o referido requerimento”.⁴³⁰ Sobre a presença do PCB no local, afirmou “(...) que o Sr. Avelino é um chefe comunista em Fernão Velho e o mesmo já convidou a ele o depoente para ingressar no credo vermelho; (...) tem indício de que D. Elisabete é comunista, pois já escutou a mesma falar as companheiras sobre o Partido Comunista”.⁴³¹ Ao finalizar seu depoimento, Djalma Mendes acaba nos mostrando de que lado estava na luta de classes: “(...) veio prestar o seu depoimento espontaneamente e não foi convidado por pessoa alguma; que tendo conhecimento de todas estas ocorrências verificadas, compareceu à empresa requerente e espontaneamente se prontificou para prestar esclarecimentos”.⁴³²

As duas testemunhas de Elisabete são os mesmos operários que prestaram depoimento a favor de Avelino: Jovino e João. Jovino disse conhecer Elisabete e a mesma era uma boa funcionária, ganhando inclusive um prêmio oferecido pela própria fábrica aos operários que mais deram produção (a lista com estes operários está anexada ao processo). Afirmou também “(...) que não consta a ele o depoente que a requerida professa o credo vermelho; que não

⁴²⁸ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 24.

⁴²⁹ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, pp. 24-25.

⁴³⁰ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 26.

⁴³¹ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 26.

⁴³² Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 27.

distribui boletins comunistas com os operários”.⁴³³ O mais interessante no depoimento de Jovino é quando disse ter tido problemas no trabalho por conta do seu depoimento no processo movido por Avelino:

(...) que depois que prestou o seu depoimento neste Tribunal, foi transferido da secção de volante para a de cardas, com redução no salário; que não está trabalhando na secção de cardas porque quiseram lhe transferir para a mesma com redução de salário e ele o depoente só iria para a mesma com equitação de salário, digo, com salário equiparado; que hoje irá trabalhar na sua função antiga de volante; que não sabe se na secção de cardas havia ou não havia necessidade de pessoal, ignorando também se a transferência feita era temporária ou definitiva.⁴³⁴

Observamos a pressão sofrida pelos trabalhadores por conta dos embates contra a classe patronal, que reagiria a este tipo de enfrentamento. Para John French, a legislação trabalhista desviava “a atenção da violência e das desigualdades características da sociedade de classes no Brasil. Tentava-se, assim, iludir os trabalhadores com direitos imaginários, enquanto, simultaneamente, apertavam-se as algemas do controle estatal sobre o sindicalismo”.⁴³⁵

Já no seu depoimento, contou João conhecer bem pouco a ré Elizabete, no entanto “(...) nunca ouviu falar de que a requerida fosse professora do credo vermelho; ou distribuisse boletins na fábrica requerente, nem tampouco que a mesma andasse com uma lista obtendo assinaturas, concitando os operários a produziram, digo, não produzirem”.⁴³⁶

Na quarta audiência, em 30 de maio de 1951, mais duas testemunhas foram convocadas: Carlos Araújo (com vinte e oito anos de serviço) e Inacio Simplicio (dezoito anos de serviço). Carlos é mestre geral da sessão de tecelagem (e chegou a ser presidente do sindicato em Fernão Velho) onde trabalha Elizabete, confirmando ser a operária uma ótima funcionária, assídua e pontual. O importante no depoimento de Carlos Araújo é o seguinte: “não consta também a ele o depoente que a requerente em hora de serviço, procura se aproximar de grupos de operários a trato de qualquer outro interesse; que igualmente não tem conhecimento de haver a requerida concitado os operários da requerente para não trabalharem”.⁴³⁷ Continuou dizendo saber da existência do supracitado abaixo-assinado, mas não pode garantir ter sido iniciado por Elizabete, como também afirmou nunca ter visto a operária distribuir boletins ou conversar com outros operários dentro da fábrica sobre suas ideias políticas. Inacio fala basicamente o mesmo, principalmente quando disse nunca ter visto Elizabete professar suas ideias ou distribuir qualquer documento dentro da fábrica.

⁴³³ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 27.

⁴³⁴ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, pp. 27-28.

⁴³⁵ FRENCH, Op. cit., p. 32.

⁴³⁶ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 29.

⁴³⁷ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 31.

Na sexta audiência (a quinta serviu apenas para as partes exporem suas razões finais, na tentativa de se buscar, como sempre, um acordo), realizada em 12 de junho de 1951, temos a decisão final. Para os juízes, não ficaram provadas as acusações feitas pela Fábrica Carmen para justificar uma falta grave de Elizabete e assim ser autorizada sua demissão, como também “não ficou evidenciado que a requerida professasse o credo vermelho e conseqüentemente conclamasse os seus companheiros de trabalho para a queda da produção, fomentando assim a greve e a discórdia entre os assalariados da empresa requerente”.⁴³⁸ Por conta disto, a Justiça do Trabalho ordenou a fábrica a reintegrar Elizabete de volta ao seu trabalho.

A empresa, então, recorreu da decisão da Junta de Conciliação e Julgamento no TRT, em Pernambuco. No pedido de entrada do Recurso, a Fábrica Carmen, por meio de seu representante legal, expressava mais uma vez todo seu anticomunismo; ao listar as reivindicações dos trabalhadores existentes no suposto abaixo-assinado (aumento de 100% de salário, liberdade sindical e fim da assiduidade integral), conclui: “Um requerimento dessa natureza é ou não comunista?”.⁴³⁹ Mostra também o atrelamento de ideias comunistas com as causas operárias. A decisão final do Recurso foi manter a decisão da Junta, solicitando a reintegração de Elizabete: “No que se refere a sua participação em atividades políticas fora do emprego, não é da alçada deste Tribunal apreciar, visto distanciar-se dos seus fins. A hipótese meramente trabalhista não tem fundamento”.⁴⁴⁰

O terceiro – e último – processo é muito semelhante ao anterior. Manoel Messias de Oliveira também possuía a estabilidade legal, fazendo a Fábrica Carmen requerer na justiça a sua demissão. Entretanto, seu processo possui duas lacunas que não podemos responder. A primeira delas diz respeito ao período: Manoel foi suspenso no dia 07 de março, mas a empresa só deu entrada no Tribunal em 06 de abril de 1951, um mês depois da sua suspensão.⁴⁴¹ No termo de entrada apresentado pelo advogado da fábrica, temos praticamente os mesmos argumentos utilizados na ação contra Elizabete Silva: Manoel também era fichado como membro do PCB e dedicava-se a propaganda comunista no seio do operariado em horário de trabalho. Até as palavras são as mesmas, quando diz que Manoel incita os trabalhadores à greve, queda de produção, etc., e quando afirma ser justa causa a demissão por conta de tais atos, como forma de indisciplina.

⁴³⁸ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 50.

⁴³⁹ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 54.

⁴⁴⁰ Processo 109/51, pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 19ª Região, Maceió, p. 73.

⁴⁴¹ Apesar de que Elizabete foi suspensa no dia 23 de fevereiro e seu processo iniciou no de 17 de março de 1951.

A segunda lacuna é ainda mais intrigante. Logo na primeira audiência, ocorrida em 21 de março de 1951, foi aceita a decisão de desistência do processo feito oficialmente pela Fábrica Carmen, após o pedido de demissão de Manoel. Infelizmente, não possuímos meios nem fontes para justificar esta decisão; nem sequer nos arriscamos a buscar uma solução por outros caminhos, pois as fontes também não apresentam um panorama maior e mais sólido das ações da Fábrica Carmen e do cotidiano de Fernão Velho.

Cabe ressaltar que, ao contrário de Elizabete, Avelino não quis voltar ao seu antigo emprego, solicitando apenas as suas indenizações, diminuídas por conta do caráter conciliatório expresso na decisão final. Ainda assim, segundo o historiador John French, “mesmo a garantia de um salário mínimo adequado, estabelecido pela CLT, (...) era inevitavelmente solapada pelas altas taxas de inflação que rapidamente destruíram o valor de cada aumento do salário mínimo, amplamente propagandeado pelo governo”.⁴⁴²

Procuramos aqui demonstrar a acirrada luta dos patrões contra os comunistas e os operários de uma forma geral, dentro do âmbito da Justiça do Trabalho. Uma luta desigual, visto que a legislação trabalhista, apesar de ser, no papel, socialmente avançada, não servia aos trabalhadores.

Se considerarmos que os arquitetos da legislação trabalhista não agiram de boa-fé, então o abismo entre a ‘lei’ e a ‘realidade’ nos locais de trabalho e nos tribunais poderia ser visto como a chave para o sucesso do sistema celetista, e não como seu pecado mortal. Afinal de contas, se a CLT tivesse sido cumprida rigorosamente, um agudo conflito teria se estabelecido entre a burocracia governamental e os grandes interesses privados. Por outro lado, ao fazer cumprir a lei de maneira inconsistente, o governo e as autoridades jurídicas ganharam, se não a aprovação, ao menos a tolerância destes mesmos empresários, já que defendiam os seus interesses, mesmo que não tenham agido em seu nome ao estabelecer o sistema.⁴⁴³

Mesmo com tudo isto, a CLT teve sua parcela de contribuição para o movimento operário. Muitos militantes estavam mais preocupados em “transformar [a] ‘consciência jurídica de classe’ em uma ‘consciência de classe’ ligada a um projeto coletivo mais amplo de organização dos trabalhadores”. Apesar de não ignorarem as leis trabalhistas, principalmente em demandas individuais, para estes mesmos militantes a greve ainda era o instrumento mais forte de mobilização da classe trabalhadora. Por outro lado, até o início dos anos 1960, os operários estavam parcialmente organizados, com poucas categorias com reais poderes de organização. Por isso, a greve, apesar de ser o instrumento de maior força que possuíam, não podia ser utilizada com muita frequência.

⁴⁴² FRENCH, Op. cit., p. 23.

⁴⁴³ FRENCH, Op. cit., p. 47.

A maioria [das categorias] ainda não estava disposta ao tipo de ação coletiva disciplinada e militante preconizada por seus líderes. Isso ocorria principalmente porque muitos ainda acreditavam no paternalismo das empresas e seguiam caminhos individualistas para a resolução de seus problemas, inclusive, mas não apenas, a Justiça do Trabalho.⁴⁴⁴

A seguir, analisaremos a participação comunista no sindicato de Fernão Velho, onde podemos observar por um outro viés as conclusões tiradas nestes processos.⁴⁴⁵

3.3 Comunistas e os sindicatos

A pesquisa e produção acadêmica acerca da questão sindical em Alagoas, pelo menos para o período aqui proposto, ainda é muito incipiente.⁴⁴⁶ Encontrar referências claras e objetivas sobre a presença de comunistas dentro dos sindicatos, compondo a diretoria é muito difícil. Pelo menos nas fontes por nós consultadas. Indicações de comunistas participando das reuniões de vários sindicatos já são um pouco mais fáceis.

Quando falou do trabalho de militância com mulheres, Rubens Colaço afirmou que o trabalho poderia ser feito por conta da grande presença feminina nos sindicatos. E arrematou: “(...) porque havia uma penetração do Partido muito grande nos sindicatos de Saúde, Fernão Velho e Rio Largo”.⁴⁴⁷ As fichas da DOPSE demonstram, em vários momentos, a significativa presença do PCB entre os trabalhadores destas quatro fábricas têxteis (em Rio Largo, como vimos, existiam duas), inclusive com operários comunistas nestas indústrias.

Também vimos no capítulo anterior, baseado no depoimento de Colaço, o esperado: o PCB alagoano possuía uma militância sindical. Observamos o próprio Colaço marcando presença em vários sindicatos: “Militante sindical eu já era, mas não era um ativista. Eu participava de outros sindicatos, depois formei o sindicato da minha profissão, que era dos

⁴⁴⁴ FRENCH, Op. cit., p. 66.

⁴⁴⁵ A Fábrica Carmen, localizada em Fernão Velho, possui a maior quantidade de fontes disponíveis. Isto ocorre por conta de alguns fatores. Por ser a maior indústria têxtil de Alagoas (com uma grande vila operária), era a mais visitada pelos comunistas. Esta visita não se dava pela proximidade, pois a Fábrica Alexandria, outra grande indústria têxtil, estava situada em um dos bairros mais populosos da capital, o Bom Parto. Ainda assim, as fontes sobre Alexandria limitam-se quase que exclusivamente ao jornal “A Voz do Povo” e algumas fichas da DOPSE. A Fábrica da Saúde, um povoado ao norte de Maceió, tinha o acesso mais difícil entre as fábricas urbanas do estado e por conta de seu isolamento, é onde se registra os maiores casos de repressão aos operários. As poucas informações existentes também estão gravadas nas páginas de “A Voz do Povo”. As duas grandes fábricas têxteis de Rio Largo eram constantemente visitadas pelos comunistas por conta da já citada linha do trem que ligava Maceió a cidade e também pelo enorme contingente operário lá encontrado.

⁴⁴⁶ Destacamos o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Airton de Souza Melo, intitulado “Operários têxteis alagoanos na década de 1950”, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da UFAL em 2009.

⁴⁴⁷ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 57.

rodoviários. Na verdade, ele já existia desde 1937, mas era dirigido pelos carroceiros”.⁴⁴⁸
Quando perguntado acerca da formação dos sindicatos no estado, afirma Colaço:

*Houve também uma participação marcante do Partido na formação dos sindicatos operários. Fazia sindicato naquela época, como se fazia a repressão contra os sindicalistas. Era a mesma repressão que surgia contra os comunistas, e os comunistas eram os mais insistentes, pois tinham mais conhecimento da necessidade do sindicato e também eram os camaradas mais velhos.*⁴⁴⁹

Dois comentários rápidos sobre as partes destacadas nesta declaração. Primeiro: não é de se estranhar a participação de comunistas na formação dos sindicatos operários. Como vimos, o PCB em Alagoas foi formado principalmente por antigos militantes vindos do anarquismo e outras correntes socialistas. A experiência e a tradição destes velhos militantes, tanto em sindicatos como em associações mutualistas foi essencial na forma de atuação nos primeiros anos do partido no estado. Segundo: o PCB era o partido mais próximo e mais ligado a classe trabalhadora em todo o Brasil. Em Alagoas não foi diferente. Não apenas por conta da tradição herdada, mas também pela falta de grupos políticos que atuassem dentro do segmento operário. Obviamente existiam políticos e outros partidos interessados na classe operária – como o PTB, por exemplo –, visitando as fábricas e participando de algumas reuniões sindicais. Porém, os fins eleitoreiros sobressaíam-se.⁴⁵⁰

No jornal *A Voz do Povo* encontramos espalhadas pelas matérias, algumas referências mais diretas feitas pelos comunistas sobre a questão sindical. Um bom exemplo foi publicado em 1958. Uma pequena nota no final da terceira página demonstra alguns dos posicionamentos dos comunistas em relação à estrutura sindical, escrita de forma bem didática. O texto começa afirmando algo que deveria ser de conhecimento geral: a instância máxima do sindicato é sua Assembleia Geral e não sua diretoria. “Compete às diretorias administrar”. Mudanças de qualquer natureza – inclusão, substituição ou extinção – devem ser feitas pela Assembleia, partindo de sugestões da direção, se for o caso. “E mais, aos associados, cabe recurso das decisões das Diretorias fora a Assembleia Geral, dentro dos quadros estatutários”. A nota segue chamando a atenção para a diferença entre medidas administrativas (responsabilidade da direção) e de caráter modificativo (Assembleia Geral). A primeira cabe apenas executar as tarefas determinadas, fazendo-se cumprir as obrigações da entidade. “Medidas de caráter modificativo são aquelas que criam situação nova da existente”.

⁴⁴⁸ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 42.

⁴⁴⁹ MAJELLA, *Rubens Colaço: Paixão e vida*, Op. cit., p. 71. Grifos nossos.

⁴⁵⁰ Para saber um pouco mais sobre, por exemplo, a participação do PTB, Cf.: MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhistas em Alagoas (1945 – 1964)*. Maceió: UFAL, 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso).

A nota é encerrada da forma mais didática possível, explicando aos integrantes de um sindicato ou associação “que diretores não são proprietários dos órgãos associativos, porem meros representantes de um órgão associativo durante o período em que foram eleitos e para cumprimento de um programa estatutário”.⁴⁵¹

Não encontramos a ficha do operário Silvio Lira – pela sua atuação e cargo dentro do PCB, não é difícil imaginar que tenha sido preso. A única referência mais completa sobre o comunista de Fernão Velho foi apresentada anteriormente, retirada de uma nota de rodapé do livro com o depoimento de Rubens Colaço. Através das atas sindicais, identificamos um operário muito atuante e com uma assiduidade considerável nas reuniões do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho (Sindicato de Fernão Velho daqui por diante), com certa influência nas reuniões e no próprio sindicato. Assim, foi possível observar a atuação de um comunista dentro do maior sindicato operário de Alagoas.⁴⁵²

As atas das reuniões do Sindicato de Fernão Velho mostram-se variadas, não apenas em tema, mas também nas pessoas presentes nestas mesmas reuniões. Como o material avança pelos anos 1950, identificamos pelo menos as ações de quatro presidentes,⁴⁵³ refletindo bastante na forma de atuar do sindicato têxtil.

No dia 25 de março de 1953, em reunião realizada na sede social do sindicato, o tema discutido era a busca por uma solução para o problema das dívidas do sindicato. Apresentada a relação do patrimônio, constatou-se que o “sindicato [está] em estado verdadeiramente precário em situação financeira sem a qual nada é possível”. A presidência propôs utilizar 2% do salário dos associados até as dívidas deixadas pela gestão passada serem saldadas. Por conta de naturais posições em contrário – o operário José Balbino afirmou “que seu ordenado era pouco, e que qualquer aumento de desconto em seu ordenado iria fazer falta” –, a proposta ficou para ser discutida em outra reunião. Destacamos também o grande número de sindicalizados presente nesta reunião, conforme foi registrado na ata.⁴⁵⁴

⁴⁵¹ “Princípios de direito associativo: Sindicatos e associações de classe”. A Voz do Povo. Maceió: 23/02/1958. Ano XII, número 08, pp. 2-3.

⁴⁵² Neste primeiro momento, vamos nos ater a Fernão Velho não apenas por conta de sua importância e tamanho, mas principalmente por ser o único onde algumas atas ainda estão preservadas. Bem poucas, diga-se de passagem. As demais fábricas trataremos mais adiante, a partir da análise do jornal “A Voz do Povo”.

⁴⁵³ Até julho de 1953 (não foi possível precisar o seu início), o presidente era Carlos Araujo (então contramestre da Fábrica Carmen, conforme os processos analisados no tópico anterior). Entre julho de 1953 e julho de 1955, o presidente foi Lourival Lira da Rocha, seguido por Anísio Rodrigues e Abelardo Cavalcante Lins.

⁴⁵⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 23 de março de 1953. Quando a reunião não acontecer na sede social do sindicato, localizada em Fernão Velho, faremos a indicação.

Em 29 de abril de 1953, o tema central da reunião era marcar o dia e horário de atendimento do advogado Milton Ramires na sede social do sindicato (mas dois outros assuntos foram abordados: uma prestação de contas referente ao tratamento da mãe de uma operária e a compra de cadeiras para a sede do sindicato). Mesmo com os problemas financeiros apontados na reunião do dia 25 de março, o presidente solicita – e consegue a aprovação – aos associados a permissão para comprar mais cadeiras. Se existia falta de cadeiras, é de se supor uma quantidade razoável de trabalhadores presentes nas reuniões. O fato mais interessante da reunião, porém, é quando o presidente solicita a cooperação dos operários em casos de indisciplina no trabalho, pois as consequências poderiam ser muito ruins:

O presidente pediu cooperação de todos no caso da indisciplina no serviço dizendo que se os companheiros quisessem, ajudariam muito nesse sentido, pois evitando uma má resposta, o abandono das máquinas na hora do serviço, evitava desta maneira ser tomadas medidas desagradáveis pelos responsáveis das secções.⁴⁵⁵

Não há qualquer outro comentário acerca desta declaração. Não podemos afirmar se o presidente estava apenas prevenindo os operários ou se estava havendo muito abandono de serviço durante o expediente. Em cima da primeira opção, e baseado no cargo exercido pelo presidente sindical na Fábrica Carmen – contramestre –, podemos presumir tanto um tom paternalista em suas palavras como uma efetiva ameaça – e para tanto, era necessário gozar de muito poder e prestígio entre os trabalhadores.

Seguindo a mesma linha da reunião anterior, no dia 06 de maio de 1953 o tema central foi uma advertência aos operários, para tomarem cuidado com a exposição de suas ideias políticas (outro ponto de discussão foi a possível formação de uma cooperativa, não sendo especificada o modelo). O motivo: forte repressão e uma tensão na localidade. O momento geral da política alagoana não era favorável nem para os trabalhadores nem para os comunistas: o udenista Arnon de Melo era o então governador nesta conjuntura e, mesmo com certas promessas de campanha demagógicas (como combater a violência que pairava o estado naqueles anos), a tônica geral de seu mandato era a repressão.

O então presidente do sindicato chamou a atenção dos trabalhadores acerca das tensões políticas locais, tal qual na reunião anterior, quando solicitou aos operários a não abandonarem suas máquinas: “advertiu aos presentes da reação política existente, dizendo que evitassem o mais possível falar em tal assunto, pois era grande a guerra de nervos local e que

⁴⁵⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 29 de abril de 1953.

só os pequenos seriam os prejudicados”. A seguir, comentou sobre a ideia da diretoria em criar a citada cooperativa. O comunista Silvio Lira participou desta reunião e teceu comentários sobre a decisão da diretoria de realizar encontros semanais, diferentemente do que acontecia em outras gestões e combatida pelos operários. Silvio continuou, falando sobre a frequência de operários agora que as reuniões eram semanais. Em sua opinião, ainda era pequena e a diretoria poderia melhorar em dois aspectos: avisar não apenas o dia da reunião, mas também os assuntos a serem discutidos.⁴⁵⁶

Na ata, de apenas uma página escrita a mão, encontramos apenas isto. Outra “curiosidade”: como é de praxe, a ata da reunião anterior é aprovada na reunião seguinte. E o mais interessante: depois desta ata, de 06 de maio, encontramos apenas a ata da reunião do mês seguinte, do dia 02 de julho de 1953. Por que estamos fazendo estes destaques? É estranho que diante de tal conjuntura e com a advertência do presidente do sindicato acerca do momento político do estado, o operário Silvio Lira, militante comunista atuante, não tenha tecido nenhum comentário sobre este fato – pelo menos não está registrado em ata. É bem provável que Lira tenha dito algumas palavras sobre a conjuntura estadual e sobre uma possível repressão por conta de expor ideias políticas na localidade, temas muito caros a um comunista tão experiente.

A reunião do dia 02 de julho tratou da negociação de um aumento salarial dos operários. Dentro deste mesmo contexto, foram discutidos mais dois temas: uma possível irregularidade nos salários da 3ª turma e um pedido do presidente aos operários para não deporem na Justiça do Trabalho contra os próprios companheiros (sobre isto, não há mais detalhes na ata).

Bem rapidamente, o que se passou foi o seguinte: o então presidente do sindicato foi conversar acerca de um possível aumento salarial com o Sr. Alberto Brito Bezerra, diretor da fábrica. Passados alguns dias, o presidente foi convocado a comparecer na Delegacia do Trabalho para uma reunião com outros presidentes sindicais. O objetivo deste encontro era pleitear com os patrões o aumento do salário mínimo em 40%. A proposta sindical seria apresentada aos industriais alagoanos pelo então Delegado do Trabalho, Álvaro Mendes. O diretor da Fábrica Carmen enviou a contraproposta de 20% de aumento sobre o mínimo e o presidente do sindicato lançou na reunião a proposta: “Foi pedido à opinião dos presentes na reunião para decidirem se queriam 20% ‘sem delongas’ ou se queriam pleitear os 40%”. Então se manifestou Silvio Lira, dizendo

⁴⁵⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 06 de maio de 1953.

(...) que esperou que alguém se levantasse e dissesse alguma coisa a respeito do aumento do salário, porém como ninguém o fizesse, levantava-se para dizer que não era da opinião de receber os 20%, pois achava que era muito pouco para a situação de hoje. Assim sendo, pedia ao Sr. Presidente para convocar uma Assembleia Geral para que [entre o] número legal de associados fosse discutido o assunto.⁴⁵⁷

Esta declaração de Lira joga uma luz acerca da forma de atuação dos comunistas alagoanos. Observamos o operário não se conformando com a proposta patronal de 20% (metade do pleiteado) e solicitando uma Assembleia Geral para que um maior número de trabalhadores discutam a questão. Desta forma, a luta por um salário melhor poderá ganhar mais simpatizantes, reforçando-a. A postura não-sectária (decidir em assembleia e não em uma reunião) de Lira tanto pode ser uma opção individual como uma tônica mais geral do PCB. De forma geral, vemos a estratégia de um operário bastante experiente neste meio, reforçada por sua militância comunistas.

Sobre a questão dos salários da 3ª turma, o associado Anísio Rodrigues levantou a hipótese de haver algum tipo de erro nos cálculos referentes a produção da 3ª turma. O presidente respondeu dizendo não ter “autoridade para fiscalizar as folhas de pagamento, porém iria mandar um ofício a Delegacia do Trabalho”, solicitando ao Delegado um fiscal para averiguar a possibilidade de equívoco. Por fim, o operário Arlindo Lopes “incentivou aos companheiros a unirem-se aos esforços do Sr. Presidente”.⁴⁵⁸

A questão paternalista pode ser observada em alguns momentos neste caso. Primeiro na forma como é relatada a resposta do diretor da fábrica, tendo o mesmo aceitado de “boa fé” discutir acerca do aumento. A presença constante e marcante da Delegacia Regional do Trabalho mediando às negociações também aponta para este tipo de entendimento. Todas as questões levantadas nesta reunião envolveram de alguma forma o órgão estatal. O próprio delegado era uma figura recorrente em Fernão Velho, muito conhecido entre os operários. Podemos indicar diante deste fato duas possibilidades: ou realmente havia um forte caráter paternalista dentro do Sindicato de Fernão Velho, representado principalmente pelo seu presidente, ou os operários da Fábrica Carmen, de um modo geral, enxergavam com bons olhos as instâncias jurídico-regulamentárias do Estado, como a própria DRT e a Justiça do Trabalho, em certos momentos tendo estes órgãos aliados em suas lutas.

A Assembleia Geral extraordinária sugerida pelo comunista Silvio Lira na reunião anterior ocorreu no dia 05 de julho no prédio do Recreio Operário, localizado na vila operária

⁴⁵⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 02 de julho de 1953.

⁴⁵⁸ Idem.

da Fábrica Carmen. A Assembleia terminou rapidamente: a proposta de aceitar os 20% oferecidos pelos patrões foi defendida pela diretoria do sindicato e a maioria dos trabalhadores presentes concordou com esta proposta (não está registrado a quantidade de operários presentes nem mais detalhes acerca da votação). Esta curta Assembleia revela alguns detalhes em cima da discussão feita ao longo deste tópico.

Primeiro ponto: a Assembleia ocorreu apenas três dias após a reunião que aprovou sua instalação. Talvez pelo caráter de urgência ou pelo interesse gerado por este tipo de ponto de pauta na maioria do operariado mais afastado dos sindicatos. Nas palavras do presidente, a assembleia tinha por finalidade “a aprovação pela maioria sobre a proposta de aumento de salário. Pois se realmente queriam pleitear os 40% ou se aceitariam os 20% indistintamente, conforme tinha esclarecido na reunião anterior”. E já dando sua opinião, disse que “os 20% sem luta e com boa vontade dos patrões, seria preferível aos 40% com lutas e com atrapalhos [sic]”. A viabilidade de um aumento salarial de imediato – afinal, era uma proposta dos patrões e sua execução deveria ser rápida – pode ter gerado um clima de confiança entre os trabalhadores. Por outro lado, a opinião do presidente do sindicato também pode ter influenciado os presentes. Se o trabalhador envolvido mais diretamente nas lutas e nas questões operárias – como era de se esperar de um presidente – estava sugerindo a escolha dos 20%, os trabalhadores mais distantes do sindicato não iriam querer um enfrentamento e a possibilidade de estender ainda mais o tempo de espera do tão desejado aumento. O comunista Silvio Lira, defensor da proposta de lutar pelos 40%, afirmou durante a assembleia: “Usou-a [a palavra] o Sr. Silvo Lira, para interrogar ao Sr. presidente se os 20% era cousa certa, pois se assim fosse, não adiantaria lutar pelos 40%, ficando assim decidido por unanimidade a aceitar-se os 20% de aumento salarial”.⁴⁵⁹ Não teceu mais comentários nem questionou as palavras do presidente. Provavelmente, o clima era favorável em aceitar os 20%, por ser uma proposta patronal. Assim, a estratégia comunista foi de aceitar a decisão da maioria e não bater de frente, recuando estrategicamente no momento mais propício.

Também participou da Assembleia João Nunes de Melo, operário e representante do sindicato na Federação dos Trabalhadores. Quando o presidente passou-lhe a palavra,

(...) afim de que ele dissesse alguma coisa sobre uma reunião que havia tomado parte no Palácio do Trabalhador. Com a palavra o Sr. João Nunes de Melo, que em resumo disse que o assunto tratado na reunião ali realizada tinha sido em referência a um aumento de salário projetado pela Federação. Porém que este não vinha

⁴⁵⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 05 de julho de 1953.

perturbar a marcha daqueles que estamos em entendimento e deixaria para dar maiores detalhes quando houvesse outra reunião a respeito.⁴⁶⁰

Não informou, no entanto, o valor do aumento projetado pela Federação. Por outro lado, observamos a ligação existente entre os sindicatos e a representatividade real da Federação dentro da classe operária. A presença de operários de outras empresas em reuniões e assembleias também comprova a circularidade de ideias e das lutas entre os trabalhadores alagoanos. Por fim, uma outra possibilidade a juntar-se nesta discussão: esta diretoria estava em final de gestão e talvez pretendesse deixar resolvida a questão do aumento salarial.

Porém, esta questão não foi resolvida de maneira tão simples, como era de se esperar. No dia 16 de julho de 1953, o Sindicato de Fernão Velho discutiu os resultados sobre o aumento salarial, que não se deu como os operários imaginavam. De acordo com o presidente sindical, a negociação não foi conduzida como era esperado. O Delegado do Trabalho e os patrões modificaram a proposta aprovada em assembleia, de 20%. Nas palavras do presidente: “Conforme entendimento [entre o Delegado do Trabalho e os patrões], tinha ficado certo os 20%, não como tínhamos pensado, mas de um modo diferente”.⁴⁶¹ Nos 20% estariam englobadas todas as compensações desde 1952, prevalecendo também a assiduidade, não discutida nem proposta durante todo o processo. Desta forma, os empregadores manobram a proposta dada pelos próprios, desvirtuando a lógica real do aumento salarial. Obviamente, os operários reagiram.

O associado Mario Cavalcante perguntou por que os delegados do trabalho de Alagoas sempre afirmam que os operários deviam sempre aceitar o que os patrões quisessem dar, porque com pouco tempo os representantes do ministério do trabalho se cansariam de trabalhar pelos operários, pois achavam que deviam aceitar o que o patrão quisesse dar, até a chibata?⁴⁶²

Ao contrário do que levantamos anteriormente, os operários não eram completamente submissos as esferas jurídicas do Estado. Mesmo encontrando na Justiça do Trabalho um novo campo de batalha no qual atuar, os trabalhadores não aceitavam tudo de forma passiva.

Silvio Lira questionou “(...) se o aumento seria considerado salário ou simples abono, pois se considerado como abono era preciso que houvesse uma providência para ser incluído no salário, a fim de que os empregadores não lançassem a mão quando bem entendessem”.⁴⁶³ Tanto os operários presentes como o militante comunista sabiam das artimanhas patronais

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 16 de julho de 1953.

⁴⁶² Idem.

⁴⁶³ Idem.

neste tipo de pleito e a questão levantada por Lira, deveras pertinente, ficou em aberto (pelo menos não há mais detalhes na ata).

Por fim, não encontramos subsídios em outras fontes demonstrando algum tipo de reação mais intensa por parte dos trabalhadores, principalmente por tratar-se de uma luta envolvendo outros sindicatos, bem como a Federação. Também não podemos precisar a situação em outras fábricas, como se deu o aumento salarial. Podemos apenas sinalizar que em outras fábricas, como em Saúde, onde a repressão era a tônica geral, esta negociação não deve ter ocorrido sem menores problemas do que em Fernão Velho.

A única informação precisa que temos encontra-se justamente na ata do dia 27 de novembro de 1953 – uma defasagem de quatro meses –, em uma sessão solene por conta da inauguração das novas dependências do Sindicato de Fernão Velho. No evento, mostrando a força do sindicato e suas relações, foram convidados e compareceram figuras recorrentes na década de 1950 em Fernão Velho: o *novo* Delegado do Trabalho (Edson Falcão), um dos diretores da Fábrica Carmen (Alberto Brito Bezerra de Melo), o padre Cabral, pároco local, o representante da Federação dos Trabalhadores (Osvaldo Veloso), além de um representante da imprensa não especificada (Jorge Assunção) e o presidente do Sindicato dos Marítimos (José Maria de Albuquerque), comprovando a interação entre as categorias. Alguns deles utilizaram a palavra para tocar em alguns pontos referentes ao sindicato.

O primeiro a falar foi Edson Falcão. Bem rapidamente, o delegado tratou os deveres dos operários. “Adiantou também que durante sua permanência como Delegado do Trabalho no Estado de Alagoas, estaria para orientar a todo aquele que o procurasse sobre esclarecimentos trabalhistas”. Nestes quatro meses de defasagem separando as duas atas, o Delegado do Trabalho foi substituído. Falcão assumiu o cargo ainda no mandato de Arnon de Melo e permaneceu como delegado na gestão de Muniz Falcão. Figura emblemática e demagógica, sempre fora uma presença constante nas reuniões sindicais em Fernão Velho. Ao fim da reunião, declara: “o Sr. Delegado do Trabalho, antes de encerrar a reunião solicitou do Sr. Alberto, em memória das grandes obras de seu grandioso pai, que fosse dado o abono de Natal aos operários”.

Para continuar em um cargo tão importante durante dois governos completamente antagônicos, certamente Edson Falcão possuía boas relações com os operários. Na citação acima podemos observar como ele conseguia transitar entre os dois pólos industriais: elogiando um dos diretores da fábrica para solicitar um ganho extra para os trabalhadores.

Não consta na ata as palavras e declarações do Padre Cabral e de José Maria de Albuquerque, presidente do Sindicato dos Marítimos, apenas do representante da Federação

dos Trabalhadores: “Franca a palavra, falou o Sr. Osvaldo Veloso, sobre a vida sindical e como deveriam agir os associados nas ocasiões em que necessitassem de algum esclarecimento”.⁴⁶⁴ A interação entre os sindicatos e a presença da Federação nos mesmos era comum naqueles anos, como podemos comprovar em algumas passagens nas fontes consultadas. Não restam dúvidas quanto a presença de comunistas nestes órgãos, baseado principalmente nas notas publicadas em *A Voz do Povo* e na memória de ex-operários.

Ainda sobre o delegado Edson Falcão, na reunião de 02 de dezembro de 1953, encontramos outros indícios de sua forma de atuação. A reunião era para apresentar a prestação de contas do sindicato, onde também foi solicitado um pedido de fiscalização para com a higiene na fábrica, por conta de doenças, principalmente a tuberculose. Com a presença de algumas figuras como o deputado estadual Abraão Fidelis de Moura (PTB), o advogado Milton Ramires, assistente jurídico do sindicato, José Viana Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores do Estado de Alagoas e José Maria de Albuquerque, presidente do Sindicato dos Marítimos. Abraão Moura tinha ligações com os operários e sua presença deu-se por conta de Narciso Cesar da Silva, estudante e filho de um operário que teve os estudos custeados pelo sindicato. O deputado foi parabenizar Narciso pela conclusão de seus estudos.

No entanto, o que nos interessa é a declaração de Edson Falcão:

(...) o Sr. Delegado do Trabalho disse que notava um certo receio estampado nas faces dos presentes, porem queria que desaparecesse, por que o delegado que hoje se encontra em Alagoas, não era um delegado político ou econômico e nem tinha vindo com o único fim de beneficiar a si próprio, porem com o fim de *fazer cumprir as leis trabalhistas e assim criar deste modo a harmonia entre o capital e o trabalho*.⁴⁶⁵

Em primeiro lugar, o semblante receoso dos operários perante sua presença indica a tônica da ação do delegado anterior (ou dos anteriores). Os trabalhadores viam com desconfiança a presença de um funcionário estatal em seu espaço de discussão, fiscalizando as ações e palavras dos operários. Em segundo lugar, ao afirmar não pretender “beneficiar a si próprio”, indica o provável caráter paternalista e clientelista do cargo.⁴⁶⁶ Por fim, nos revela de forma direta as entranhas da Justiça do Trabalho no Brasil: mediar os embates entre o capital e o trabalho. No entanto, esta luta desigual é um dos pilares básicos do capitalismo, mostrando todo o alcance desta mesma justiça, pois não há meios de superar esta lógica através desta

⁴⁶⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 27 de novembro de 1953.

⁴⁶⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 02 de dezembro de 1953. Grifos nossos.

⁴⁶⁶ Durante uma greve em 1956, Edson Falcão foi acusado pelo então advogado do Sindicato de Fernão Velho de tentar se promover politicamente através de seu cargo.

harmonização. Assim, o objetivo da Justiça do Trabalho é justamente manter sob o controle do Estado estes embates, perpetuando o capitalismo através da mediação de seus conflitos mais básicos. A conciliação, medida primordial dos tribunais trabalhistas, compõe a essência deste ciclo.

Continuando nesta questão, saltamos para a reunião de 03 de março de 1956. Na verdade, tratou-se de uma assembleia extraordinária, em que o Delegado Regional do Trabalho Edson Falcão foi expor seu programa de trabalho. Arenito Pessoa Mello, identificado na ata como “Administrador do sindicato”, convidou Edson Falcão para compor a Mesa da Assembleia e expor seu programa de trabalho. Falcão ainda ouviu as reclamações e denúncias dos operários contra a fábrica, respondendo que iria fiscalizar e resolver as questões de forma harmoniosa. Em seguida, foi a vez do operário “José Gomes da Cunha, que falou como os operários deviam se portar no trabalho. O delegado do trabalho tomou nota das reclamações para uma posterior fiscalização”. Por fim, o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Alagoas, José Viana Filho “(...) falou sobre o novo salário mínimo a ser decretado neste ano”.⁴⁶⁷

Novamente Edson Falcão afirmou como solução para os conflitos a “harmonia” entre as partes. Apesar de ter dito inicialmente, ainda em 1953, estar prontificado a orientar os trabalhadores acerca das leis trabalhistas, em momento algum o delegado volta a tratar neste assunto, não fazendo referência sobre apurar os fatos e possíveis irregularidades para atuar dentro da mesma lei trabalhista, ficando apenas na mediação “harmoniosa”.

No início de novembro de 1955 ocorreram as eleições para o sindicato têxtil de Fernão Velho. Como vimos anteriormente, *A Voz do Povo* destacou a vitória de Abelardo Lins. De acordo com o periódico, as eleições aconteceram após uma segunda convocação, não sendo revelados os motivos disso. É bem provável existir um certo exagero nos números apresentados. Se cinco mil votos representa 81% de um total não especificado, é de se supor uma quantidade enorme de votos brancos e nulos, além das abstenções (principalmente por ser de apenas cento e trinta a quantidade de votos da chapa concorrente). Entretanto, isto não diminui em nada muito menos descaracteriza a vitória dos operários no comando de seu sindicato. Até porque não foi uma vitória fácil, nem mesmo após o pleito: “Com o pretexto do anticomunismo, os golpistas pretendem anular a eleição, impedindo a posse dos candidatos independentes”.⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 03 de março de 1956.

⁴⁶⁸ “Vitória da chapa de Fernão Velho”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/12/1955. Ano X, número 13, p. 2.

Apenas em 14 de abril de 1956 tomou posse a nova diretoria do Sindicato de Fernão Velho, ato acontecido no recreio operário. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Alagoas, José Viana Filho, falou a todos os presentes, solicitando aos trabalhadores a união com a nova diretoria. Na mesma ocasião, foi debatido o apoio dos trabalhadores ao então governador Muniz Falcão, com a proximidade do governo com a classe operária através de Edson Falcão, representante do governo. Encerrado a sessão solene, Edson Falcão declarou estarem abertas as portas da DRT, como também o Palácio do Governo a todos os operários de Fernão Velho e de Alagoas, não deixando de afirmar que em sua gestão iria cobrar o cumprimento das leis trabalhistas junto aos empregadores.

Demonstrando a aproximação com o atual governador, Osvaldo Veloso, agora delegado da Confederação dos Trabalhadores na Indústria, falou justamente acerca dos embates entre capital e trabalho. Ao finalizar, “(...) convidou todos os trabalhadores para a manifestação de apoio ao governo do estado, no dia seguinte, que também tinha o objetivo de, junto ao governador, apresentar as reivindicações da classe”.⁴⁶⁹

Discurso muito parecido com o do novo presidente do Sindicato de Fernão Velho, Abelardo Lins, que “(...) em breve palavras agradeceu a todos os companheiros de trabalho pela vitória alcançada (...), e afirmando que no desempenho de sua árdua tarefa esperava contar com o apoio do Sr. Delegado Regional do Trabalho” e também de Muniz Falcão, novo governador recém-eleito.⁴⁷⁰

A convocação dos trabalhadores para uma passeata em apoio ao governador revela a boa relação entre a classe operária e Muniz Falcão. Não por menos, os anos de seu governo foram o melhor período, tanto para os operários como para os comunistas, aliados de Muniz. Existia uma boa relação com o Estado neste período. A manutenção de Edson Falcão no cargo pode ser um indicativo de sua atuação enigmática próxima aos trabalhadores. Ainda de acordo com a ata, o ano de 1956 apresentou uma melhora na situação financeira do sindicato em relação aos anos anteriores (como em 1953, por exemplo).

Em 31 de maio de 1956, em reunião acerca do aumento da taxa da Caixa Beneficente (e apresentação da nova diretoria da mesma) – o novo valor aprovado foi de Cr\$ 2,00 cruzeiros –, observamos novamente a participação do comunista Silvio Lira, sempre com a “sua grande oração, nos disse que o sindicato tem grande responsabilidade com 1 médico para nossos associados e precisa do aumento de (2) cruzeiros para sustentar os operários que se

⁴⁶⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 14 de abril de 1956.

⁴⁷⁰ Idem.

acham em questão com a indústria”.⁴⁷¹ Lira demonstrava, através de sua experiência, a necessidade da Caixa Beneficente, mesmo diante de trabalhadores com salários tão baixos como os da indústria têxtil (“condizente” com a realidade dos outros operários alagoanos).

A importância do sindicato para com seus associados é revelada através da fala (reduzida) do comunista. Com salários baixos e condições precárias de higiene e saúde, muitas vezes os operários buscavam no sindicato ajuda médica, conforme demonstrado em outras atas não tratadas aqui.⁴⁷² Alguns vinham atrás de ajuda financeira. Sem falar no apoio jurídico dado pelo sindicato nas inúmeras causas trabalhistas, seja para defender um trabalhador ou lutar pelos seus direitos na justiça trabalhista. Silvio Lira (e outros operários), consciente da situação em Fernão Velho e conhecedor de seu sindicato, apoiava o aumento da contribuição a Caixa Beneficente, mesmo também conhecendo a situação de penúria vivida por seus companheiros.

O processo de mudança do advogado do Sindicato de Fernão Velho que se encerrará com a nomeação de Rubem Ângelo para o cargo – bacharel ligado ao PCB –, começa em 16 de maio de 1957, com o afastamento do então advogado Paulo Jucá. Na ata, não há nenhuma referência explicando o motivo da dispensa de Jucá do cargo.⁴⁷³ É apenas informado que ficaria a cargo do presidente a contratação de um novo advogado. Na reunião de 20 de maio já encontramos o advogado Albino Dantas participando da mesma, na qual adverte aos presentes sobre o Artigo 540 da CLT: perderá os direitos de associado aquele trabalhador que abandone a profissão.⁴⁷⁴ Não há mais detalhes explicitando o porquê desta fala. Na reunião seguinte, Dantas informa aos presentes sobre sua ida ao Palácio do Governo agendar uma visita do então governador Muniz Falcão ao sindicato.⁴⁷⁵ Em julho, Albino Dantas aconselhava os operários a conseguir testemunhas para vencer as querelas na Justiça do Trabalho, quando estes fossem lutar por seus direitos via judiciário.⁴⁷⁶ Temos aí um indicativo de uma provável frequência de trabalhadores na JCJ de Maceió – ou pelo menos um estímulo do representante jurídico do sindicato para tal finalidade.

⁴⁷¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 31 de maio de 1956.

⁴⁷² A título de exemplo: no ano seguinte, em 16 de maio de 1957, um dos assuntos abordados foi o auxílio da Caixa Beneficente aos filhos recém-nascidos dos operários.

⁴⁷³ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 16 de maio de 1957.

⁴⁷⁴ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 20 de maio de 1957.

⁴⁷⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 26 de maio de 1957.

⁴⁷⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 18 de julho de 1957.

No mês seguinte, o sindicato discutia acerca da solenidade para receber o governador Muniz Falcão em Fernão Velho. No entanto, a reunião tratou também de mais questões trabalhistas. Em sua fala, o presidente sindical solicitava aos associados presentes para se inscreverem em um curso sobre legislação trabalhista, dando ainda mais indícios sobre a importância do tema no meio operário. O presidente também comentou sobre o receio que muitos funcionários do escritório da fábrica tinham de testemunhar a favor de seus companheiros na JCJ. Em resposta, o associado Pitágoras Café disse que os trabalhadores do escritório não sabiam do tal curso e finalizou afirmando que estes mesmo trabalhadores não podiam testemunhar sobre fatos acontecidos no chão da fábrica por não estarem presentes na maioria das vezes.⁴⁷⁷

Voltando a questão do assessor jurídico do Sindicato de Fernão Velho, o tema só é tratado em ata novamente em 1960. A discussão principal daquele dia era sobre o início do movimento capitaneado pela Federação dos Sindicatos Têxteis de Alagoas a favor do aumento do salário mínimo. O operário João Inácio pede o afastamento de Paulo Jucá, então titular da pasta jurídica do sindicato. Como no caso anterior, não há maiores esclarecimentos sobre este ato. Outro operário, Jonas Francisco, apresenta como substituto o nome do dirigente comunista Jayme Miranda. Tal fato demonstra a influência (e presença) de Miranda e do PCB entre os operários de Fernão Velho. Sobre a sugestão de Jonas, a diretoria do sindicato responde o seguinte: “de acordo com o art. 526 das leis trabalhistas brasileira, os empregados do Sindicato serão nomeados pela diretoria *ad referendum* da assembleia geral”.⁴⁷⁸

Apenas no ano subsequente a questão jurídica é tratada mais uma vez. É quando encontramos uma luz sobre o pedido de afastamento de Paulo Jucá: colocaram-se em discussão as faltas do então advogado. Segundo o presidente, na próxima reunião Jucá estaria presente para ouvir os associados e também para, quem sabe, explicar suas faltas. O médico do sindicato pede a palavra, aconselhando aos presentes agirem de forma democrática, dando o direito de defesa a Jucá ou que se decida pela sua suspensão através do voto.⁴⁷⁹ Somente no mês seguinte temos o desfecho desta situação. Nesta reunião, não apenas grande parte dos operários, mas também algumas lideranças sindicais (tais como Joel Joaquim dos Santos, presidente da Federação dos Sindicatos de Alagoas; José Luiz, Delegado da Confederação

⁴⁷⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, agosto de 1957. [O dia exato está ilegível.]

⁴⁷⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 08 de junho de 1960.

⁴⁷⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 26 de fevereiro de 1961.

Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI/AL); Aurélio, presidente do Sindicato de Alexandria; Nilson Miranda, militante do PCB e presidente do Sindicato dos Radialistas; Antônio Vitorino, presidente do Sindicato do Açúcar; além de Nelson Ferreira, representante do Delegado do Trabalho) pediram a demissão de Paulo Jucá, justificada pelo descontentamento da base com o mesmo. O operário Luiz Januário sugere, então, Rubem Ângelo para substituir Jucá como advogado do Sindicato de Fernão Velho. O nome do mesmo foi aprovado por unanimidade, inclusive pelos sindicalistas visitantes, que muito elogiaram Ângelo (o mesmo já era advogado de vários outros sindicatos em Maceió).⁴⁸⁰

Contudo, a entrada de Rubem Ângelo no Sindicato de Fernão Velho ainda não estava consumada. Três meses depois, seu nome ainda não havia sido referendado e volta a discussão, em uma manobra bastante suspeita da direção sindical. O tema central da reunião era a apresentação da previsão orçamentária para o ano seguinte feita pelo contador do sindicato, mas a questão do novo advogado teve mais destaque (até porque a questão orçamentária seria aprovada em assembleia). José Idalício, então presidente, pretendia apresentar um nome para ocupar o cargo de advogado do sindicato, mas a presença de poucos associados naquela reunião o impedia de colocar o assunto em discussão. Insatisfeito com o fato, o operário Luiz Januário discursa brevemente contra a ação do presidente. Idalício defende-se, afirmando estar agindo de acordo com os estatutos do sindicato. Outro operário, João Bandeira, questiona Idalício sobre a possibilidade da base não aceitar e novo advogado e se ele, enquanto presidente, aceitaria o advogado escolhido pelos operários. José Idalício responde confirmando que acataria a decisão da base, caso tal fato ocorresse.⁴⁸¹ Observamos o presidente do Sindicato de Fernão Velho passar a impressão de estar um pouco receoso em aceitar o nome de Rubem Ângelo, advogado ligado aos comunistas, para o cargo. Como vimos, primeiro foi sugerido o nome de Jayme Miranda e em seguida, Rubem Ângelo foi aprovado com muito entusiasmo pela maioria dos operários presentes nas reuniões passadas. Ainda assim, a discussão sobre um novo advogado para o sindicato volta em outra reunião, e alguns operários mostraram-se contra a esta manobra do presidente.

O nome de Ângelo foi finalmente referendado no mês seguinte. Antes, José Idalício declara aos presentes a intenção de Paulo Jucá em processar o Sindicato de Fernão Velho. Para o presidente, era necessário agir com precaução a fim de evitar maiores prejuízos. Vários operários pedem a fala na Assembleia solicitando a diretoria o envio de documento a Rubem

⁴⁸⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 26 de março de 1961.

⁴⁸¹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 25 de junho de 1961.

Ângelo, convidando-o para assumir o cargo. Por ser o desejo da maioria presente, Idalício termina por acatar o pedido da base. “O presidente notando que outro advogado não seria aceito senão o Dr. Rubem Ângelo, declarou que estava de acordo com a assembleia e prometeu convidá-lo para ser o novo advogado da classe”.⁴⁸² Assim, temos a vitória democrática dos operários em cima das manobras da diretoria, referendando o nome de Rubem Ângelo como advogado do sindicato. Este fato aproximaria ainda mais os comunistas de Fernão Velho, aumentando a participação do PCB no dia a dia de um dos maiores sindicatos do estado.

Mas a questão ainda não foi encerrada. Quase quatro meses depois, Rubem Ângelo ainda era apenas advogado do sindicato na teoria. Em reunião, os operários forçam o presidente José Idalício a cumprir a decisão da maioria tirada em assembleia. O operário José Acioli exige a leitura da ata daquela assembleia, e o presidente promete a leitura da mesma para antes do fim da presente reunião. Mais dois operários, Luiz Januário e Antônio Mariano, exigem a mesma coisa e solicitavam que o convite feito a Rubem Ângelo fosse feito de fato. A ata da assembleia de julho finalmente é lida e o presidente da CNTI, José Luiz aconselha José Idalício a aceitar a decisão da assembleia, pois este assunto arrastava-se por meses. O presidente do Sindicato de Fernão Velho então concorda e marca uma nova reunião agora com a presença de Ângelo já como novo advogado, desde que o mesmo aceite o convite.⁴⁸³ Além do presidente da CNTI, também estavam presentes Joel Joaquim dos Santos (agora presidente da Federação dos Sindicatos), Aurélio Cavalcante (presidente do Sindicato da Fábrica Alexandria), José Geraldo (presidente do Sindicato de São Miguel) e Francisco Claudiomiro (presidente do Sindicato da Construção Civil). Observamos o entrave criado pela direção sindical com esta questão, levando a uma longa disputa entre direção e parte do operariado favorável ao nome de Ângelo (havia também, por exemplo, suspeitas em relação às finanças do sindicato). Os entraves entre diretoria e base desgastaram a primeira diante da segunda.

Entretanto, este imbróglio em relação ao novo advogado do sindicato chega ao fim apenas no ano seguinte, quando Rubem Ângelo apresenta-se para o cargo, já com uma nova diretoria empossada.⁴⁸⁴ A palavra é passada para Ângelo e o mesmo afirma saber a muito

⁴⁸² SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 30 de julho de 1961.

⁴⁸³ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 05 de novembro de 1961.

⁴⁸⁴ A nova diretoria do Sindicato de Fernão Velho fez oposição a anterior e assumiu em abril de 1962 (a data da ata é de 21 de abril e as eleições ocorreram no dia 08 do mesmo mês). A sessão de posse foi presidida pelo então governador Luiz Cavalcante, demonstrando mais uma vez a importância e força do sindicato em Alagoas.

tempo da vontade dos associados de tê-lo como representante jurídico do sindicato. Ainda de acordo com o advogado, o momento era de alegria para os dois lados: os operários, por terem sua vontade finalmente acatada e do próprio Ângelo, honrado em ser o escolhido. Após isto, o advogado “leu um relatório das causas necessárias de ter um advogado sempre junto ao sindicato, que para isso passaria a vir uma vez por semana ou quantas necessitassem os associados, para esclarecimento, causas trabalhistas e outras”.⁴⁸⁵

Após relatarmos acerca da mudança do advogado do Sindicato de Fernão Velho, voltemos a outros temas tratados nas atas. Em abril de 1958, em sessão presidida pelo vice-governador Sizenando Nabuco e com a presença do Delegado do Trabalho, Edson Falcão, toma posse a nova diretoria do sindicato, tendo como presidente reeleito Abelardo Lins e José Idalício da Costa como secretário. Os comunistas fizeram campanha para a reeleição de Lins. O jornal *A Voz do Povo* anunciava a data da eleição e convocava os operários a votarem em Abelardo Lins, exaltando o fato de ter mantido “o sindicato independente do tacão da empresa, que por sua vez, se não pode realizar o seu programa de trabalho, pelo menos tem um mérito: termina seu mandato sem ser instrumento da empresa contra os operários”.⁴⁸⁶

Na outra edição do periódico, lançada no dia da eleição, encontramos uma matéria ainda sobre o pleito sindical. Nela, a redação de *A Voz do Povo* informa ter recebido uma carta de um dos candidatos a presidente do Sindicato de Fernão Velho, Pitágoras Café, figura recorrente nas atas. De acordo com o texto, a carta de Pitágoras versa sobre vários problemas enfrentados pelos operários em Fernão Velho e que também estão em seu programa eleitoral. “Se os operários não conhecessem o Sr. Pitágoras, possivelmente acreditariam em suas palavras. Mas a sua atuação como secretário do sindicato na gestão do Sr. Carlos Araújo pertence a um passado não muito distante”. O texto segue afirmando que Pitágoras não fez nada enquanto esteve na direção do sindicato e sua carta tem um caráter demagógico, típico de véspera de eleição. Para os comunistas, votar em Pitágoras seria dar um passo para trás e “Ao invés de fazer experiência com outros, preferem os operários reeleger o Sr. Abelardo Cavalcanti Lins”, repetindo os mesmos argumentos da edição passada: se Lins não conseguiu cumprir suas metas, pelo menos manteve o sindicato independente.⁴⁸⁷

Estavam presentes os presidentes da Federação dos Trabalhadores na Indústria e do Sindicato do Açúcar e do Alcool, convocando para a luta os operários e a nova diretoria. O Delegado do Trabalho, José de Barros Sarmiento, também se fez presente, prometendo cooperar com a nova diretoria.

⁴⁸⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 06 de maio de 1962.

⁴⁸⁶ “Será reeleito Abelardo Cavalcanti”. *A Voz do Povo*. Maceió: 16/03/1958. Ano XII, número 11, p. 4.

⁴⁸⁷ “O pleito de hoje em F. Velho”. *A Voz do Povo*. Maceió: 23/03/1958. Ano XII, número 12, pp. 1-4.

A vitória de Abelardo Lins foi muito comemorada em *A Voz do Povo*, depois da intensa campanha feita pelo jornal “em recomendar a reeleição de Abelardo como candidato independente da empresa, e os operários souberam cumprir à altura esta recomendação, dando a Abelardo uma eleição esmagadora sobre seus competidores”. Ainda de acordo com a matéria, a vitória foi esmagadora: os votos de todos os outros quatro candidatos somados (393) não chegam perto da quantidade de votos obtidos por Abelardo Lins: 496. “Ao Abelardo Cavalcanti os votos de felicitações de *A Voz do Povo* e a confiança de que saberá manter o sindicato independente e a altura dos interesses e as ações dos seus associados”.⁴⁸⁸

Na posse da nova diretoria, o vice-governador Sizenando Nabuco falou da satisfação em ter sido convidado para a solenidade e o presidente Abelardo Lins prometeu aos operários presentes “continuar na sua incansável luta em defesa dos direitos dos trabalhadores”.⁴⁸⁹ Um ano depois, Lins foi afastado da presidência por graves denúncias de desvio de dinheiro do sindicato – é quando assume José Idalício, o presidente do sindicato quando se desenrola a questão do novo advogado sindical.

No começo de julho de 1959 começam as investigações acerca da denúncia contra o presidente Abelardo Lins, sendo informado aos associados sobre o fato e as discussões para apurar as irregularidades. Esta sessão contou com a presença em massa dos operários de Fernão Velho, além de Osvaldo Veloso (segundo secretário da CNTI/AL), José Luis Ferreira dos Santos (Delegado da CNTI em Alagoas) e Aurélio Cavalcante Vieira (presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Maceió). O presidente do sindicato na ocasião, diante do afastamento de Lins, era Antônio Domingos dos Santos. O mesmo afirmou “ter convocado o senhor Abelardo Cavalcante Lins, em gozo de licença, para estar presente a esta reunião”, com o objetivo de se “prestar esclarecimento a respeito de um documento firmado” por Lins “referente a um empréstimo de 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Largo”. Abelardo Lins não compareceu a reunião. O tal documento dizia o seguinte:

Declaro para os fins devidos, que recebi nesta data do senhor Pedro Farias da Silva, em nome do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Rio Largo, a importância de Cr\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) referente a quantia que lhe emprestei também em nome do mesmo sindicato, inclusive taxa de 2% de juros ao mês por ocasião da compra de uma caminhonete marca Chevrolet que o mesmo Senhor comprou para aquela entidade.

⁴⁸⁸ “Reeleito Abelardo Cavalcanti”. *A Voz do Povo*. Maceió: 30/03/1958. Ano XII, número 13, p. 1.

⁴⁸⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 28 de abril de 1958.

Fernão Velho, 03 de fevereiro de 1959.⁴⁹⁰

Após a leitura em reunião, o presidente em exercício entregou o “recibo” a uma comissão de associados escolhida pelos próprios operários. A comissão era formada por Antônio Mariano da Rosa, Pitágoras Bertolino Café, Antônio Cavalcante de Cerqueira, José Conrado Alves, Vivaldo Barbosa Brasil, José Lisboa de Menezes e João Augusto dos Santos e estes sugeriram aos presentes o afastamento temporário de Abelardo Lins e que o documento e a ata fossem enviados ao Secretario de Segurança Pública para averiguação e abertura de inquérito policial.⁴⁹¹

A situação de Abelardo Lins só piorava: “também ficou deliberado que fosse apurada a responsabilidade do mesmo a respeito da venda de uma ambulância do sindicato”. Outras denúncias iam surgindo ao longo da reunião. Por exemplo, “vários associados denunciaram irregularidades praticadas na administração do Sr. Abelardo C. Lins”, sendo nomeada pelos operários “uma comissão de sindicância para fiscalizar e fazer um levantamento na documentação do movimento financeiro do Sindicato”. Um das responsabilidades desta comissão recém eleita foi a convocação do tesoureiro ou de qualquer outro membro da diretoria para esclarecer todas as denúncias contra Abelardo Lins. Inclusive uma cópia da ata seria enviada ao Delegado Regional do Trabalho. Por fim, “foi apresentada uma moção de confiança ao Sr. Antônio Domingos dos Santos, presidente em exercício do Sindicato”, devendo o mesmo “permanecer à frente do Sindicato até que fique apurado as denúncias contra Abelardo”.⁴⁹²

Tudo isto vai desaguar em uma Assembleia Geral extraordinária para decidir o futuro de Abelardo Lins a frente do Sindicato de Fernão Velho: seria votado se Lins deveria ser afastado do cargo até o termino do inquérito instaurado contra o mesmo. E nesta assembleia dos operários da Fábrica Carmen, vemos a presença de duas importantes figuras comunistas. Antônio Domingos dos Santos, presidente em exercício, convidou para fazer parte da Mesa Coronel Henrique Oest, Secretário do Interior e Segurança Pública e membro do PCB; José Gomes da Cunha, representante do Delegado Regional do Trabalho; o vereador comunista Renalvo Cerqueira; Osvaldo Veloso Rosas, secretário da CNTI; além dos membros da diretoria do sindicato: José Luiz Ferreira, José Idalício da Costa (secretário) e Ulisses Gomes da Silva (tesoureiro). Após a leitura do edital de convocação da assembleia e aprovação da ata da reunião anterior, o presidente em exercício explicou as razões da assembleia e passou a

⁴⁹⁰ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 02 de julho de 1959.

⁴⁹¹ Idem.

⁴⁹² Idem.

palavra. O primeiro a falar foi José Gomes da Cunha, representante da DRT. E já foi logo tumultuando a reunião, afirmando não ser legal a assembleia, “por não ter sido convocada pelo (...) presidente do Sindicato.” Presidindo os trabalhos, Osvaldo Rosas respondeu ao representante da DRT, esclarecendo o porquê do equívoco das palavras de José Gomes, “em face do Sr. Abelardo Cavalcante Lins ter passado o exercício da presidência do Sindicato ao senhor Antônio Domingos dos Santos, em virtude de viagem marcada para o Rio de Janeiro”.⁴⁹³ O intuito de tal viagem, feita junto com o secretário do sindicato, era para representarem os têxteis no Distrito Federal.

Para encerrar a questão, a Mesa questionou aos operários componentes da diretoria se Abelardo Lins havia ou não passado à presidência para Antônio Domingos, sendo a resposta positiva.⁴⁹⁴ Em tom de provocação, algum membro não especificado da Mesa questionou José Gomes “se a convocação era ilegal como afirmava, por que o mesmo tinha comparecido? Bastante exaltado e procurando tumultuar os trabalhos da reunião, o representante da Delegacia Regional do Trabalho declarou não concordar com a mesma” e retirou-se após pedir licença aos presentes. Logo em seguida a Assembleia continuou sem maiores intervenções. “A Mesa colocou o problema para os associados responderem”, perguntando aos presentes se queriam que Abelardo Lins voltasse à presidência ou se deveria “ficar temporariamente afastado, até suas responsabilidades, em torno do documento mencionado e da venda da ambulância (...) sem autorização (...) fique devidamente esclarecida”. Aberta a votação, os operários presentes decidiram por unanimidade deliberar o afastamento de Abelardo Lins da presidência até a conclusão do inquérito. A ata da assembleia foi lavrada e aprovada sob regime de votação.⁴⁹⁵

Esta assembleia nos mostra, antes de mais nada, a força do operariado têxtil de Fernão Velho diante da tentativa fracassada do representante da DRT de Alagoas, procurando desmerecer um espaço legítimo de deliberação dos trabalhadores. Os operários mostraram não serem subservientes ao Estado. Ao mesmo tempo, a presença de um Secretário de Estado na assembleia mostra a aproximação dos trabalhadores com a gestão de Muniz Falcão e com o PCB; afinal, o Coronel Oest além de pertencer ao governo, era assumidamente comunista e a presença do vereador de Maceió, o militante do PCB Renalvo Siqueira, também convocado para compor a Mesa, demonstra a aproximação do partido com os operários de Fernão Velho.

⁴⁹³ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 10 de julho de 1959.

⁴⁹⁴ Inclusive, esta não era a primeira vez que isto acontecia. A presidência já havia sido passada para Antônio Domingos outras vezes na ausência de Abelardo Lins.

⁴⁹⁵ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 10 de julho de 1959.

Outro ponto de destaque é a presença em massa dos trabalhadores, lotando as dependências da sede social do sindicato e adjacências. Eram os operários interessados e participando ativamente para garantir a hombridade de seu sindicato.

Quanto à questão envolvendo o ex-presidente Abelardo Lins, nas atas arquivadas não há qualquer informação sobre o desfecho de sua situação. Na última ata existente referente ao ano de 1959, a reunião versava sobre o fato de a Caixa Beneficente do sindicato encontrar-se no vermelho, e foi autorizado que o próprio sindicato viabilizasse, através de suas finanças, um empréstimo no valor de Cr\$ 200,00 para suprir a carência financeira da entidade. Ainda nesta reunião, o fiscal responsável pela Caixa, José Lisboa, relatou não ter exercido sua função corretamente por conta do ex-presidente Abelardo Lins, que não autorizava a fiscalização da mesma.⁴⁹⁶

Em abril de 1960 uma outra sessão foi aberta pelo então Secretário do Interior Justiça e Segurança Pública do Estado, o Coronel Henrique Oest, falando o nome dos novos membros da diretoria e pediu aplausos para os mesmos. “Em seguida o ilustre Coronel deu posse a nova diretoria”. Oest passa a palavra para o novo presidente e José Idalício começa agradecendo aos associados a confiança, o apoio e os votos. Também se encontrava presentes o gerente da Fábrica Carmen, Alberto Brito Bezerra de Mello, que falou muito rapidamente, o pároco de Fernão Velho, padre Salomão, com um “brilhante discurso” homenageando a diretoria recém empossada, além de Joel Joaquim dos Santos (presidente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de Alagoas) e Mario Peixoto, representando a DRT. Em seu discurso, o vereador comunista Renalvo Cerqueira comentou sobre a situação de precariedade vivida pelos trabalhadores brasileiros e parabenizou a nova diretoria, oferecendo “os seus serviços como vereador a todos os associados”. Outro comunista convidado foi o “jornalista Jayme Miranda, que fez um relato sobre a situação difícil que vem atravessando o Brasil perante a desvalorização da nossa moeda no estrangeiro”. A sessão foi encerrada pelo Coronel Oest elogiando “os componentes da nova diretoria” e oferecendo “seu apoio nas reivindicações dos trabalhadores da indústria de Fernão Velho”.⁴⁹⁷

Apenas através das atas, observamos a presença do PCB em um dos maiores sindicatos de Alagoas. Algumas vezes como convidados ilustres, em outras ocasiões sendo lembrados pelos operários para ocupar cargos importantes dentro do sindicato, em vários

⁴⁹⁶ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 13 de setembro de 1959. No jornal *A Voz do Povo* também não há qualquer informação sobre o destino de Abelardo Lins. Do ano de 1959, só existem quatro edições arquivadas e nenhuma delas faz qualquer referência ao assunto. E não existe nenhuma edição do periódico relativo ao ano de 1960.

⁴⁹⁷ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 21 de abril de 1960.

momentos atuando dentro do espaço através de um experiente militante. Seja como for, os comunistas estavam atuando também no espaço sindical, ocupando um dos palcos principais de luta dos trabalhadores de Fernão Velho e batalhando com os operários por dias melhores...

3.4 A Voz do Povo: Operários nas páginas do jornal comunista

Pouquíssimos órgãos de imprensa em Alagoas deram a devida atenção aos operários e suas causas como o jornal do PCB alagoano, *A Voz do Povo*. E não podia ser diferente. Na “Introdução” deste trabalho tratamos rapidamente sobre o periódico comunista. A partir de agora vamos analisar as matérias e reportagens protagonizadas pelos operários.⁴⁹⁸

Em 1951, o jornal comunista informava sobre o I Congresso Sindical dos Trabalhadores de Alagoas, com o objetivo “de conquistar melhores salários, liberdade e paz”. Compareceram operários de todos os segmentos: têxteis, portuários, da indústria do açúcar, além de padeiros, alfaiates, sapateiros, comerciários e os trabalhadores da construção civil. Os preparativos para o I Congresso Sindical começaram com a escolha da comissão organizadora feita na I Conferência Sindical Estadual, formada pelos próprios trabalhadores das mais variadas áreas e empresas. Foram organizados comícios relâmpagos para mostrar aos operários a importância do evento, realizados na Fábrica Alexandria, em Fernão Velho e na cidade de Rio Largo.⁴⁹⁹

Alguns deles já sentiram de perto as “mudanças” prometidas pelo governador Arnon de Mello – recém empossado – e sua campanha pela paz. No comício de Fernão Velho, enquanto falavam da “importância da luta pela PAZ, os membros da comissão foram atacados pela polícia que prenderam e espancaram os caravaneiros, ferindo à faca ainda o jovem bancário Jayme Miranda”. Mesmo com a repressão estatal e patronal, os operários da Fábrica Carmen não ficaram intimidados e “enviaram uma delegação de 10 operários, inclusive menores”. Com a impossibilidade de utilizar o Palácio do Trabalhador, no Centro de Maceió, “os delegados reuniram-se na Praça Emílio de Maia”. Estima-se que cerca de duzentas pessoas acompanhavam em pé o evento na praça, aclamando os debates e oradores. Os operários de cada categoria iam expondo seus problemas e misérias, demonstrando ainda mais

⁴⁹⁸ Como foi sinalizado na “Introdução”, existem disponível apenas as edições referentes aos anos entre 1954 e 1964 – e ainda assim, não são coleções completas cobrindo tais anos. Fora isto, existe uma única edição de 1951, encontrada em um dos processos trabalhistas analisados no tópico 3.2 (“Operários comunistas na Justiça do Trabalho”).

⁴⁹⁹ “Instalado em praça pública o I Congresso Sindical de Alagoas”. *A Voz do Povo*. Maceió: 18/02/1951. Ano VI, número 03, p. 1.

a importância do Congresso em sua luta por melhores salários e condição de vida para a classe trabalhadora. Por fim, é fundada a União Geral dos Trabalhadores de Alagoas (UGTA) “que deverá ser prestigiada e consolidada por todos os trabalhadores das fábricas, das usinas e das empresas”. A matéria segue afirmando ser necessário a organização imediata das “comissões de reivindicações que lutarão pelo aumento de salários, contra a assiduidade, contra as multas, por salário igual para igual trabalho para jovens e mulheres”.⁵⁰⁰

Por fim, o periódico comunista publica em sua última página doze resoluções aprovadas no I Congresso Sindical dos Trabalhadores de Alagoas, todas em sintonia com as lutas ocorridas no país: 1) Aumento geral do salário de acordo com o custo de vida e salário familiar; 2) Salário igual para igual trabalho; 3) Abolição da assiduidade de 100%; 4) Aposentadorias e pensões (“que satisfaçam às necessidades dos trabalhadores e suas famílias”); 5) Extensão da assistência social aos assalariados agrícolas; 6) Imposto sindical (contra o pagamento deste imposto); 7) Liberdade e autonomia sindicais; 8) Luta pelas liberdades e garantias democráticas; 9) Reconhecimento da CTB (Confederação dos Trabalhadores do Brasil); 10) Organização dos trabalhadores por setores profissionais; 11) Organização dos trabalhadores numa central sindical livre; 12) Defesa da paz.⁵⁰¹

Nesta mesma edição, temos o relato completo do fato violento acontecido em Fernão Velho durante a visita da comissão organizadora do evento. Osvaldo Nogueira, Carlindo Marques e os comunistas Renalvo Siqueira e Jayme Miranda foram até a fábrica falar aos operários sobre o Congresso: “Com entusiasmo e carinho foram recebidos pelos operários que apoiavam com calor e ouviam atentamente as suas palavras”. No dia seguinte ao ocorrido, alguns operários têxteis foram até a residência de Jayme Miranda saber notícias do comunista ferido por uma faca durante o incidente, “numa demonstração de carinhosa solidariedade aos que sabem lutar com destemor e sinceridade pela causa do povo e da classe operária”.⁵⁰²

De 1951 pulamos para a edição de novembro de 1954, na qual o jornal faz um breve panorama da cidade do Pilar. Na matéria, escrita por um correspondente anônimo,⁵⁰³ é dito que Pilar (cidade próxima da capital Maceió) possui cerca de seis mil habitantes, sendo setecentos o número de operários fabris. O primeiro dos problemas era com a distribuição da água no município – mesmo sendo considerado insuficiente, teve seu valor reajustado. De acordo com a nota, após protestos da população, a taxa foi reduzida ao seu antigo valor. A

⁵⁰⁰ “Instalado etc. (Conclusão da 1ª página)”. A Voz do Povo. Maceió: 18/02/1951. Ano VI, número 03, p. 2.

⁵⁰¹ “Resoluções do Congresso Sindical de Alagoas”. A Voz do Povo. Maceió: 18/02/1951. Ano VI, número 03, p. 4.

⁵⁰² “Ação de massa dos operários de Fernão Velho em defesa da paz”. A Voz do Povo. Maceió: 18/02/1951. Ano VI, número 03, pp. 1-2. Infelizmente a página está bastante ilegível, dificultando a leitura de todo o texto.

⁵⁰³ Provavelmente trata-se de José Sá, comunista citado no capítulo anterior.

iluminação também estava problemática na cidade e o nosso interlocutor afirma que tanto a empresa responsável pela iluminação quanto pela distribuição de água são privadas. A alimentação é outro problema grave. Pilar é uma cidade banhada pela Lagoa Manguaba, uma das maiores do estado. Ainda assim, o peixe pescado na cidade era enviado para Maceió e Rio Largo, não sendo explicado o motivo deste fato. O preço do charque – “a carne dos pobres” – também aumentou consideravelmente. Demonstrando um panorama geral da vida do pilarense, o interlocutor comunista afirma que o custo de vida na cidade cresceu bastante. “Aqui pouca gente vive de salário a não ser os têxteis e a situação tende a se agravar. O gerente da fábrica já disse que não completa mais o salário dos que trabalham por produção e já está repercutindo entre os operários”. A matéria é finalizada com uma informação relevante: a cidade do Pilar, assim como o estado de Alagoas na época, era governada por um udenista, cabendo “ao povo organizar-se para unidos resolver seus problemas”.⁵⁰⁴

Esta edição em questão é um número especial do jornal. Veio em anexo um suplemento com um longo texto de Luis Carlos Prestes (“Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum”). Interessa-nos uma matéria na segunda página do suplemento. O repórter de *A Voz do Povo* vai até a Fábrica Alexandria, indústria têxtil localizada em Maceió, e lá os operários informam sobre a situação de penúria. O salário mantinha-se o mesmo, mas as taxas e descontos foram aumentados. Uma operária relata sobre a questão médica no local. Segundo a tecelã, um médico vai à fábrica diariamente, atendendo 30 trabalhadores em duas horas de expediente. “Não dá tempo pra coisa nenhuma. Ele pergunta o que a gente está sentindo e vai logo escrevendo a receita e sempre diz que não temos nada, é impressão”. Outras operárias aproveitam a visita do repórter para protestarem contra a carestia:

Diga também que o único jeito para não morrermos à míngua é nos unirmos e organizadas em comissões por aumento de salário e contra a carestia, dentro da fábrica, no sindicato e nas ruas onde moramos, resistirmos e lutarmos todos contra este regime de exploração e miséria até conseguirmos dias melhores para os operários que criam tudo e nada tem.⁵⁰⁵

Um leitor denuncia um espancamento sofrido por um operário de uma das fábricas têxteis de Rio Largo. A violência deu-se contra Luiz Torquato que apanhou “barbaramente” de José Torres e mais cinco outros capangas da fábrica (não são especificados seus cargos). O fato aconteceu fora dos limites fabris e segundo o leitor, Torquato “encontrava-se

⁵⁰⁴ “Pilar cidade abandonada”. *A Voz do Povo*. Maceió: 07/11/1954. Ano VIII, número 03, p. 2.

⁵⁰⁵ “Clamor na Alexandria”. *A Voz do Povo*. Maceió: 07/11/1954. Ano VIII, número 03, suplemento p. 2.

embriagado”. Podemos supor apenas ter tudo se passado em um bar e a briga ter ocorrido por motivos antigos, como desavenças existentes no espaço fabril. O leitor finaliza fazendo alusões a violência praticada contra os trabalhadores e os comunistas pelo então governador Arnon de Melo, que norteou sua campanha eleitoral pelo discurso da paz. As palavras do leitor deixam a entender também que o referido capanga era um conhecido homem violento: “Arnon dissera num comício que [se] Zé Torres espancasse um operário ele mandava a polícia quebrá-lo de pau. [...] Mas Arnon nunca pensou em espancar Zé Torres porque ele também é um espancador de operários como está comprovado nos seus anos de governo”.⁵⁰⁶

Nesta mesma edição, a reportagem do jornal foi até a Fábrica Alexandria informar-se sobre o pagamento do abono de natal. Após conversar com algumas operárias o periódico noticiou o início de uma movimentação entre os trabalhadores para ir até o seu sindicato e convocar uma assembleia geral para discutir o tema. Ainda de acordo com o texto, algumas operárias já falavam em formar comissões e redigirem abaixo-assinados em prol não só do abono, mas também pelo aumento do salário pago até então, principalmente pelos valores pagos aos menores de idade. “Enquanto a empresa ganha milhões, paga aos jovens operários um salário de fome de Cr\$145,00 semanais”. Mostram-se também atualizadas: “Salário inferior ao salário mínimo, o que representa uma exploração impiedosa [sic] a esses operários, pois fazem o mesmo trabalho dos adultos, mas recebem um salário inferior”.⁵⁰⁷

O ano de 1956 vinha com uma promessa de aumento do salário mínimo. Em Fernão Velho, por exemplo, havia uma ansiedade justificada pela implantação do novo mínimo. No dia 03 de março de 1956, em uma assembleia extraordinária realizada na sede social do sindicato, José Viana Filho, então Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alagoas, discorria sobre o novo salário mínimo a ser decretado ainda naquele ano.⁵⁰⁸ Os valores do novo salário mínimo haviam sido homologados pelo então presidente Juscelino Kubitschek e *A Voz do Povo* apresentava a vitória parcial dos trabalhadores brasileiros com o aumento do salário mínimo. Entretanto, em apenas oito estados o aumento foi realmente significativo, ficando outras regiões do país com um salário aquém do esperado. O jornal ressaltou a importância da luta dos trabalhadores nestes oito estados – incluindo Alagoas – para o novo valor do salário mínimo. O mínimo desejado era de Cr\$ 2.500 cruzeiros, sendo estabelecido Cr\$ 2.200,00 para a capital e Cr\$ 2.000,00 para o interior. “Sem os protestos não teria sido possível à decisão da Comissão”. A matéria seguia, incentivando todos à luta, para

⁵⁰⁶ “Escreve o leitor”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/12/1955. Ano X, número 13, p. 4.

⁵⁰⁷ “Abono de Natal”. *A Voz do Povo*. Maceió: 11/12/1955. Ano X, número 13, p. 4.

⁵⁰⁸ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. Livro de Atas, 03 de março de 1956.

que o aumento chegasse também para aqueles que não foram contemplados e para garantir cumprimento dos pagamentos dos novos valores pelos patrões.⁵⁰⁹

Na edição seguinte encontramos um texto mostrando uma argumentação recorrente entre as classes dominantes: o aumento do salário mínimo é o que causa o aumento dos gêneros de primeira necessidade. Uma tentativa de ludibriar os trabalhadores em sua luta em favor de melhores salários. O periódico comunista demonstra que os trabalhadores não aceitavam mais esse tipo de argumentação, sendo a luta igualmente pelo congelamento dos preços, caso contrário o novo salário perderia seu “valor”, reduzindo ainda mais o seu poder de compra. No final do texto, o jornal incita todos à luta: “É possível e necessário barrar a especulação dos intermediários e gananciosos. Nessa luta, os sindicatos, juntamente com todo o povo, têm um papel importante a desempenhar”.⁵¹⁰ Esta chamada demonstra o PCB alagoano em harmonia com muitas atitudes de outros militantes comunistas pelo país, buscando lutar em conjunto com os sindicatos, não atuando distante dos trabalhadores.

Conforme assinalamos, uma das fábricas têxteis mais repressoras de Alagoas era a localizada no distrito maceioense de Saúde. Em uma pequena nota publicada nesta mesma edição, *A Voz do Povo* revela o aumento exorbitante da carga de trabalho dos operários de Saúde: “A jornada de trabalho normal naquela empresa era das 6 às 15 horas. Mas como o trabalho extraordinário é um grande negócio para os patrões, mudou-se o horário de trabalho, ficando das 6 às 17hs”. Em seguida, arremata: “O trabalho vai agora, das 6 às 21 horas”. Como se não bastasse a exploração patronal, o sindicato era omissos, não dando “sequer sinal de vida. O seu presidente, sr. José Reis, que é também delegado de polícia, prefere silenciar diante da exploração desenfreada a que estão condenados os trabalhadores de SAÚDE”. Apesar deste empecilho, a nota encerra de forma otimista, convocando os trabalhadores para se unirem e lutar: “Os operários, no entanto, podem sair dessa situação, debatendo nas assembleias do Sindicato os rumos que deverão seguir”.⁵¹¹

A peculiaridade de ter o sindicato da categoria um delegado de polícia como presidente, nos indica algumas pistas do clima existente em Saúde. Apesar de não ser relativamente distante da capital, o transporte para a região era escasso: existia apenas um ônibus, que partia pela manhã e voltava à tarde, e constantemente encontrava-se quebrado. A dificuldade de acesso é um dos principais motivos de existir poucas notas sobre a localidade

⁵⁰⁹ “Vitória dos operários – 2.200 cruzeiros para Alagoas”. *A Voz do Povo*. Maceió: 22/07/1956. Ano XI, número 18, pp. 1 e 4.

⁵¹⁰ “Não permitir que o salário-mínimo seja liquidado”. *A Voz do Povo*. Maceió: 29/07/1956. Ano XI, número 20, p. 1.

⁵¹¹ “Exploração na Fábrica ‘SAÚDE’”. *A Voz do Povo*. Maceió: 29/07/1956. Ano XI, número 20, p. 2.

no periódico comunista e também em outras fontes, como processos trabalhistas. A forte repressão é o outro fator de peso, reforçada pelo isolamento da fábrica. Saúde sempre foi apresentada como a fábrica mais violenta e repressora de Alagoas.

A luta para garantir o valor do salário mínimo seguia em frente. Denúncias de abusos de preço e aumento extorsivos tomavam conta da primeira página de *A Voz do Povo*. “Uma conquista que exigiu tantas lutas e sacrifícios está ameaçada de ser liquidada diante da tremenda especulação que se vem fazendo a sua sombra”. Os comunistas denunciavam as manobras das elites para garantir a miséria dos trabalhadores alagoanos mesmo após esta vitória salarial. “Mal entrou em vigor o novo salário mínimo e já a especulação chegou as raias do cinismo e da mais vergonhosa desfaçatez”. Assim como indicamos no primeiro capítulo, um dos maiores problemas atuais de Alagoas continuava em alta em 1956: o aumento das passagens de ônibus. Havia uma grande boataria acerca de um aumento naquele período e o PCB, mesmo reconhecendo a dificuldade por qual passava algumas empresas, também sabia “que todas elas, sem exceção, têm lucros fabulosos, não se justificando que pelo simples fato de terem que pagar o novo salário apelem para a majoração das passagens”. Os argumentos são bem atuais, diga-se de passagem. “Todos os pretextos de que se utilizam os proprietários de empresa carecem de sentido. Em Recife, Salvador e outras capitais, por percurso maior, paga-se Cr\$ 2,00”. E a luta de 1956 também é atual: “Em vez do aumento pleiteado o que se exige é a melhoria dos transportes e o aumento do número de carros”. A nota conclui chamando todos a luta:

Os sindicatos, no entanto, têm grande responsabilidade nessa questão. Trata-se concretamente de impedir os aumentos, principalmente, este dos ônibus. Se foram capazes de conseguir Cr\$ 2.200,00 [de salário mínimo] para Alagoas, muito maior força terão para impedir que anulem essa conquista. A luta, entretanto, exige organização e a participação da massa trabalhadora. Aqui, ao contrário do que aconteceu no Rio, os trabalhadores podem e devem tomar a frente da luta mobilizando em torno dela os estudantes e todo o povo. E mais uma vitória será certa.⁵¹²

Em um sábado de agosto houve um greve em Fernão Velho por conta do não pagamento do novo salário mínimo pela Fábrica Carmen. A greve durou apenas a tarde daquele dia com a chegada do Delegado do Trabalho, prometendo resolver o assunto para os operários. No domingo posterior à greve, dia 12 de agosto de 1956, *A Voz do Povo* noticiava sobre uma assembleia dos trabalhadores alagoanos no Palácio do Trabalhador, em Maceió,

⁵¹² “Aumento escandaloso”. *A Voz do Povo*. Maceió: 05/08/1956. Ano XI, número 21, p. 1. Ainda na primeira página a uma matéria intitulada “Barremos o aumento dos ônibus” tomando praticamente toda a página, com vários líderes sindicais falando ao jornal sobre a questão.

sobre o novo salário mínimo, com a presença dos presidentes de 11 sindicatos ligados a Federação dos Trabalhadores. O jornal salientou a presença de diversos operários de Fernão Velho e da indústria do açúcar. Além dos presidentes sindicais, foram convidados pelo presidente da Federação (Osvaldo Veloso) a formar a Mesa da Assembleia, o vereador Teobaldo Barbosa, o advogado e redator de *A Voz do Povo*, Rubem Ângelo, e o jornalista do mesmo periódico, o comunista Nilson Miranda. A tônica dos discursos foi sobre a vitória dos trabalhadores com a conquista do novo salário, bem como a necessidade de lutar para a aplicação deste nos locais de trabalho. Outro tema muito debatido foi a necessidade de congelar os preços e a inclusão de menores de idade na tabela do novo mínimo, pois muitas empresas estavam empregando menores no lugar de adultos, pagando metade do salário imposto.⁵¹³

Especificamente sobre a referida greve, o jornal apenas informou que esta aconteceu por conta do não pagamento do novo salário mínimo pela Fábrica Carmen. O periódico comunista não relatou muitos detalhes, não sabendo o desfecho da mesma, apenas informando que os trabalhadores voltaram ao serviço no final da tarde, com a chegada do Delegado do Trabalho, Edson Falcão, junto com o delegado de polícia e alguns policiais. E assim finaliza a nota: “No próximo número daremos mais detalhes dessa paralisação, que bem demonstra a firmeza e a combatividade dos operários de Fernão Velho, que não estão dispostos a se deixar morrer de fome pelos Bezerra de Melo”.⁵¹⁴

Como dito acima, a participação das mulheres dentro do PCB ainda carece de algum tipo de estudo mais elaborado. Em uma edição de agosto de 1956 encontramos uma das poucas vezes que o jornal faz referência direta as mulheres de forma organizada. No dia 1º de maio de 1956, durante o I Congresso Estadual de Mulheres Trabalhadoras foi fundada a Associação Feminina de Alagoas. A nota destaca o trabalho de divulgação da associação através de palestras para torna-se cada vez mais conhecida e angariar novas associadas vindas de “todas as camadas da sociedade alagoana: donas de casa, operárias, camponesas, empregadas domésticas, comerciárias, funcionárias em torno dos seus interesses gerais e das suas reivindicações específicas”. Após este ciclo de palestras, foi marcada uma grande assembleia para o dia 29 do mesmo mês no Palácio do Trabalhador. Finalizando a nota, os comunistas mostram-se cientes da importância deste tipo de movimento (por conta da defasagem de edições entre outros fatores, não encontramos mais notícias sobre a assembleia ou a Associação): “As mulheres alagoanas sabem que somente unidas e organizadas

⁵¹³ “Assembleia dos trabalhadores”. *A Voz do Povo*. Maceió: 12/08/1956. Ano XI, número 22, pp. 1 e 4.

⁵¹⁴ “Ontem – Greve em Fernão Velho”. *A Voz do Povo*. Maceió: 12/08/1956. Ano XI, número 22, p. 4.

encontrarão solução para os seus problemas, e por isso estão cerrando fileiras em torno da Associação Feminina”.⁵¹⁵

Voltando a greve de Fernão Velho, no dia 29 de setembro de 1956 *A Voz do Povo* traz uma matéria referente à vitória dos trabalhadores que paralisaram seus trabalhos no dia 11 de agosto. A fábrica afirmava que os trabalhadores já estavam ganhando o novo salário mínimo, mas na reivindicação eles não estavam recebendo os 10% da taxa de eficiência e os 35% do adicional noturno. O periódico afirma que eles passaram a ter seus salários reajustados e essa experiência deveria ser valorizada pelos operários das demais secções, pois a vitória se deu através da união dos trabalhadores.⁵¹⁶

A questão do aumento das passagens é novamente abordada em outubro de 1956. De acordo com a reportagem do jornal, o preço das passagens foi aumentado, mas as empresas não repassaram os novos valores do salário mínimo decretado meses antes por JK aos funcionários. Inclusive, ainda de acordo com o periódico comunista, “ditas empresas outra coisa não tem feito senão explorar cada vez mais desumanamente seus trabalhadores”. A reportagem segue denunciando as empresas, descumpridoras das leis trabalhistas: seus empregados cumprem jornadas de dez horas diárias, sem receberem hora extra e sem descanso semanal. A matéria finaliza chamando os motoristas e cobradores a luta: “É preciso, portanto, que os motoristas e cobradores se organizem dentro de seus órgãos de classe, obrigando-os a se movimentar para conseguir uma justa solução para tamanha exploração”.⁵¹⁷

Uma pequena nota aborda uma reunião da União dos Portuários do Brasil – Secção Alagoas. A reunião deliberou uma comissão para encontrar o então governador Muniz Falcão e tratar com este sobre o aumento prometido pelo mesmo à categoria. “A situação dos portuários é a mais negra possível, com um salário insuficiente enquanto, por outro lado, o custo de vida sobe de maneira assombrosa”. No entanto, apesar de ser reconhecido pelos comunistas como um importante contingente operário no estado, são poucas as notas do jornal com notícias sobre os portuários.⁵¹⁸ Ao lado desta nota, temos outra sobre o problema enfrentado por alguns trabalhadores da Fábrica Carmen, residentes na localidade denominada ABC, em Fernão Velho: não existe luz na região. Os moradores do ABC enviaram um abaixo-assinado com cerca de quinhentas assinaturas para Muniz Falcão, solicitando ao

⁵¹⁵ “Movimento das mulheres na luta por suas reivindicações”. *A Voz do Povo*. Maceió: 12/08/1956. Ano XI, número 22, p. 2.

⁵¹⁶ “Significativa vitória dos operários de F. Velho”. *A Voz do Povo*. Maceió: 29/09/1956. Ano XI, número 28, p. 1.

⁵¹⁷ “As empresas de ônibus exploram seus empregados”. *A Voz do Povo*. Maceió: 07/10/1956. Ano XI, número 29, p. 1.

⁵¹⁸ “Reúnem os portuários”. *A Voz do Povo*. Maceió: 07/10/1956. Ano XI, número 29, p. 2.

governador uma solução para o caso, sem resposta até a data desta edição. “É evidente que semelhante silêncio do Sr. Muniz Falcão compromete o prestígio que o governo goza entre os operários”.⁵¹⁹

Na última página deste número temos uma nota sobre uma reunião no sindicato têxtil de Rio Largo, mais especificamente de sua Caixa de Assistência. Segundo *A Voz do Povo* circulou um memorial “encabeçado pelo policial a serviço da empresa Pedro Farias” entre os associados solicitando esta reunião, para esclarecer sobre uma cobrança feita de porta em porta pela Caixa de Assistência aos operários sindicalizados, “medida esta, tomada pela diretoria como única saída” para capitalizar a Caixa, pois a fábrica recusa-se a “fazer o desconto em folha”. Ainda de acordo com a nota, além disto, várias outras foram as manobras executadas pela família Paiva, proprietária das duas fábricas, para destituir a diretoria e acabar com a Caixa. Nesta reunião, alguns indivíduos ligados aos proprietários das fábricas procuraram de todas as maneiras caracterizar a prática de cobrança de porta em porta como ilegal. “Quando todo o operariado sabe que quem cortou os descontos em folha foi o Sr. Humberto Paiva, que esperava com isto ver liquidada a Caixa. Mas a maioria dos operários continua pagando o desconto (...), desmoralizando assim mais esta manobra patronal”. Em seguida, o jornal comunista cobra a ausência na reunião de Edson Falcão, então Delegado Regional do Trabalho, “que prometeu aos trabalhadores liberdade sindical”, mas sugeriu ao presidente da Caixa, o comunista José Graciano, que renunciasse ao cargo, não garantindo “o livre exercício do mandato de um presidente de uma Caixa de Assistência legalmente eleita e depois confirmada em duas outras votações contra as manobras da empresa”. A nota é encerrada afirmando: “os operários continuam solidários com a diretoria e dispostos a não se deixar levar pela manobra dos Paiva”.⁵²⁰

Dois anos depois ocorrem as eleições para a Caixa Beneficente dos operários de Rio Largo. Duas chapas estavam na disputa: uma tendo a frente Ramiro Padilha da Silva e José Graciano como vice – “que dirigiu e enfrentou a pressão dos ‘Paiva’ à frente da Caixa” – e a outra liderada por Antônio Vilar da Rocha – “que se eleito, passaria a presidência ao testa de ferro” da fábrica. Em eleição bastante concorrida, a chapa de Ramiro ganhou com 52% dos votos (em um total de 176 votos).⁵²¹

Além da Caixa de Assistência ser um órgão vital aos operários, o fato de ser presidida por um comunista pode ter pesado nas ações patronais. Primeiro: acabar com a Caixa é uma

⁵¹⁹ “Luz para os operários do ABC”. *A Voz do Povo*. Maceió: 07/10/1956. Ano XI, número 29, p. 2.

⁵²⁰ “Os operários de Rio Largo defendem a Caixa do sindicato”. *A Voz do Povo*. Maceió: 07/10/1956. Ano XI, número 29, p. 4.

⁵²¹ “Derrotado o candidato dos ‘Paiva’”. *A Voz do Povo*. Maceió: 23/03/1958. Ano XII, número 12, p. 2.

forma estratégica de piorar a situação de penúria vivida pelos trabalhadores, facilitando a repressão e o controle. Segundo: ter um órgão destes nas mãos de um comunista conhecido e influente como era José Graciano, deve ter incomodado bastante a família Paiva.

Ainda sobre a greve ocorrida em Fernão Velho por conta do reajuste do salário mínimo, no dia 28 de outubro de 1956, a reportagem de *A Voz do Povo* mostra as vitórias sucessivas dos trabalhadores da Fábrica Carmen pelo reajuste do novo salário.

Uma seção após a outra tem alcançado os objetivos desejados. Há poucos dias noticiamos a vitória dos operários da seção de preparação (3ª turma). A semana passada foi a vez da seção de acabamento. Aproveitando a visita de um dos diretores, dirigiram-se os operários em comissão ao industrial e expuseram perante este duas pretensões, no que foram atendidos. Essas pequenas vitórias têm o mérito de impulsionar outras tantas e criar um ambiente favorável à conquista de maiores vitórias.⁵²²

Ao lado desta boa notícia, encontramos uma ruim. O periódico comunista denunciava o abuso da família Paiva, explorando seus trabalhadores com horas extras. Segundo a matéria, no ano anterior a jornada semanal de trabalho em Rio Largo era de sessenta horas, sendo muito prejudicial, debilitando a saúde de vários operários. “Muitos não resistiram”. Esta jornada abusiva mobilizou os trabalhadores, “levando-os a derrotarem em plebiscito as pretensões da empresa, voltando assim ao horário normal de trabalho”. Atendendo um apelo dos patrões para alcançar uma determinada produção, os operários concordaram trabalhar nove horas por dia durante uma semana. No entanto, a fábrica solicita dez horas por dia até o fim do ano (esta notícia é do final de outubro). “Vê-se assim que os operários foram burlados em sua boa fé. Em 08 secções de tecelagem os operários estão fazendo 09 horas por dia”. O jornal conclui convocando os operários a lutarem para que seja respeitado o direito conquistado anteriormente, inviabilizando mais esta manobra da direção da fábrica. “Qualquer alegação para justificar o trabalho extraordinário e suas vantagens para os operários não deve ser aceita. O trabalho extra só beneficia aos patrões. Eis a verdade”.⁵²³

Exatos dois anos depois, a questão das horas extras em Rio Largo retorna as páginas de *A Voz do Povo*. Além de trabalharem em um feriado sem receber nada por isso, os operários “ganharam” doze horas a mais semanalmente, sem nenhum aumento de salário ou pagamento de hora extra. “O que é mais gritante é que estas 12 horas excedentes nestas semanas têm servido para aumentar a exploração aos trabalhadores e que até hoje nenhum acordo com os operários foi feito”. Ainda de acordo com a nota, nem o sindicato da categoria

⁵²² “Mais uma vitória dos operários da fábrica de Fernão Velho”. *A Voz do Povo*. Maceió: 28/10/1956. Ano XI, número 31, p. 2.

⁵²³ “Mais uma vez trabalho extra”. *A Voz do Povo*. Maceió: 28/10/1956. Ano XI, número 31, p. 2.

nem a DRT alagoana pronunciaram-se sobre o caso, nada fazendo para resolver a questão. A pequena matéria é encerrada bem diferente de praticamente todas as outras analisadas até aqui. Ao invés de convocar os operários para a luta, *A Voz do Povo* demonstra quanto os comunistas estavam mergulhados no jogo eleitoral naquele ano. “Mas a resposta dos trabalhadores não tardará quando a 3 de outubro dará a resposta aqueles que os tem enganado até hoje, votando nos verdadeiros representantes dos trabalhadores”.⁵²⁴

Em uma das poucas notas sobre a Fábrica de Saúde, temos reclamações envolvendo infrações às leis trabalhistas, sem qualquer ação punitiva da DRT alagoana. Tal qual nas notas acima, aqui também são denúncias por abusos de hora extras. De acordo com o jornal, operários de três secções de Saúde (caldas, bancos e fiação) estão com jornadas de dez a treze horas diárias. Como se não bastasse, uma prática bem “comum” em indústrias têxteis estava sendo executada de forma contínua em Saúde: a substituição de operários adultos por menores de idade, chegando ao ponto de a fiação estar “composta quase que somente de menores, os quais são obrigados a um regime de treze horas de trabalho por dia. Os operários da Saúde pedem as necessárias providências da Delegacia do Trabalho, enviando seus fiscais a Saúde”. A matéria é encerrada com pesadas críticas a letargia do DRT, mais interessada em “provocar o fechamento” de pequenas empresas do que fiscalizar as “grandes ‘senzalas’, como são o caso das usinas e fábricas de tecido”. Com a burocratização do órgão, *A Voz do Povo* lança a seguinte pergunta: “Será que estão fiscalizando os seus próprios funcionários?”.⁵²⁵

Mostrando não tratar apenas as grandes indústrias, na última página desta mesma edição encontramos uma nota sobre as eleições do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos Vegetais e Animais em Alagoas. Mesmo com apenas uma única chapa concorrendo ao pleito, os associados compareceram à votação em grande número, “recebendo a chapa encabeçada pelo Sr. Joel Joaquim dos Santos cento e dois votos”. A pequena nota encerra parabenizando os trabalhadores da categoria pela unidade demonstrada durante o processo eleitoral, “esperando que a diretoria eleita continue a lutar pelas reivindicações de sua classe”.⁵²⁶ No ano seguinte, temos uma pequena nota sobre a posse da nova diretoria do sindicato dos gráficos. “Encabeça a nova diretoria o linotipista Waldir Veloso, que devido ao seu prestígio no seio da classe, acreditamos que fará boa administração na luta pelas

⁵²⁴ “Os operários trabalham 60 horas sem receberem hora extra”. *A Voz do Povo*. Maceió: 28/09/1958. Ano XII, número 39, p. 2.

⁵²⁵ “Vozes das fábricas – de Saúde”. *A Voz do Povo*. Maceió: 28/10/1956. Ano XI, número 31, p. 3.

⁵²⁶ “Realizou-se a eleição no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Óleos Vegetais e Animais no estado de Alagoas”. *A Voz do Povo*. Maceió: 28/10/1956. Ano XI, número 31, p. 4.

reivindicações dos gráficos em nosso estado”.⁵²⁷ Em 1958 é a vez da Colônia dos Pescadores Z1, localizada na Ponta da Terra, em Maceió, escolher seu presidente. Duas chapas concorriam e a vitória de Lauro Leite se deu por uma diferença de 23 votos. “Pelo resultado, bem se pode ver como animado foi o pleito”.⁵²⁸

Também em 1958 temos uma nota sobre a inauguração da nova sede da Delegacia do Sindicato dos Trabalhadores na Ferrovia do Nordeste, situada no Prado, bairro vizinho ao Centro de Maceió. A reportagem de *A Voz do Povo* foi convidada para prestigiar e cobrir o evento. Uma delegação representando a diretoria do sindicato veio da capital pernambucana para o evento, no qual “foi feita a aposição do retrato do presidente da República e do governador do Estado”.⁵²⁹ Na edição seguinte temos o complemento da matéria, agora mais completa. Também prestigiaram o evento, entre outros, o governador Muniz Falcão e dois presidentes sindicais: Joel dos Santos (Sindicato do Óleo) e Daniel de Alcântara (Metalúrgicos). Alguns dos presentes utilizaram a palavra, sendo a solenidade encerrada com o pronunciamento do governador. “Após a solenidade, foi oferecido aos presentes comes e bebes, após o que se iniciou um animado baile”. A matéria é encerrada parabenizando a categoria e enaltecendo a criação da delegacia em Alagoas, necessidade antiga dos ferroviários do estado. “Com este evento, terão certamente os ferroviários seus problemas e suas reivindicações encaminhadas e resolvidas com a devida urgência e sucesso”.⁵³⁰

Uma pequena matéria relata a importante vitória conquistada pelo Sindicato da Construção Civil, relativa ao aumento dos salários dos trabalhadores em marmorito, uma categoria ligada a este sindicato. O aumento foi, em média, de 20% em cima dos valores pagos até então, sendo o aumento pleiteado pelos operários de 37%. O que tornou a vitória ainda mais significativa foi o fato de as negociações terem ocorridas sem qualquer interferência da DRT, realizadas entre o sindicato e os patrões, “o que vem demonstrar, desta maneira, que em muitos casos é possível encontrar-se uma solução sem maiores litígios, entre empregadores e empregados”.⁵³¹

Os bancários são citados quando o presidente do sindicato da categoria, após renunciar o cargo, foi acusado de um golpe não especificado, levando consigo toda a diretoria. O presidente também é acusado de aliar-se com os banqueiros, atuando contra os interesses dos

⁵²⁷ “Hoje: Posse do Sind. Gráficos”. *A Voz do Povo*. Maceió: 29/09/1957. Ano XII, número 38, p. 4.

⁵²⁸ “Nova diretoria da Colônia dos Pescadores”. *A Voz do Povo*. Maceió: 05/01/1958. Ano XII, número 1, p. 2.

⁵²⁹ “Nova sede da Delegacia do sindicato ferroviário”. *A Voz do Povo*. Maceió: 23/02/1958. Ano XII, número 8, p. 1.

⁵³⁰ “Nova sede do Sindicato dos Ferroviários”. *A Voz do Povo*. Maceió: 02/03/1958. Ano XII, número 9, p. 3.

⁵³¹ “Significativa vitória dos trabalhadores em marmorito”. *A Voz do Povo*. Maceió: 27/04/1958. Ano XII, número 17, p. 1.

associados. Em assembleia, os bancários resolveram formar uma junta governativa composta por cinco membros do próprio sindicato, escolhidos durante a assembleia. “Desta forma esperam os bancários realizarem eleições o mais depressa possível, pra desta forma prosseguir com os bancários do Brasil a luta por aumento de salário”.⁵³²

Os têxteis, os mais noticiados, também têm pequenas notas sobre seus eventos. A criação da Federação dos Têxteis de Alagoas foi noticiada desta forma, em uma pequena nota no final da primeira página. A reunião aconteceu na DRT e contou com a presença dos presidentes dos sindicatos da categoria no estado, já elegendo uma diretoria provisória. A nota é encerrada comunicando que, com a ida do Delegado do Trabalho ao Rio de Janeiro, a diretoria provisória enviou pelo mesmo “os papéis para o necessário registro da entidade máxima dos têxteis em Alagoas”.⁵³³ Observamos poucas notas diferentes deste conteúdo quando se trata de categorias com um numero pequeno de operários – os têxteis, categoria com o maior contingente de operários urbanos do estado, possuem mais espaço. Fora notícias de posse ou eleições sindicais, estas mesmas categorias são citadas mais em causas maiores, como reuniões ou assembleias da Federação das Indústrias. Mesmo assim, o PCB não deixava de prestigiar o sindicalismo alagoano, sempre noticiando sobre seus eventos.

As eleições da diretoria do sindicato das fábricas têxteis de Rio Largo, realizadas em 20 de novembro de 1956, foram bastante conturbadas. Duas chapas concorreram ao pleito: uma tendo a frente o operário José Júlio de Oliveira, com amplo apoio dos trabalhadores e outra liderada pelo escriturário Pedro Farias da Silva, apoiado pela família Paiva. Após a eleição, um grupo de operários foi até a redação de *A Voz do Povo* solicitar “um energético protesto a coação exercida pela direção da empresa contra os trabalhadores daquele centro fabril”. De acordo com o relato do grupo de trabalhadores, no dia da votação o gerente da fábrica, acompanhado do prefeito da cidade, coagiu vários operários em suas máquinas, ameaçando-os de perder o emprego e as gratificações existentes, caso “votassem no candidato dos operários”. A gerência da fábrica também ordenou que todos os funcionários tirassem uma licença para votar e neste momento era entregue aos eleitores a chapa de votação, “sendo entregue a chapa do candidato da gerência”. Até mesmo os contramestres passaram a intimidar os operários, incluindo as mulheres, passando “a tomar as chapas das mãos dos trabalhadores dentro das seções”. Alguns operários vindos de Fernão Velho foram ameaçados pelo prefeito da cidade de serem expulsos de Rio Largo. A reportagem é finaliza afirmando

⁵³² “Renúncia coletiva da diretoria do Sindicato dos Bancários”. *A Voz do Povo*. Maceió: 02/11/1958. Ano XII, número 44, p. 1.

⁵³³ “Criada a Federação dos Têxteis de Alagoas”. *A Voz do Povo*. Maceió: 23/02/1958. Ano XII, número 8, p. 1.

que os trabalhadores daquela cidade fazem seu protesto ao governador Muniz Falcão e a DRT, “pois enquanto eles pregam a liberdade sindical em nosso estado e dizem garantir esta liberdade, os operários de Cachoeira e Rio Largo são impedidos e coagidos de votar no candidato de sua preferência”.⁵³⁴

Mostrando o prestígio do PCB entre os estivadores, *A Voz do Povo* foi convidada para a posse da nova diretoria do sindicato da categoria. A sessão foi aberta por um representante do governador Muniz Falcão não identificado. Também se fizeram presentes e discursaram Osvaldo Veloso, presidente da Federação das Indústrias, o operário João Correia, José Antônio dos Santos, presidente eleito, o advogado Rubem Ângelo, o tesoureiro empossado Alcides Correia e o deputado estadual Humberto Mendes, sogro do governador Muniz Falcão, que falou em nome do mesmo e finalizou seu discurso parabenizando “a nova diretoria e disse que os trabalhadores se mantivessem unidos para garantia de suas reivindicações, tendo sido bastante aplaudido”.⁵³⁵

Não era apenas em Saúde que a repressão não tinha limites. Na Fábrica Alexandria, a direção chegou ao extremo da coerção. Com vários capangas armados espalhados pelo local, além de um em cada portão, foi designado mais um vigilante armado para “permanecer estacionado o dia todo as portas dos sanitários contando os minutos que os operários passam nos gabinetes para em seguida denunciá-los à gerência às vezes abrindo a porta”. O periódico comunista tece comentários sobre a péssima alimentação dos operários por conta dos baixos salários, resultando em problemas de saúde ligados principalmente a flora intestinal, agravados pelas condições precárias de higiene dos banheiros. A nota é encerrada com um apelo ao Delegado do Trabalho, solicitando medidas “para que não se lhes sejam impostas condições de trabalho em regime de policialismo [sic], com vigias para enxotá-los como se vivessem em permanente estado de sítio em uma ditadura”.⁵³⁶

Ainda nesta edição temos uma matéria relatando a realidade de alguns sindicatos em Alagoas, após as promessas de liberdade sindical feitas por Edson Falcão. A primeira situação relatada é da Fábrica de Saúde. Como das outras vezes, a repressão dava o tom na fábrica. Durante as eleições, José Reis, o atual presidente do sindicato não se afastou do mesmo para concorrer à reeleição e ainda integrou sua chapa dois operários com menos de dois anos de

⁵³⁴ “Coação nas eleições de Rio Largo”. *A Voz do Povo*. Maceió: 25/11/1956. Ano XI, número 34, p. 4.

⁵³⁵ “Solenemente empossada a nova diretoria do Sindicato dos Estivadores”. *A Voz do Povo*. Maceió: 09/12/1956. Ano XI, número 36, p. 2.

⁵³⁶ “Aumenta o número e capangas na Alexandria”. *A Voz do Povo*. Maceió: 09/12/1956. Ano XI, número 36, p. 4.

serviço na empresa.⁵³⁷ Além disto, um dos proprietários da fábrica coagiu os operários dentro da fábrica a votar na chapa ligada a diretoria, encabeçada por Reis, “ameaçando-os de perda de máquinas, multas, suspensões e até de demissão”. O resultado não poderia ser outro: vitória de Reis com uma eleição totalmente desprestigiada. Em um universo de “mais de 600 operários”, votaram apenas “cerca de 190”. Os operários ainda protestaram, sem resultados. E as coisas não melhoraram: “dias depois o presidente do sindicato foi promovido a subdelegado de polícia”, estranha situação devidamente denunciada “pelo nosso jornal e até hoje não surgiu nenhuma providência por parte do Delegado do Trabalho”.

A segunda denúncia é ainda mais grave, envolvendo as eleições do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, na qual o próprio Edson Falcão interfere “usando os funcionários da Delegacia do Trabalho para impor a chapa de sua preferência”. Em Rio Largo, já discutimos como se passou as eleições anteriormente. Por fim, a Fábrica Alexandria, que ainda teria eleições, marcadas para dez dias após a publicação desta matéria. Com quatro chapas concorrendo, sendo uma encabeçada por João Santiago, ex-presidente do sindicato, “que durante a sua gestão, em anos anteriores, nada mais fez senão defender o patrão”, além de ter doado a linha telefônica do sindicato. O jornal apela a Edson Falcão: o “Delegado Regional do Trabalho não irá permitir que um cidadão que desviou bens do sindicato volte a se candidatar”. A matéria é encerrada prometendo cobrir as eleições em Alexandria e informando posteriormente como se passou.⁵³⁸

Alegando dificuldades financeiras, a diretoria da Fábrica Alexandria começava a fazer pequenos cortes – porém significativos – em suas despesas. No início de 1958, *A Voz do Povo* noticiava sobre o fim dos benefícios médicos para os operários, com a extinção da taxa de higiene descontada na folha. Os trabalhadores reuniram-se e recusaram a proposta da fábrica, alegando que o corte não era necessário, principalmente porque “seria impossível para o Sindicato chamar a si a responsabilidade por tamanho encargo. Sustenta seu presidente que a fábrica pode manter os benefícios”.⁵³⁹

Tratando novamente sobre o problema da carestia e do aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade, *A Voz do Povo* revela-nos uma visão do PCB em relação aos sindicatos. Para os comunistas, as entidades sindicais têm um papel fundamental na luta para barrar os aumentos de preços, pois se trata de uma luta pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, não dando exclusividade apenas a luta por melhores salários. A pequena

⁵³⁷ Segundo a matéria, isto era proibido por uma “Portaria 11”.

⁵³⁸ “Falsa liberdade sindical”. *A Voz do Povo*. Maceió: 09/12/1956. Ano XI, número 36, p. 4.

⁵³⁹ “Vida dos sindicatos – Suspensa a taxa de higiene”. *A Voz do Povo*. Maceió: 12/01/1958. Ano XII, número 2, p. 4.

matéria cita a cidade de São Paulo, onde “os sindicatos gozam de imenso prestígio” e os operários também incluem em sua pauta de “reivindicações o congelamento dos preços das mercadorias”. A proposta do PCB é a discussão nos sindicatos do tema, para, assim, conseguir o apoio dos trabalhadores. Antes de concluir com esta proposta, os comunistas expõem a sua visão geral sobre a temática, englobando mais elementos à discussão:

É certo que, muitas vezes, as medidas apresentadas caem nas generalidades e as soluções não chegam a concretizar-se, já que não se focaliza o problema de incentivar a produção dos pequenos e médios lavradores. Os governos não se interessam nem mesmo pelos paliativos mais simples, como a aquisição de gêneros e suas venda sem lucros aos consumidores.⁵⁴⁰

Para não ficar apenas nas notícias de mudança de gestão sindical, encontramos duas pequenas notas na primeira página de uma mesma edição tratando dos marítimos e dos gráficos. A primeira é sobre o fim da greve geral dos oficiais da Marinha Mercante. A greve chegou ao fim quando o Presidente da República atendeu todos os pontos aprovados pela Comissão Sindical e por ter suspenso “a intervenção nos sindicatos”. Para os comunistas, foi “uma grande vitória do sindicalismo brasileiro na luta pelas liberdades democráticas e sindicais”.⁵⁴¹ Quanto aos gráficos, a notícia revela uma luta da categoria por aumento de salários, conquistando 40% de reajuste direto na fonte. A matéria segue afirmando ser uma vitória parcial, pois o aumento conquistado não corresponde “aos anseios e desejos dos gráficos”. Ainda assim, uma importante vitória, principalmente porque o sindicato estava “há pouco tempo desorganizado, levantou a luta e saiu parcialmente vitorioso”.⁵⁴² Para os comunistas, a vitória dos gráficos serve de exemplo para os trabalhadores unirem-se em sua luta por melhores salários e pelo fortalecimento de suas entidades sindicais.

Após a tumultuada última eleição sindical, o Sindicato de Saúde retorna as páginas de *A Voz do Povo*, com uma pequena nota sobre o futuro pleito, programado para março de 1958. De acordo com a nota, é grande a ansiedade dos trabalhadores, principalmente pelos esforços dos patrões de controlar a entidade “e contra isto luta os operários, pois sabem muito bem que o sindicato é a sua fortaleza na luta por melhores dias e não irá permitir jamais que o mesmo caia nas mãos dos patrões”. Duas chapas concorrem, sendo uma ligada aos donos da fábrica e a outra designada “como legítima chapa dos trabalhadores”.⁵⁴³

⁵⁴⁰ “Os sindicatos e a carestia”. *A Voz do Povo*. Maceió: 19/01/1958. Ano XII, número 3, p. 3.

⁵⁴¹ “Terminou a greve dos marítimos”. *A Voz do Povo*. Maceió: 02/02/1958. Ano XII, número 5, p. 1.

⁵⁴² “Parcialmente vitoriosos os gráficos de Maceió”. *A Voz do Povo*. Maceió: 02/02/1958. Ano XII, número 5, p. 1.

⁵⁴³ “Eleições no Sindicato de Saúde”. *A Voz do Povo*. Maceió: 16/02/1958. Ano XII, número 7, pp. 1-4.

No mês seguinte temos uma matéria informando sobre a posse da nova diretoria do Sindicato de Saúde. A chapa vitoriosa era composta por um operário como presidente, Antônio Cícero Barbosa, além de Gercino Florêncio de Lima (secretário) e Antônio Nobre (tesoureiro). De acordo com *A Voz do Povo*, a vitória de Antônio Cícero foi com mais de cem votos de diferença em relação ao candidato ligado a fábrica, “sendo por isso mesmo a posse uma festa dos operários de Saúde, que mais uma vez derrotaram a empresa”. O Delegado do Trabalho, Edson Falcão, presidiu a reunião de posse, com a Mesa formada por personalidades políticas, além do ex-presidente José Reis da Silva e do presidente do Sindicato de Fernão Velho, Abelardo Lins Cavalcanti, acompanhado de uma delegação de operários da Fábrica Carmen “com cerca de 40 pessoas”. A matéria é encerrada com o jornal comunista enviando “suas felicitações por tão grande vitória da classe operária em Saúde e espera que a nova diretoria saiba manter até o fim a independência do sindicato da influência da empresa”.⁵⁴⁴

As comemorações do 1º de maio também ganham destaques no jornal comunista. Em 1958 uma matéria narrou sobre as festividades ocorridas naquele dia. Às cinco horas da manhã houve uma salva de fogos em todos os sindicatos. O governador Muniz Falcão recebeu no salão nobre do Palácio dos Martírios várias delegações sindicais, sendo finalizado com um discurso do governador para os operários. Finalizando os festejos, a partir das 20h, em frente ao Palácio do Trabalhador, no Centro de Maceió, aconteceram shows com artistas vindos de Pernambuco e Rio de Janeiro. O evento só não durou a noite toda por conta da chuva, dispersando os operários presentes.⁵⁴⁵

Em meados de 1958 ocorreu uma concorrida assembleia no Sindicato de Fernão Velho, na qual o Delegado do Trabalho teve mais um destaque negativo. A composição da Mesa estava formada pelo próprio Edson Falcão, juntamente com os presidentes sindicais de Rio Largo e Alexandria, além dos componentes do Sindicato de Fernão Velho: José Correia (presidente da Caixa), Ulisses Gomes (tesoureiro), Hailson Oliveira (secretário), Antônio Domingos e o futuro presidente sindical José Idalício. As propostas de aumento deliberadas pela Assembleia após longos debates foram os seguintes: 50% para contramestre de bancos, eletricitistas e fiandeiras; 70% para tecelões, engomadores, escriturários, espuladeiras, trabalhadores da secção de cardas e caldeiras, carpintaria, urdidores, estirageiros, contramestres da sala de fazendas, ajudantes, motoristas, operários da secção externa e do ambulatório, serventes, pedreiros e ajudantes de pedreiros; 80% para acabadores,

⁵⁴⁴ “Tomou posse a nova diretoria do Sindicato de Saúde”. *A Voz do Povo*. Maceió: 30/03/1958. Ano XII, número 13, p. 3.

⁵⁴⁵ “Brilhantemente comemorado o 1º de Maio”. *A Voz do Povo*. Maceió: 04/05/1958. Ano XII, número 18, pp. 1-4.

enroladeiras, batedores e trabalhadores da terceira turma; e 100% para mecânicos e contramestres de acabamento. No decorrer dos debates, Edson Falcão proibiu o presidente da Caixa, José Correia de utilizar a palavra para esclarecimentos. De acordo com a matéria, Falcão proibiu o operário de falar, sem dar maiores explicações para a proibição. Com os protestos da Assembleia para tal fato, Edson Falcão retirou-se do recinto. “A Assembleia passou a girar em torno do assunto”. Vários operários repudiaram a atitude do Delegado do Trabalho, inclusive os presidentes sindicais presentes. “Lamentando o incidente, jamais poderíamos deixar de registrá-lo”.⁵⁴⁶

São poucas as matérias assinadas no jornal comunista. Via de regra, apenas as colunas e reportagens especiais possuem a identificação do autor. Encontramos uma matéria assinada pelo vereador de Maceió, Renalvo Siqueira, acerca da exploração na Fábrica Alexandria. De acordo com o texto, a redação de *A Voz do Povo* vem recebendo muitas cartas dos operários daquela fábrica sobre a situação dos mesmos, após mudanças na diretoria da empresa. “Em conversa que mantive com vários operários, obtive a lamentável notícia que tem muitas tecelãs trabalhando com três e quatro máquinas ganhando 300, 280 e até mesmo 250 cruzeiros por semana”. São poucas as operárias a conseguir receber o salário mínimo vigente. A taxa de insalubridade, uma importante conquista da categoria e assegurada por lei, foi cortada pelos diretores da fábrica e o Delegado do Trabalho esquivou-se do problema, jogando-o para ser resolvido na Justiça do Trabalho. Com três turmas de operários, a fábrica mantém as tecelãs da última turma até depois das 22h, mais uma vez desobedecendo às leis trabalhistas. “Pode o Sr. Delegado do Trabalho entrar em entendimento com a direção da fábrica para evitar o trabalho das mulheres na terceira turma, ou melhor fazer a lei trabalhista ser cumprida”.

As dificuldades pela qual passava a indústria têxtil naquele momento era a justificativa utilizada pelos diretores da Fábrica Alexandria para reprimir os trabalhadores que buscavam a aplicação de seus direitos trabalhistas. Demissões de antigos operários – com a posterior contratação de novos – e o arrocho salarial praticado pela fábrica são denunciados pelos operários, que nem se quer sabem quanto estão ganhando, pois nos contracheques não vêm detalhados os valores pagos pela empresa.⁵⁴⁷

Em Rio Largo o problema era ligado aos horários da fábrica. De acordo com a matéria, o horário de entrada era de 6h, mas o responsável por controlar o movimento de entrada dos trabalhadores, o alemão Augusto Vanserman, estava soando o apito antes, às 5h

⁵⁴⁶ “Cassada arbitrariamente em F. Velho a palavra do operário”. *A Voz do Povo*. Maceió: 25/05/1958. Ano XII, número 21, p. 4.

⁵⁴⁷ “Exploração e opressão na Fábrica Alexandria”. *A Voz do Povo*. Maceió: 01/06/1958. Ano XII, número 22, p. 4.

da manhã, fazendo com que muitos operários chegassem atrasados e fossem punidos por conta disto. A redação do jornal recebeu uma carta denunciando o fato, informando que cinco operárias foram suspensas por chegarem alguns minutos atrasadas. Vanserman proibiu as mesmas de adentrarem na fábrica, mandando-as irem para casa para retornarem à tarde. “Dessa forma, as operárias perderia o dia e o repouso semanal remunerado. Eis como é aplicado pelos Paiva a Lei do Trabalho e as elogiosas assistências sociais na sua fábrica”.⁵⁴⁸

Algo bem parecido também ocorreu na fábrica de Saúde. O jornal comunista continuava denunciando “as condições difíceis por que passa os operários alagoanos, e quase sempre apelamos para o Delegado do Trabalho no sentido de encontrar uma fórmula conciliatória, mas nossos esforços vêm resultando em vão”. Alguns trabalhadores da referida fábrica foram até a sede de *A Voz do Povo* denunciar algumas das arbitrariedades dos patrões, como o fato de fechar os portões antes do horário previsto sem qualquer aviso, deixando vários trabalhadores do lado de fora logo cedo da manhã. Alguns operários quase sofreram acidentes graves com o fechamento do “pesado portão de ferro”. A reportagem segue afirmando ter acontecido algo semelhante em Fernão Velho, com vinte operários impossibilitados de entrarem no serviço. Segundo relato dos trabalhadores, o gerente afirmou ter sido ordens “do próprio Delegado do Trabalho”. De acordo com “os operários, esta ordem foi dada após o Dr. Edson Falcão ter batizado seu filho, convidando como padrinho o Sr. Alberto Bezerra de Mello”, diretor da Fábrica Carmen. “Eis, portanto, o motivo porque o Delegado do Trabalho não toma nenhuma atitude... Resta aos operários convocarem assembleias e seus sindicatos e discutirem qual o caminho a seguir”.⁵⁴⁹

As denúncias dos comunistas contra Edson Falcão intensificavam-se. Agora era sobre uma intervenção feita pelo mesmo na Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Alagoas para fins eleitoreiros. Segundo a matéria o Delegado do Trabalho pretendia “levar a Federação dos Trabalhadores a dar cobertura política ao seu candidato Ari Pitombo”, candidato a deputado federal naquele ano de 1958. Através da intervenção, Edson Falcão visava “transformar o Palácio do Trabalhador em sede de sua campanha política”. A reação dos operários foi imediata. Três presidentes sindicais (Construção Civil, Metalúrgicos e Óleos Vegetal e Animal) lançaram um manifesto com o intuito “de não permitir semelhante atentado à liberdade sindical”. No manifesto, publicado na íntegra pelo jornal, temos mais informações sobre o caso. Edson Falcão afirmou que a entidade operária estava “acéfala”, por não ter

⁵⁴⁸ “Suspensões injustas na fábrica de Rio Largo”. *A Voz do Povo*. Maceió: 08/06/1958. Ano XII, número 23, p. 4.

⁵⁴⁹ “Na Fábrica de Saúde os operários têm apenas 50 minutos para almoço”. *A Voz do Povo*. Maceió: 29/06/1958. Ano XII, número 26, p. 2.

nenhum presidente, pois as eleições realizadas, tendo duas chapas concorrendo ao pleito, terminaram empatadas. Falcão também disse não ter sido noticiado, via ofício, do resultado das eleições pelo então presidente Osvaldo Veloso. O manifesto afirma o contrário, finalizando com “protestos contra a decisão errônea e arbitrária do Delegado do Trabalho, em afirmar que a Federação está acéfala, e continuamos firmes esperando a decisão do Ministro do Trabalho e não aceitamos de maneira nenhuma a Junta Governativa”.⁵⁵⁰

O então presidente da Federação, Osvaldo Veloso, concede uma pequena entrevista para o periódico comunista, comentando sobre esta questão. Com o empate nas eleições e a intervenção da DRT, estabeleceu-se uma crise na entidade. A primeira declaração de Veloso ao jornal foi: “Ainda sou o presidente e o único legal da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Estado de Alagoas”. O presidente confirmou também sua permanência no cargo após o envio de um ofício do Ministério do Trabalho ao Delegado do Trabalho.⁵⁵¹

Voltando a Saúde, as coisas na fábrica só pioravam, mesmo depois da vitória nas eleições sindicais. Alegando o mesmo problema da Fábrica Alexandria – a crise no setor têxtil – os diretores da Saúde jogavam a responsabilidade em cima dos operários. *A Voz do Povo* culpa também o Delegado Edson Falcão pela conveniência também neste caso. O problema em Saúde começou com “a empresa dos Nogueira a não mais descontar a caixa de Beneficência dos Trabalhadores, visando com esta medida extingui-la”. Segundo apurou a reportagem de *A Voz do Povo* o problema começou quando Hugo Menezes, funcionário da fábrica, não conseguiu se eleger presidente da Caixa. Com isso, sugeriu aos diretores da mesma extinguir o órgão, para os trabalhadores irem “pedir remédios e benefícios a ele [Menezes] e ao Dr. Henrique Equelman, responsáveis pelo posto eleitoral do Sr. Ari Pitombo naquele centro fabril”. Ou seja, uma manobra eleitoreira. Não se elegendo presidente da Caixa, Menezes pretendia acabar com a assistência operária em “comum acordo com o Delegado do Trabalho e por intermédio da suspensão do benefício pela empresa, liquidar com a Caixa de Beneficência”. Para o jornal comunista, os operários, através de seu sindicato, devem lutar pela sua Caixa, realizando “uma assembleia e por em votação se desejam continuar descontando a Caixa em folha e o patrão é obrigado a fazê-lo. Caso contrário, poderão fazê-lo diretamente como fizeram os operários em Rio Largo”.⁵⁵²

⁵⁵⁰ “Ato arbitrário do Delegado do Trabalho na Federação dos Trabalhadores”. *A Voz do Povo*. Maceió: 08/06/1958. Ano XII, número 23, p. 4.

⁵⁵¹ “Ainda sou o presidente da Federação dos Trabalhadores”. *A Voz do Povo*. Maceió: 06/07/1958. Ano XII, número 27, pp. 1-4.

⁵⁵² “A empresa, em Saúde, quer acabar com a Caixa de Benefícios dos Trabalhadores”. *A Voz do Povo*. Maceió: 06/07/1958. Ano XII, número 27, p. 2.

Um caso ocorrido na Fábrica Alexandria chama-nos a atenção para a questão da Justiça do Trabalho. Ou pelo menos para como os patrões enxergava os direitos trabalhistas de seus operários. Um operário daquela indústria têxtil já estava há dois anos sem receber suas férias, indo agora para o terceiro ano acumulado. Ao procurar a direção, foi informado que só tinha direito a uma e não há três, não sendo reconhecidas as outras duas pela empresa. Ao recorrer ao seu sindicato, foram confirmadas as três férias acumuladas “e que ele deveria voltar à empresa para exigir os seus direitos”. De volta à fábrica, recebeu a seguinte resposta: “Procure os seus direitos, pode ir a justiça e depois será demitido”.⁵⁵³ Pelo menos de acordo com a pequena nota, ficou claro o fato de o sindicato não ter ajudado muito seu associado, limitando-se ao papel de consultor. Mais grave ainda é a visão da fábrica em relação à Justiça do Trabalho, ameaçando o operário de demissão caso procurasse seus direitos.

De fato, como observamos em algumas poucas passagens nas atas do Sindicato de Fernão Velho, havia muito receio por parte dos trabalhadores de dirigirem-se aos tribunais trabalhistas, seja para defender seus direitos ou para depor em favor de um companheiro. As ameaças feitas e as atitudes tomadas pelos patrões nestes casos eram intensas. As intervenções sindicais demonstradas anteriormente, neste sentido, mostraram-se bem tímidas, ficando os operários praticamente sós nesta luta. “Cabe agora o sindicato assegurar assistência judiciária a este trabalhador para que o mesmo não seja esbulhado nos seus direitos pela empresa”.⁵⁵⁴

Ainda tratando da Alexandria, encontramos publicado nesta mesma edição de *A Voz do Povo*, um outro caso, agora de demissão, mas bastante semelhante ao anterior. O próprio operário foi até a redação do jornal comunista relatar o acontecido. Depois de sete anos trabalhando na fábrica, Manoel Calheiros de Melo foi demitido por participar de uma reunião sindical, na qual denunciou a exploração de menores obrigados a trabalhar até depois das 22h, desobedecendo às leis vigentes, e o corte da taxa de insalubridade, paga há mais de catorze anos. Concluindo seu depoimento, afirmou o operário: “o único motivo de minha demissão da empresa prende-se a minha firmeza em defender os direitos dos trabalhadores”.⁵⁵⁵

A difícil situação por qual passava a indústria têxtil fazia a Fábrica Alexandria seguir com destaque negativo no periódico comunista, utilizando-se da crise para explorar os operários. *A Voz do Povo* começa sua matéria afirmando ter recebido mais de dez cartas dos trabalhadores daquela fábrica sobre os abusos dos patrões e a imobilidade do sindicato e da DRT. “Uma das reclamações se prende ao abuso dos vigias, que de maneira acintosa

⁵⁵³ “O operário está sem receber férias”. *A Voz do Povo*. Maceió: 07/09/1958. Ano XII, número 36, p. 3.

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ “Demissão injusta na Fábrica Alexandria”. *A Voz do Povo*. Maceió: 07/09/1958. Ano XII, número 36, p. 4.

ameaçam os operários e dão denúncias falsas, ou seja, suspensões, além de impedir que os operários possam ir aos sanitários, pois os mesmos são fechados”. Após as eleições, os comunistas voltam a finalizar suas matérias incentivando os operários a luta. “Urge que os trabalhadores, através do seu sindicato, discutam em assembleia contra estes abusos. Pois somente unidos, em seu sindicato, poderão eles lutar por suas reivindicações”.⁵⁵⁶

Intensificando-se as críticas a DRT alagoana, *A Voz do Povo* publica uma pequena nota em sua primeira página com mais irregularidades e desrespeito as leis trabalhistas em Rio Largo. Desta vez os proprietários das fábricas estão “obrigando” os funcionários com mais de seis anos de serviço na empresa a assinarem um novo contrato de trabalho. “Sem que com isto recebessem nenhuma indenização de tempo de serviço, que passou a ficar perdido, ao mesmo tempo que jamais chegarão eles completar estabilidade”. Ao procurar seu sindicato, não encontraram o presidente, “e este desapareceu como que por encanto”. O mesmo aconteceu quando procuraram a DRT, “uma vez que o Sr. Delegado do Trabalho é homem da copa e da cozinha dos Paiva”. A nota aproveita para denunciar o desconto de 6% dos operários para a taxa de higiene, sendo que os mesmos não recebem nem remédio. “Eis portanto a chamada assistência social dos Paiva e a atuação da Delegacia do Trabalho em conivência com esta política”.⁵⁵⁷

Finalizamos este capítulo com uma série de notícias mais animadoras. Trata-se da cobertura feita pelo jornal comunista do II Congresso Regional dos Trabalhadores de Alagoas, realizado entre os dias 01 e 04 de outubro de 1959. A Mesa de abertura do evento foi formada pelo então governador Muniz Falcão, pelo major Renalvo Rosa e Silva (representando o Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, e o comando da Guarnição Federal de Alagoas), por Murilo Mendes (representando o Secretario do Interior, coronel Henrique Oest), alguns deputados representando a Assembleia Legislativa, o vereador comunista Renalvo Siqueira, Manoel Rolemberg (representando a DRT), lideranças sindicais vindas de outros estados: Roberto Morena (CNTI), Lourival Sales (Bahia), Plácido Pessoa (Pernambuco), José Luiz Ferreira (presidente do II Congresso), Oswaldo Braga (Federação das Indústrias), “além de jornalistas, radialistas, advogados, industriais e comerciantes”.

Fora os três estados presentes, o congresso contou com a presença de delegados de vinte seis sindicatos e quatro associações de Maceió, Rio Largo, Pilar, São Miguel dos Campos, Penedo, Piaçabuçu e Pedra (Delmiro Gouveia). Nilson Miranda, jornalista e membro

⁵⁵⁶ “Cada vez mais dura a situação dos trabalhadores da Fábrica Alexandria”. *A Voz do Povo*. Maceió: 26/10/1958. Ano XII, número 43, p. 4.

⁵⁵⁷ “Os ‘Paivas’ não respeitam às leis do trabalho”. *A Voz do Povo*. Maceió: 30/11/1958. Ano XII, número 48, p. 1.

do PCB, foi um dos que discursaram, falando em nome dos têxteis de Alexandria, Saúde e Fernão Velho, dos metalúrgicos, dos trabalhadores da extração de óleo, construção civil e energia elétrica, dos gráficos, estivadores e portuários, condutores de veículos e rodoviários, panificação, conferentes, comerciários, enfermeiros, calçados, bancários e jornalistas. As autoridades presentes também discursaram, sendo todos bastante aplaudidos. Os discursos giraram em torno dos “pontos do temário, tais como: reforma agrária, nacionalismo, aumento de salários, autonomia sindical, direito de industrialização e melhores condições de vida, além da reafirmação de confiança na Petrobrás e na ação patriótica do Marechal Lott”.⁵⁵⁸

Boa parte do discurso de Muniz Falcão foi publicada pelo jornal comunista. O governador reafirmou seu posicionamento nacionalista e total apoio aos trabalhadores do estado. “Enquanto presidir os destinos desta província, os trabalhadores podem realizar sempre em ambiente de liberdade conchaves como este”. Sempre elogiando a conjuntura sindical alagoana e garantindo as liberdades necessárias para as ações do movimento operário, Muniz Falcão também tocou em outros temas ainda mais delicados. Por exemplo, assegurou em seu discurso o respeito pelo direito de greve em todo o estado, prometendo que, até o final de seu mandato, “podem ficar certos os trabalhadores, o governo que teve a consagração do povo de Alagoas, é sagrado o cumprimento dos direitos democráticos assegurados na Constituição Federal”.⁵⁵⁹

Militante famoso e antigo no PCB, o ex-deputado federal carioca Roberto Morena também compareceu ao evento. *A Voz do Povo* publicou em sua primeira página um artigo de Morena sobre o II Congresso. O velho comunista enaltece o sucesso do congresso, também destacando a unidade sindical como um dos pontos altos do II Congresso. “Há uma perfeita compreensão entre todos os delegados. Não há divergências na sua orientação e nem na sua finalidade. As suas decisões constituirão um programa de luta, de trabalho e de unidade”. Morena destacou alguns dos temas tratados e debatidos pelos congressistas, como a revisão do salário mínimo e da previdência social, detalhes da legislação trabalhista e sua aplicabilidade no cotidiano operário, completo repúdio ao debate sobre o fim do direito de greve, etc. “O Congresso transcorre num ambiente de liberdade e democracia, ambiente em que vive o estado”. Seguindo a tônica de *A Voz do Povo*, o comunista carioca também teceu críticas ao ex-Delegado do Trabalho em Alagoas. “Poucos são os remanescentes dos tropélios [sic] e arbitrariedades praticadas pelo ex-delegado regional do trabalho, Edson Falcão, que

⁵⁵⁸ “Vibração patriótica e reafirmação de luta na instalação do II Cong. dos Trabalhadores”. *A Voz do Povo*. Maceió: 04/10/1959. Ano XII, número 38, p. 4.

⁵⁵⁹ “Muniz Falcão reafirma suas posições patrióticas”. *A Voz do Povo*. Maceió: 04/10/1959. Ano XII, número 38, pp. 1-4.

tentou dividir e submeter o movimento sindical de Alagoas aos seus caprichos e seus interesses pessoais”. Roberto Morena encerra seu texto fazendo uma convocação democrática aos trabalhadores: “As resoluções do II Congresso devem ser discutidas e examinadas em cada fábrica e em cada sindicato, para torná-los armas de organização e unidade dos trabalhadores de Alagoas”.⁵⁶⁰

O encerramento do congresso aconteceu às 20h no Palácio do Trabalhador, consolidando-se como “um grande acontecimento na vida sindical e política de Alagoas”. Mostrando ser uma bela tentativa de unidade sindical no estado, o II Congresso dos Trabalhadores funcionou com “assembleias democráticas para estudos, debates e medidas em defesa dos interesses trabalhistas e das reivindicações gerais do povo”, com várias discussões abrangendo muitas e diferentes matizes, sendo aprovadas resoluções para fortalecer a luta operária em Alagoas, tais como “reajustamento salarial, apoio a reforma da assistência social, pela aprovação da lei orgânica da Previdência, democratização da vida sindical, ações concretas contra a carestia de vida e medidas de reforma agrária”, além do debate nacionalista de fortalecimento da nação perante os Estados Unidos, muito em voga naqueles anos.⁵⁶¹

Obviamente, não utilizamos neste capítulo (e na dissertação como um todo) todas as matérias publicadas em *A Voz do Povo* que fazem qualquer referência ou tratam de algum assunto ligado diretamente aos trabalhadores e ao mundo operário de maneira geral. Procuramos demonstrar a variedade de temas debatidos e analisados pelos comunistas alagoanos nas páginas de seu jornal oficial. Muitas temáticas ficaram de fora. Ainda existem várias outras matérias sobre o problema da carestia, do aumento de passagens e falta de transporte público na capital, a luta pelo aumento e manutenção do salário mínimo, abusos no trabalho infantil e feminino nas fábricas têxteis, bem como violência física sofrida por alguns operários, e mais críticas ao Delegado do Trabalho Edson Falcão, etc. Em várias reportagens observamos os comunistas fazendo referências as leis trabalhistas, destacando a importância dos trabalhadores lutarem pelos seus direitos também na esfera jurídica. A questão sindical igualmente se faz presente em muitos outros textos, abordada das mais variadas formas.

Em resumo, o jornal oficial do diretório alagoano do Partido Comunista do Brasil mostrou-se como o veículo impresso no qual os operários de todo o estado podiam encontrar-se e informar-se, lendo matérias abordando o seu cotidiano, seus problemas, as lutas encampadas e os posicionamentos políticos que mais os interessava diretamente. Além de

⁵⁶⁰ “As resoluções do II Congresso Regional dos Trabalhadores de Alagoas”. *A Voz do Povo*. Maceió: 04/10/1959. Ano XII, número 38, p. 1.

⁵⁶¹ “Ato solene de encerramento do vitorioso II Congresso Regional dos Trabalhadores do Estado de Alagoas”. *A Voz do Povo*. Maceió: 04/10/1959. Ano XII, número 38, p. 1.

notícias sobre esporte, a cena cultural de Alagoas e a conjuntura nacional e internacional. Assim como seu principal público, *A Voz do Povo* foi um jornal que superou todas as dificuldades surgidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a vitória de Luiz Cavalcante para o governo, Alagoas entrava definitivamente na rota da conspiração que culminou com o golpe civil-militar de abril de 1964. O major Luiz, além de nunca esconder publicamente seu perfil anticomunista, era ligado ao Instituto de Pesquisa e Social (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgãos fomentadores do golpe. Não por menos, Alagoas foi um dos primeiros estados do Brasil a reconhecer o golpe, afinal possuía terreno propício para isto:

Nessa perspectiva, o discurso anticomunista da Igreja Católica, propalado durante décadas, contribuiu para a incorporação de um imaginário pela sociedade que propiciou, diante da ameaça comunista, uma recepção positiva ao golpe e ao regime militar por parte de grande parte da população. Essa recepção positiva perduraria de forma hegemônica pelo menos até a década de 1970, a despeito da ação de setores organizados da sociedade civil, inclusive no interior da própria Igreja Católica.⁵⁶²

Um das principais medidas do governador Luiz Cavalcante foi a tentativa de passar a imagem de que seu governo também tinha a intenção de realizar algumas reformas. Todavia, dentro da legalidade, ao contrário da ala mais radical ligada a João Goulart. Dentro desta perspectiva, o governador inicia, já em 1961, um projeto para assentar algumas famílias de trabalhadores rurais em Maceió e Rio Largo, buscando não só mostrar ser possível realizar a reforma agrária na lei e na ordem, como também procurava demonstrar interesse em realizá-la. A direita alagoana, assim, atingia o presidente João Goulart e a esquerda como um todo. Por outro lado, o intuito do governador não era apenas “criticar” o presidente. O objetivo maior de Luiz Cavalcante era o controle dos movimentos sociais camponeses, principalmente após o advento das Ligas Camponesas em Pernambuco e o aumento das lutas no campo em todo país de forma geral. Buscando evitar conflitos em Alagoas, são feitos assentamentos de famílias em terras pertencentes ao próprio estado ou em áreas controladas pela agroindústria do açúcar, tudo sob a chancela do complexo IPES/IBAD. Desta maneira, a concentração fundiária em Alagoas permanecia praticamente inalterada e a reforma agrária era completamente controlada pelo governo, evitando maiores “problemas”.

Ao mesmo tempo, a esquerda tentava se organizar após o fracasso do pleito de 1960. Seus militantes procuraram ampliar a força dos sindicatos urbanos, além de tentar criar e organizar os sindicatos rurais – mesmo em condições adversas –, conforme vimos no depoimento de Rubens Colaço.

⁵⁶² MEDEIROS, Fernando. *O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007, pp. 145-146.

Com o retorno da direita ao poder e a intensificação da repressão, os comunistas se viravam como podiam, sempre muito perseguidos, necessitando de extrema cautela em suas ações. Além disto, a direita preocupava-se também com o que ocorria fora dos limites geográficos de Alagoas.

Coisa nova mesmo, entre as elites, só um temor “preventivo” pelas possíveis e prováveis influências esquerdizantes vindas do grande vizinho, o estado de Pernambuco, governado pelo “subversivo” Miguel Arraes. Esse receio do que poderia vir do Norte talvez tenha sido responsável pela maior mobilização civil nas vésperas do dia do golpe.⁵⁶³

Aumentavam por Maceió boatos sobre um trem “se deslocando desde o Recife com destino a Maceió, conduzindo tropas (ou ‘guerrilheiros’) arregimentadas por Miguel Arraes”, causando apreensão entre as elites, deixando-as em alerta. Tudo não passou de um boato, não havendo reação. “Os primeiros dias de abril de 1964 não produziram tiroteios ou duelos mortais em Alagoas”.⁵⁶⁴ Consumado o golpe, a esquerda alagoana é desmantelada.

Ocasionalmente, houve erros. De estratégia, de atuação, de ação. O jogo político-partidário e as determinações do Comitê Central “obrigaram” os comunistas alagoanos a aliar-se com antigos inimigos, em nome do nacionalismo e da democracia. Por outro lado, também existiram acertos, vários. Nenhum outro partido ou agremiação política esteve tanto ao lado dos trabalhadores de Alagoas. Era no PCB onde militava uma parcela significativa destes operários e era através do seu jornal, *A Voz do Povo*, que eles se informavam.

O corte temporal no qual este trabalho está inserido (1945-1964) foi de uma riqueza ímpar para a classe trabalhadora em todo país. Da mesma forma, foi o auge do PCB em todos os sentidos: organização, militância, influência, participação política e número de filiados. Em Alagoas, como vimos, os comunistas chegaram a eleger – pela primeira e única vez – três membros para a conservadora Assembleia Legislativa. Tanto este como os outros vários exemplos dados neste trabalho devem contribuir para desmistificar as ações dos comunistas e para repensar o papel do partido na política alagoana.

Após termos exposto e debatido na Introdução com as principais fontes utilizadas nesta dissertação, explicitamos no primeiro capítulo a conjuntura política de Alagoas no período enfocado. Para isto, foi necessário esmiuçar o clima eleitoral de 1947, quando o PCB conseguiu eleger sua primeira e única bancada na Assembleia Legislativa. Mostrar onde os comunistas conseguiram seus votos foi o primeiro indício da relação do partido com a classe

⁵⁶³ LINS, Enio. *Alagoas: Pastoril de trágicas jornadas*. 2008, p. 6.

⁵⁶⁴ *Ibid.*, pp.6-7.

trabalhadora. Foi neste capítulo também que observamos o PCB em dois momentos distintos: perseguidos pelo Executivo e, em seguida, aliado ao governo. No segundo capítulo o destaque é o próprio partido no estado: as origens, a organização social e a distribuição espacial dos comunistas, demonstrando o considerável alcance do PCB em terras alagoanas, rebatendo antigas concepções ainda cristalizadas na historiografia local. Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos a relação dos comunistas com sua base: a classe operária. Para isto, selecionamos quatro enfoques distintos: o dia a dia da militância, o julgamento de operários na Justiça do Trabalho por serem comunistas, a atuação do PCB dentro de um sindicato e a representação operária no jornal oficial do partido.

Acreditamos ter demonstrado como se estruturava o PCB em Alagoas e toda a sua influência dentro da classe trabalhadora, não ficando à margem do movimento comunista geral. O PCB alagoano provavelmente teve um número significativo de militantes e ainda maior de simpatizantes. Sua militância foi primordial na organização do movimento operário e na composição das lutas contra a opressão patronal e estatal. Sua estrutura interna, com células nos bairros mais populares da capital e em cidades fabris, foi decisiva para o recrutamento de novos quadros. A presença de comunistas em praticamente todas as fábricas têxteis de Alagoas (maiores aglomerações operárias) mostra o alcance do PCB e seu importante trabalho nas bases, não se dedicando exclusivamente ao cupulismo sindical.

Por fim, fica a indicação de que a documentação utilizada nesta dissertação pode (e deve) render outras pesquisas e trabalhos tanto nesta como em outras temáticas. A pesquisa histórica em Alagoas já anda a passos largos. Ainda assim, há muito que se pesquisar acerca de comunistas, trabalhadores e sobre o próprio período democrático no estado. Todavia, temos a mais absoluta certeza que os primeiros passos dados antes desta dissertação estão bem consolidados e muito ainda há de vir pela frente. Na História de Alagoas, o passado já tem seu futuro garantido...

FONTES

I – Jornal

- *A Voz do Povo* (Maceió) – 1951/1954-1964;
- Diário Oficial do Estado de Alagoas (Maceió) – 1947.

II – Processos Trabalhistas

- Processo nº 87/51;
- Processo nº 109/51;
- Processo nº 135/51.

III – Documentação da DOPSE

- Fichas Pessoais (s/d);
- Pasta Estados 02 – Alagoas (cx. 605).

IV – Outras fontes impressas

- IBGE: Censo Demográfico de 1950 – Alagoas (tomos I e II);
- IBGE: Censo Demográfico de 1960 – Alagoas e Sergipe;
- IBGE: Censo Industrial de 1960 – Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- Livro de atas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil de Fernão Velho – 1953-1962.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Tecendo lutas, abrindo espaços – Mulheres nos movimentos sociais dos anos 50*. Recife: Editora Oito de Março, 2004.

ALAGOAS. *História da Justiça do Trabalho em Alagoas (1941 – 1956) I Volume*. Maceió: TRT da 19ª Região, 1996.

ALBERTI, Verena. “Fontes orais. Histórias dentro da História”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp.155-202.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas vol. II – Notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2006.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Disponível em: <http://www.abcdasalagoas.com.br>. Consultado em: 07 de maio de 2011.

BARROS, Luiz Nogueira. *A solidão dos espaços políticos*. Maceió: EDICULTE/SECULTE, 1989.

_____. *Governador Silvestre Péricles : Enigma mal decifrado*. Disponível em: <http://www.luiznogueira.com.br/ensaios/pericle1.htm>. (Consultado em: 14 de maio de 2008.)

BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da, FORTES, Alexandre (org). *Culturas de classe – Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

BECKER, Jean-Jacques. “O handicap do a posteriori”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 27-31.

BEZERRA, Gregório. *Memórias (Segunda parte: 1946-1969)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CARONE, Edgard. *O PCB (1943-1964) – Vol 2*. São Paulo: Editora Difel, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2º ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

DE LUCA, Tania Regina. “Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 111-153.

DINIZ, Dulce. *Estabilidade e garantia no emprego*. Disponível em: http://http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18314/Estabilidade_e_Garantia_no_Emprego.pdf?sequence=2. Consultado em: 12 de outubro de 2011.

DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil – 1880-1920*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito – A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

FORTES, Alexandre et. ali. *Na luta por direitos – Estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

GUSMÃO, Carlos de. *Bôca da grotá – Reminiscências*. Maceió: Serviços Gráficos Gazeta de Alagoas, 1970.

HOBBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho*. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSA, Golbery. *Estudo sobre o texto “A crise do açúcar no Brasil”, de Cyro Rocha*. 2008a. (mimeo)

_____. *Para uma história da indústria têxtil alagoana*. 2008b. (mimeo)

_____. *Trama da memória, urdidura do tempo - Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos*. 2008c. (mimeo)

_____. “Principais momentos do PCB em Alagoas”. In: SALDANHA, Alberto (org). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 91-109.

LIMA, Araken Alves de. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2006. (Tese de Doutorado).

LIMA, Mario de Carvalho. *Sururu apimentado – Apontamentos para a história política de Alagoas*. 2ª ed. Maceió: Editora da Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2008.

LINS, Enio. *Alagoas: Pastoril de trágicas jornadas*. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_alagoas_01.pdf. Consultado em: 14 de maio de 2008.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “A Voz do Povo – Um registro da esquerda alagoana (1954-1964)”. *Cabanos: Revista de História*. Arapiraca: v. 1, n. 4, 2007a, p. 129-144.

_____. *Operários em movimento – Documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)*. Maceió: EDUFAL, 2007b.

_____. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: Os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: EDUFAL, 2009.

MAJELLA, Geraldo de. "Comunismo em família". *Revista Novos Rumos*. São Paulo: v. 1, n. 44, 2005, p. 60-64.

_____. *Mozart Damasceno, o bom burguês*. Recife: Edições Bagaço, 2011.

_____. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MEDEIROS, Fernando. *Montando o cenário - O Quadro de redefinição/modernização social e econômica (Alagoas nas décadas de 1950-1960)*. 2011. (mimeo)

_____. *O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007.

MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis alagoanos na década de 1950*. Maceió: UFAL, 2009. (Trabalho de Conclusão de Curso).

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhistas em Alagoas (1945 – 1964)*. Maceió: UFAL, 2008. (Trabalho de Conclusão de Curso).

_____. Disseminando o credo vermelho: O PCB entre os operários têxteis de Maceió na década de 1950. In: II SEMINÁRIO PODERES E SOCIABILIDADES NA HISTÓRIA, 2010, Recife. Resumos e Anais do II Seminário Poderes e Sociabilidades na História. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 1-17.

_____. Os operários urbanos em Alagoas nos anos 1950: Notas para uma pesquisa histórica. In: II ENCONTRO DE HISTÓRIA: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA - PROBLEMAS, DEBATES & PERSPECTIVAS, 2010, Maceió. Anais de História: Historiografia Brasileira - Problemas, Debates & Perspectivas. Maceió: UFAL, 2010, p. 1-16.

_____. “Professando o credo vermelho: Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas na década de 1950”. In: SALDANHA, Alberto (org). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 55-86.

NEGRO, Antonio Luigi. “O que a Justiça do Trabalho não queimou: Novas fontes para o estudo do trabalho no século XX”. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista: v. 6, n. 1, 2006, p. 193-209.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.

RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio (org). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – A trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro: De Paulo Editora / FAPERJ, 2001.

RÉMOND, René. “Por que a história política?” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

SALDANHA, Alberto (org). *A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2011.

_____. *Por que as elites alagoanas fazem questão de silenciar sobre o governo Muniz Falcão?* 2007. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vEditoria=Artigos&vCod=34203>. (Consultado em 27 de junho de 2008.)

SANTANA, Marco Aurélio. “Bravos companheiros: A aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org). *As*

esquerdas no Brasil v.2 – Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 237-277.

_____. *Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2º ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. “PCB: A questão nacional e a democracia”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano v.3 – O tempo da experiência democrática*. 2ºed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 217-240.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 13º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da. “Apresentação”. *História Social*. Campinas: nº 14-15, 2008, p. 9-18.

SILVA, Fernando Teixeira da e SANTANA, Marco Aurélio. “O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (org). *As esquerdas no Brasil v.2 – Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 101-140.

SOUZA, Edinaldo Antonio Oliveira. *Lei e costume: Experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*. Salvador: UFBA, 2008. (Dissertação de Mestrado).

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo - O impeachment de Muniz Falcão*. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

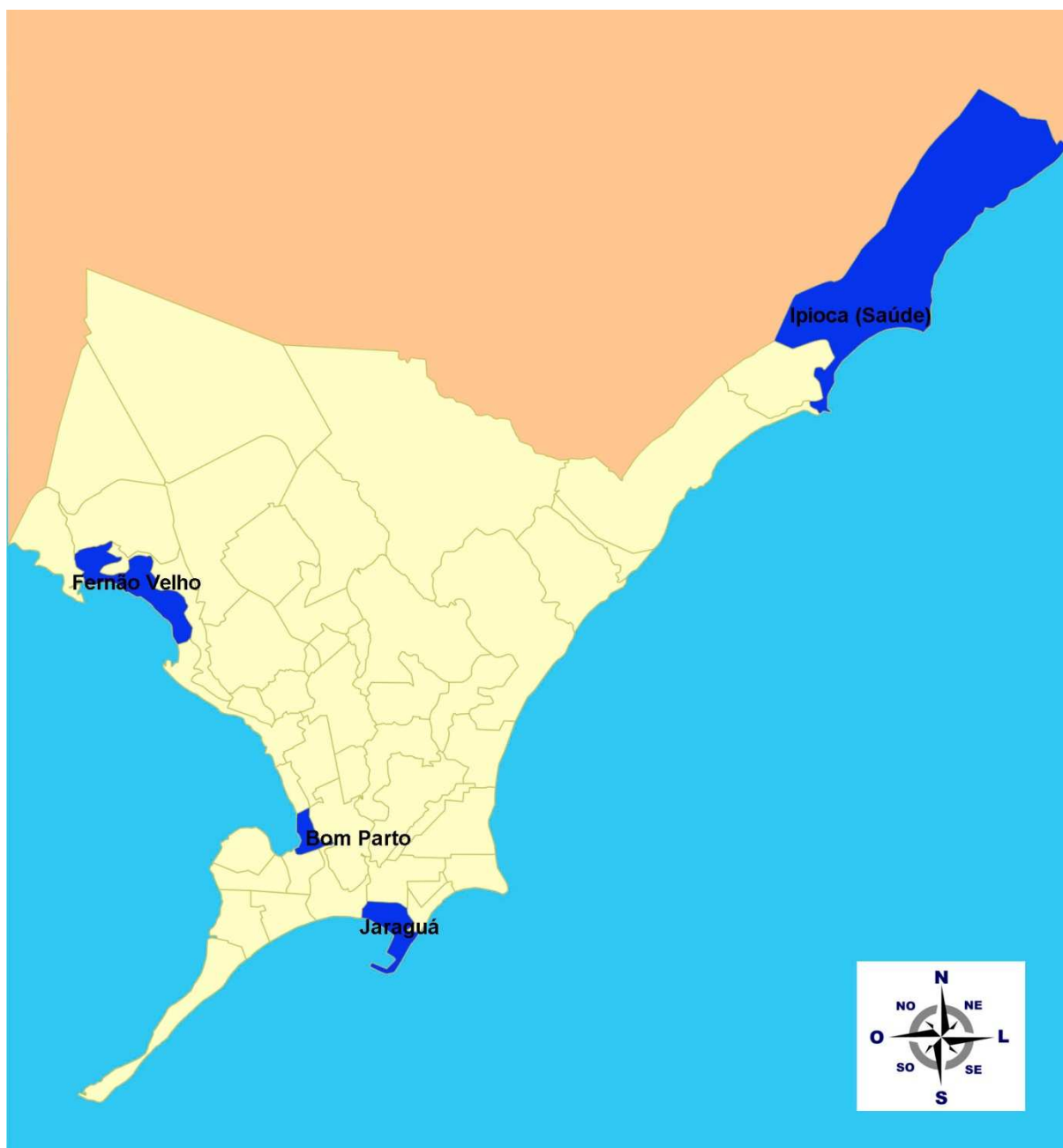
THOMPSON, E P. *A formação da classe operária inglesa vol. I – A árvore da liberdade*. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

VAREJÃO, Luciana Rodrigues Ferreira. Classe trabalhadora e relações sociais: Algumas considerações teórico-metodológicas no trato com as fontes do TRT. *Gênero & História (UFPE)*. Recife: v. 6, 2010, p. 191-210.

_____. *Nos fios da resistência feminina: O labor e o enfrentamento ao patronato no setor têxtil recifense (1960-1964)*. Recife: UFPE, 2011. (Dissertação de Mestrado).

APÊNDICES

APÊNDICE A – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS FÁBRICAS TÊXTEIS DE MACEIÓ



Bom Parto: Empresa Cotonifício Alexandria S/A (Fábrica Alexandria)

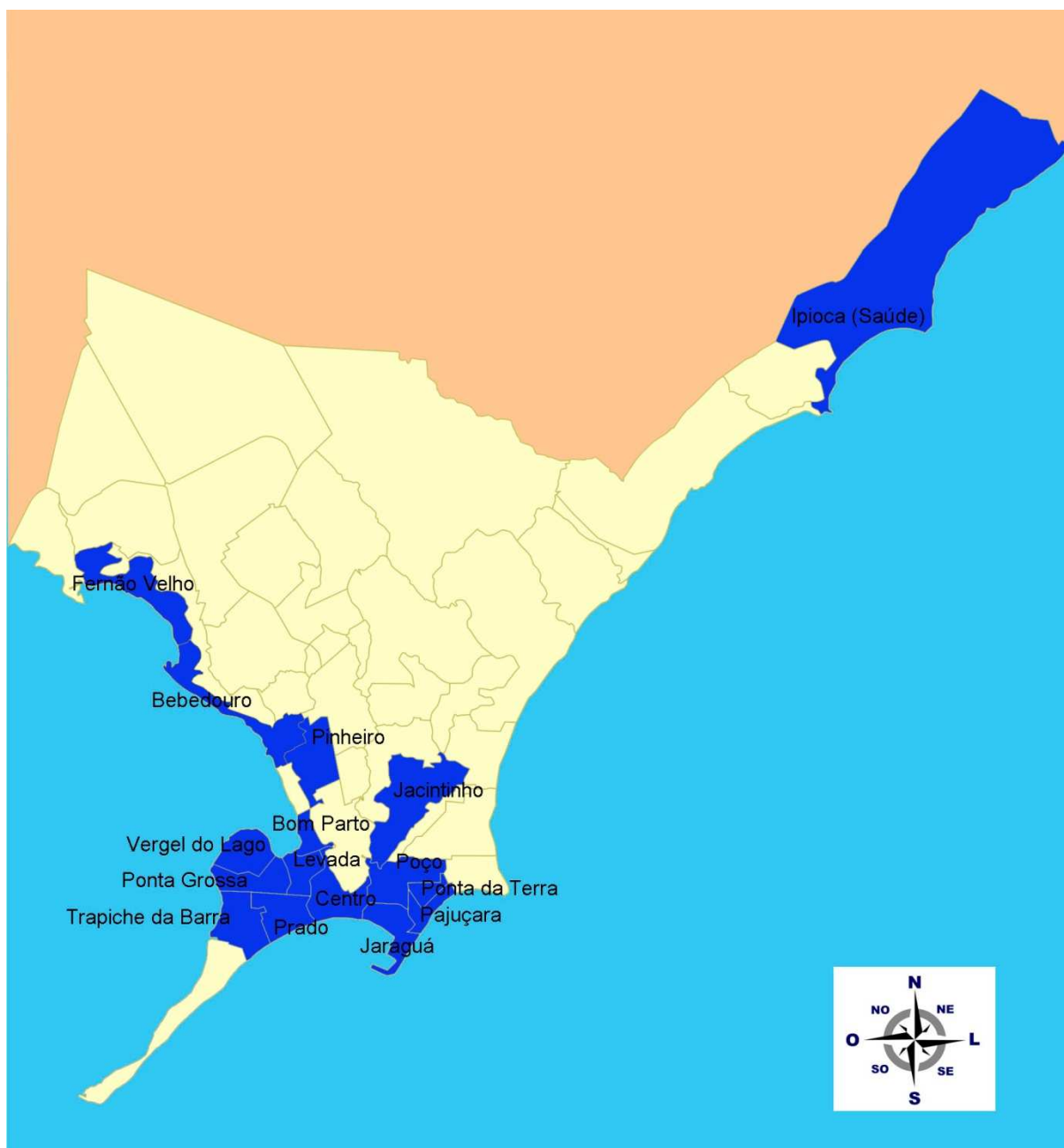
Fernão Velho: Othon Bezerra de Mello Fiação e Tecelagem S/A (Fábrica Carmen)

Ipioca (Saúde): Companhia Fiação e Tecidos Norte Alagoas (Fábrica Norte Alagoas)

Jaraguá: Companhia de Fiação e Tecidos Santa Margarida (Santa Margarida)

APÊNDICE B – MAPEAMENTO DOS BAIRROS MACEIOENSES

LOCAIS DE MORADIA DOS FILHOS DO TRABALHO E DOS COMUNISTAS



APÊNDICE C – CIDADES ALAGOANAS COM PRESENÇA COMPROVADA DE
COMUNISTAS

